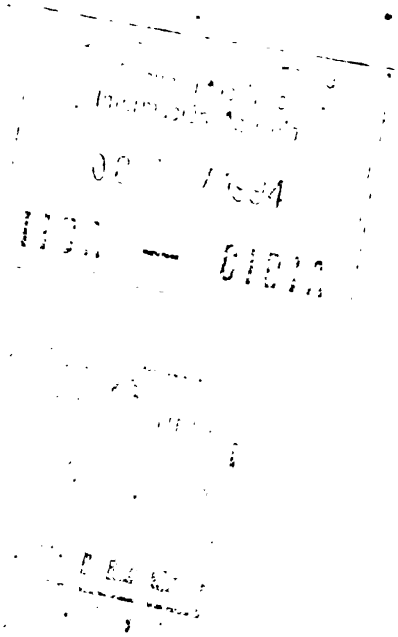
IICA

Indicadores sócio-econômicos e políticas setoriais do MERCOSUL

003

ESCRITÓRIO NO BRASIL

IICA
PM A4/BR 92-003
BV-7488



INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS E POLÍTICAS SETORIAIS DO MERCOSUL

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Escritório no Brasil
Brasília, DF
Novembro de 1992

Título original: Indicadores sócio-econômicos e políticas setoriais do MERCOSUL

Série Publicações Miscelâneas nº A4/BR-003/92
ISSN 0534-5391

Copyright © Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Escritório no Brasil, novembro de 1992.

Organizador da obra: Braulio Cezar Lassance Britto Heinze

Responsável pela edição: Marilia Oberlaender Alvarez

Revisão editorial: Zita Machado Salazar Pessoa

Composição do texto: Beatriz Maria Serafini Caballero

Ilustração da capa: Olman Trigueros

Arte final da capa: Toncele Papelaria e Serviços Gráficos

Impressão: Editora Gráfica Brasiliana Ltda.

00001050

IICA

Indicadores sócio-econômicos e políticas setoriais do MERCOSUL/ por Braulio Cezar Lassance Britto Heinze, organizador.--Brasília: IICA, Escritório no Brasil, 1992.

205p. (IICA. Série Publicações Miscelâneas, A4/BR-003/92)

ISSN 0534-5391

1. MERCOSUL - Indicador Sócio-econômico. 2. Produção Agropecuária. I. Oberlaender Alvarez, Marilia (ed.). II. Título. III. Série.

AGRIS E71
CDU 338:63

1992
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

	Pág.
Agradecimento	vii
Apresentação	ix
CAPÍTULO I - ASPECTOS SOCIAIS	
Comentários	3
Superfície total	5
População total	6
População urbana	7
Esperança de vida	8
Mortalidade infantil	9
Analfabetismo	10
Desemprego urbano	11
CAPÍTULO II - ASPECTOS ECONÔMICOS	
Comentários	15
Produto interno bruto	17
Taxas de crescimento do PIB	18
Renda per capita	19
Salário real	20
Índices de preços ao consumidor	21
Inflação	22
Dívida externa desembolsada	23
Balanço de pagamentos	24
CAPÍTULO III - INDICADORES AGROPECUÁRIOS	
Comentários	27
Participação da agricultura na formação do PIB	29
Taxas de crescimento do PIB agropecuário	30
Crescimento da produção de alimentos	31
Terras aráveis	32
Terras destinadas a cultivos permanentes	33
Terras destinadas a prados e pastos permanentes	34
Superfície em matas	35
Superfície irrigada	36
Área colhida dos principais cultivos	37
Crescimento da utilização de fertilizantes	38
Mecanização	39
Parque de tratores	40

Parque de colheitadeiras 41
Estoque - gado bovino 42
Estoque - gado suíno 43
Estoque - gado ovino 44
Estoque - gado caprino 45
Estoque - gado eqüino 46

CAPÍTULO IV - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Comentários 49
Algodão - área colhida 51
Algodão - produção 52
Algodão - rendimento 53
Arroz - área colhida 54
Arroz - produção 55
Arroz - rendimento 56
Cana-de-açúcar - área colhida 57
Cana-de-açúcar - produção 58
Cana-de-açúcar - rendimento 59
Feijão - área colhida 60
Feijão - produção 61
Feijão - rendimento 62
Milho - área colhida 63
Milho - produção 64
Milho - rendimento 65
Soja - área colhida 66
Soja - produção 67
Soja - rendimento 68
Trigo - área colhida 69
Trigo - produção 70
Trigo - rendimento 71
Abacaxi - produção 72
Banana - produção 73
Maçã - produção 74
Laranja - produção 75
Limão - produção 76
Tangerina - produção 77
Uva - produção 78
Vinho - produção 79
Leite de vaca - produção 80
Carne bovina - produção 81
Carne suína - produção 82
Carne avícola - produção 83

CAPÍTULO V - CUSTOS DE PRODUÇÃO

Comentários 87
Algodão 89
Alho 90
Cebola 91
Milho 92
Soja 93
Trigo 94

CAPÍTULO VI - IMPOSTOS

Comentários 97
Impostos diretos 99
Impostos indiretos 100
Estrutura tributária - Argentina 101
Estrutura tributária - Brasil 102
Estrutura tributária - Paraguai 103
Estrutura tributária - Uruguai 104

CAPITULO VII - POLÍTICAS SETORIAIS

Introdução 107
Política econômica 109
Política agropecuária 125

CAPÍTULO VIII - COMÉRCIO EXTERIOR

Comentários 147
Crescimento das exportações 149
Crescimento das importações 150
Saldo comercial 151
Participação dos países nas exportações do MERCOSUL 152
Participação dos países nas importações do MERCOSUL 153
Exportações agropecuárias 154

COMÉRCIO INTRA-REGIONAL

Argentina - exportações 157
Argentina - importações 158
Brasil - exportações 159
Brasil - importações 160
Paraguai - exportações 161
Paraguai - importações 162
Uruguai - exportações 163
Uruguai - importações 164

COMÉRCIO EXTRA-REGIONAL

Argentina - exportações 167
Argentina - importações 168
Brasil - exportações 169
Brasil - importações 170
Paraguai - exportações 171
Paraguai - importações 172
Uruguai - exportações 173
Uruguai - importações 174
MERCOSUL - exportações 175
MERCOSUL - importações 176

CAPÍTULO IX - ENTIDADES PARTICIPANTES DO MERCOSUL

Açúcar e álcool 179
Arroz 182
Milho e derivados 187
Oleaginosas 191
Trigo e derivados 193

ANEXO - TAXA DE CÂMBIO REAL E BALANÇA COMERCIAL

Comentários 199
Argentina 201
Brasil 202
Paraguai 203
Uruguai 204

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 205

AGRADECIMENTO

O Escritório do IICA no Brasil deixa consignados, de modo mui especial, os seus agradecimentos a Braulio Cezar Lassance Britto Heinze, organizador desta publicação, que buscou informações junto a pessoas com conhecimento sobre as questões aqui abordadas, compilou dados e delineou a forma de melhor apresentá-los.

O nosso reconhecimento também aos funcionários das entidades a seguir relacionadas, os quais, fornecendo as informações solicitadas, colaboraram para a elaboração deste documento:

- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
- Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
- Embaixada da Argentina
- Embaixada do Paraguai
- Embaixada do Uruguai
- Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)
- Subgrupo de Trabalho Nº 8 do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Nossos agradecimentos, ainda, a Ricardo Humberto Ceze, por sua contribuição com os recursos de informática utilizados nesta publicação.

APRESENTAÇÃO

No Cone Sul, o processo de integração suscitou propostas de diferentes mecanismos, adequados ao momento político e às circunstâncias econômicas vividas pelos países. Em resposta a um árduo trabalho de negociações que se perdem na história das relações entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991 esses quatro países celebraram o Tratado de Assunção, pelo qual chegaram à criação de um mecanismo de integração, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que deverá estar consolidado até dezembro de 1994.

O mecanismo hoje acordado representa uma zona de livre comércio dotada de características muito peculiares que a distinguem de outros processos de integração existentes no mundo, como a Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) - ou "MERCONORTE" - entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. De acordo com o ambicioso Tratado de Assunção, todas as barreiras tarifárias serão gradual e automaticamente removidas, de modo a possibilitar a livre circulação de bens, serviços, capital e mão-de-obra entre os quatro países até janeiro de 1995.

É importante destacar que o objetivo principal da criação deste MEGAMERCADO é a complementação de esforços políticos, econômicos e empresariais, no sentido de ampliar as áreas de influência de seus países membros mediante a conjugação e a multiplicação das vantagens comparativas de cada um deles para lograr uma vantagem competitiva regional no contexto mundial.

Esta publicação reúne uma série de informações para permitir ao leitor uma fácil e rápida interpretação da realidade econômica, social, produtiva e da política setorial dos quatro países membros. Deve-se ressaltar aqui a importância do intercâmbio intenso de informações entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para a formação de um sistema integrado de dados sobre o MERCOSUL. O esforço envidado pelo Escritório do IICA no Brasil na edição desta publicação tem por propósito colaborar para o alcance dos objetivos da integração - "a somatória dos esforços para um bem comum".

Todos lutamos pela melhoria da qualidade de vida de nossos povos; só com a complementação, a união, a perseverança e a priorização do bem comum será possível superar o obscuro caminho da decadência. É somar e não amontoar ações, é complementar e não disputar lutas estéreis por mercados perdidos, é dar as mãos para formar a cadeia da esperança de um futuro melhor.

Víctor Eduardo Machinea
Representante do IICA no Brasil

CAPÍTULO I

ASPECTOS SOCIAIS

COMENTÁRIOS

ASPECTOS SOCIAIS

O Tratado que criou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assinado em Assunção no dia 26 de março de 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, representa um leque de horizontes favoráveis a esses quatro países, pois cria um mercado comum entre eles até dezembro de 1994.

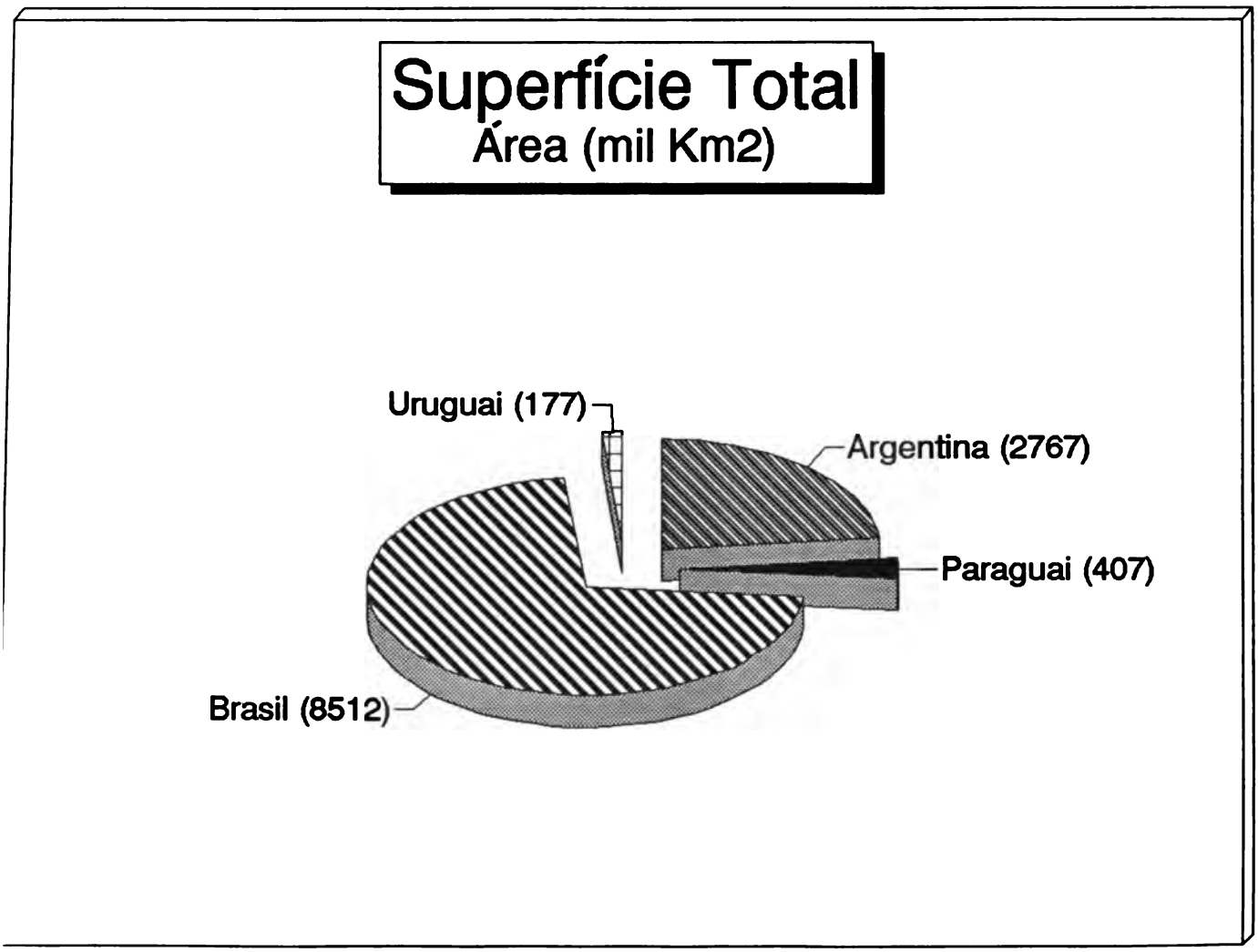
Da união desses países resulta um complexo de grandes proporções que inclui uma área de 11.863.000 km^2 e uma população de 193.545.000 habitantes. Deste total, aproximadamente 77,9% vivem na área urbana.

A integração do MERCOSUL traz consigo a esperança de solução para alguns aspectos sociais que apresentam deficiências latentes, como, por exemplo, o problema da mortalidade infantil no Brasil, que registrou no período 1985-90 o alarmante índice de 63,2%. Alguns indicadores, entretanto, já vêm apresentando significativa melhora, como o desemprego urbano, que nos países do MERCOSUL representou no ano de 1980, em média, 5,6% da população economicamente ativa, passando, no ano de 1990, para 5,2%.

SUPERFÍCIE TOTAL

PAÍS	(Mil Km2)	% sobre o total
Argentina	2.767	23,3
Brasil	8.512	71,8
Paraguai	407	3,4
Uruguai	177	1,5
Mercosul	11.863	100,0

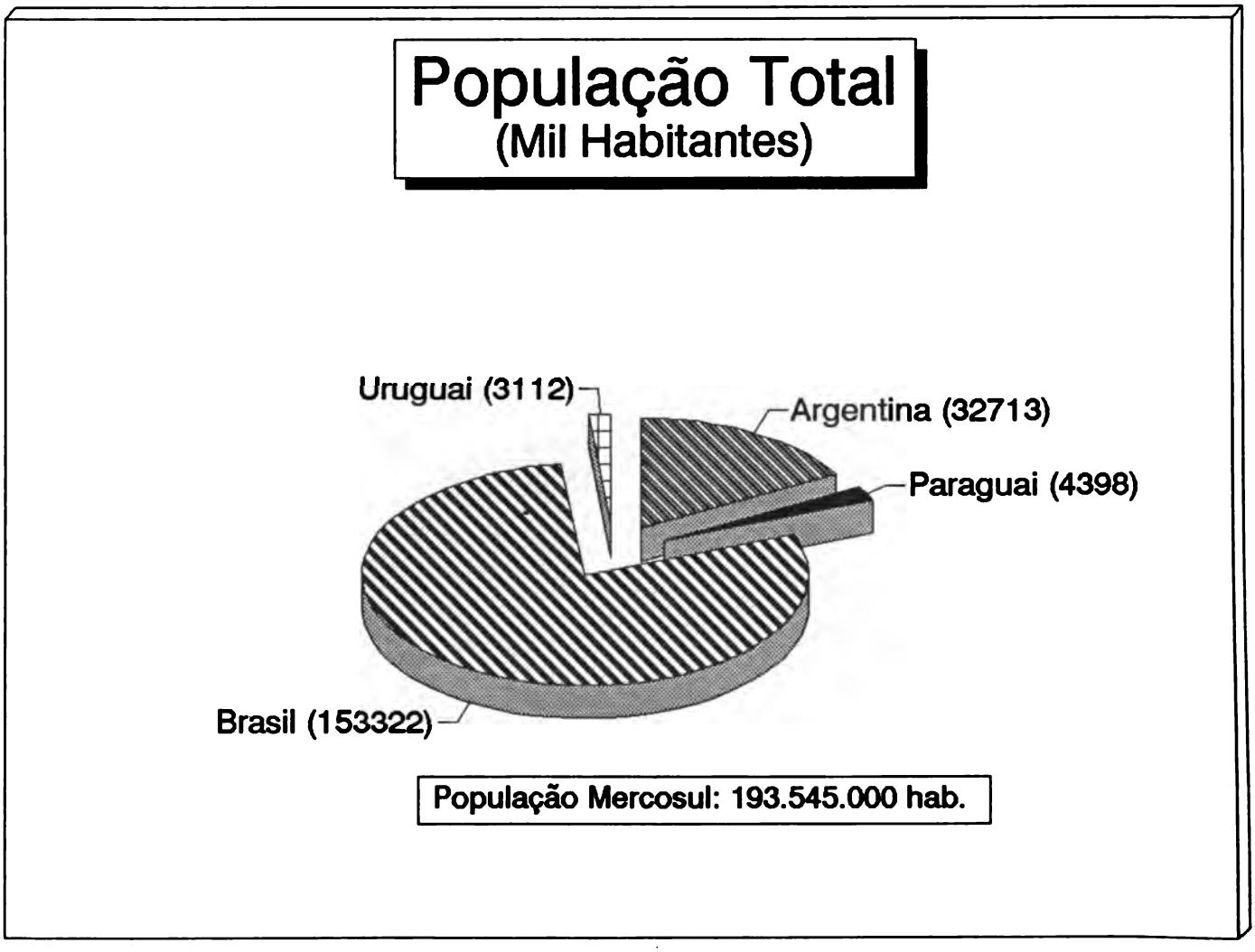
Fonte: CEPAL.



POPULAÇÃO TOTAL - 1991

PAÍS	(Mil Habitantes)	Cresc. (%) 80/91
Argentina	32.713	15,85
Brasil	153.322	26,41
Paraguai	4.398	38,82
Uruguai	3.112	7,01
Mercosul	193.545	24,39

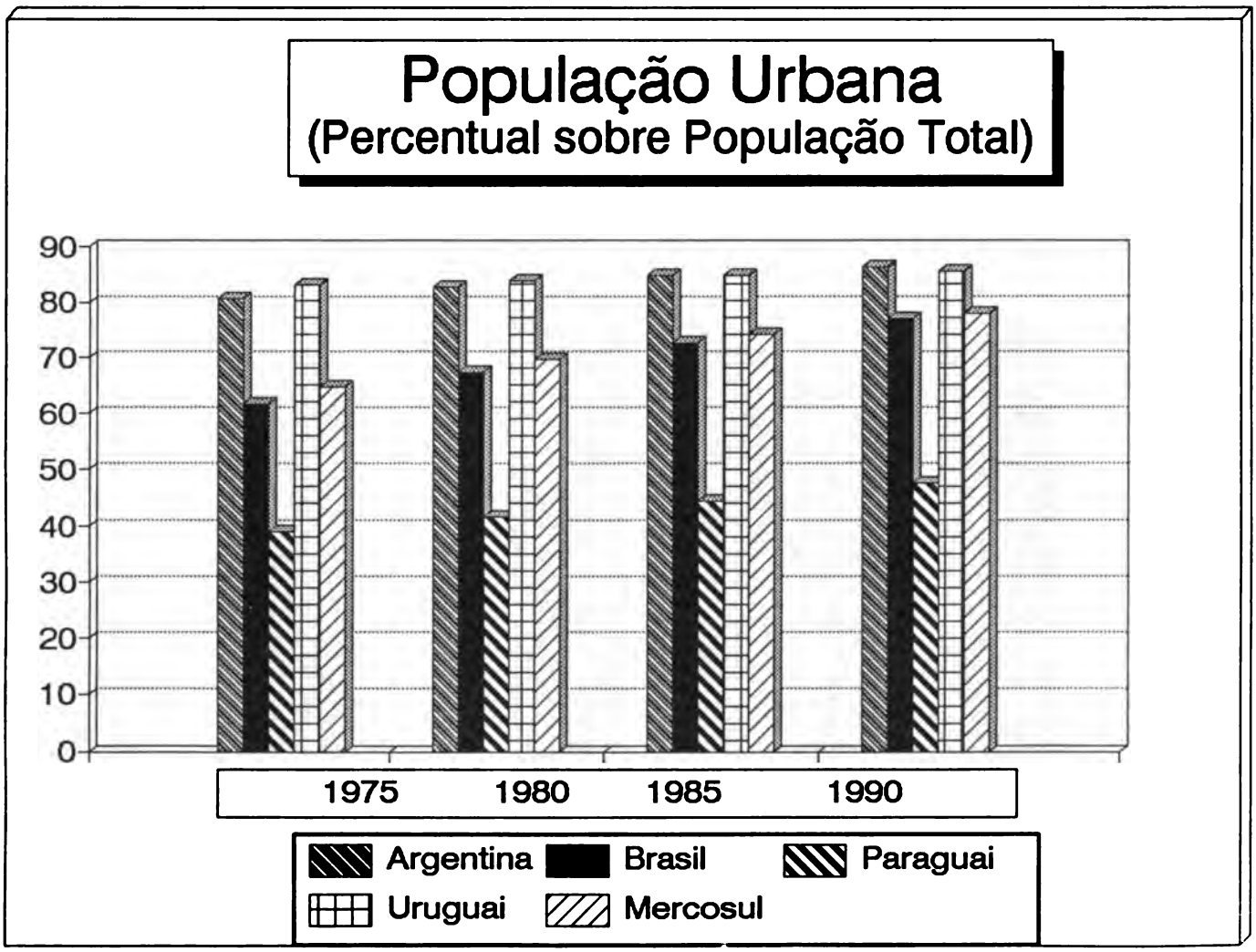
Fonte: CEPAL.



POPULAÇÃO URBANA
(% sobre a População Total)

PAÍS	1975	1980	1985	1990
Argentina	80,6	82,7	84,6	86,2
Brasil	61,8	67,5	72,7	76,9
Paraguai	39,0	41,7	44,4	47,5
Uruguai	83,0	83,8	84,6	85,5
Mercosul	64,8	69,7	74,2	77,9

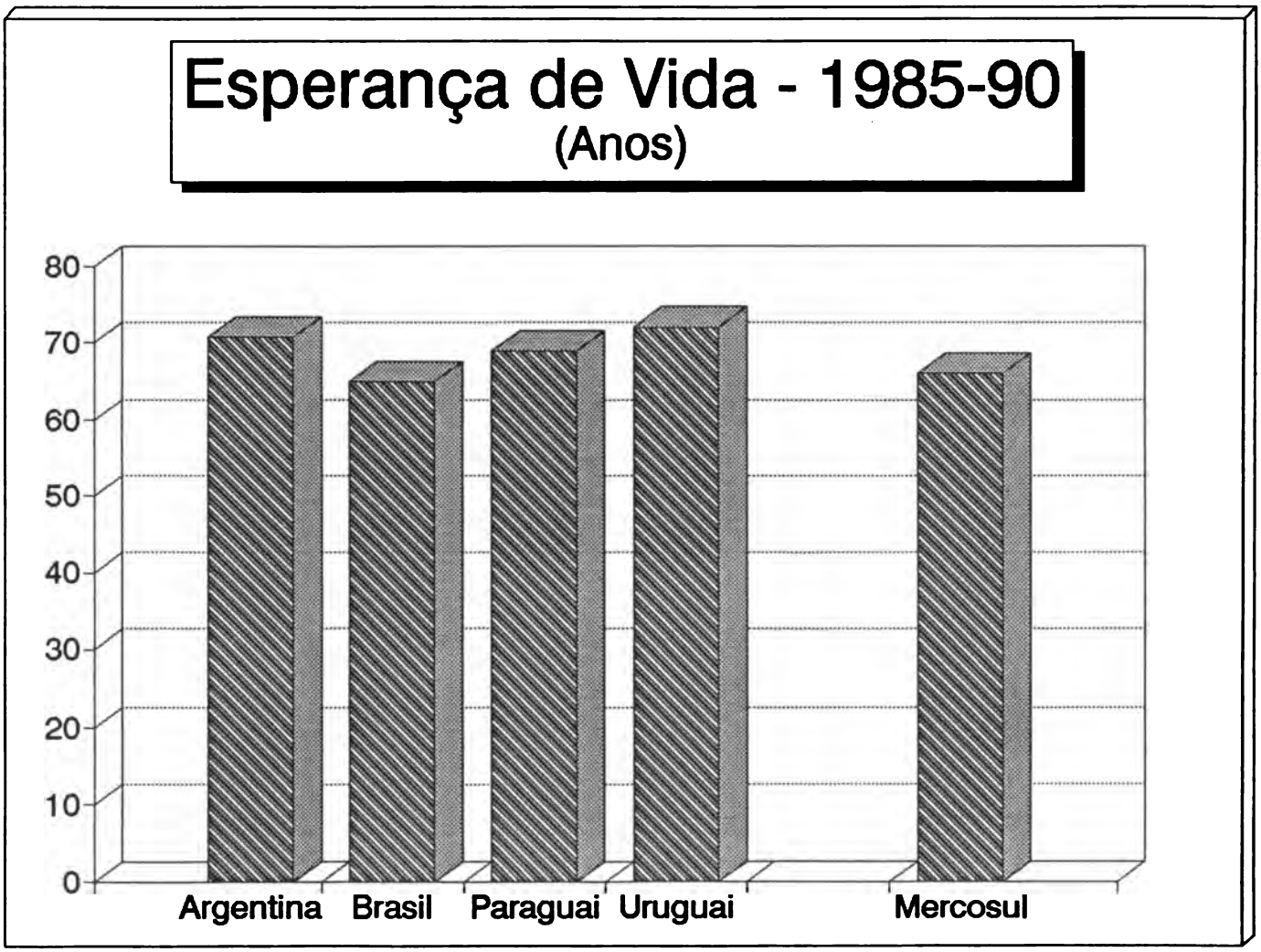
Fonte: CEPAL.



ESPERANÇA DE VIDA - 1985-90

PAIS	Esperança de Vida (Anos)
Argentina	70,6
Brasil	64,9
Paraguai	68,9
Uruguai	72,0
Mercosul	66,1

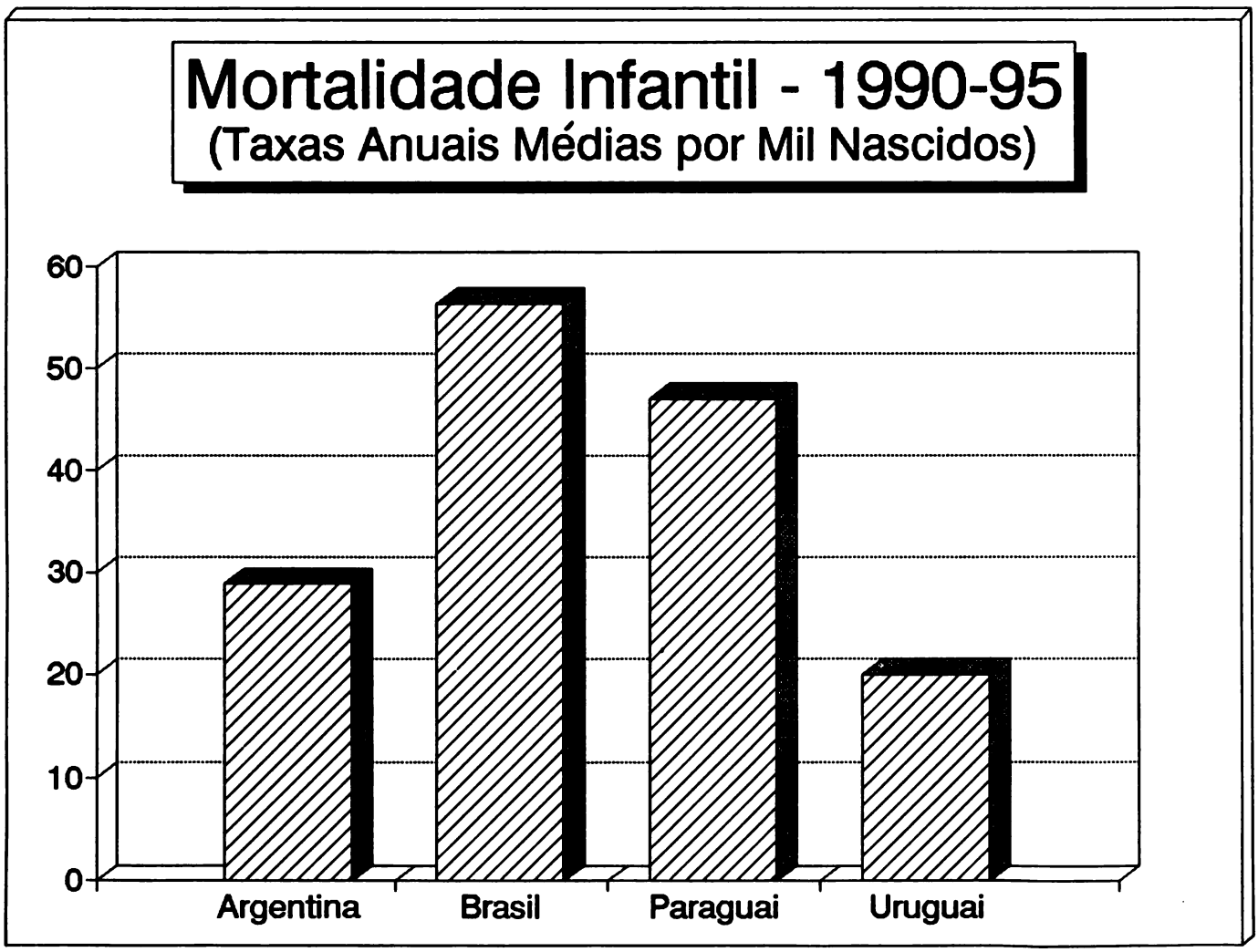
Fonte: CEPAL.



MORTALIDADE INFANTIL
(Taxas Anuais Médias por Mil Nascidos Vivos)

PAIS	1985-90	1990-95
Argentina	32,2	28,8
Brasil	63,2	56,4
Paraguai	48,9	47,0
Uruguai	24,4	20,0

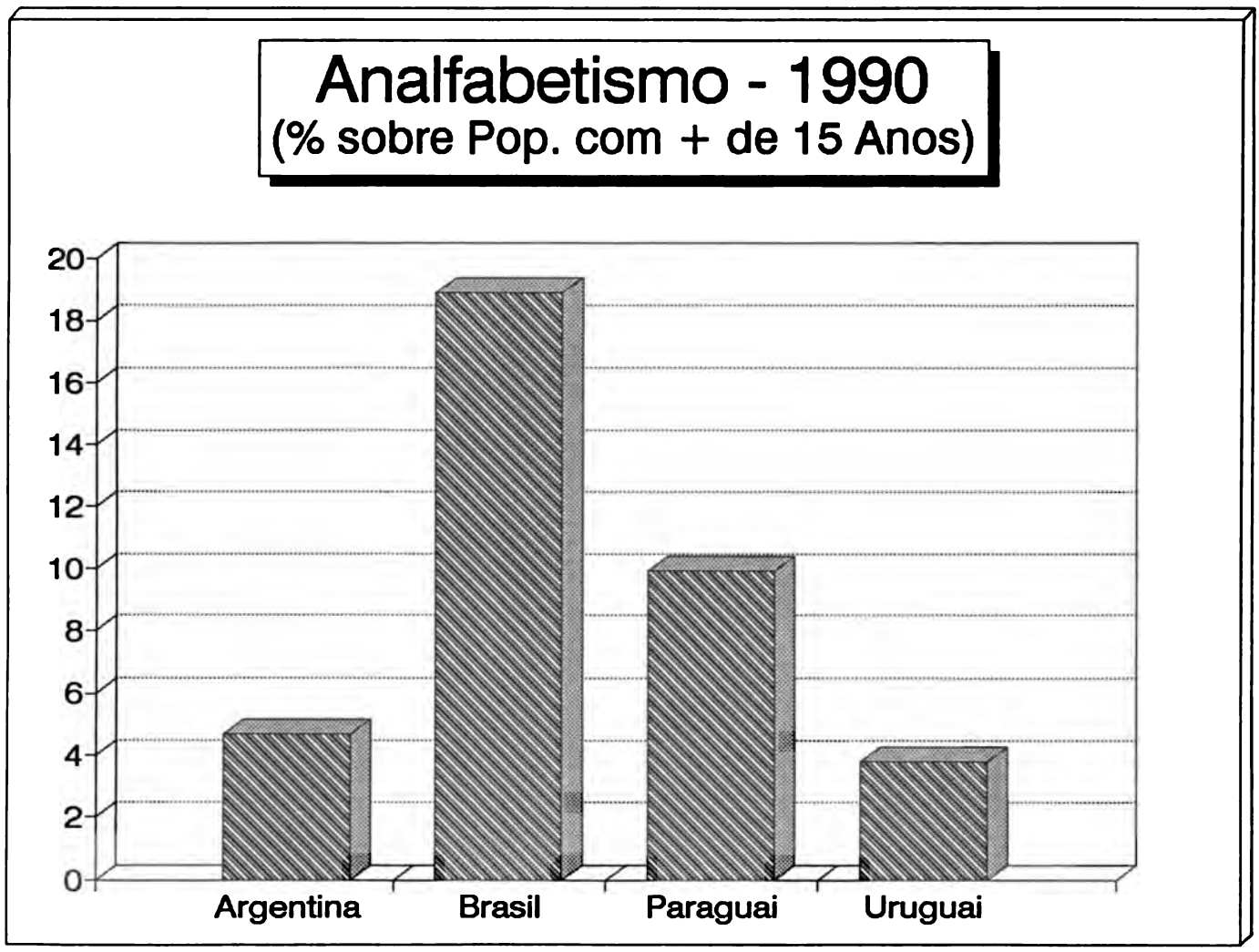
Fonte: CEPAL.



ANALFABETISMO
(% sobre População com mais de 15 Anos de Idade)

PAIS	1980	1985	1990
Argentina	6,1	5,2	4,7
Brasil	25,5	21,5	18,9
Paraguai	12,3	11,7	9,9
Uruguai	5,0	4,7	3,8

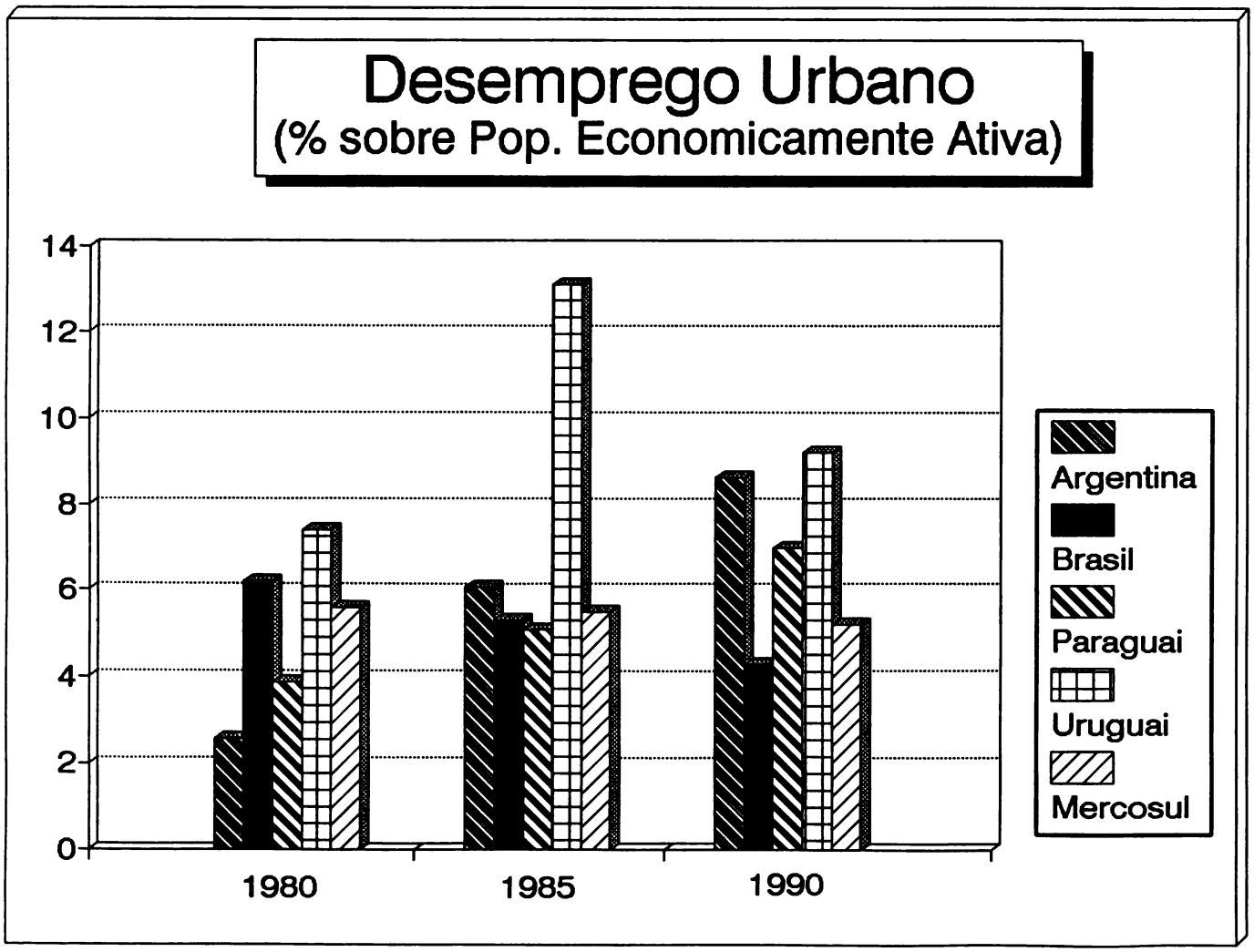
Fonte: CEPAL.



DESEMPREGO URBANO
(% sobre a População Economicamente Ativa)

PAÍS	1980	1985	1990
Argentina	2,6	6,1	8,6
Brasil	6,2	5,3	4,3
Paraguai	3,9	5,1	7,0
Uruguai	7,4	13,1	9,2
Mercosul	5,6	5,5	5,2

Fonte: CEPAL.



CAPÍTULO II

ASPECTOS ECONÔMICOS

COMENTÁRIOS

ASPECTOS ECONÔMICOS

Os quatro países integrantes do MERCOSUL representam nada menos que 52% do PIB total da América Latina. Por isso, deveriam representar a força propulsora da região em termos de crescimento real e nível de renda per capita. Lamentavelmente, devido à instabilidade do desempenho econômico da Argentina e do Brasil nos últimos anos, a produção total da sub-região está virtualmente estagnada desde 1986.

Embora os quatro países tenham agora adotado, em essência, os mesmos princípios gerais de reforma de políticas, nem todos conseguiram formar o macroambiente estável necessário para implementá-los. Por duas vezes a Argentina e o Brasil estiveram perigosamente próximos de situações de hiperinflação, contra as quais foram aplicadas medidas de tal severidade que mergulharam ambas as economias em profunda recessão. A última rodada desses programas de choque ocorreu no começo de 1990, quando, por obra de procedimentos similares de cirurgia monetária, grande parte do meio circulante dos dois países foi esterilizada.

No caso da Argentina, a esterilização foi obtida mediante a conversão forçada dos depósitos a prazo em obrigações a longo prazo expressas em dólares. No do Brasil, as autoridades simplesmente optaram pelo congelamento por 18 meses de 80% dos haveres financeiros do público. Em cada caso, o antídoto à inflação resultou em recessão imediata, cuja profundidade veio a ser controlada mediante um processo gradual de remonetização. Mas no fim de 1990 o PIB total caíra 0,5% na Argentina e 4,6% no Brasil.

Entrementes, a inflação se estabilizava seguindo diferentes rumos nos dois países. Na Argentina, a inflação mensal caiu gradualmente de um máximo de 95% em março de 1990 para apenas 5% em dezembro, ao passo que no Brasil registrou uma queda muito mais drástica nas fases iniciais (de 84% em março para 8% em maio), mas voltou depois a subir, atingindo a média mensal de 18% em dezembro de 1990. Em ambos os países as taxas de câmbio livremente flutuantes estabilizaram-se em níveis relativamente baixos, o que permitiu às autoridades monetárias acumular reservas cambiais a custo relativamente baixo, com a simultânea remonetização da economia.

Em janeiro de 1991 desvaneceu-se subitamente a confiança depositada no programa da Argentina, devido ao ressurgimento do déficit fiscal e, uma vez mais, a taxa de câmbio aumentou vertiginosamente, enquanto a inflação se

acelerava para 28%. Essa situação resultou na adoção de um conjunto de medidas adicionais, com aumentos, em fevereiro de 1991, tanto dos impostos como das tarifas dos serviços públicos, e a proclamação, em março, da conversibilidade da moeda nacional circulante, em relação ao dólar dos Estados Unidos.

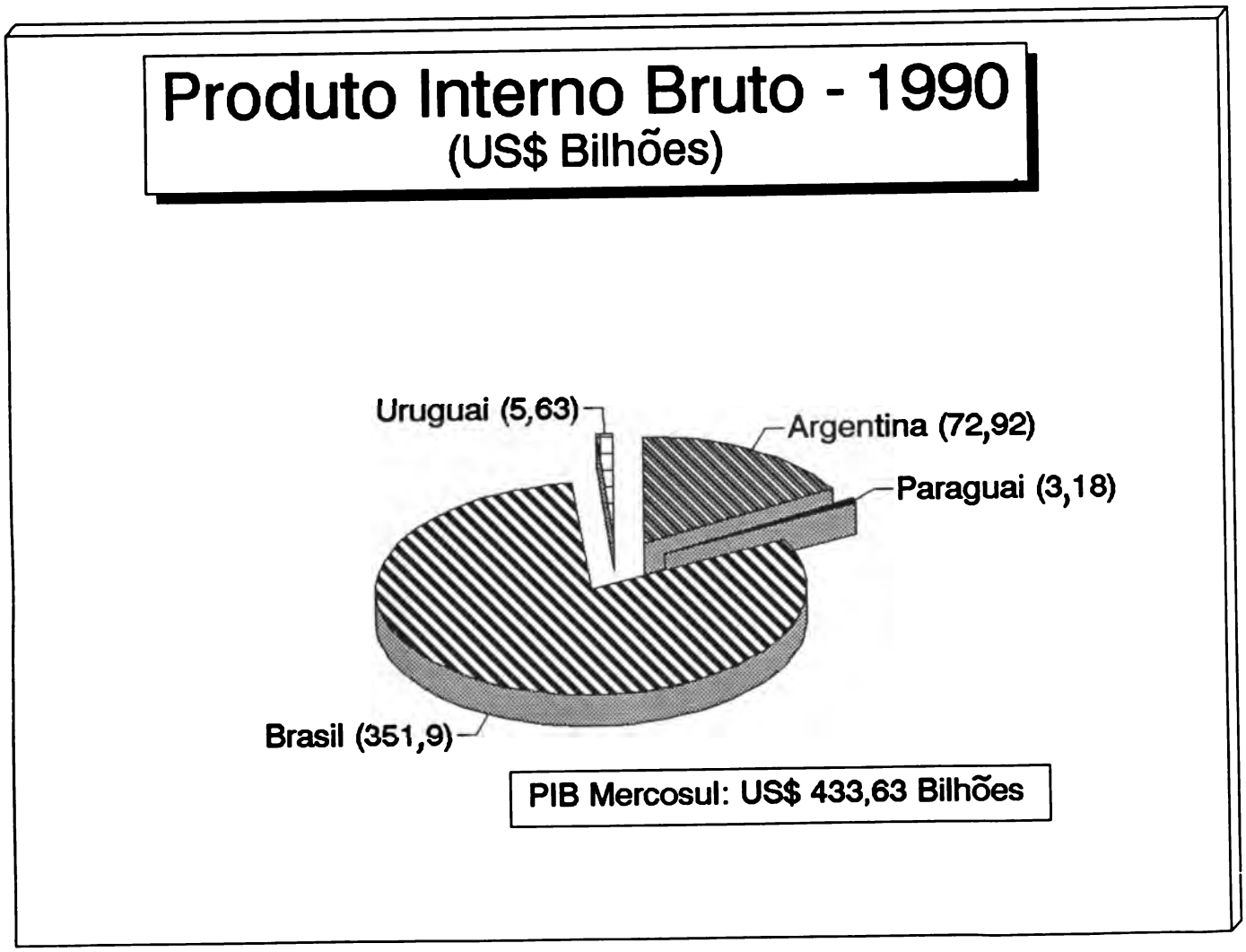
No Brasil, foi decretado novo congelamento de preços e salários, o sistema de indexação dos juros pela inflação foi abolido e as operações do mercado monetário foram centralizadas num fundo único de liquidez.

Os experimentos de política aplicados na Argentina e no Brasil e a resultante instabilidade dos níveis de preços relativos não deixaram de repercutir nas pequenas economias vizinhas, principalmente do Paraguai e do Uruguai. Embora as flutuações das taxas cambiais e dos juros reais criem, em certos casos, oportunidades para os fluxos favoráveis de comércio e de capital, tal benefício geralmente não é duradouro e, com a reversão desses fluxos, o ajustamento se torna mais penoso. Não obstante, graças ao excelente desempenho de suas exportações, tanto o Paraguai como o Uruguai têm passado sistematicamente além da média do Cone Sul nos últimos anos. Foi o que ocorreu novamente em 1990, ano em que os dois países registraram taxas de crescimento de 3,1% e 0,9%, respectivamente. Essas taxas nacionais, embora representem em ambos os casos crescimento menor que o do ano anterior, equivalem a um desempenho satisfatório no contexto sub-regional.

PRODUTO INTERNO BRUTO - 1990

PAÍS	US$ Bilhões	% sobre o total
Argentina	72,92	16,82
Brasil	351,90	81,15
Paraguai	3,18	0,73
Uruguai	5,63	1,30
Mercosul	433,63	100,00

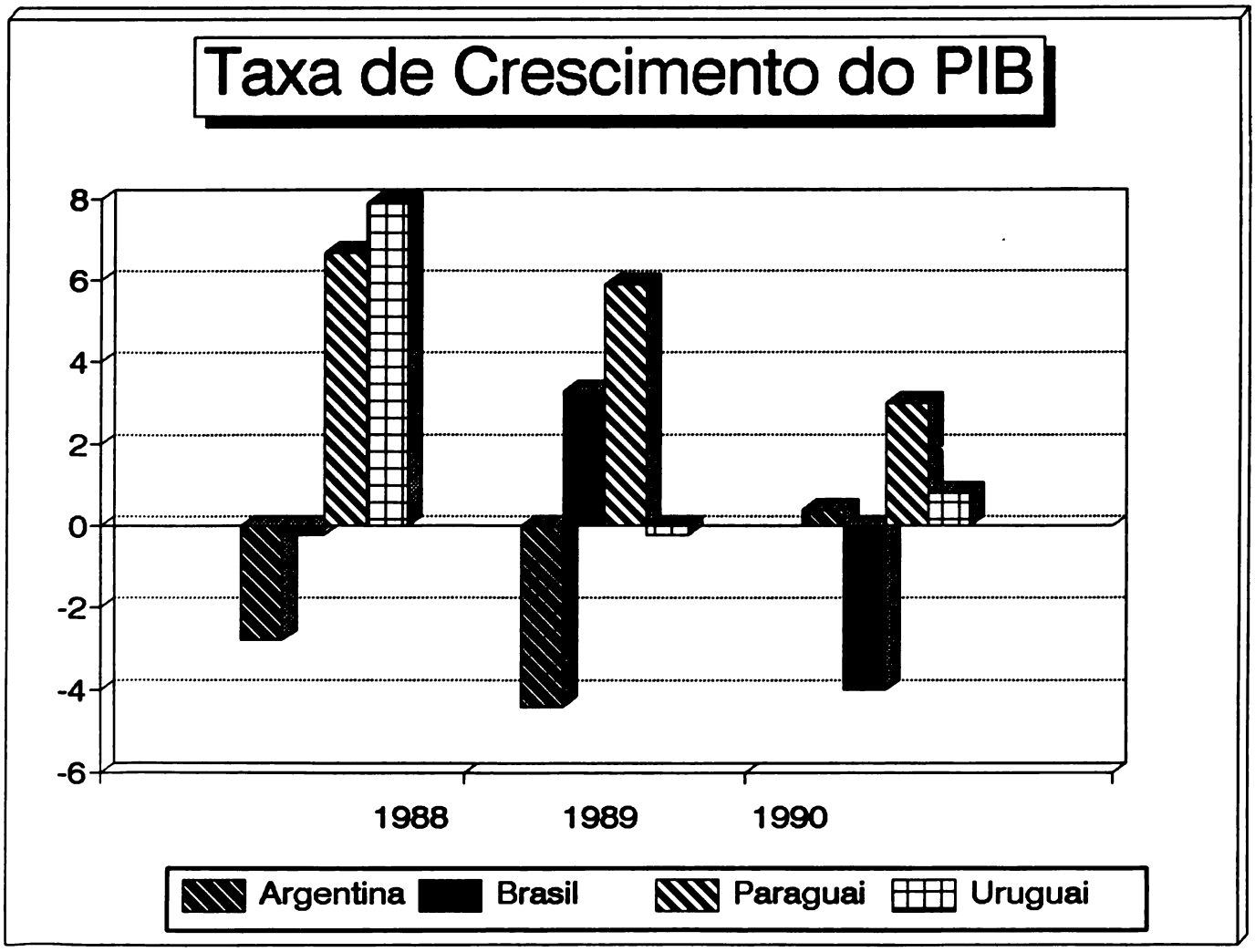
Fonte: CEPAL.



TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	- 2,8	- 4,4	0,4
Brasil	- 0,2	3,3	- 4,0
Paraguai	6,7	5,9	3,0
Uruguai	- 0,2	0,6	0,8

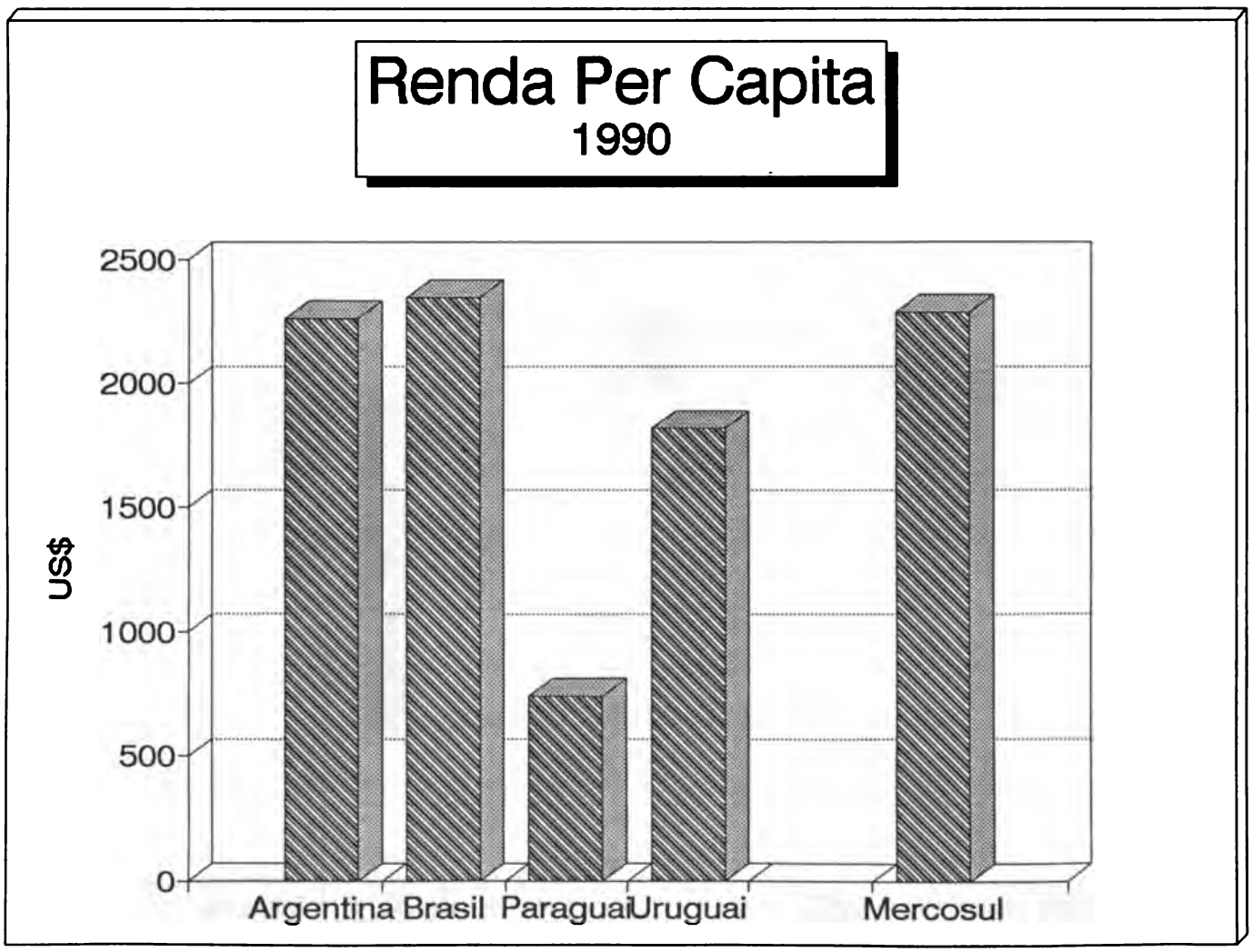
Fonte: CEPAL.



RENDA PER CAPITA - 1990

PAÍS	Em Dólares
Argentina	2.256
Brasil	2.346
Paraguai	745
Uruguai	1.822
Mercosul	2.285

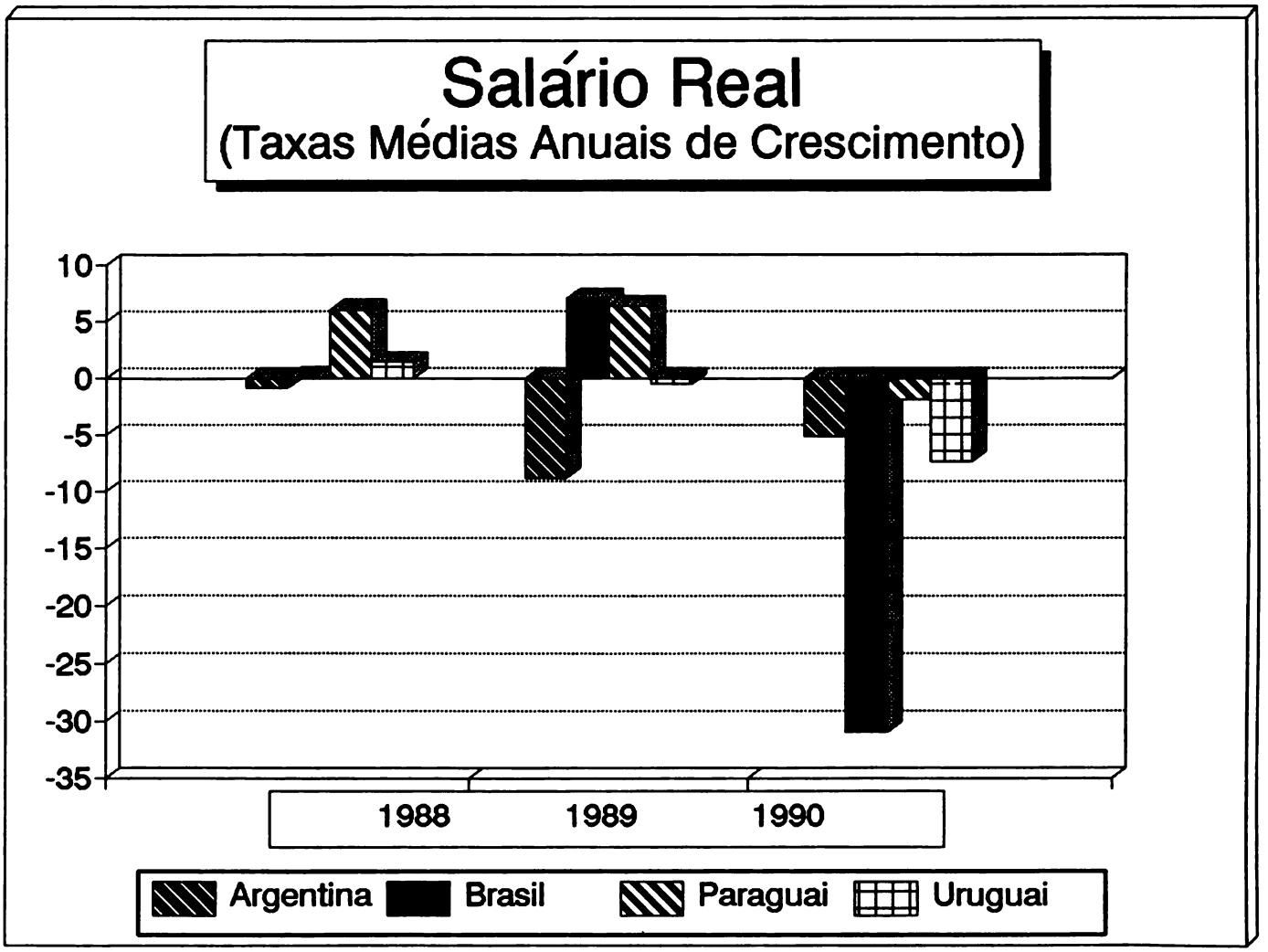
Fonte: CEPAL.



SALARIO REAL
(Taxas Médias Anuais de Crescimento)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	- 0,9	- 8,8	- 5,1
Brasil	0,1	7,0	- 30,9
Paraguai	6,1	6,4	- 1,9
Uruguai	1,5	- 0,4	- 7,3

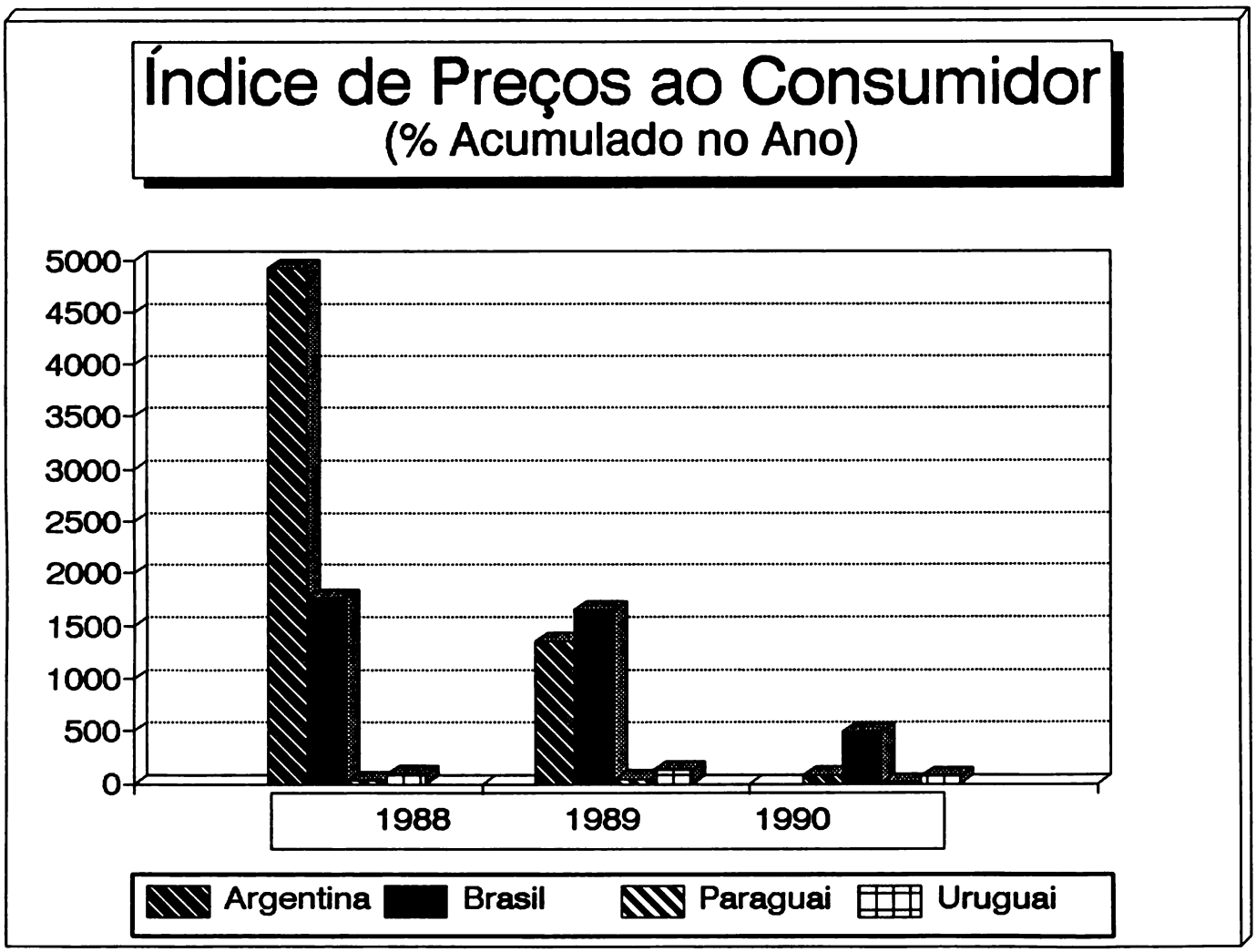
Fonte: FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL.



ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
(% Acumulada no Ano)

PAÍS	1989	1990	1991
Argentina	4.925,30	1.344,45	82,13
Brasil	1.759,20	1.657,58	493,74
Paraguai	28,50	44,07	6,79
Uruguai	89,20	129,28	62,04

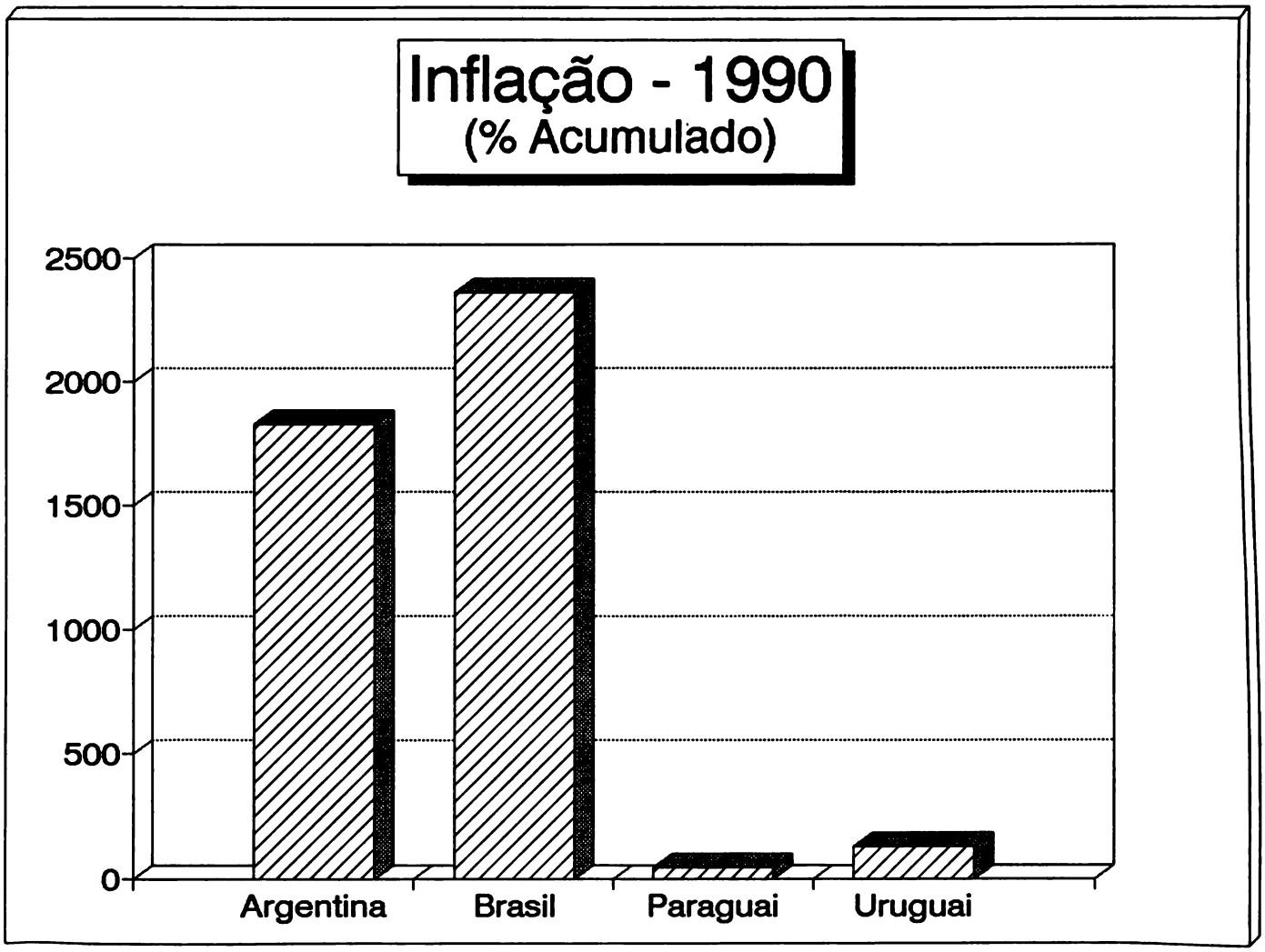
Fonte: FGV, CEPAL, BCP, BCU, IFS.



INFLAÇÃO - 1990

PAÍS	(% Acumulado no Ano)
Argentina	1.832,5
Brasil	2.359,9
Paraguai	42,7
Uruguai	129,8

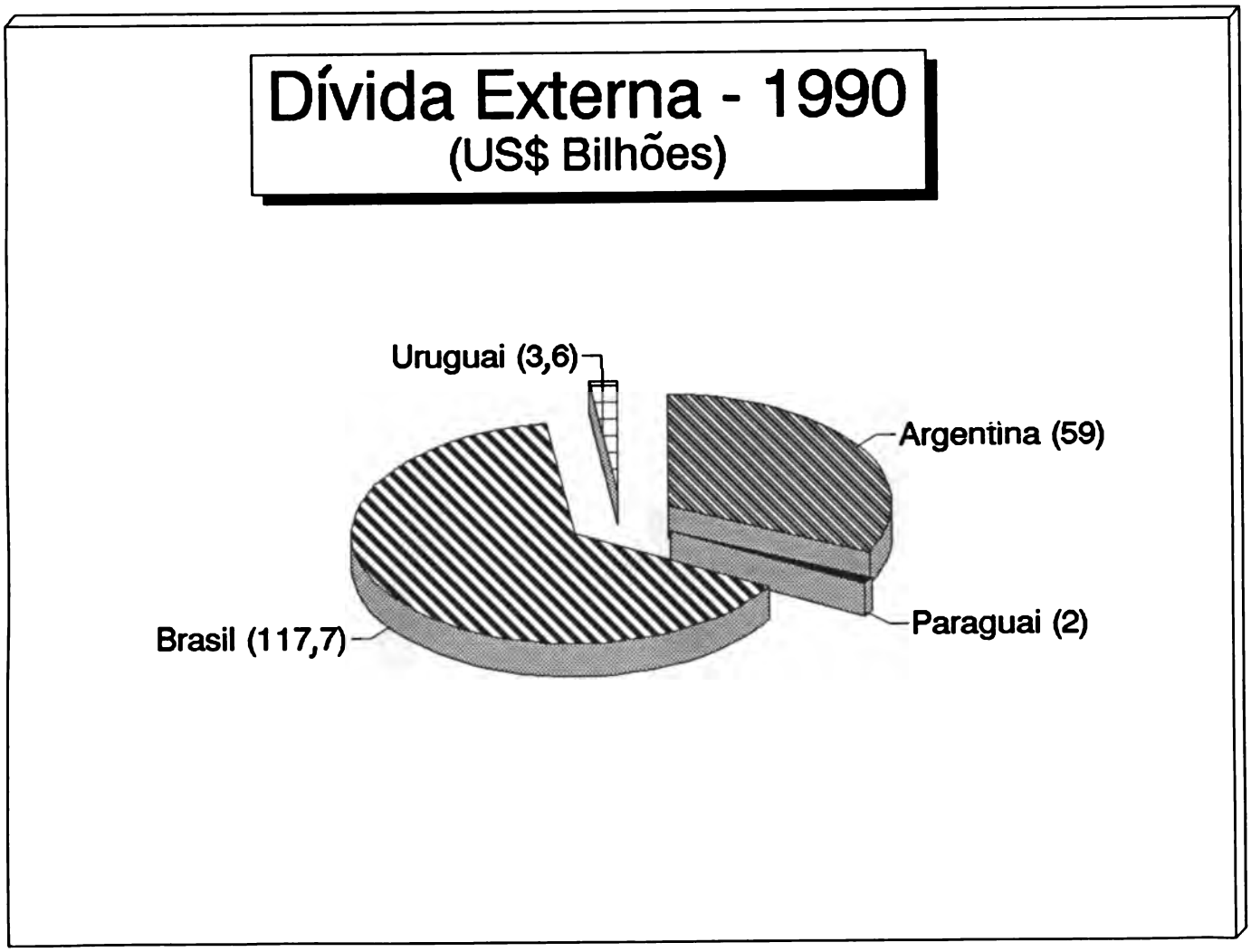
Fonte: IPEA.



DIVIDA EXTERNA DESEMBOLSADA - 1990

PAIS	US$ Bilhões	% sobre o total
Argentina	59,0	32,3
Brasil	117,7	64,6
Paraguai	2,0	1,1
Uruguai	3,6	2,0
Mercosul	182,3	100,0

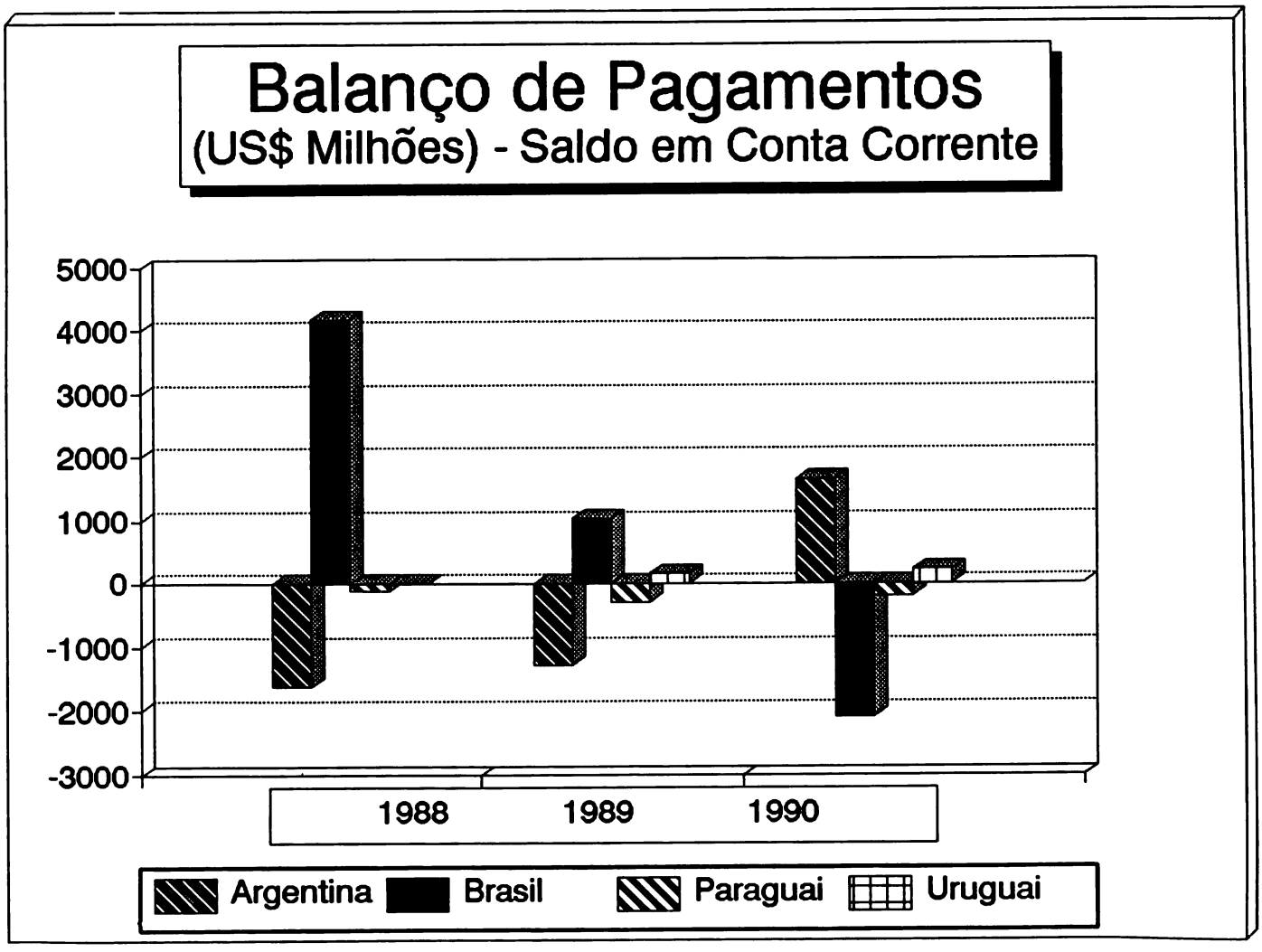
Fonte: CEPAL.



BALANÇO DE PAGAMENTOS
Saldo em Conta Corrente (US$ Milhões)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	- 1.615	- 1.292	1.641
Brasil	4.159	1.025	- 2.097
Paraguai	- 125	- 294,4	- 195,1
Uruguai	8,9	153,2	224

Fonte: FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL.



CAPÍTULO III

INDICADORES AGROPECUÁRIOS

COMENTÁRIOS

INDICADORES AGROPECUÁRIOS

O MERCOSUL apresenta, na soma dos quatro países que o integram, um quadro excepcional em termos de recursos naturais, com importantes vias fluviais (as bacias do Amazonas e do rio da Prata).

Com uma área de 95.860.000 hectares de terras aráveis, dos quais 4.757.000 hectares são irrigados, o MERCOSUL encerra um grande potencial para a produção agropecuária.

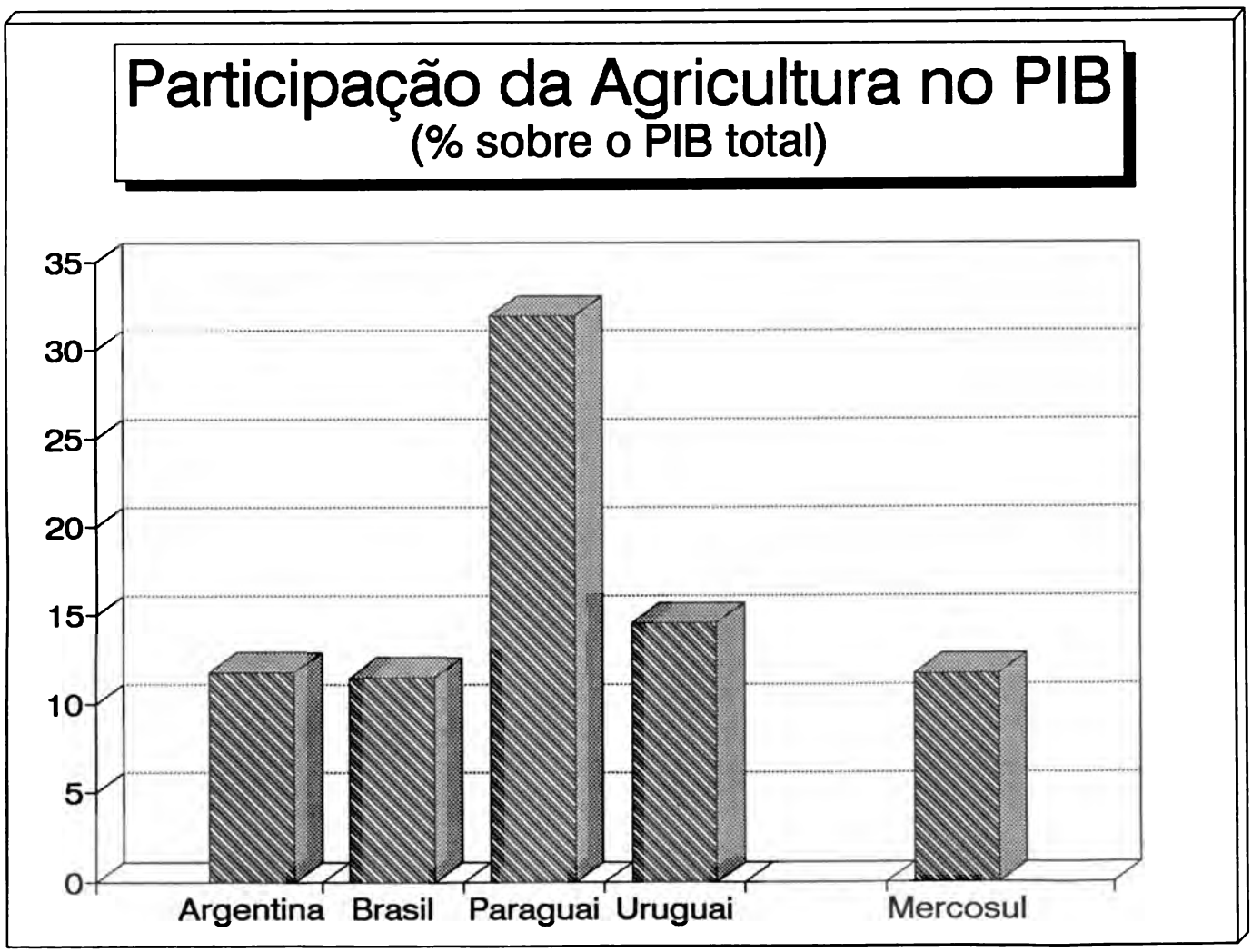
Alguns cultivos produzidos no MERCOSUL destacam-se no cenário mundial, como é o caso do algodão, da cana-de-açúcar e do trigo. Também a produção pecuária se destaca principalmente na Argentina e no Brasil.

Quanto à modernização do setor primário, pode-se afirmar que tem havido um avanço importante. Alguns indicadores mostram, entretanto, a necessidade de maior exploração deste setor. Segundo dados da CEPAL, o número de hectares arados por trator em 1990 foi de 534 hectares. Observa-se ainda que o crescimento do número de tratores existentes no MERCOSUL no período de 1988-90 foi de 2,24%, enquanto o número de colheitadeiras nesse mesmo período cresceu 3,14%.

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NA FORMAÇÃO DO PIB - 1990
(Preços Constantes de 1980)

PAÍS	% sobre o PIB total
Argentina	11,8
Brasil	11,5
Paraguai	31,9
Uruguai	14,6
Mercosul	11,7

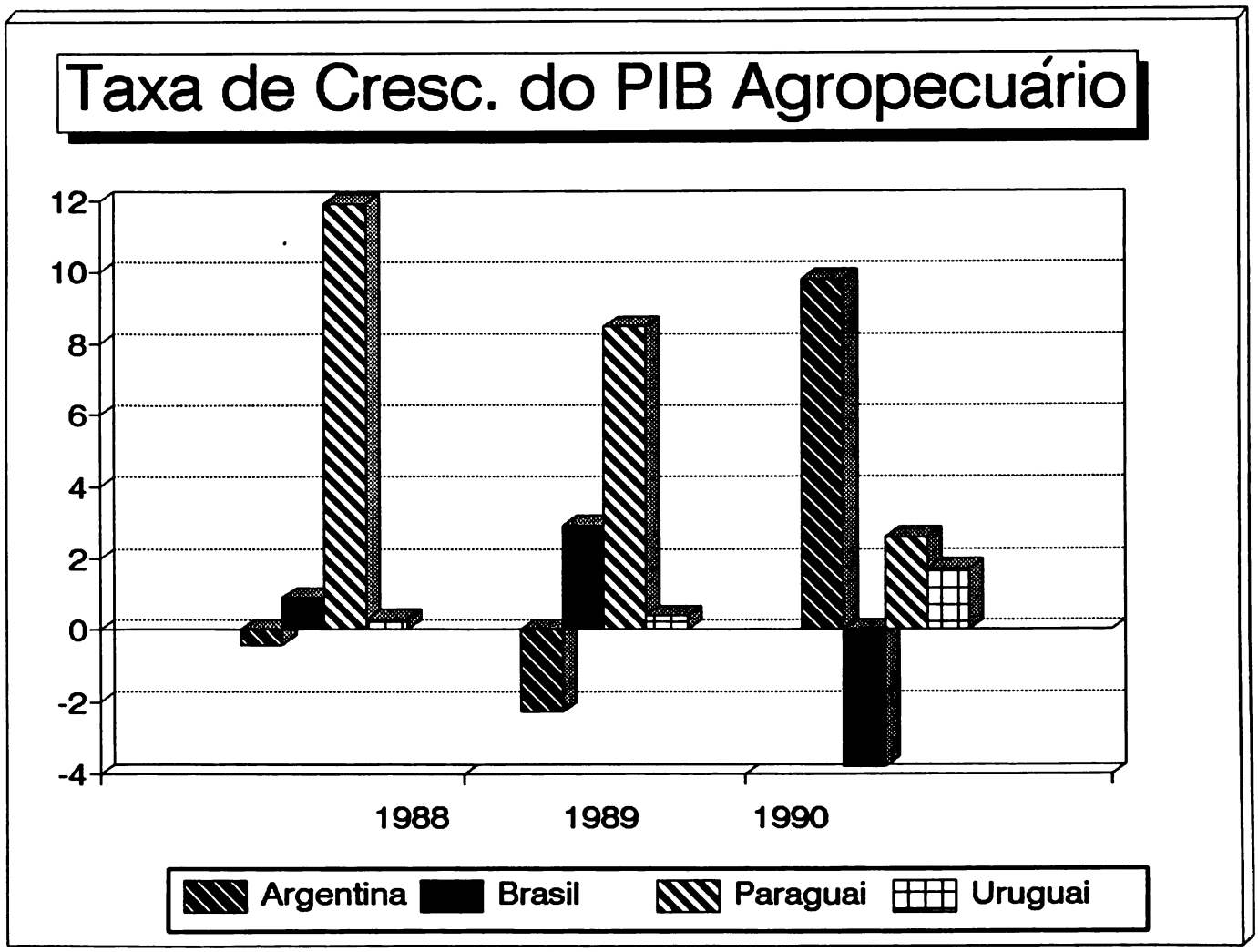
Fonte: CEPAL.



TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB AGROPECUARIO

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	- 0,4	- 2,3	9,8
Brasil	0,9	2,9	- 3,8
Paraguai	11,9	8,5	2,6
Uruguai	0,3	0,4	1,7

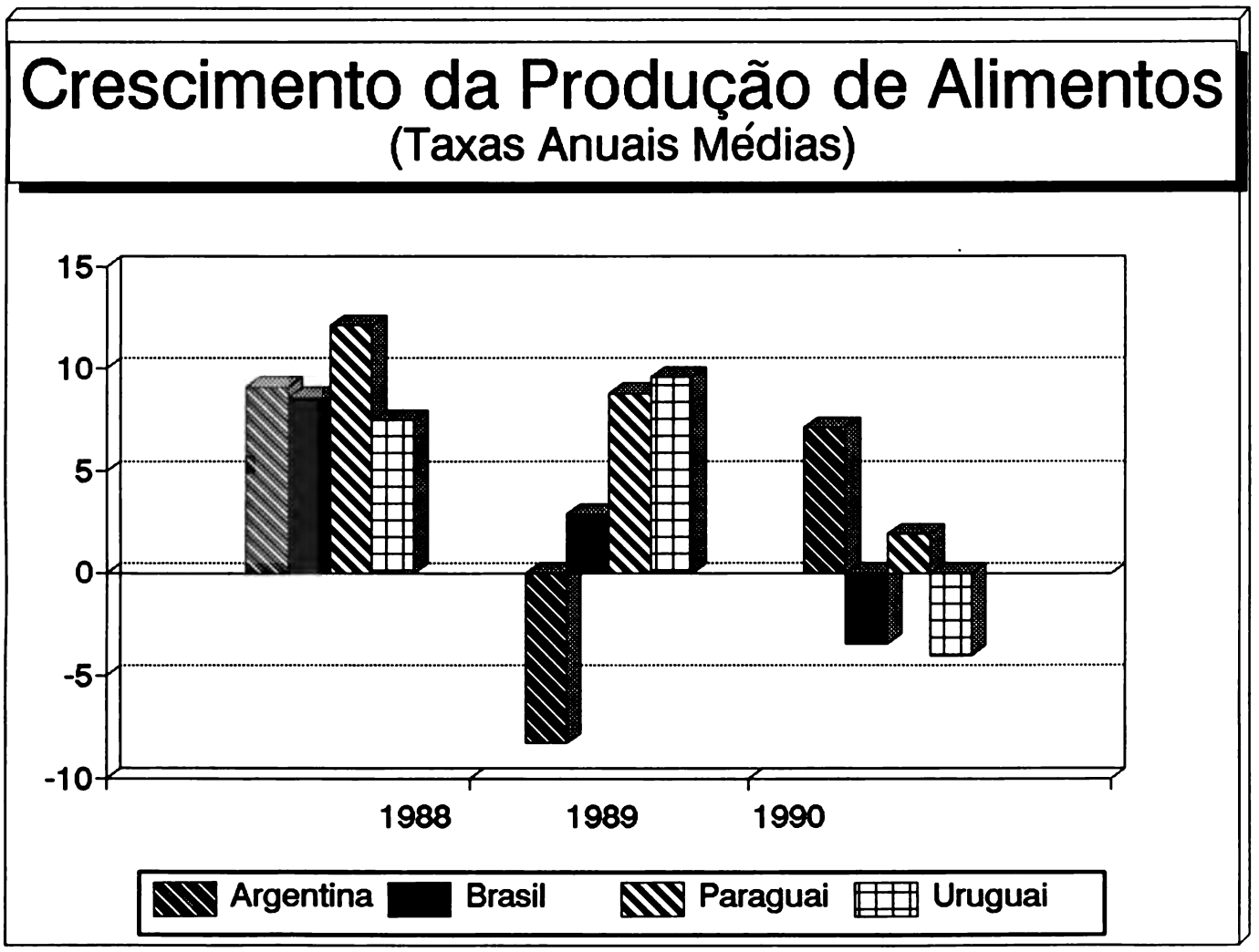
Fonte: CEPAL.



CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
(Taxas Anuais Médias)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	9,1	- 8,3	7,1
Brasil	8,6	2,9	- 3,5
Paraguai	12,1	8,8	1,9
Uruguai	7,5	9,6	- 4,0

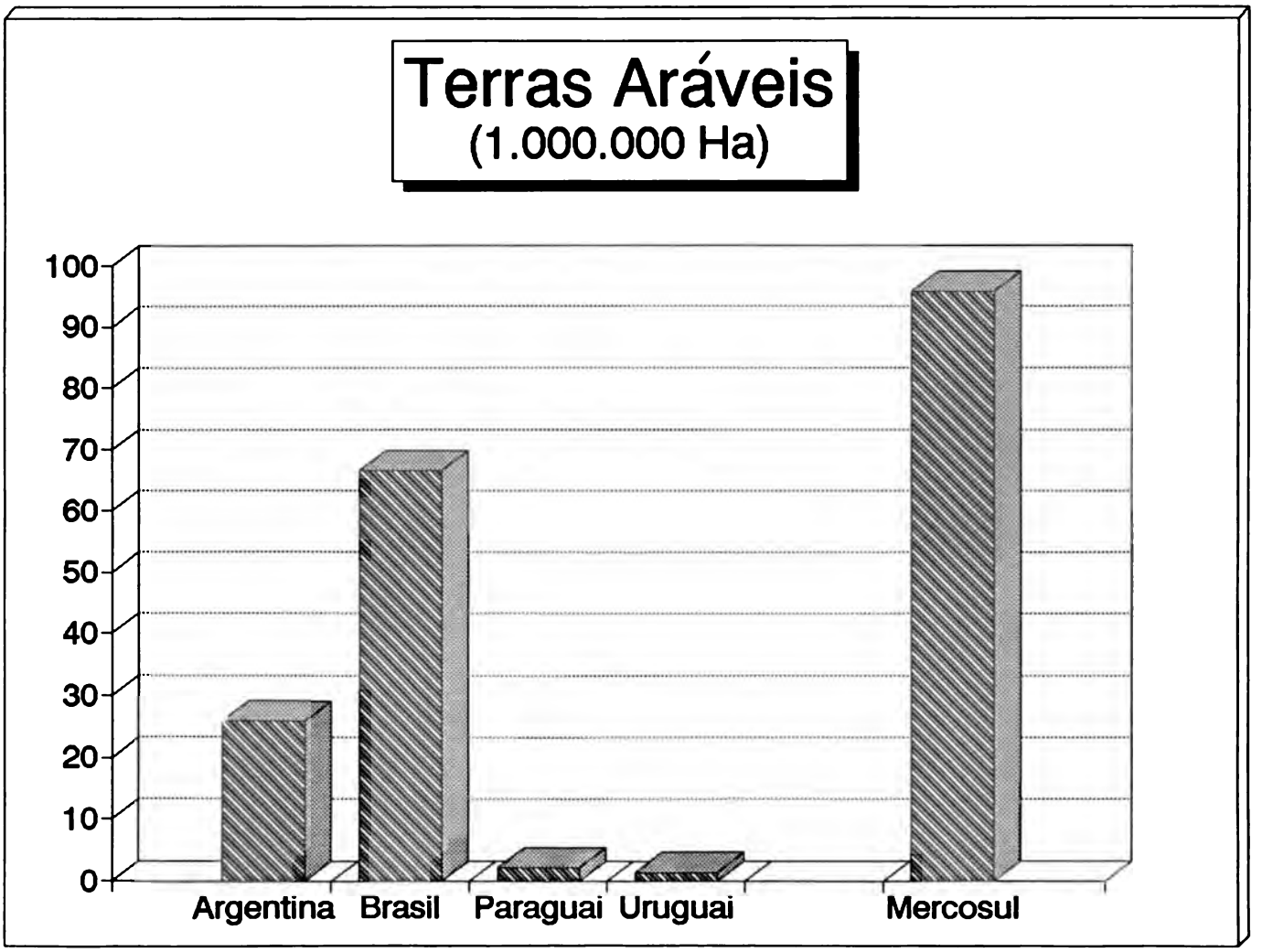
Fonte: CEPAL.



TERRAS ARAVEIS - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	26.000	27,13
Brasil	66.500	69,37
Paraguai	2.100	2,19
Uruguai	1.260	1,31
Mercosul	95.860	100,00

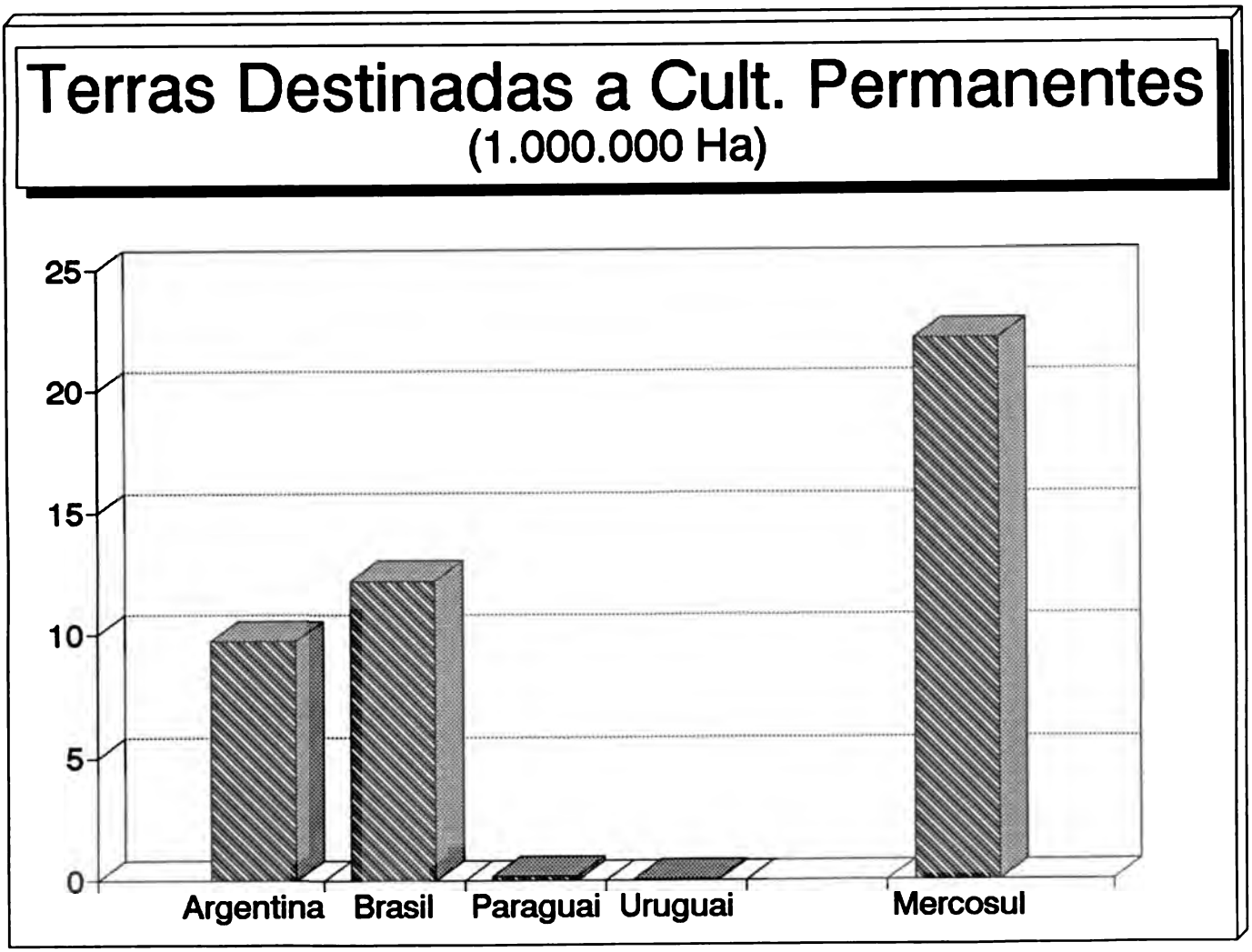
Fonte: CEPAL.



TERRAS DESTINADAS A CULTIVOS PERMANENTES - 1990

PAIS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	9.750	44,10
Brasil	12.200	55,18
Paraguai	116	0,52
Uruguai	44	0,20
Mercosul	22.110	100,00

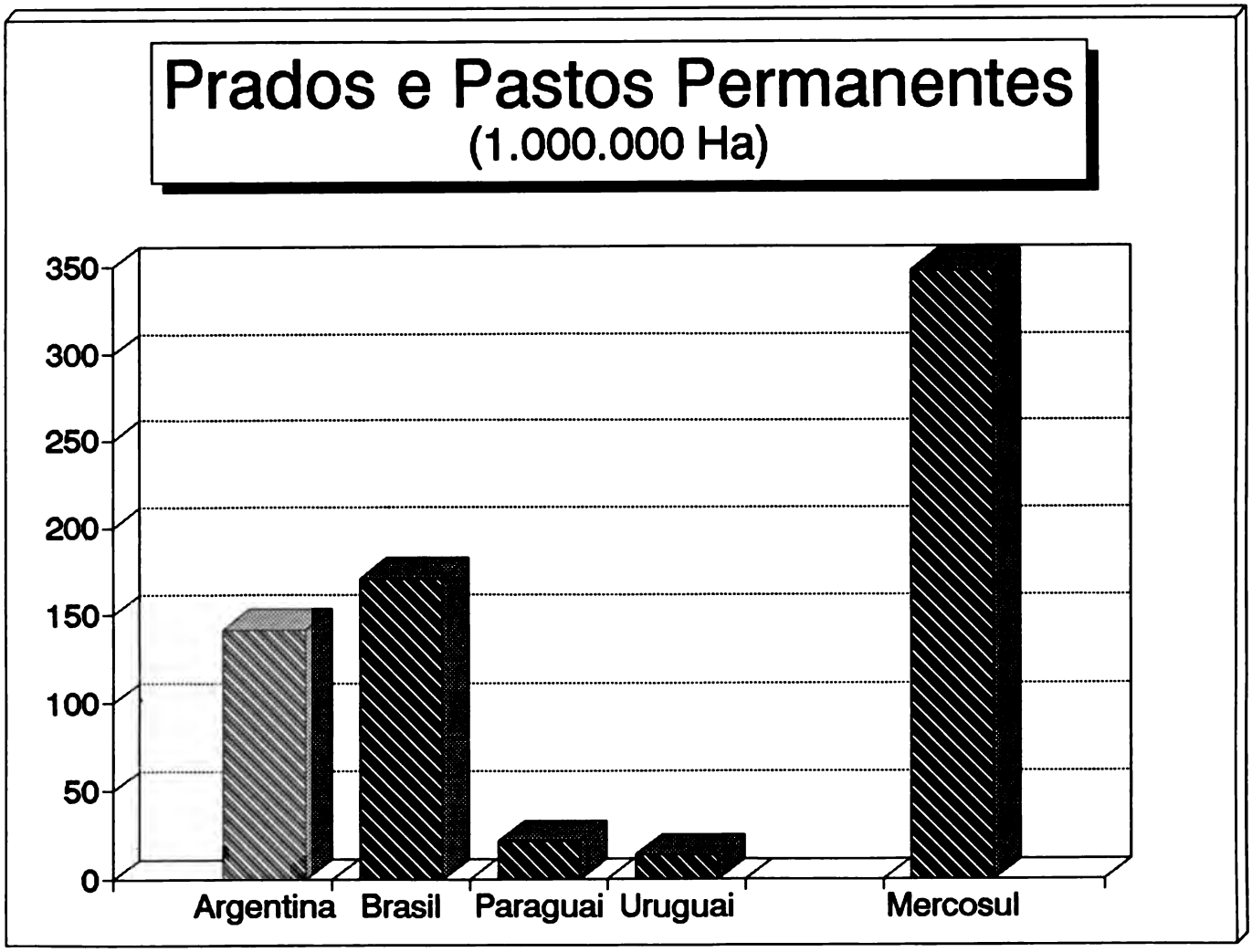
Fonte: CEPAL.



TERRAS DESTINADAS A PRADOS E PASTOS PERMANENTES - 1990

PAIS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	142.200	40,89
Brasil	171.000	49,19
Paraguai	21.000	6,04
Uruguai	13.514	3,88
Mercosul	347.714	100,00

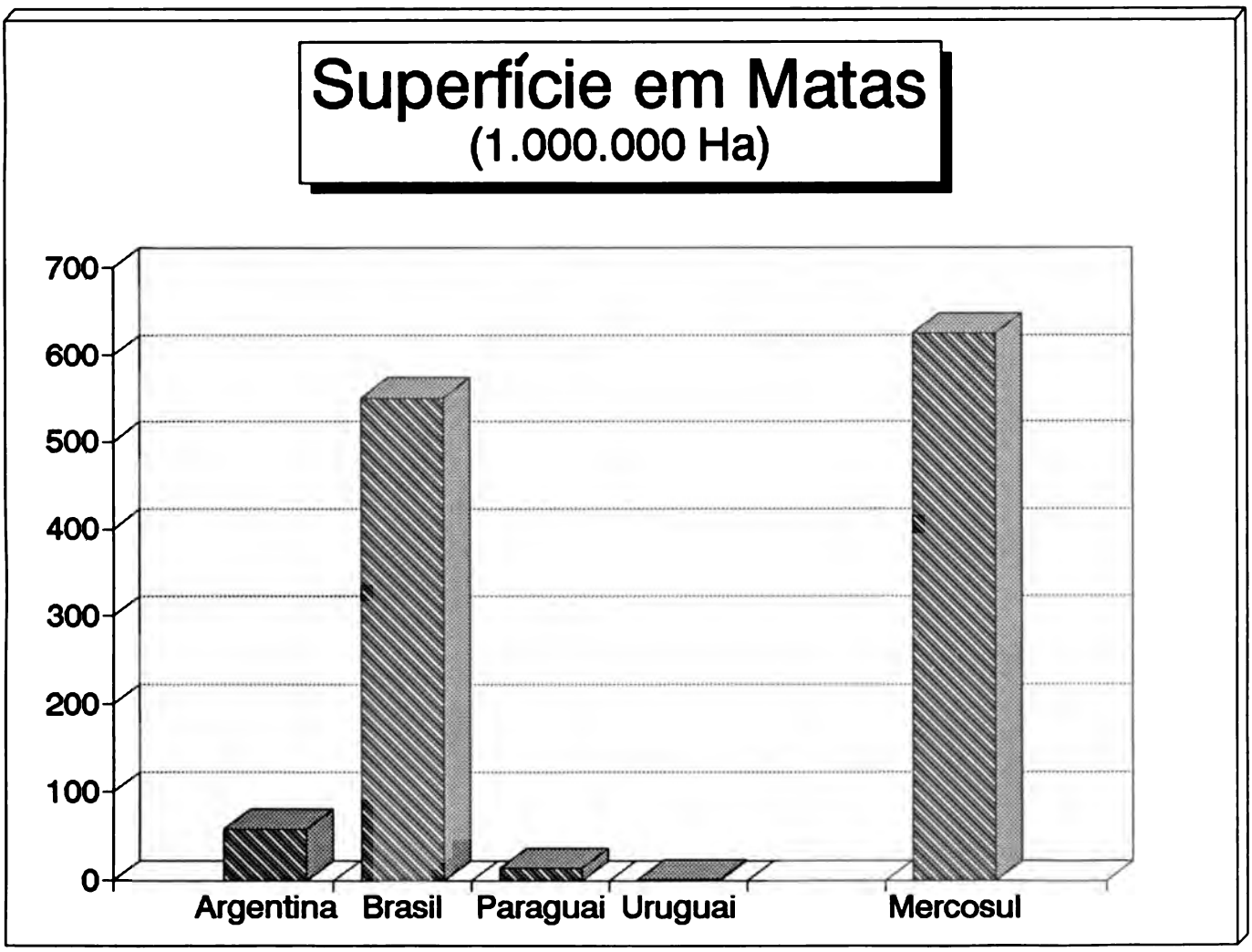
Fonte: CEPAL.



SUPERFICIE EM MATAS - 1990

PAIS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	59.200	9,48
Brasil	550.700	88,21
Paraguai	13.750	2,20
Uruguai	669	0,11
Mercosul	624.319	100,00

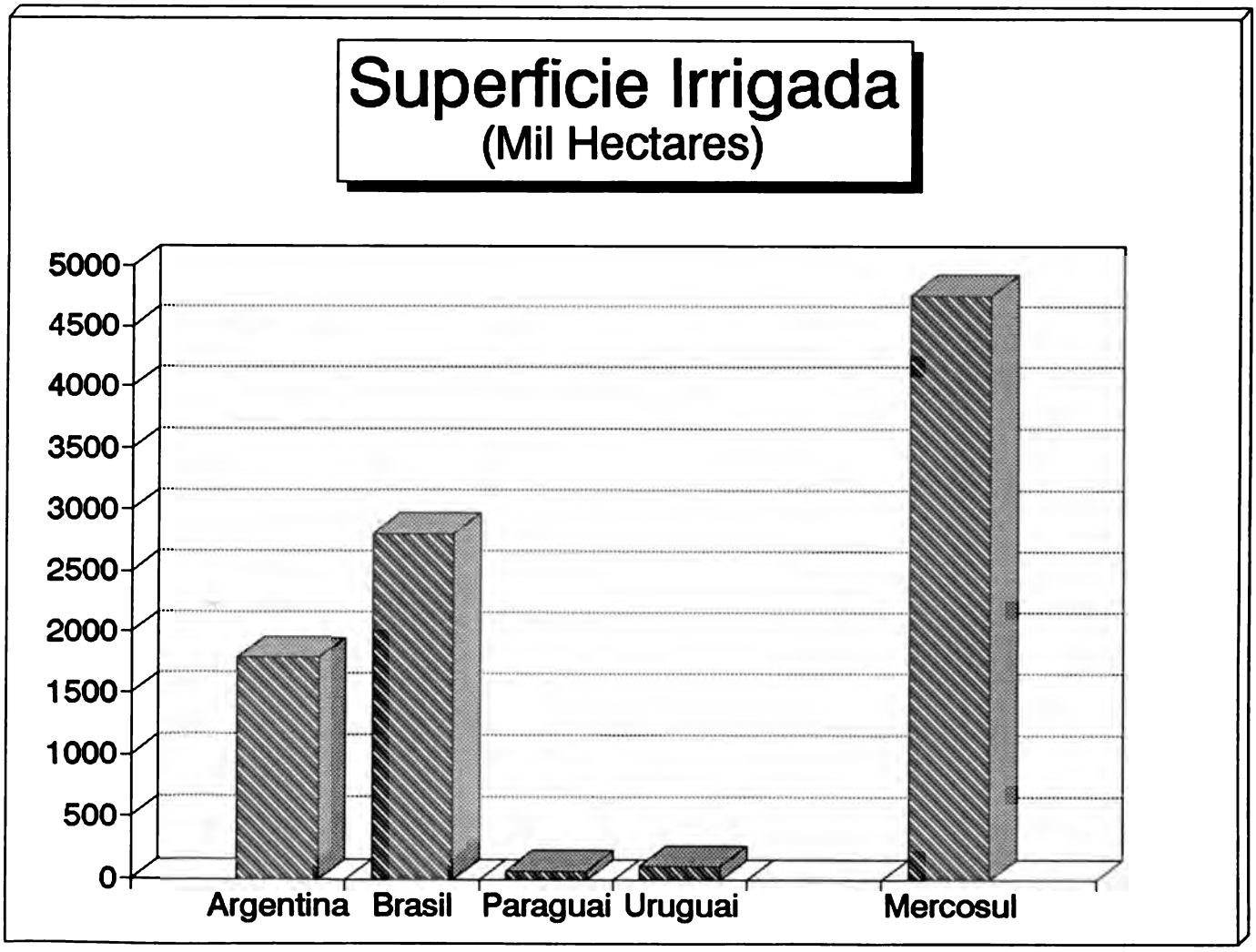
Fonte: CEPAL.



SUPERFICIE IRRIGADA - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	1.780	37,42
Brasil	2.800	58,86
Paraguai	67	1,41
Uruguai	110	2,31
Mercosul	4.757	100,00

Fonte: CEPAL.

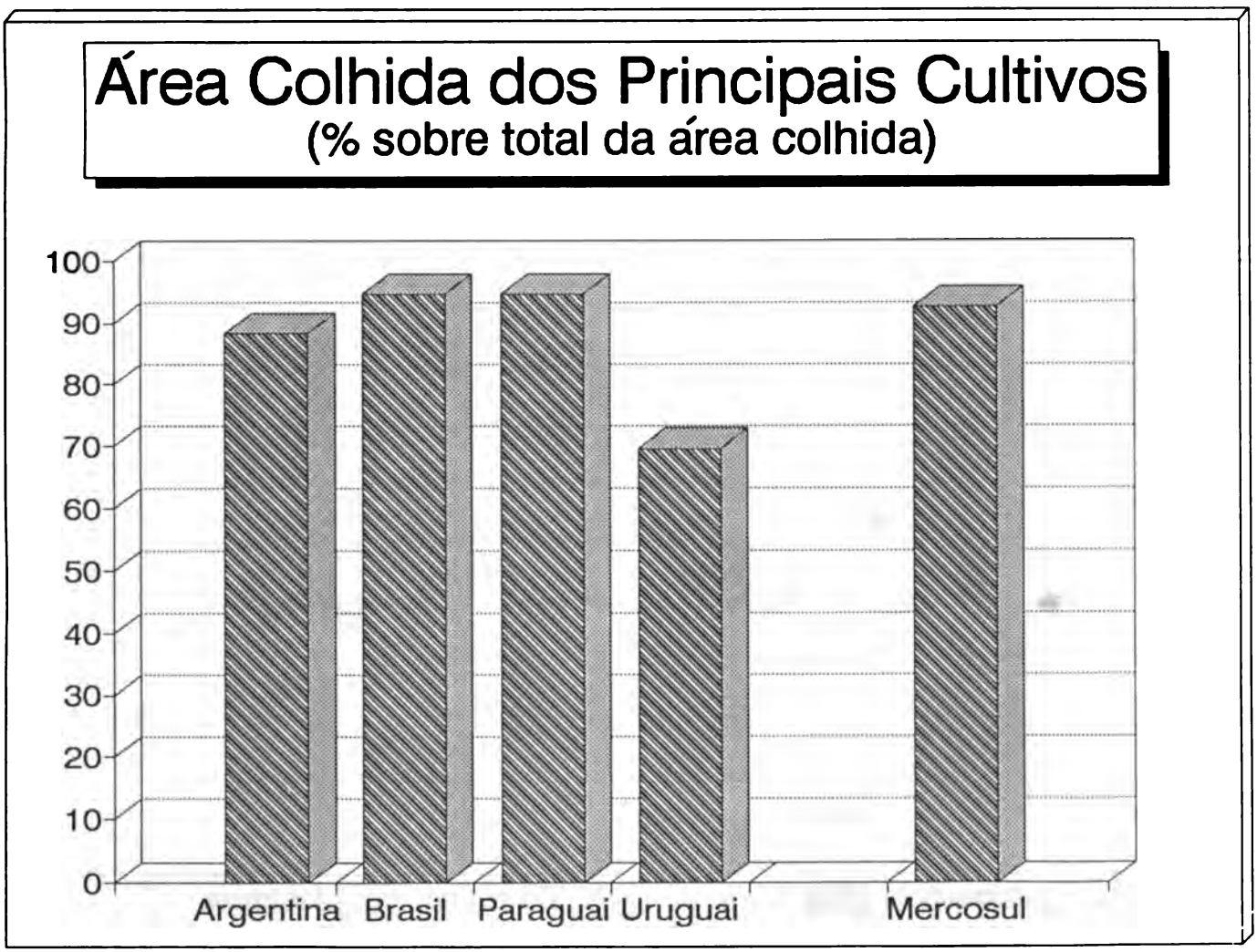


AREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (*) - 1990

PAIS	% sobre Total da Area Colhida
Argentina	88,3
Brasil	94,6
Paraguai	94,7
Uruguai	69,5
Mercosul	92,6

Fonte: CEPAL.

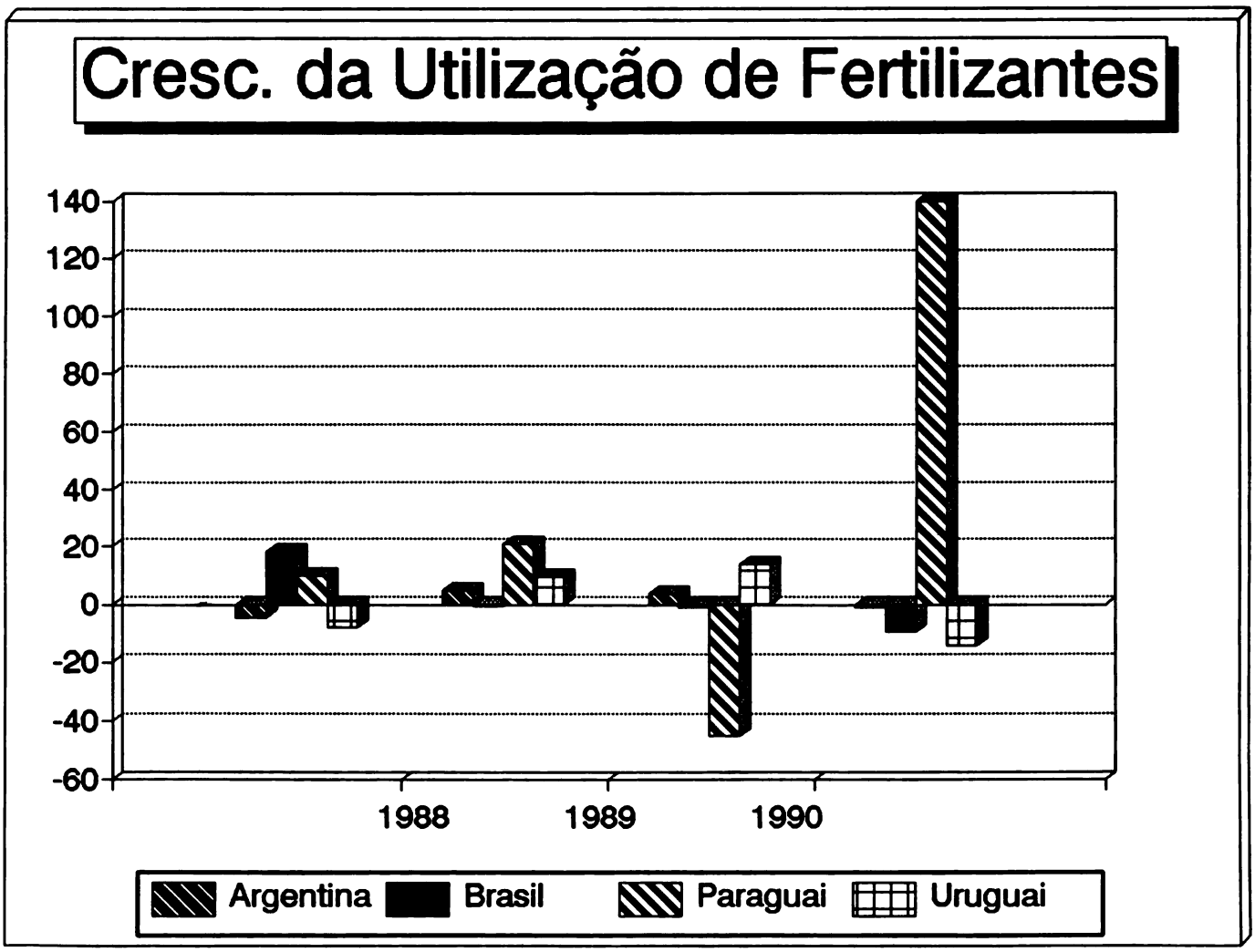
(*) Principais cultivos: algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, girassol, milho, mandioca, soja, sorgo e trigo.



CRESCIMENTO DA UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES (%)

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	- 4,5	4,6	3,6	- 1,1
Brasil	18,3	- 0,6	- 0,8	- 9,3
Paraguai	10,0	20,9	- 45,4	139,8
Uruguai	- 8,1	9,5	13,8	- 14,2

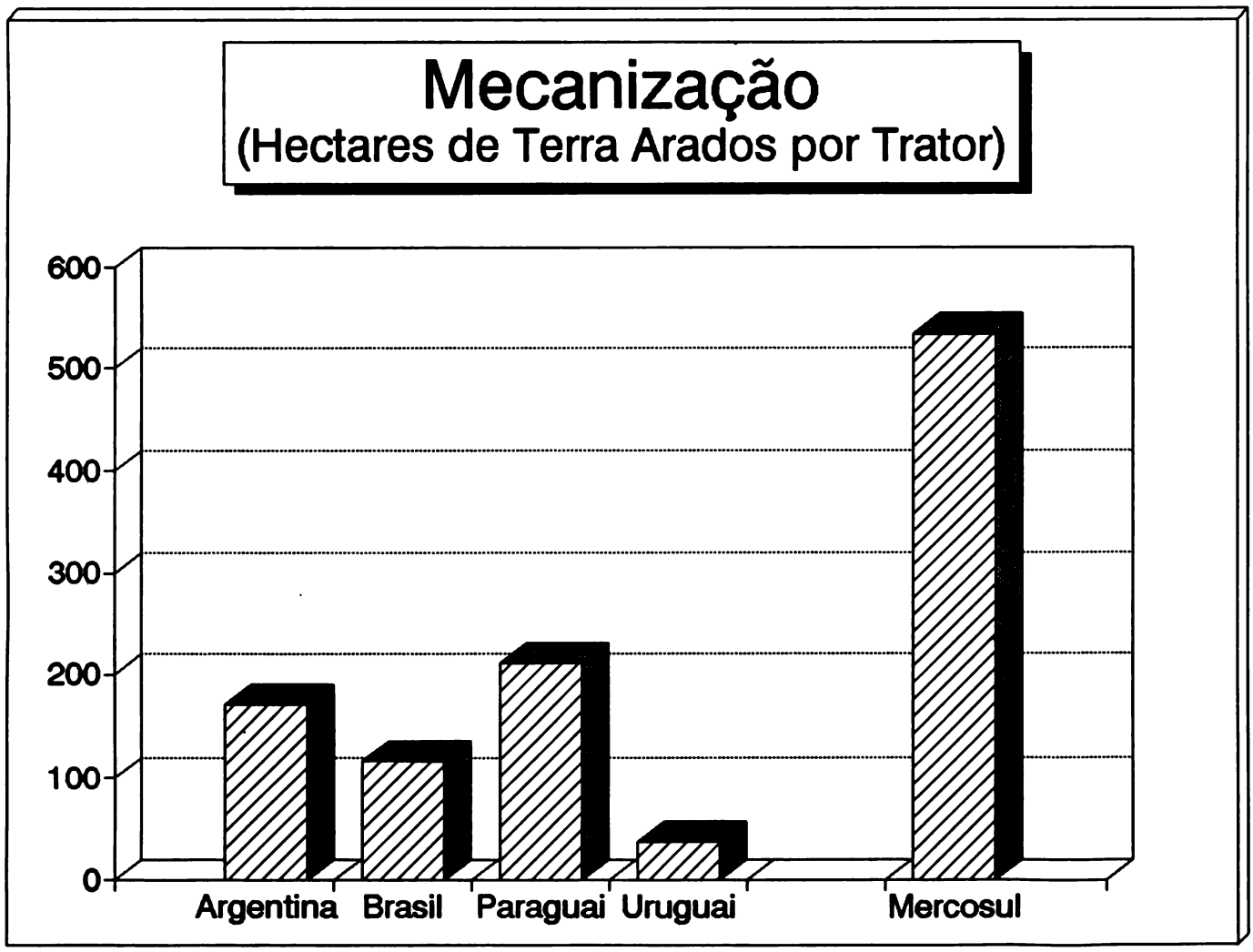
Fonte: CEPAL.



MECANIZAÇÃO - 1990

PAIS	Hectares Arados por Trator	% sobre o total
Argentina	170	31,8
Brasil	116	21,7
Paraguai	211	39,5
Uruguai	37	7,0
Mercosul	534	100,0

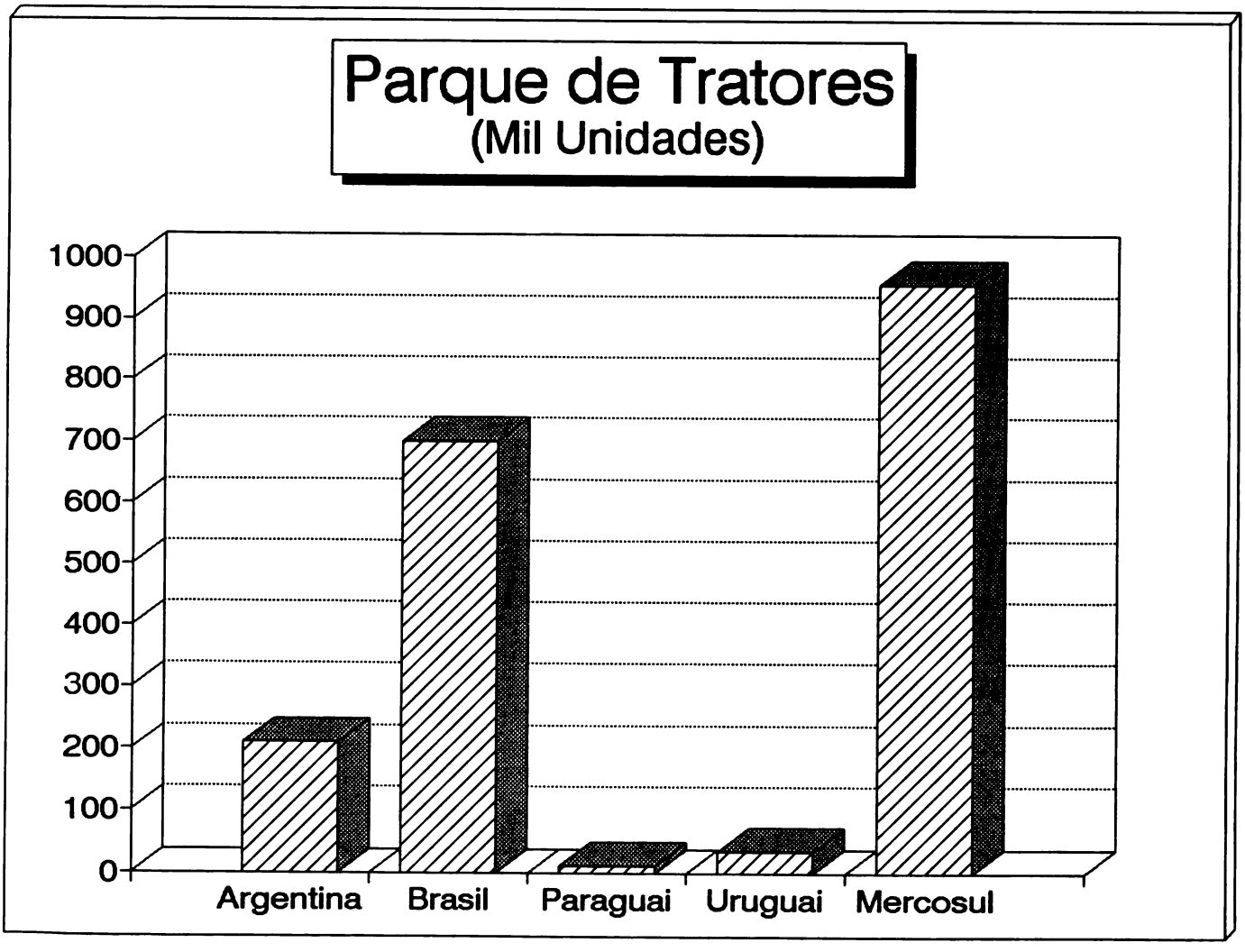
Fonte: CEPAL.



PARQUE DE TRATORES
(Mil Unidades)

PAIS	1988	1989	1990
Argentina	210,0	210,0	210,0
Brasil	680,0	690,0	700,0
Paraguai	10,5	10,7	10,9
Uruguai	35,2	35,5	35,8
Mercosul	935,7	946,2	956,7

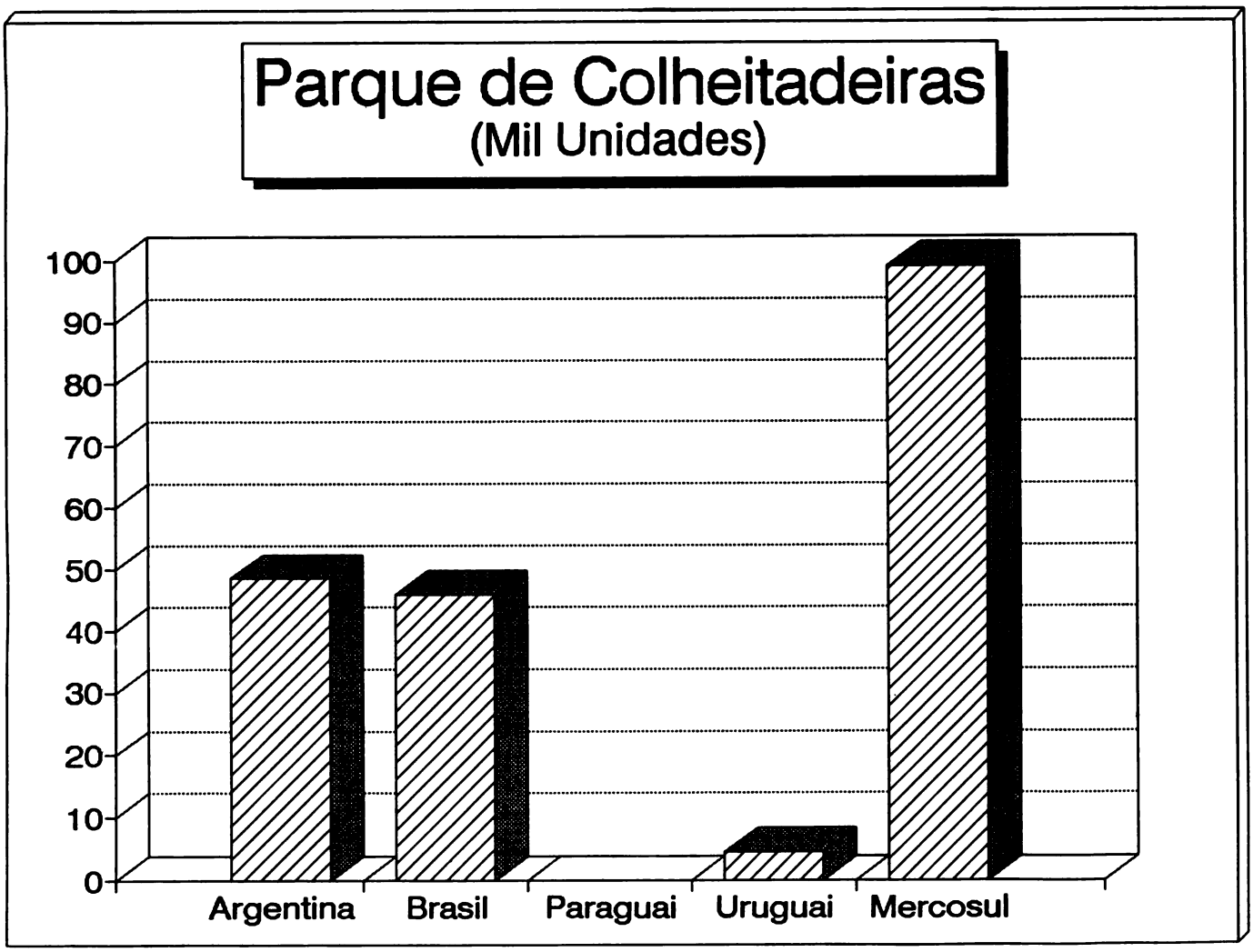
Fonte: CEPAL.



PARQUE DE COLHEITADEIRAS
(Mil Unidades)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	47,50	48,00	48,50
Brasil	44,00	45,00	46,00
Paraguai	s.d.	s.d.	s.d.
Uruguai	4,64	4,65	4,66
Mercosul	96,14	97,65	99,16

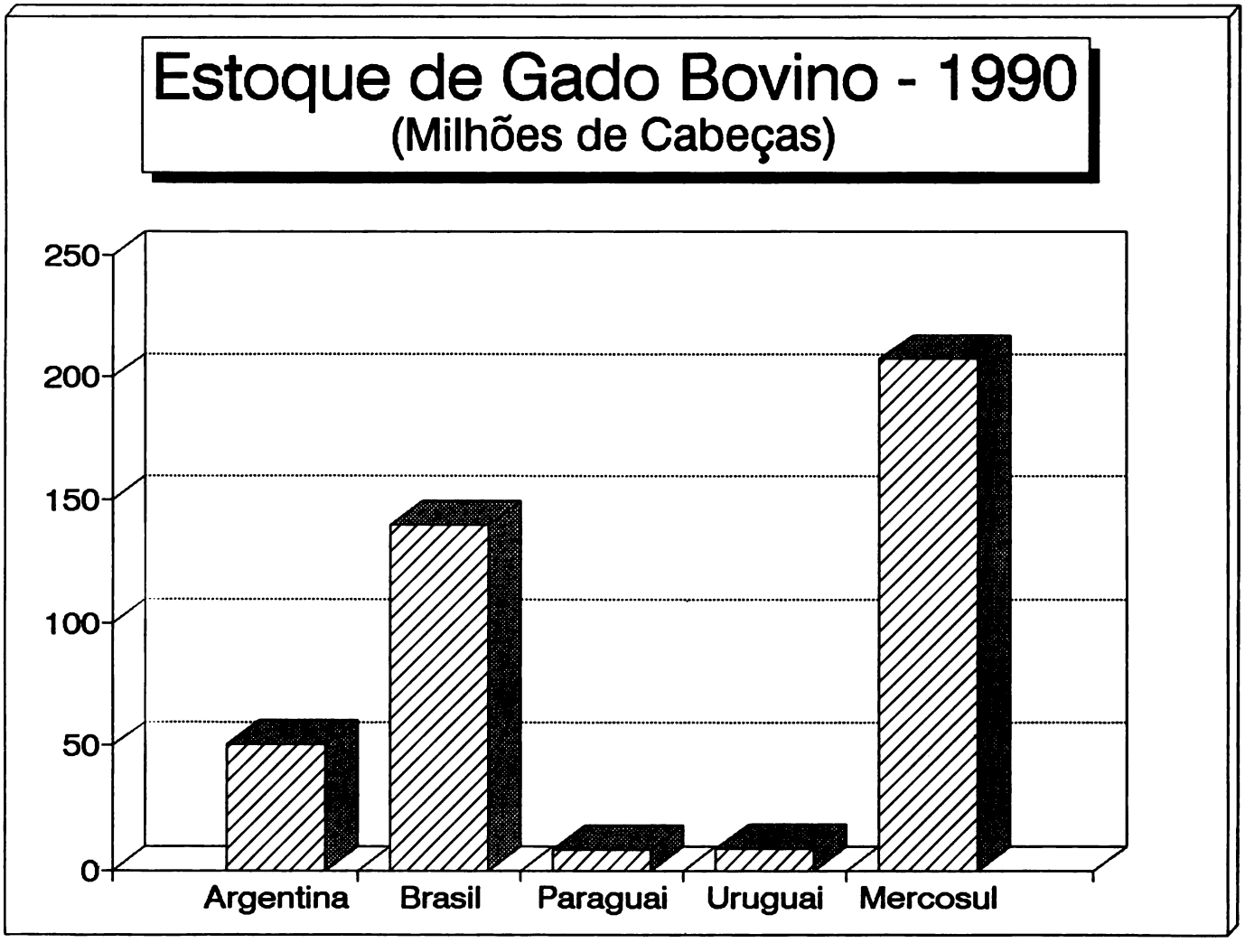
Fonte: CEPAL.



ESTOQUE DE GADO BOVINO
(Mil Cabeças)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	50.782	50.782	50.581
Brasil	139.599	136.814	140.000
Paraguai	7.780	8.074	8.254
Uruguai	10.331	9.447	8.723
Mercosul	208.492	205.117	207.558

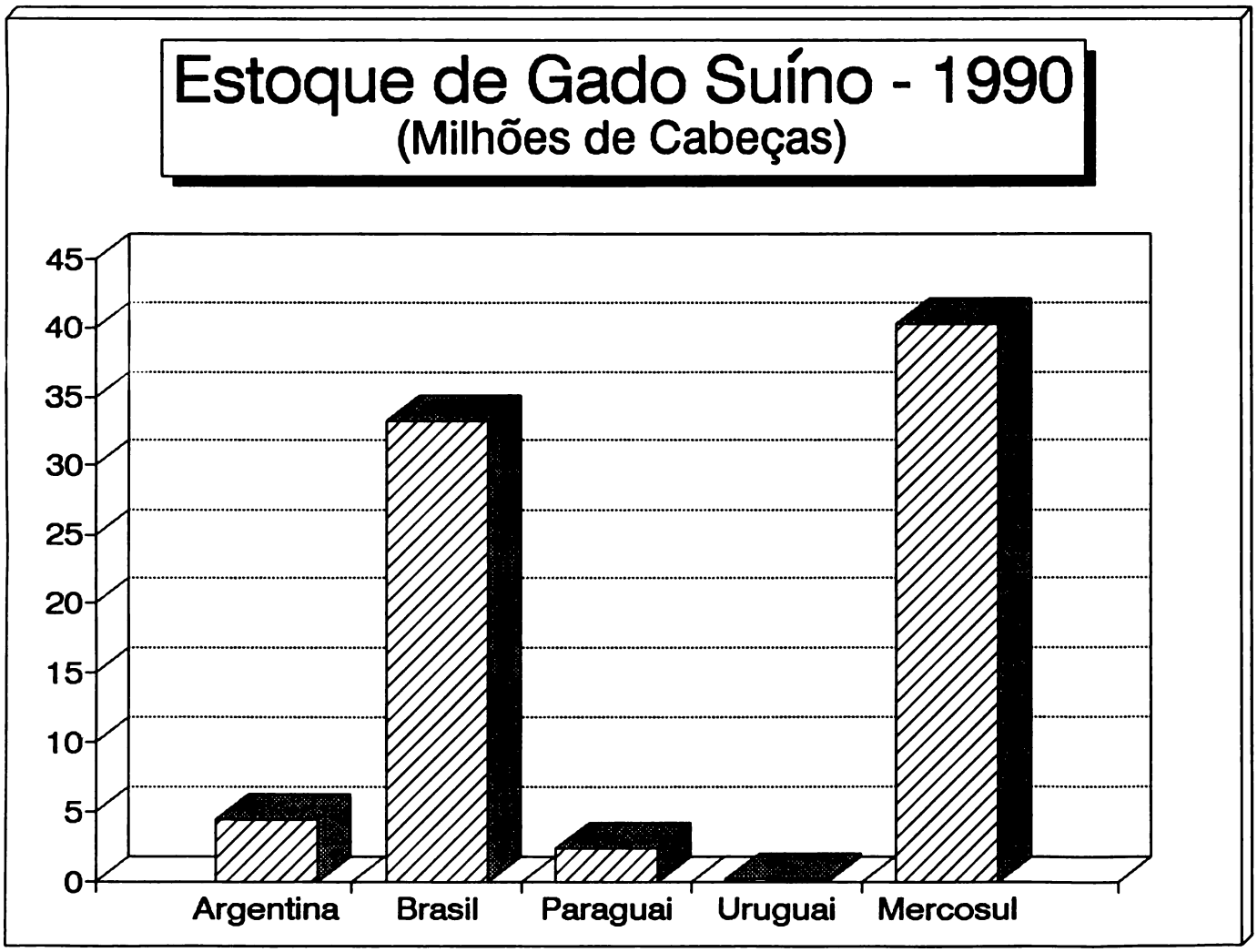
Fonte: FAO.



ESTOQUE DE GADO SUÍNO
(Mil Cabeças)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	4.100	4.200	4.400
Brasil	32.121	31.700	33.200
Paraguai	2.108	2.305	2.444
Uruguai	215	215	215
Mercosul	38.544	38.420	40.259

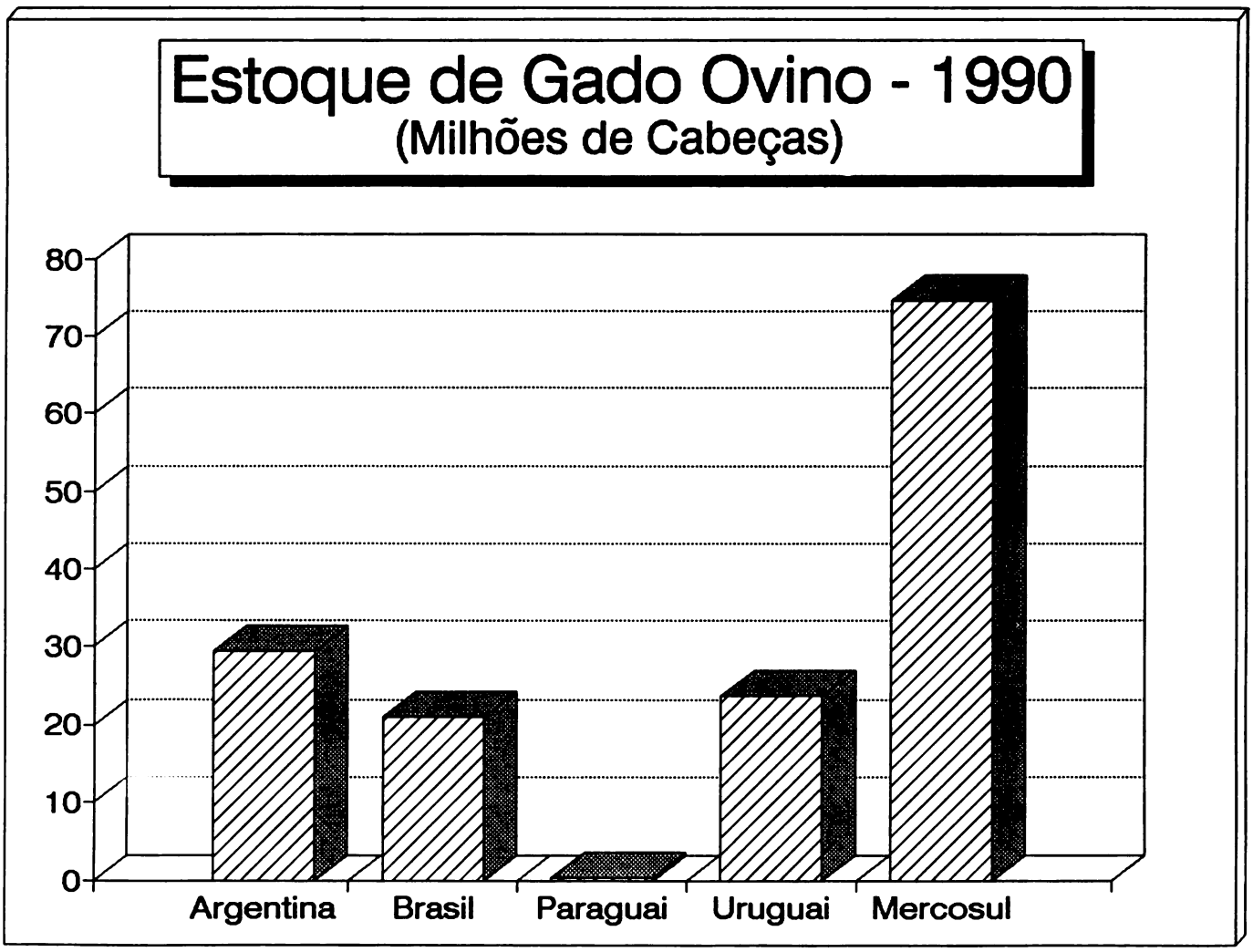
Fonte: FAO.



ESTOQUE DE GADO OVINO
(Mil Cabeças)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	29.167	29.345	29.365
Brasil	20.085	20.500	21.000
Paraguai	430	449	456
Uruguai	26.049	25.560	23.667
Mercosul	75.731	75.854	74.488

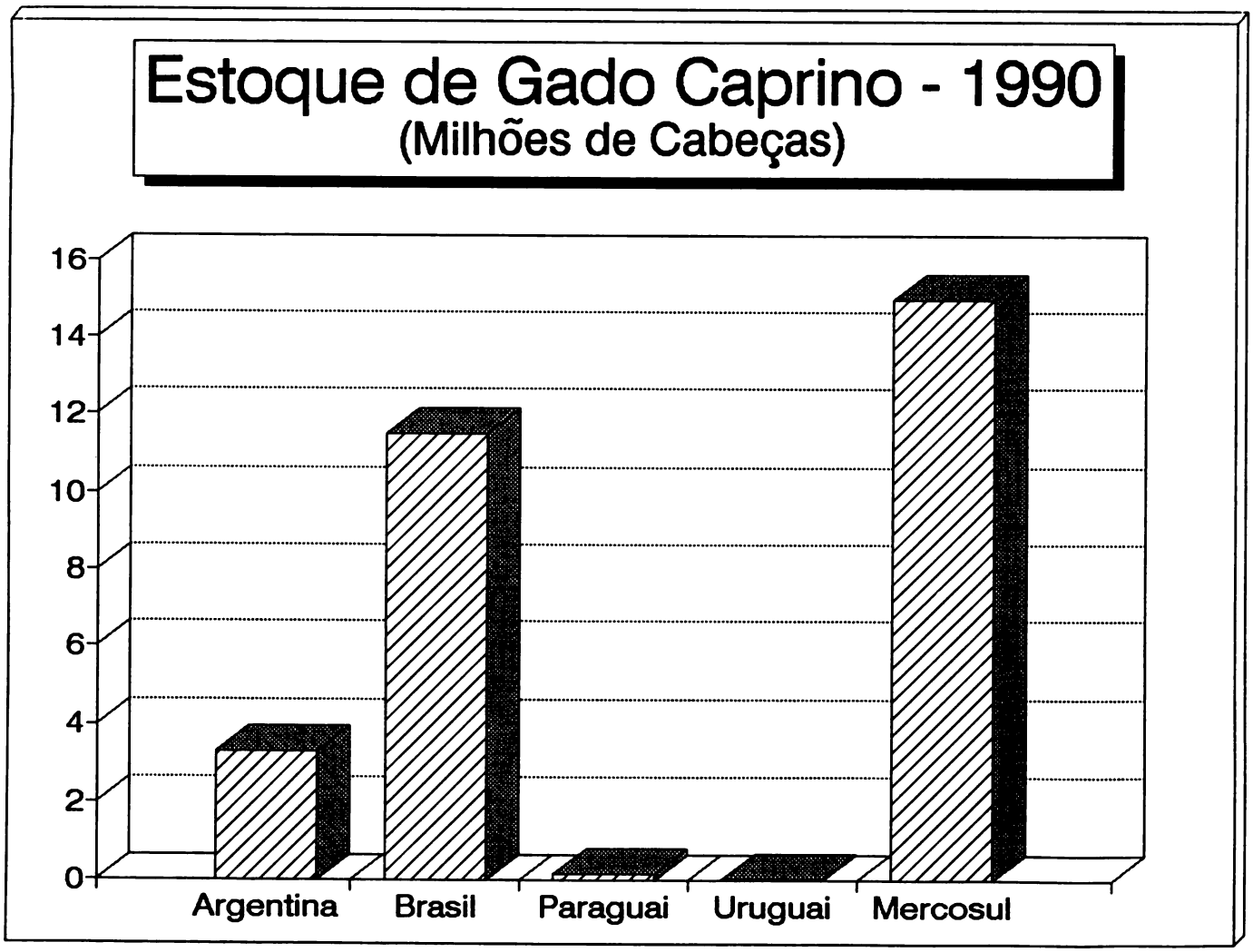
Fonte: FAO.



ESTOQUE DE GADO CAPRINO
(Mil Cabeças)

PAIS	1988	1989	1990
Argentina	3.200,0	3.200,0	3.300,0
Brasil	11.313,0	11.000,0	11.500,0
Paraguai	138,0	146,0	148,0
Uruguai	13,5	14,0	14,5
Mercosul	14.664,5	14.360,0	14.962,5

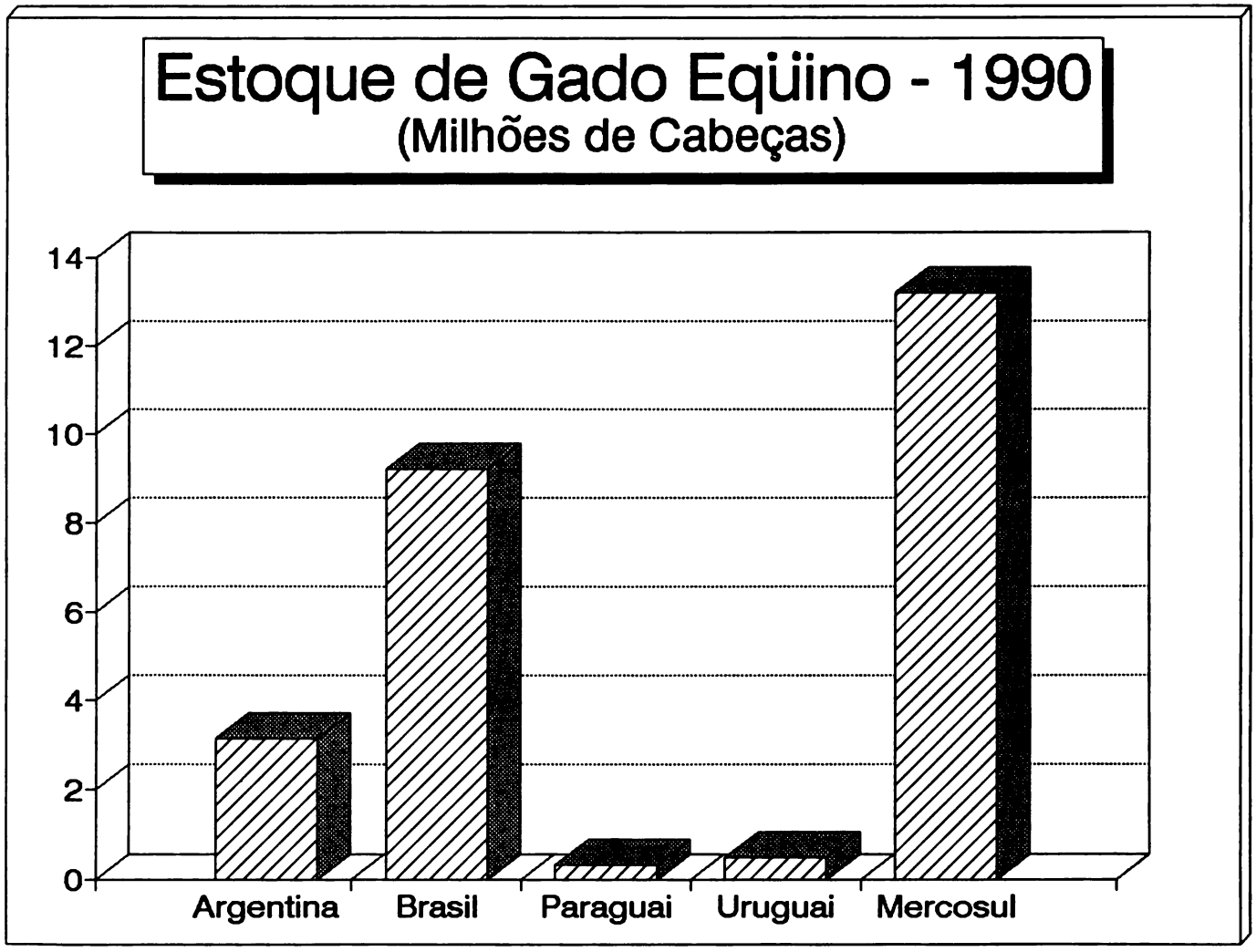
Fonte: FAO.



ESTOQUE DE GADO EQÜINO
(Mil Cabeças)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	3.155	3.155	3.155
Brasil	9.140	9.170	9.200
Paraguai	328	334	334
Uruguai	435	475	505
Mercosul	13.058	13.134	13.194

Fonte: FAO.



CAPÍTULO IV

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

COMENTÁRIOS

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção agropecuária dos quatro países que integram o MERCOSUL apresenta uma situação bem definida.

A Argentina e o Brasil, pelo tamanho de seus territórios, registram números expressivos em termos de área colhida e produção dos principais cultivos, bem como de produção pecuária.

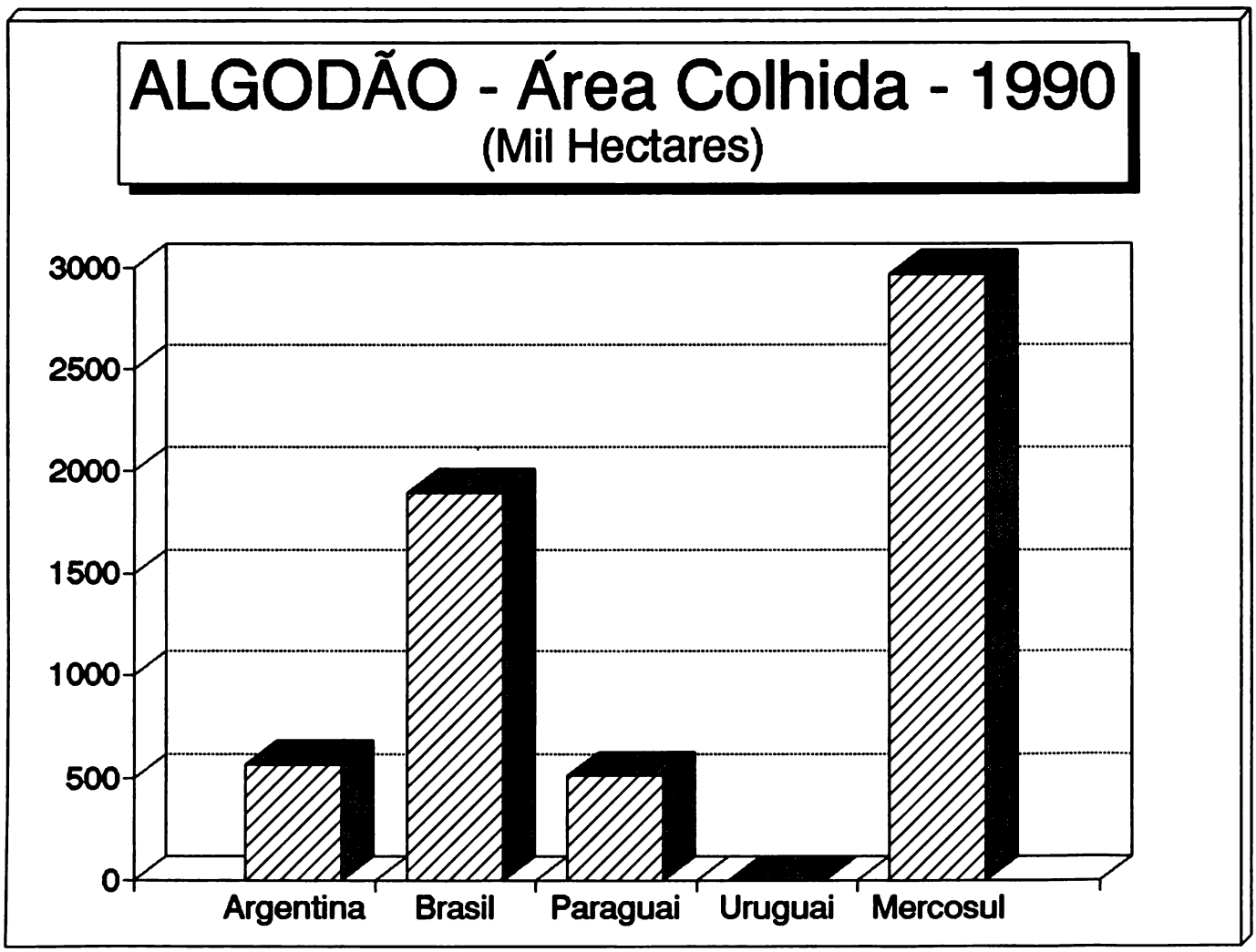
Com relação ao rendimento (kg/ha), o Paraguai e o Uruguai destacam-se em alguns cultivos, como os do trigo e do arroz, respectivamente.

Na produção de frutas no MERCOSUL também a Argentina e o Brasil têm amplo domínio, o que vale dizer que, juntos, os dois países respondem por aproximadamente 90% da produção total de frutas da região.

ALGODÃO - Area Colhida - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	565	19,0
Brasil	1.894	63,8
Paraguai	509	17,2
Uruguai	-	-
Mercosul	2.968	100,0

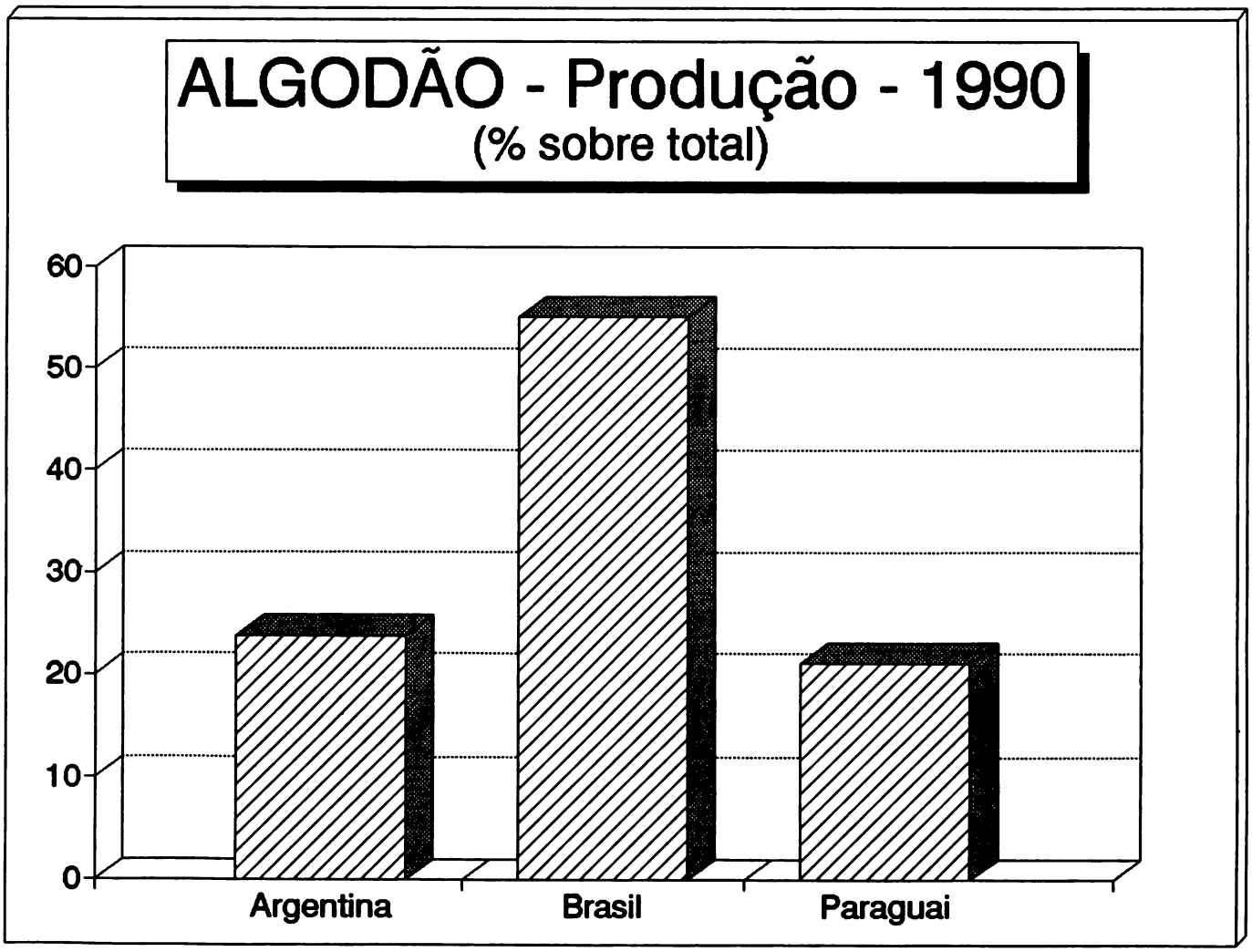
Fonte: CEPAL.



ALGODÃO - Produção - 1990

PAÍS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	790	23,8
Brasil	1.827	55,1
Paraguai	700	21,1
Uruguai	-	-
Mercosul	3.317	100,0

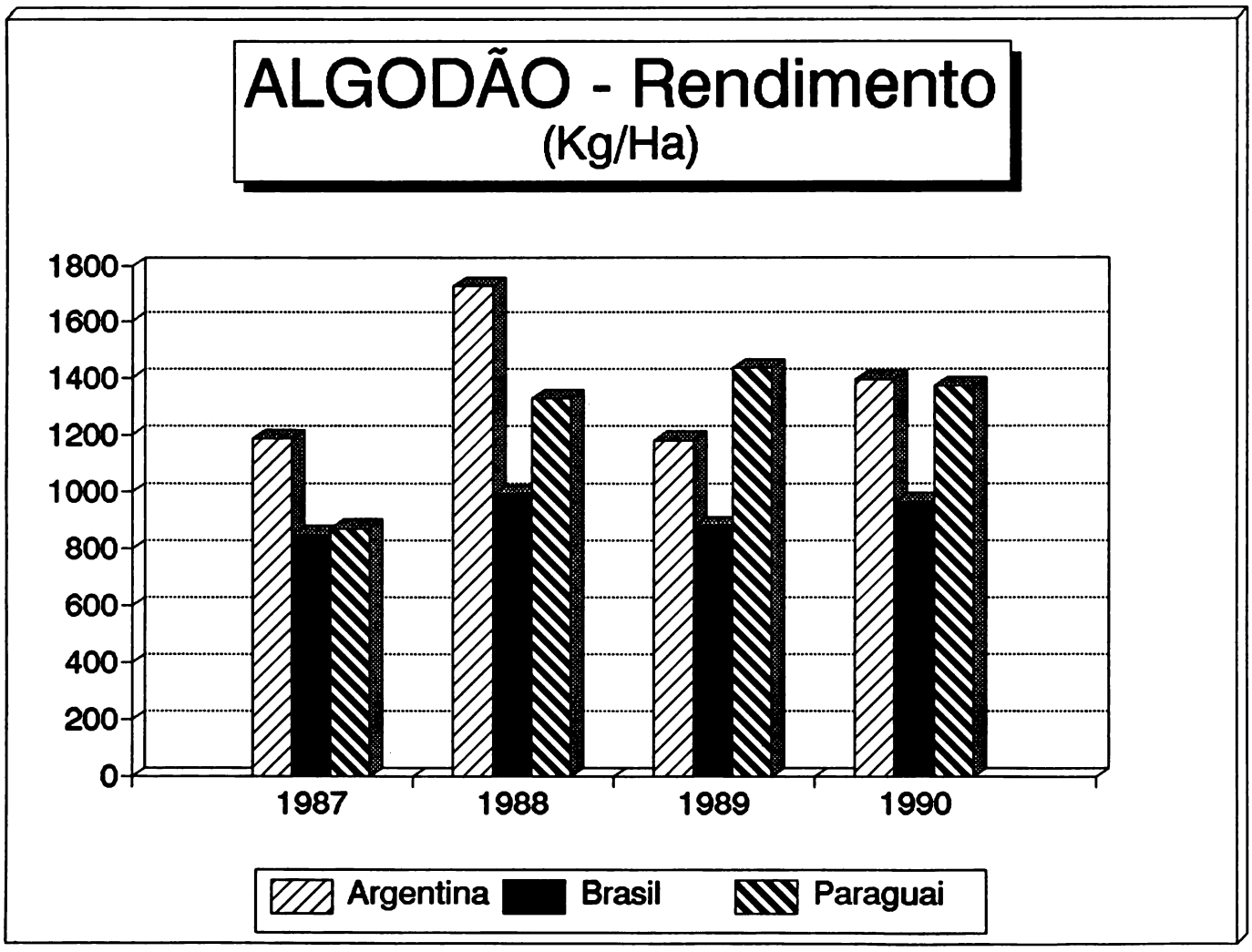
Fonte: CEPAL.



ALGODÃO - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	1.187	1.725	1.183	1.398
Brasil	850	991	880	964
Paraguai	873	1.332	1.438	1.375
Uruguai	-	-	-	-
Mercosul	726	1.012	875	934

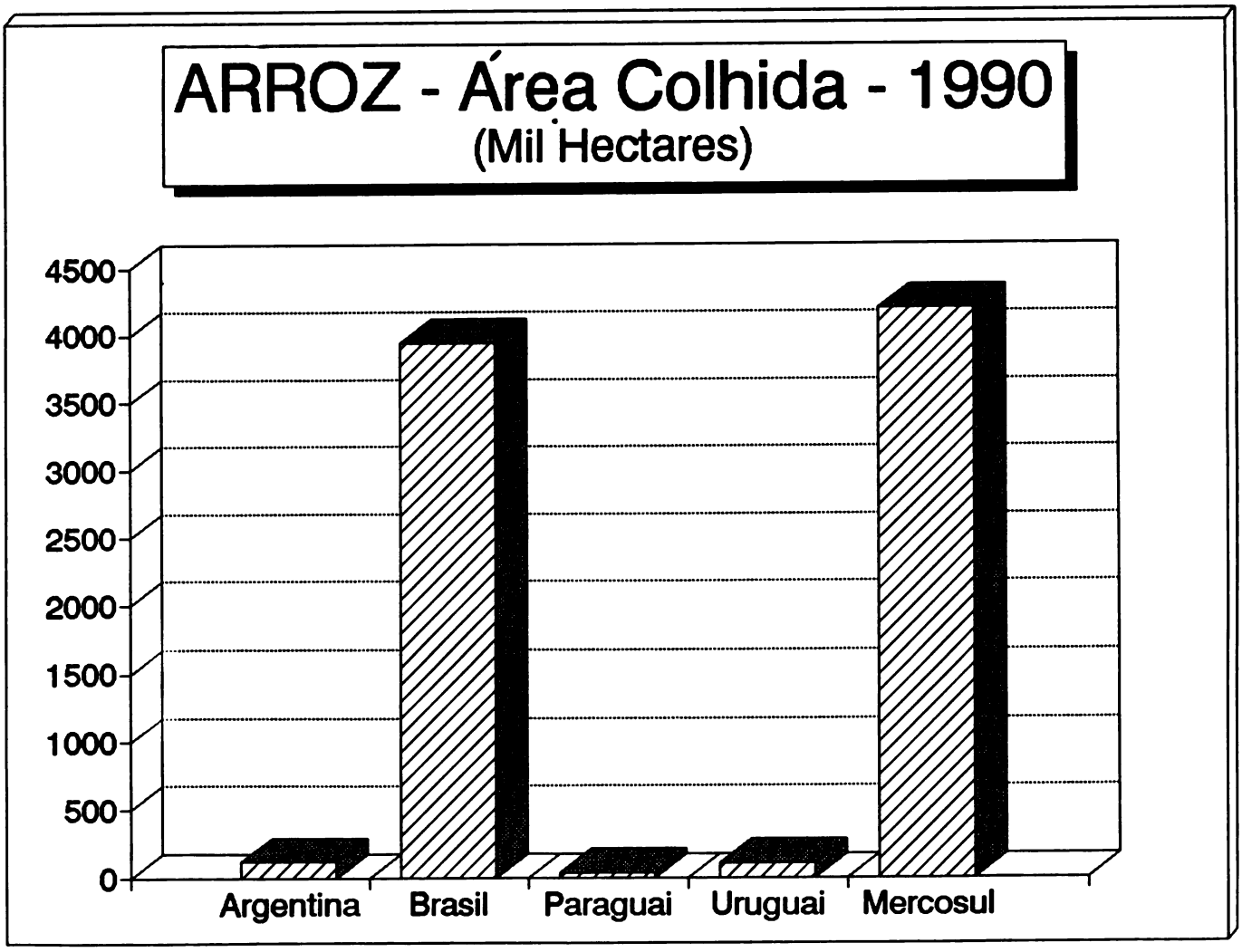
Fonte: CEPAL.



ARROZ - Area Colhida - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	114	2,7
Brasil	3.944	93,9
Paraguai	32	0,8
Uruguai	110	2,6
Mercosul	4.200	100,0

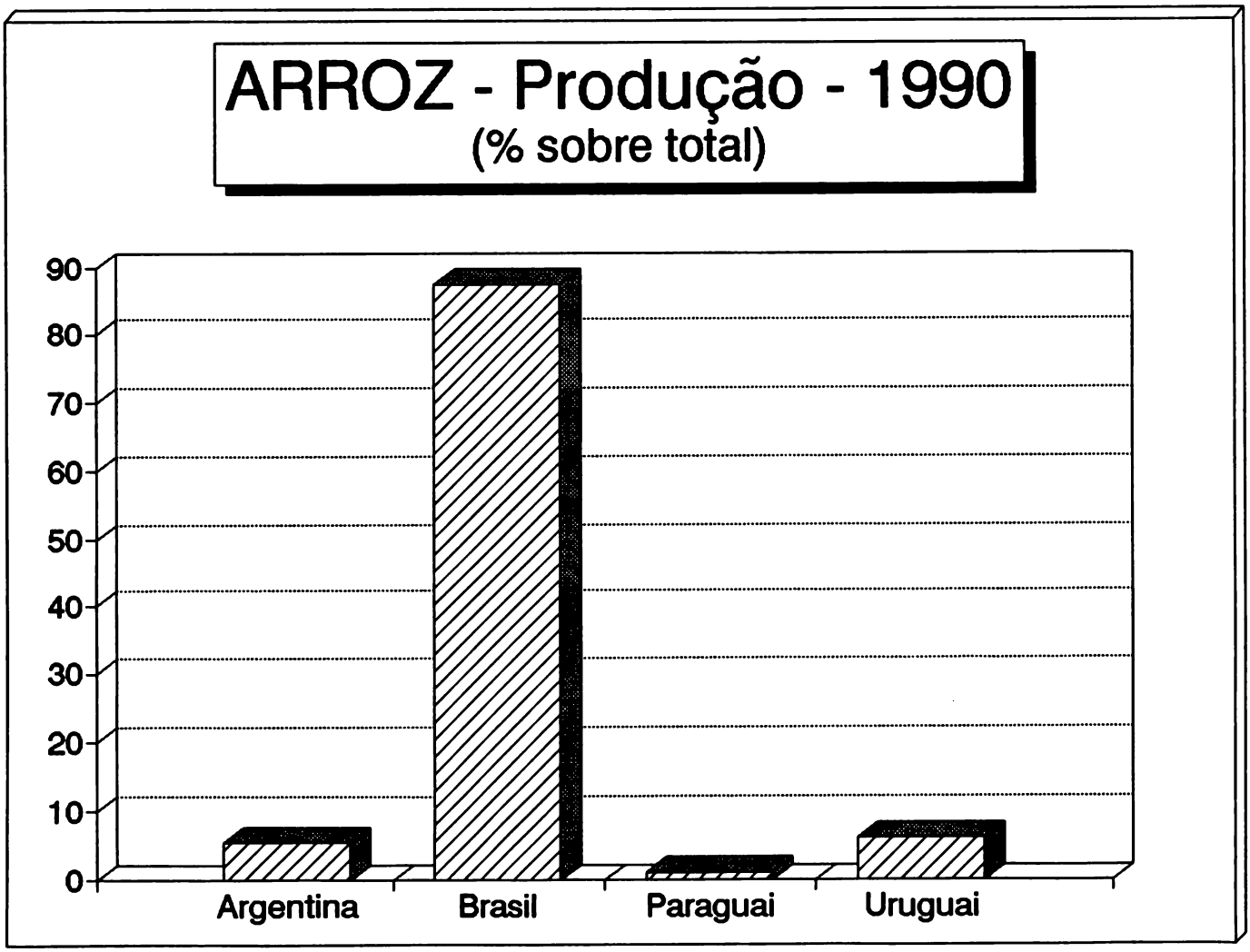
Fonte: CEPAL.



ARROZ - Produção - 1990

PAÍS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	467	5,5
Brasil	7.425	87,4
Paraguai	85	1,0
Uruguai	517	6,1
Mercosul	8.494	100,0

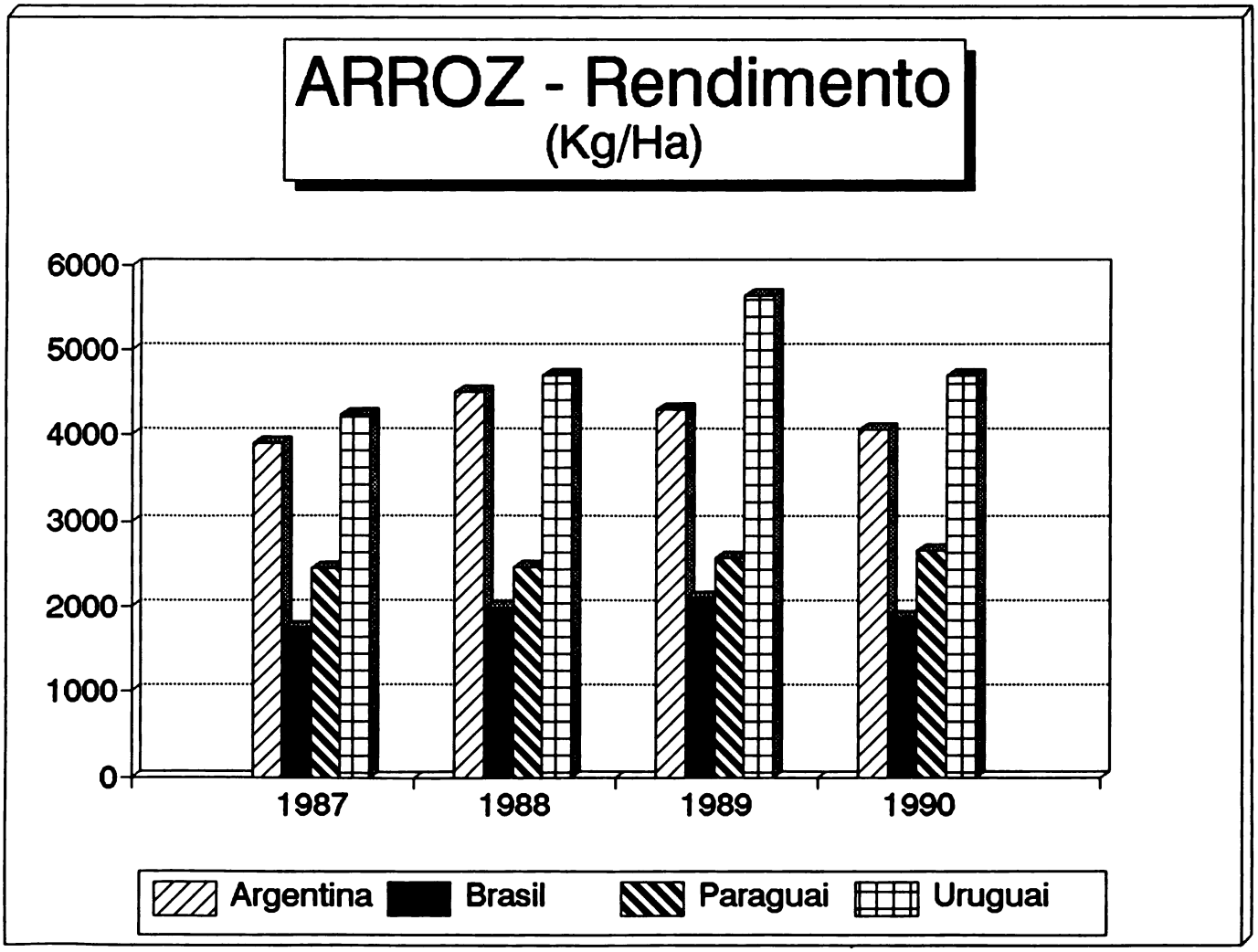
Fonte: CEPAL.



ARROZ - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	3.905	4.510	4.302	4.069
Brasil	1.742	1.981	2.099	1.882
Paraguai	2.441	2.454	2.558	2.656
Uruguai	4.240	4.703	5.652	4.700
Mercosul	3.082	3.412	3.653	3.333

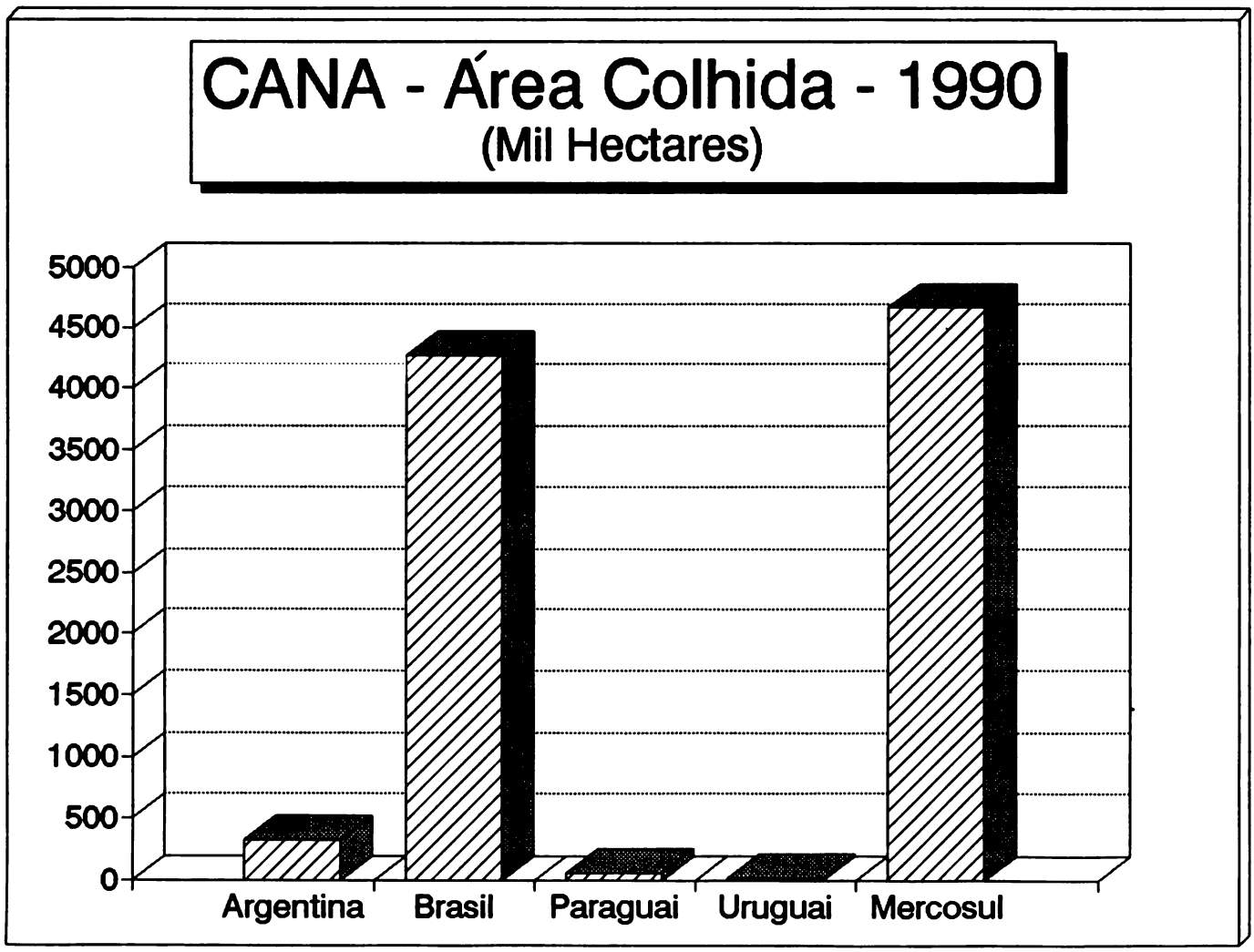
Fonte: CEPAL.



CANA-DE-AÇÚCAR - Area Colhida - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	330	7,1
Brasil	4.269	91,5
Paraguai	56	1,2
Uruguai	11	0,2
Mercosul	4.666	100,0

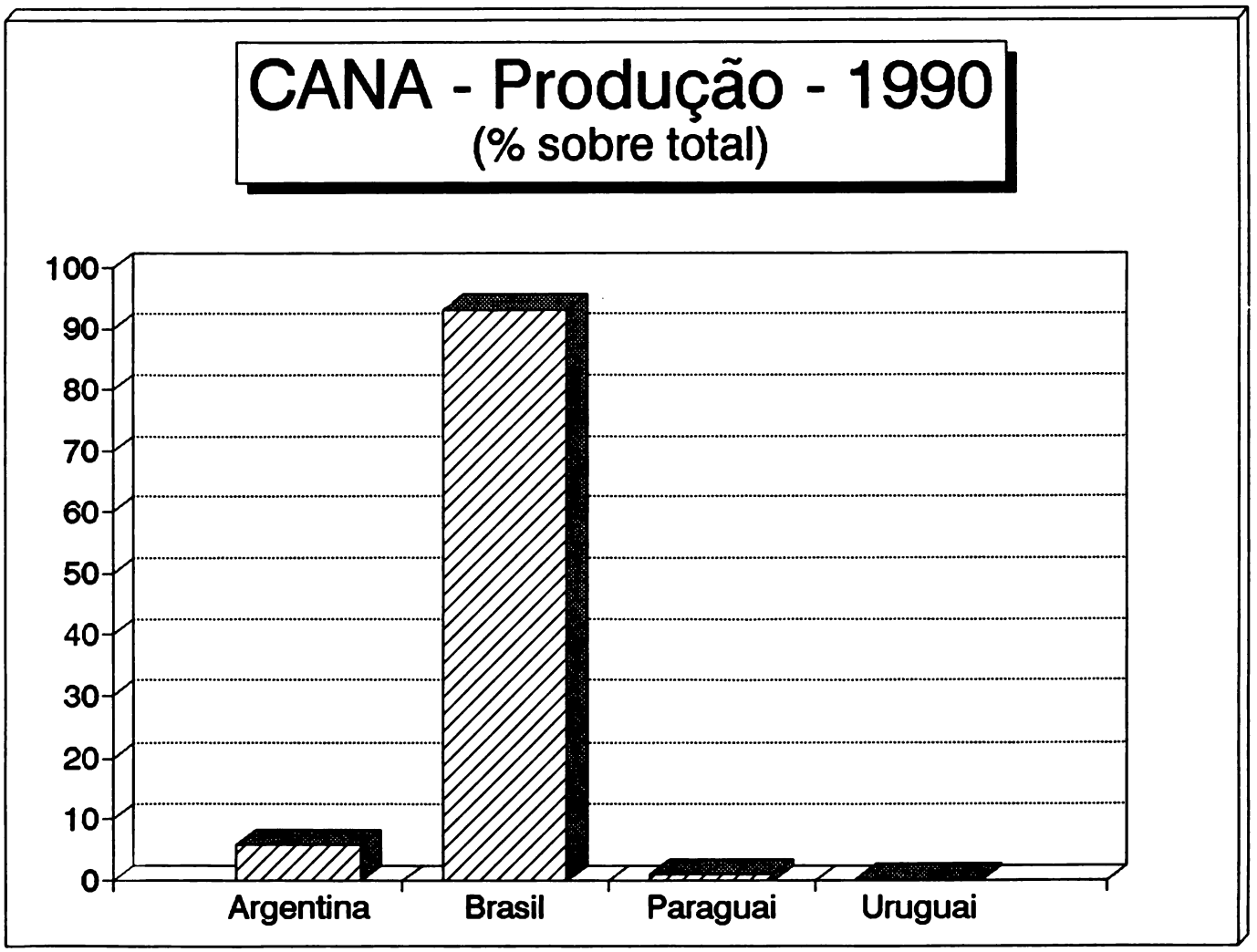
Fonte: CEPAL.



CANA-DE-AÇÚCAR - Produção - 1990

PAÍS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	16.000	5,7
Brasil	263.604	93,1
Paraguai	2.834	1,0
Uruguai	600	0,2
Mercosul	283.038	100,0

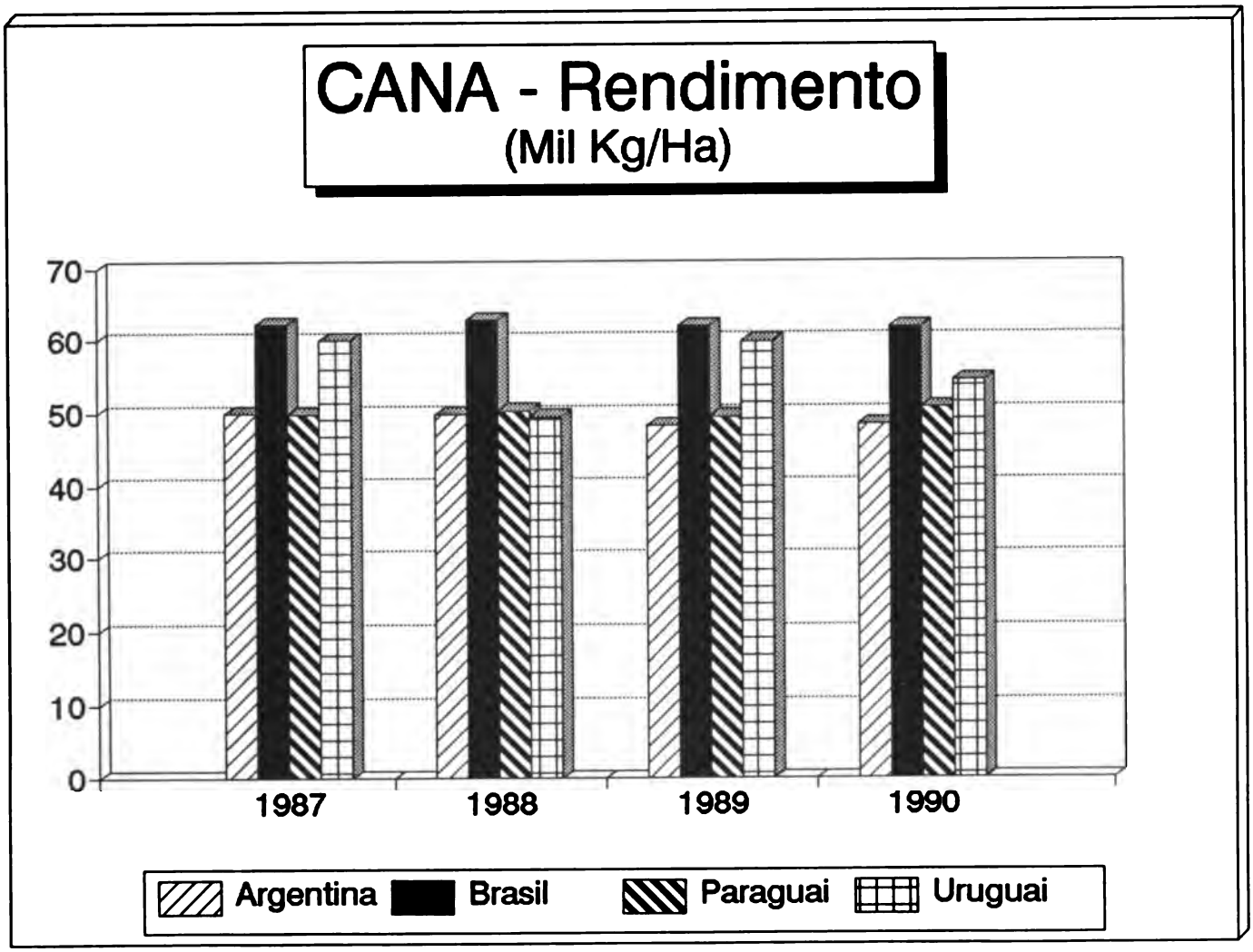
Fonte: CEPAL.



CANA-DE-AÇÚCAR - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	49.927	49.740	48.333	48.484
Brasil	62.295	62.767	62.018	61.748
Paraguai	49.812	50.339	49.465	50.607
Uruguai	60.000	49.500	59.900	54.545
Mercosul	55.508	53.086	54.929	53.846

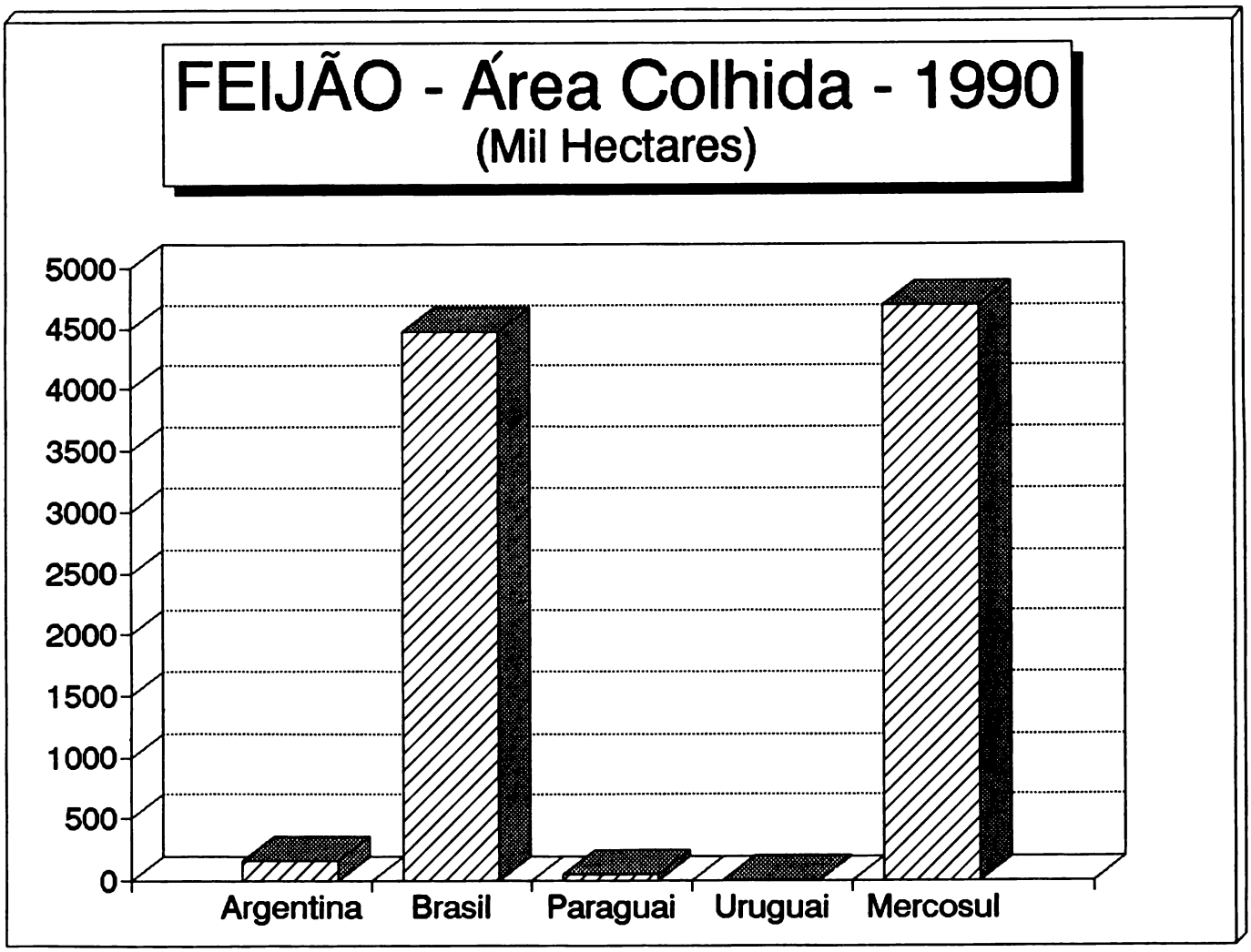
Fonte: CEPAL.



FEIJÃO - Area Colhida - 1990

PAIS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	165	3,5
Brasil	4.478	95,4
Paraguai	46	1,0
Uruguai	5	0,1
Mercosul	4.694	100,0

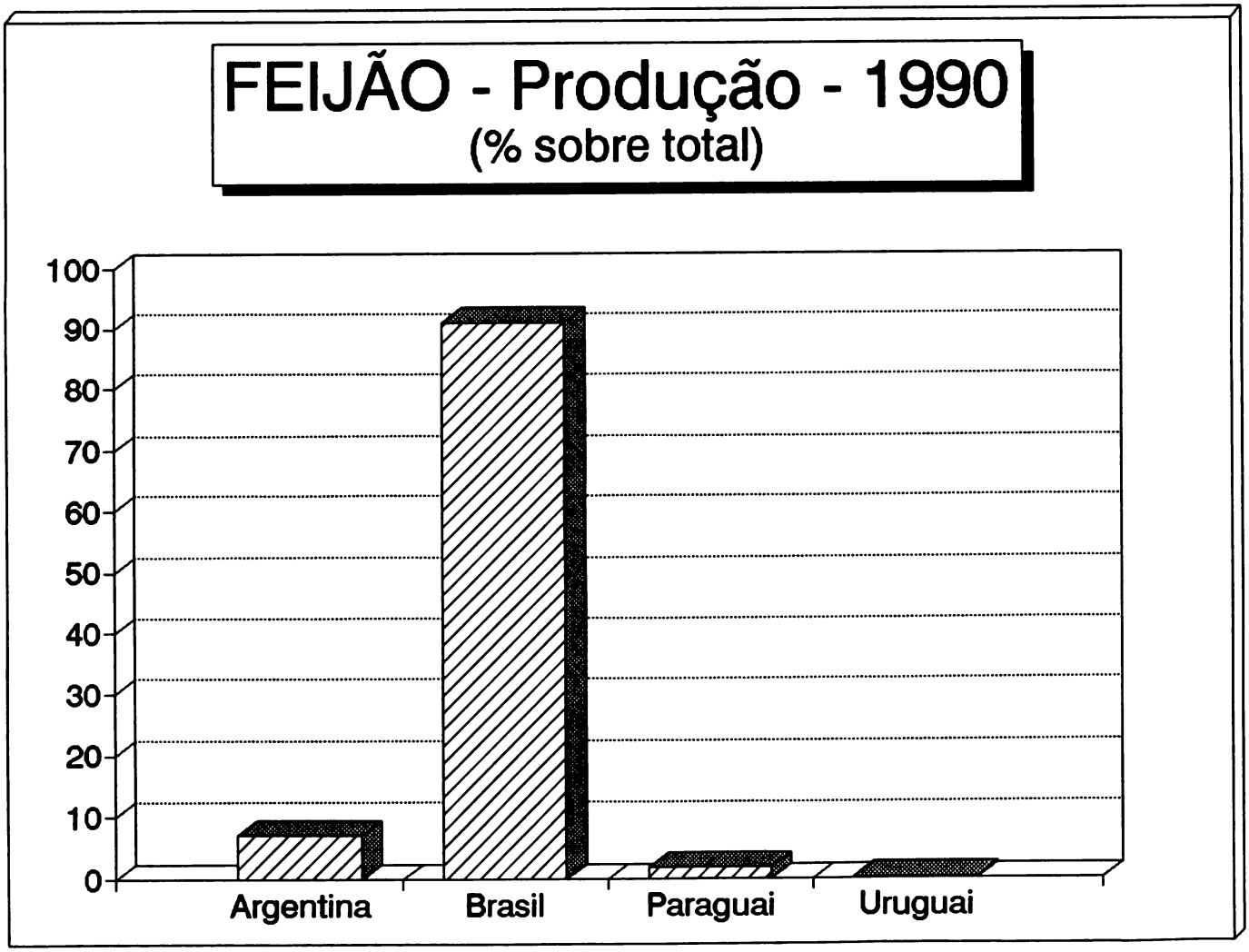
Fonte: CEPAL.



FEIJÃO - Produção - 1990

PAÍS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	160	7,1
Brasil	2.040	91,0
Paraguai	39	1,7
Uruguai	03	0,2
Mercosul	2.242	100,0

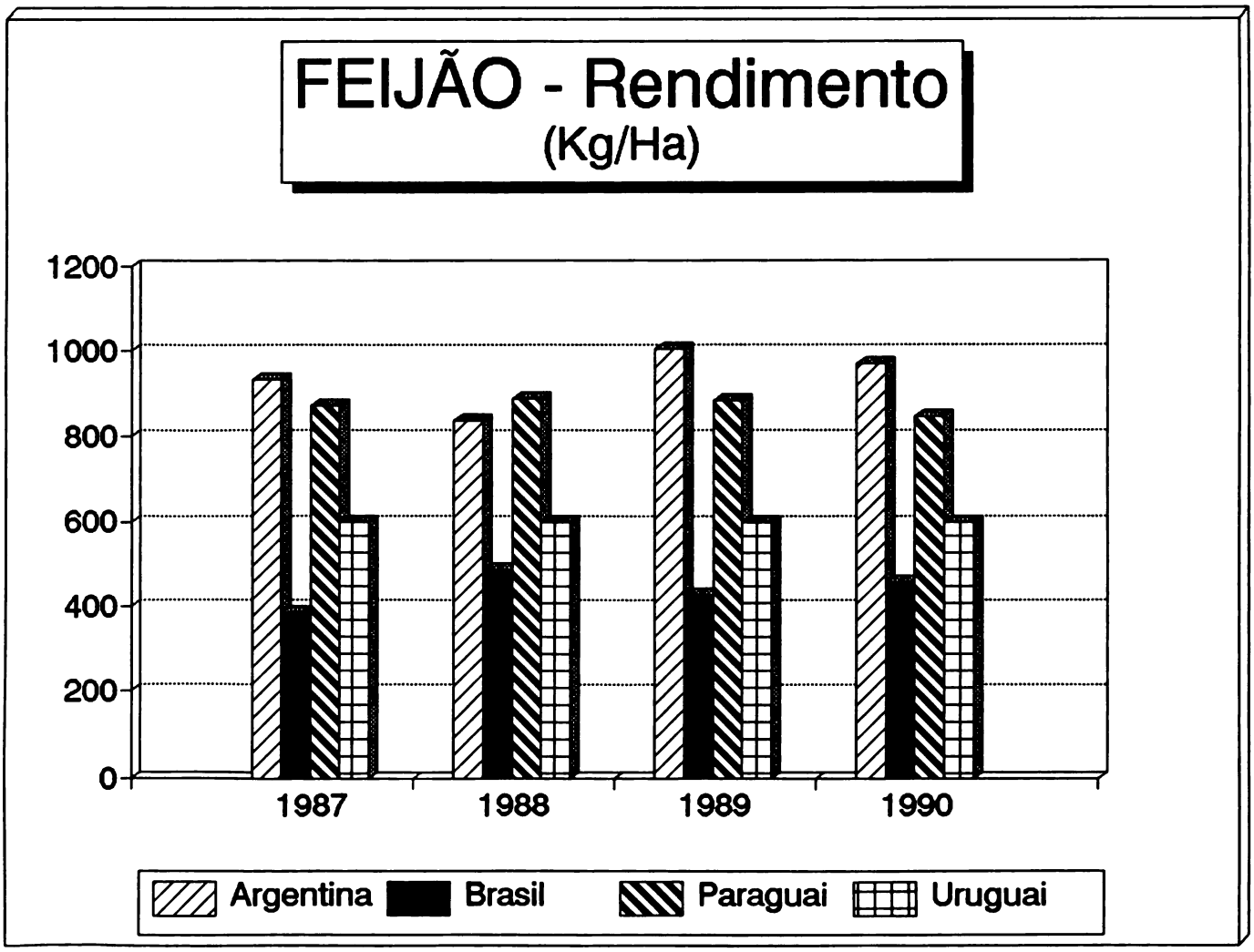
Fonte: CEPAL.



FEIJÃO - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	933	837	1.005	969
Brasil	385	485	426	455
Paraguai	872	890	884	847
Uruguai	600	600	600	600
Mercosul	697	703	729	718

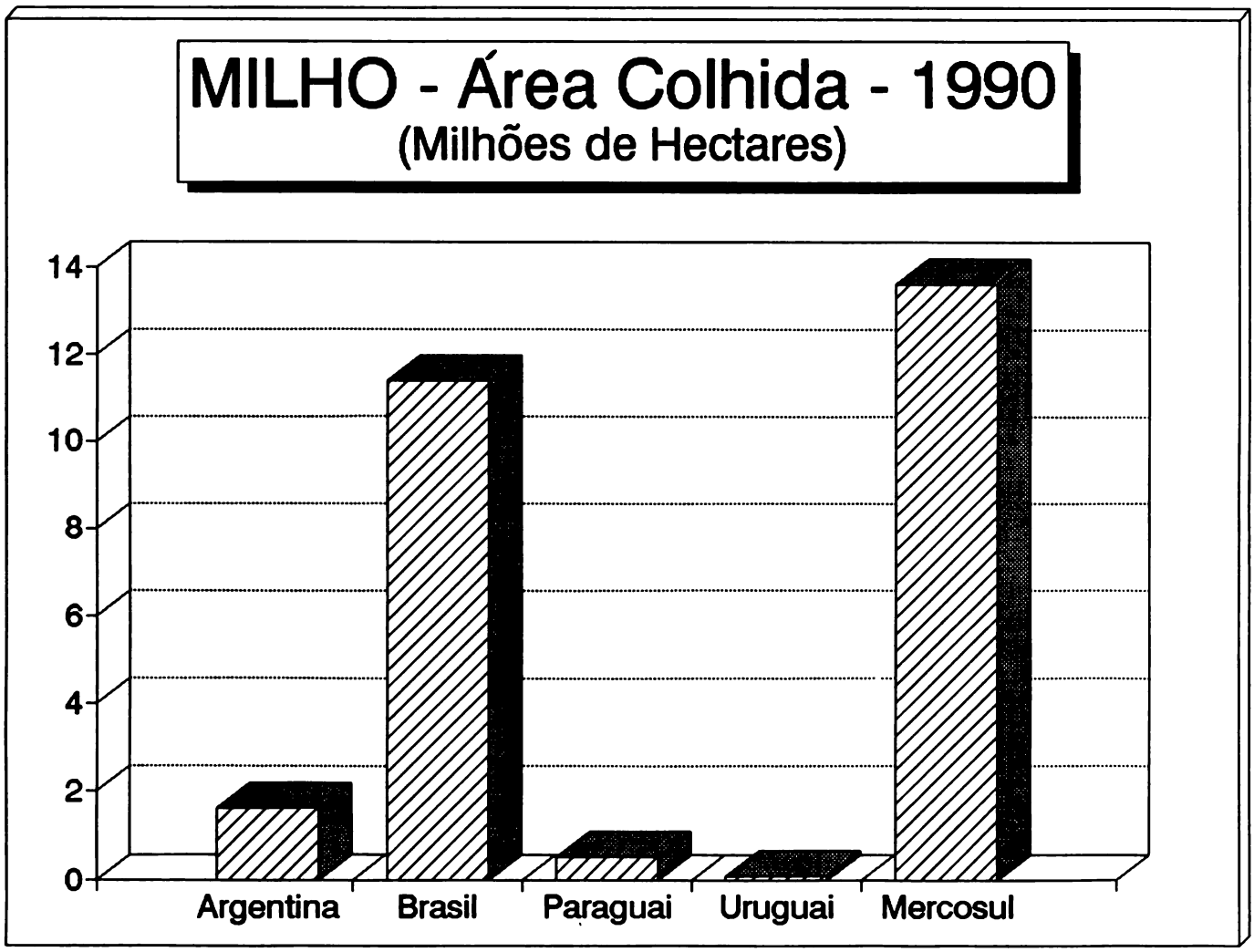
Fonte: CEPAL.



MILHO - Area Colhida - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	1.626	11,9
Brasil	11.395	83,8
Paraguai	518	3,8
Uruguai	61	0,5
Mercosul	13.600	100,0

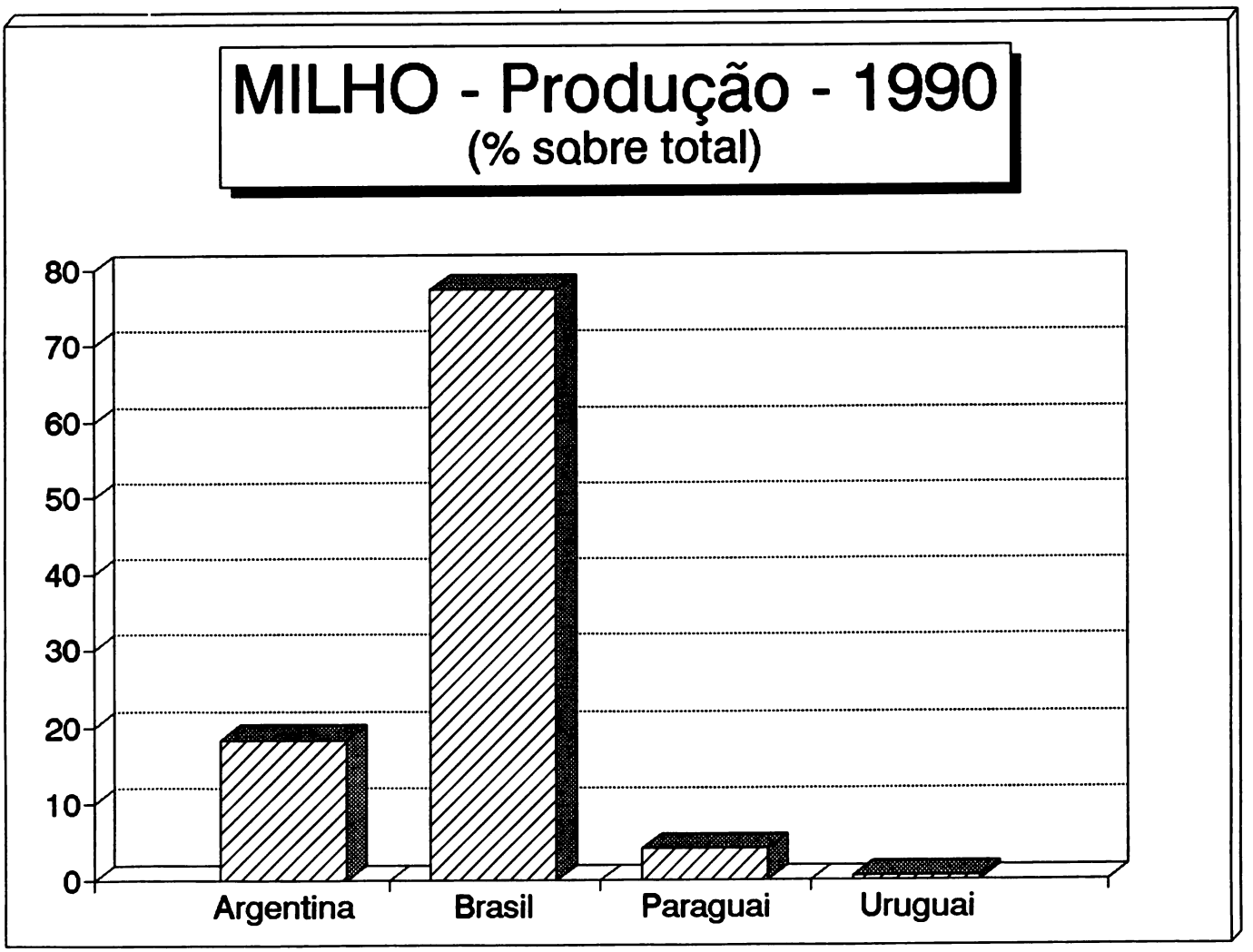
Fonte: CEPAL.



MILHO - Produção - 1990

PAÍS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	5.049	18,3
Brasil	21.298	77,2
Paraguai	1.139	4,1
Uruguai	101	0,4
Mercosul	27.587	100,0

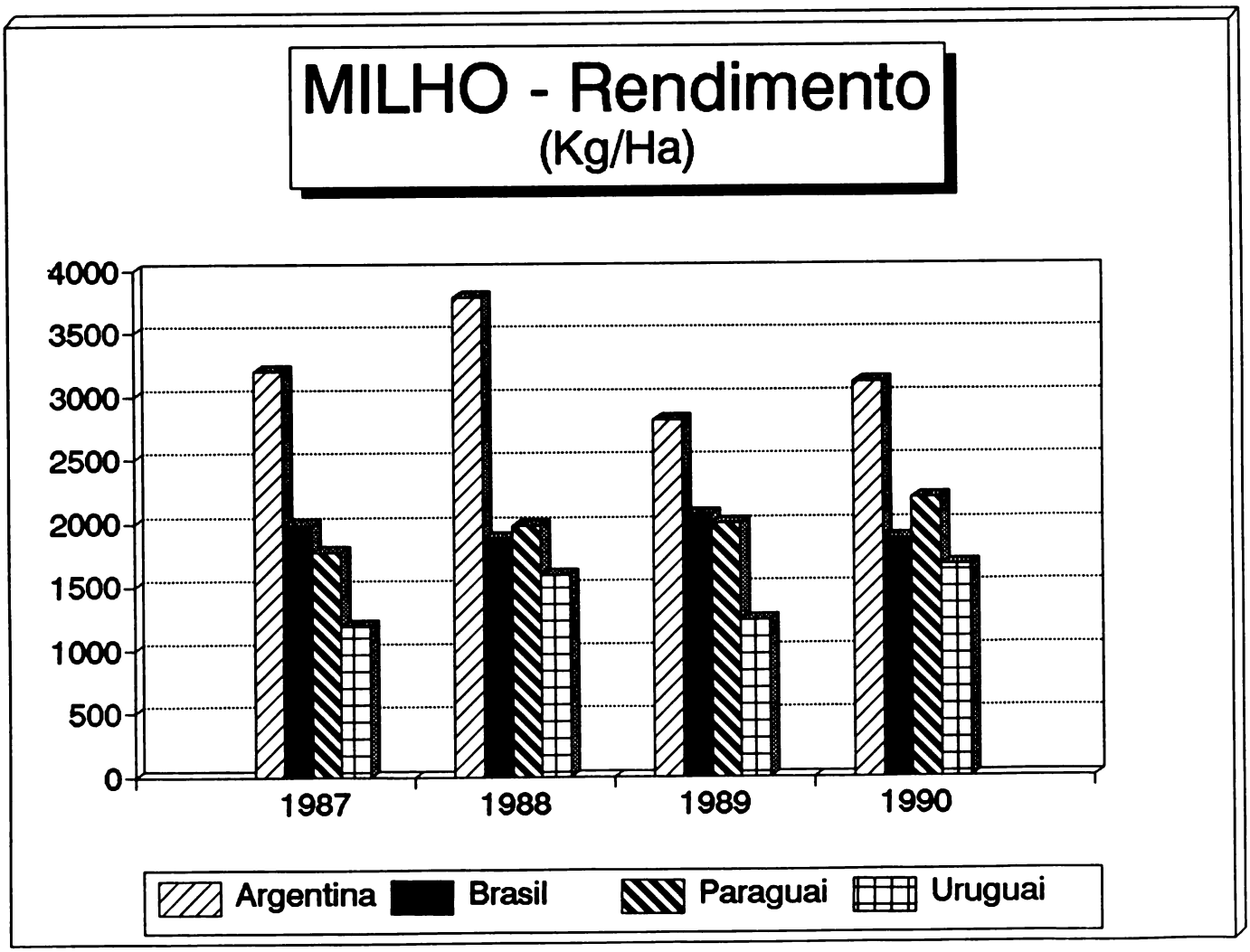
Fonte: CEPAL.



MILHO - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	3.189	3.773	2.802	3.105
Brasil	1.984	1.877	2.058	1.869
Paraguai	1.765	1.977	2.000	2.198
Uruguai	1.181	1.594	1.224	1.655
Mercosul	2.030	2.305	2.021	2.207

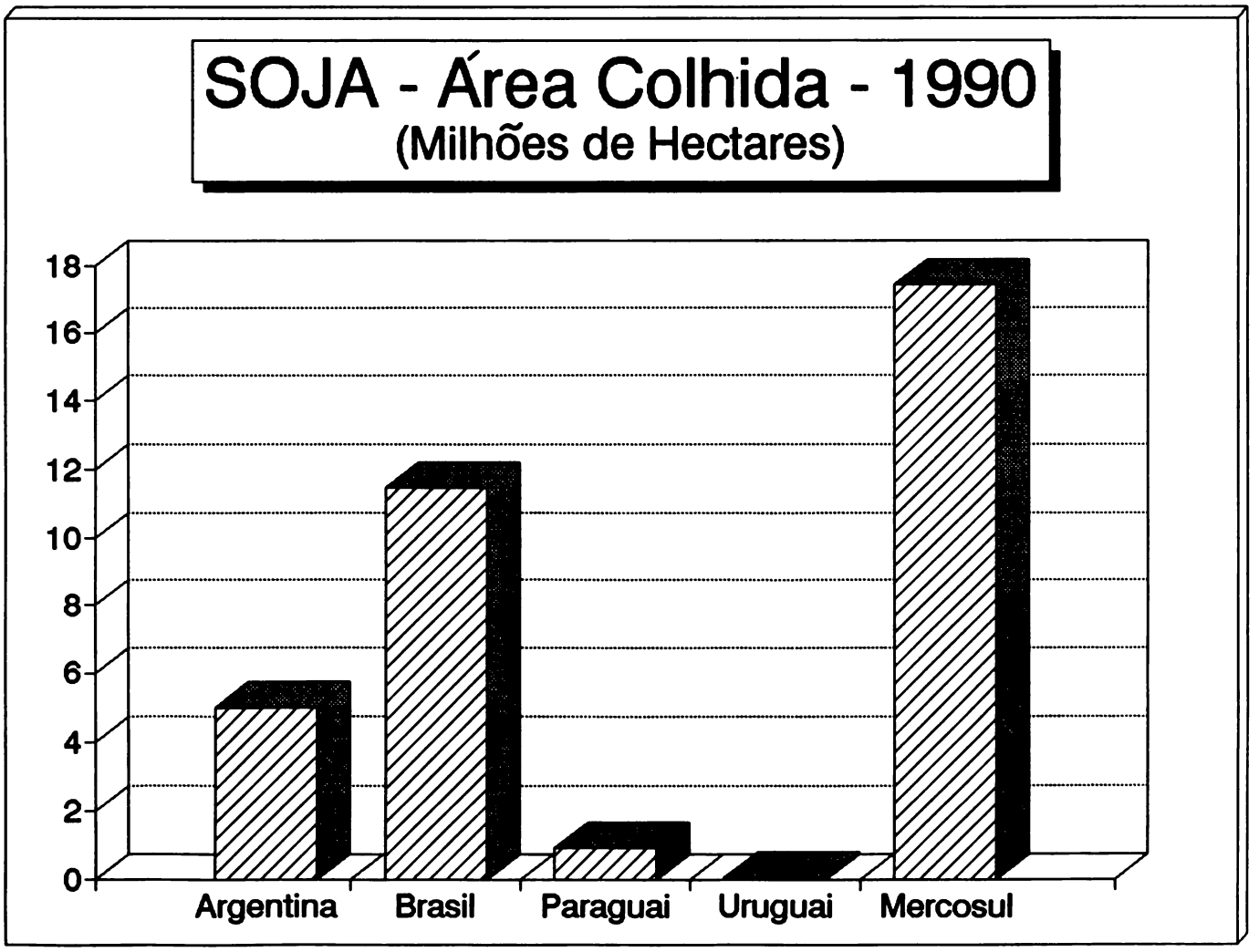
Fonte: CEPAL.



SOJA - Area Colhida - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	4.985	28,6
Brasil	11.483	65,9
Paraguai	928	5,3
Uruguai	40	0,2
Mercosul	17.436	100,0

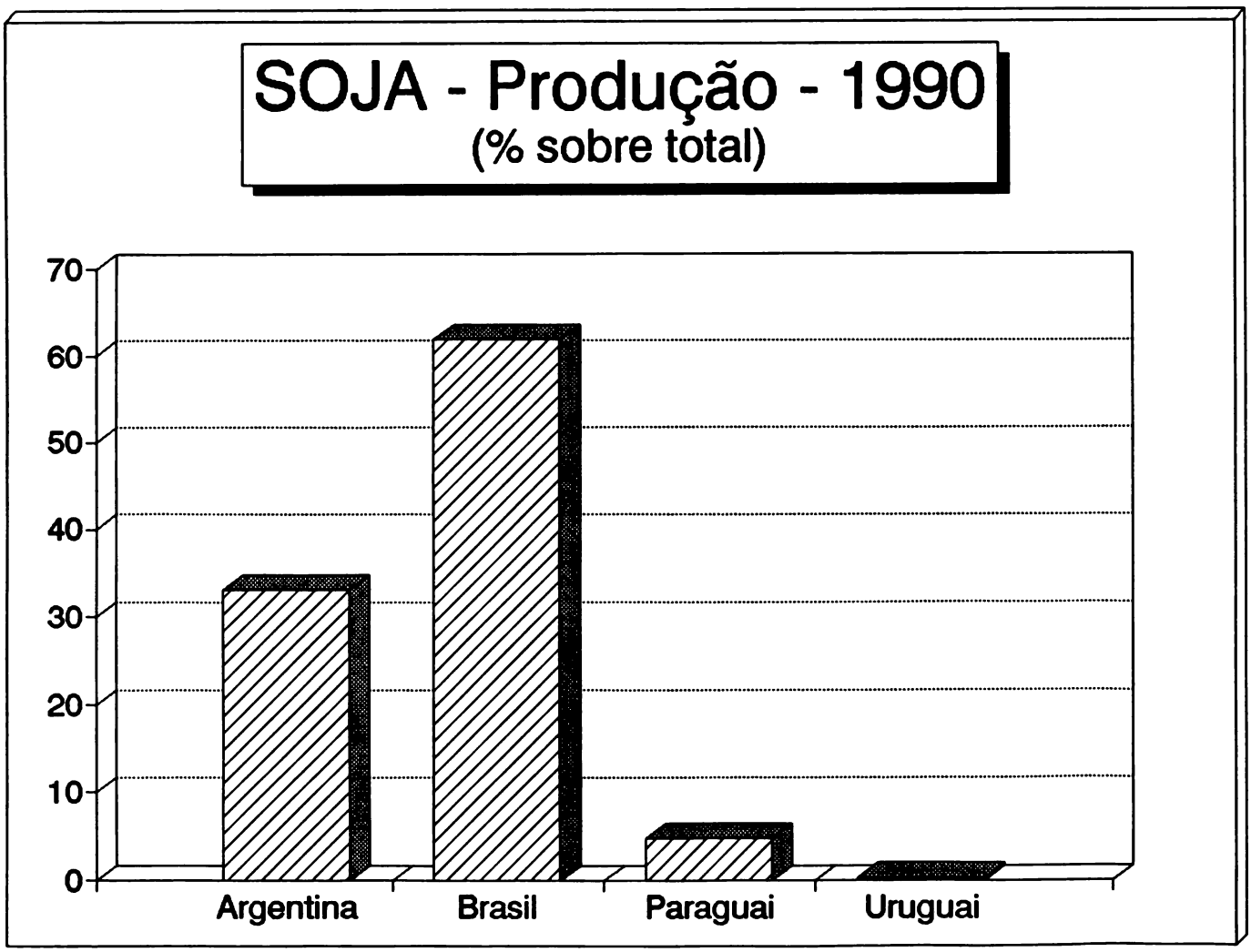
Fonte: CEPAL.



SOJA - Produção - 1990

PAIS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	10.672	33,2
Brasil	19.888	61,9
Paraguai	1.500	4,7
Uruguai	60	0,2
Mercosul	32.120	100,0

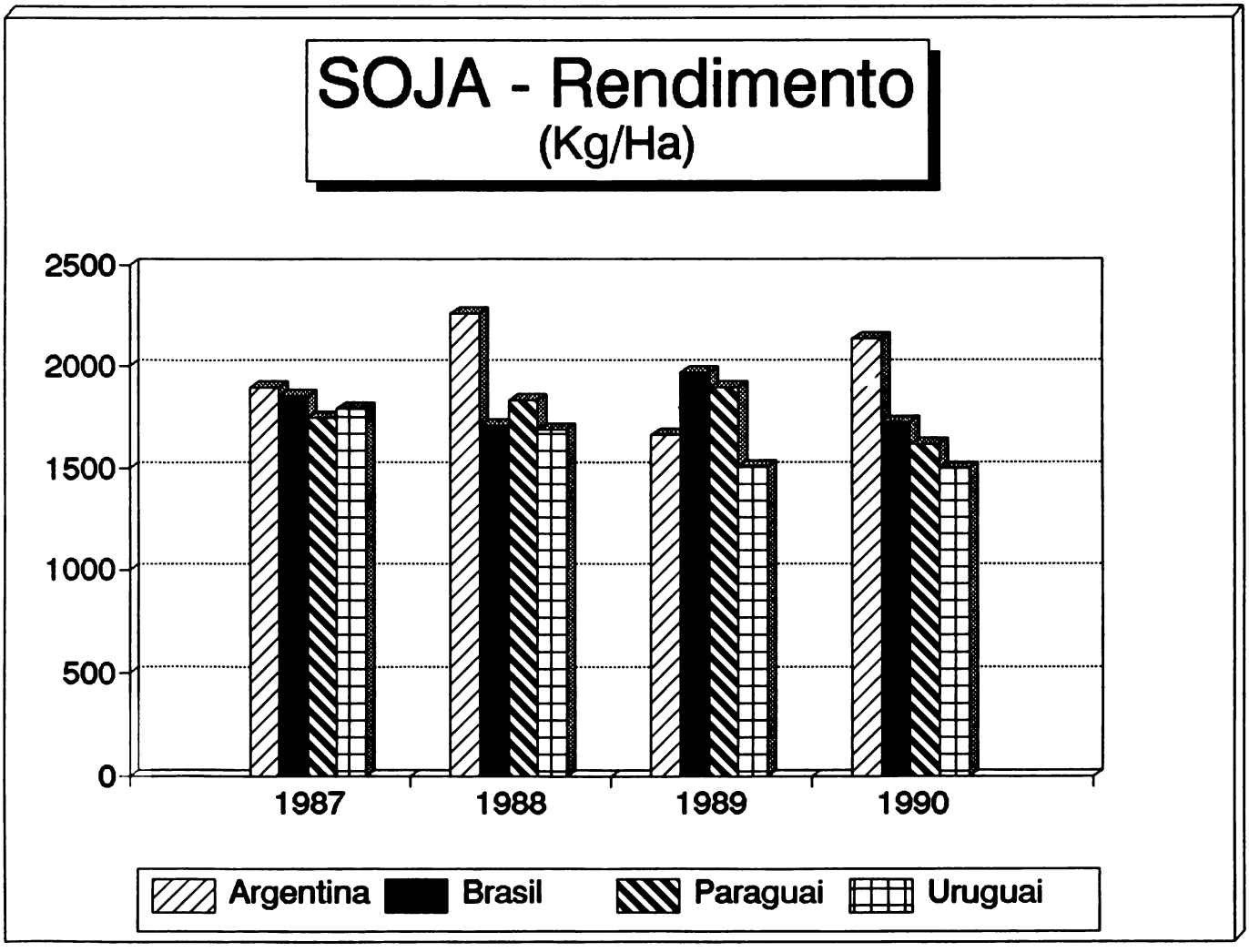
Fonte: CEPAL.



SOJA - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	1.896	2.263	1.670	2.140
Brasil	1.857	1.712	1.971	1.731
Paraguai	1.749	1.836	1.897	1.616
Uruguai	1.800	1.695	1.515	1.500
Mercosul	1.825	1.876	1.763	1.747

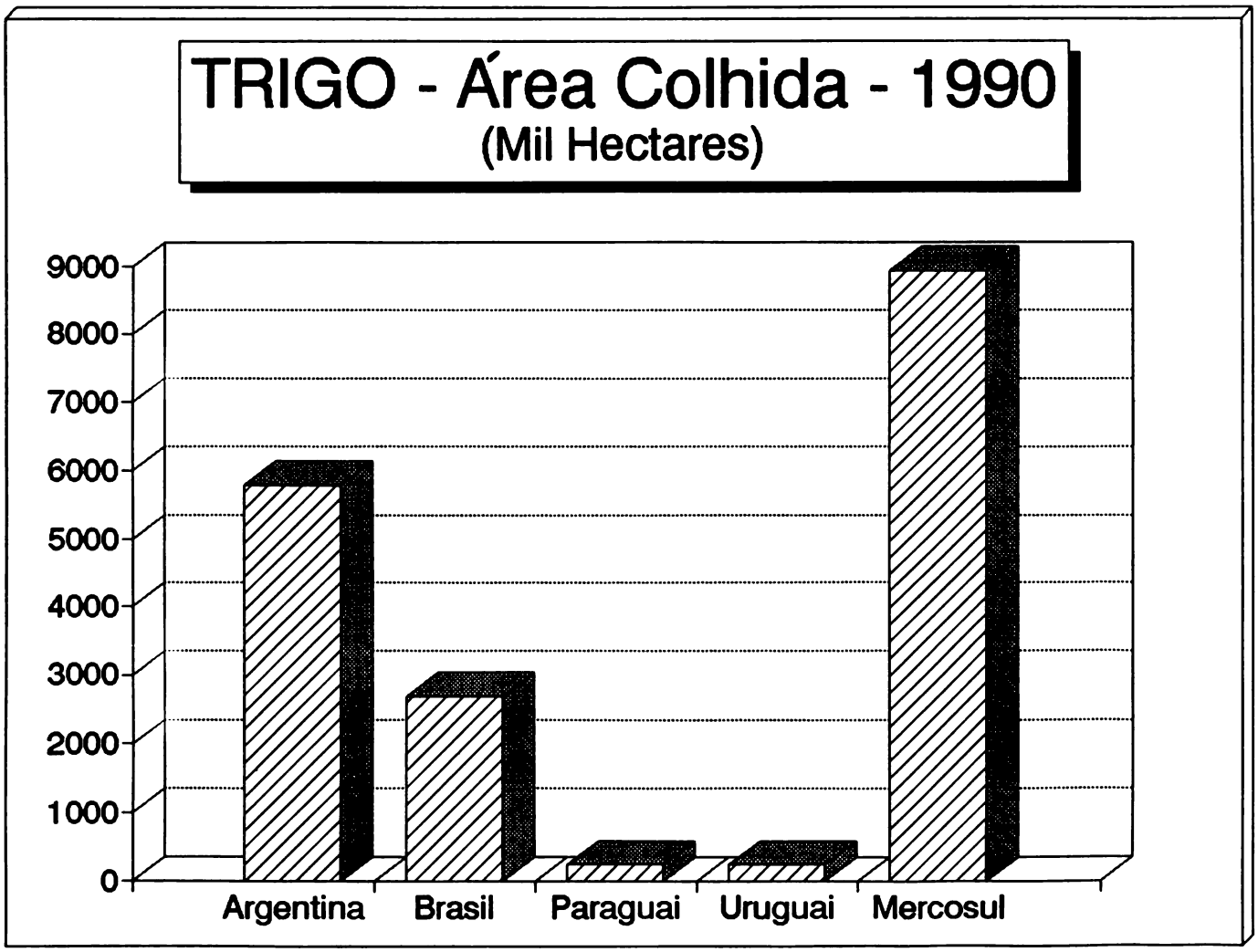
Fonte: CEPAL.



TRIGO - Area Colhida - 1990

PAÍS	(Mil Hectares)	% sobre o total
Argentina	5.800	64,9
Brasil	2.683	30,0
Paraguai	235	2,6
Uruguai	225	2,5
Mercosul	8.943	100,0

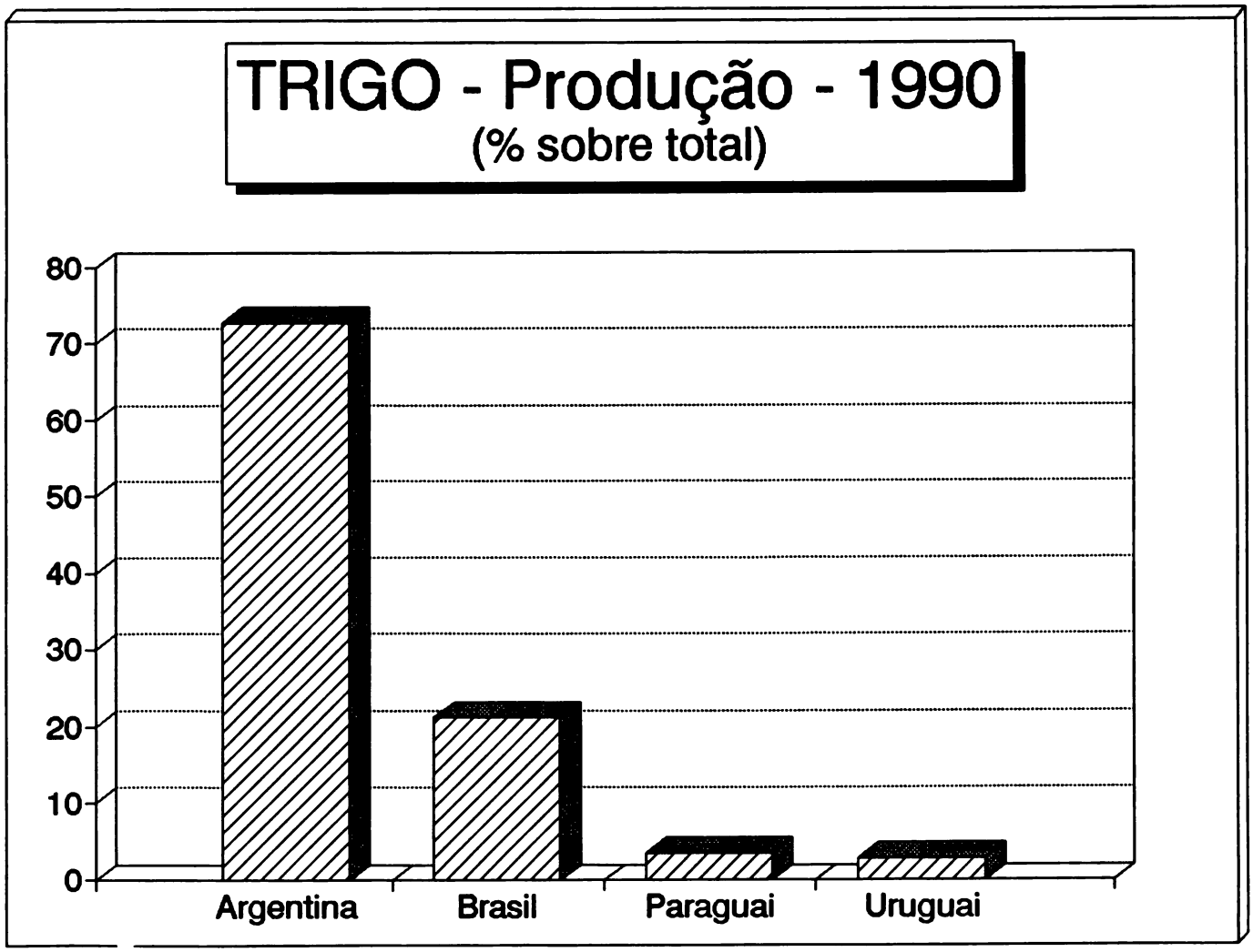
Fonte: CEPAL.



TRIGO - Produção - 1990

PAÍS	(Mil Toneladas)	% sobre o total
Argentina	10.800	72,7
Brasil	3.140	21,1
Paraguai	500	3,4
Uruguai	420	2,8
Mercosul	14.860	100,0

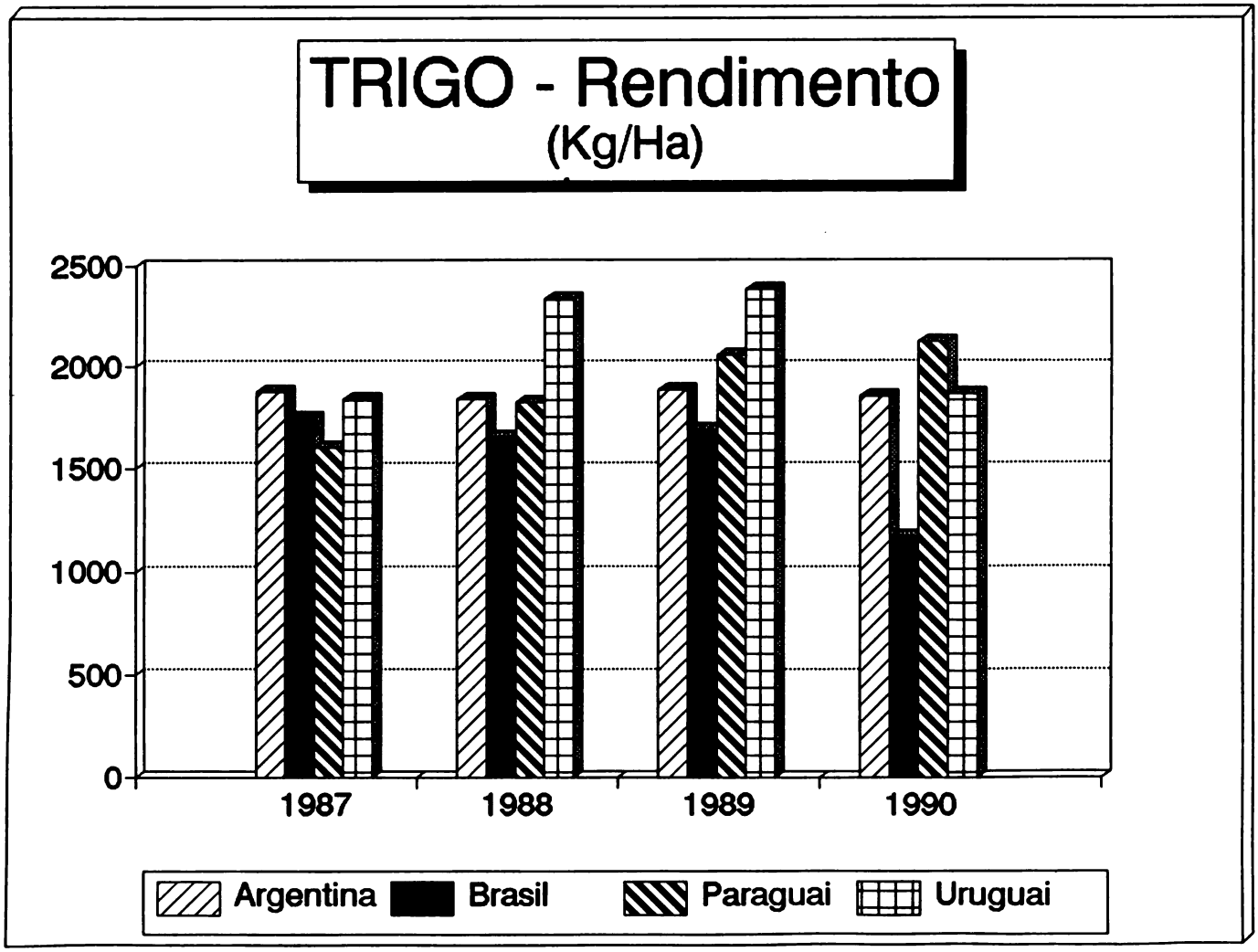
Fonte: CEPAL.



TRIGO - Rendimento (KG/HA) - 1990

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	1.879	1.839	1.888	1.862
Brasil	1.746	1.654	1.692	1.170
Paraguai	1.606	1.830	2.059	2.127
Uruguai	1.844	2.338	2.387	1.866
Mercosul	1.769	1.915	2.006	1.756

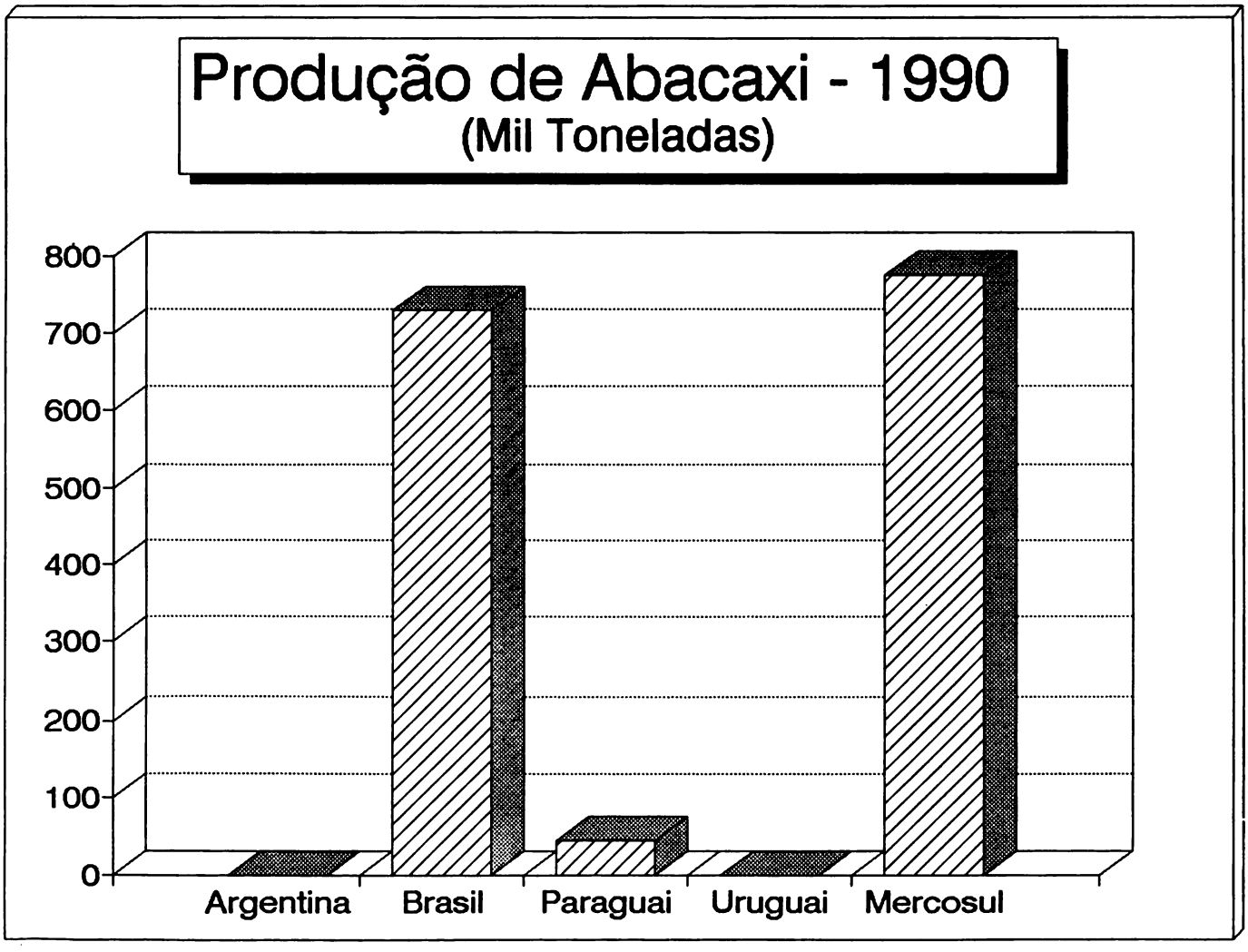
Fonte: CEPAL.



PRODUÇÃO DE ABACAXI
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	s.d.	s.d.	s.d.
Brasil	1.013	828	729
Paraguai	38	44	45
Uruguai	s.d.	s.d.	s.d.
Mercosul	1.101	872	774

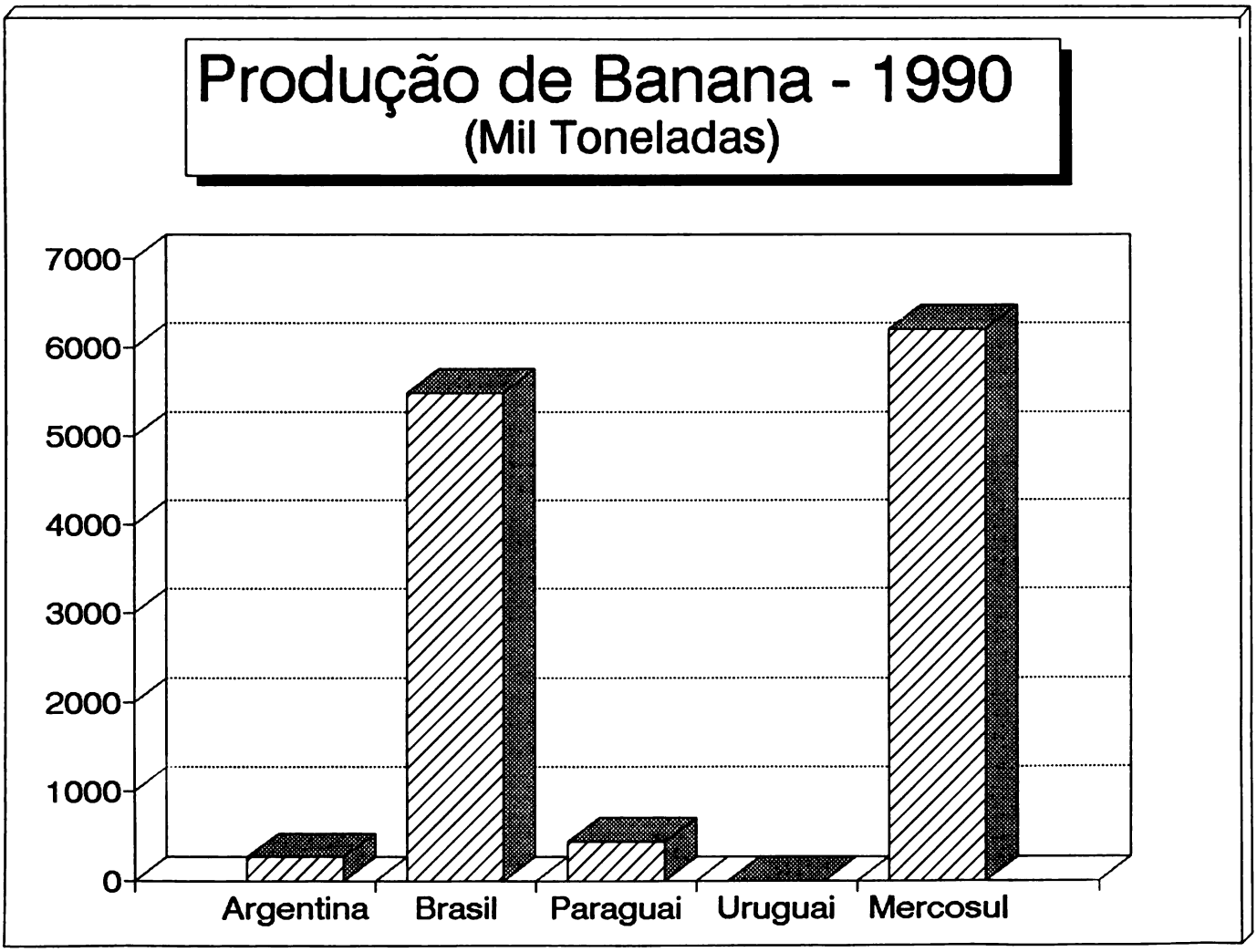
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE BANANA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	250	240	260
Brasil	5.118	5.502	5.488
Paraguai	449	425	440
Uruguai	s.d.	s.d.	s.d.
Mercosul	5.817	6.167	6.188

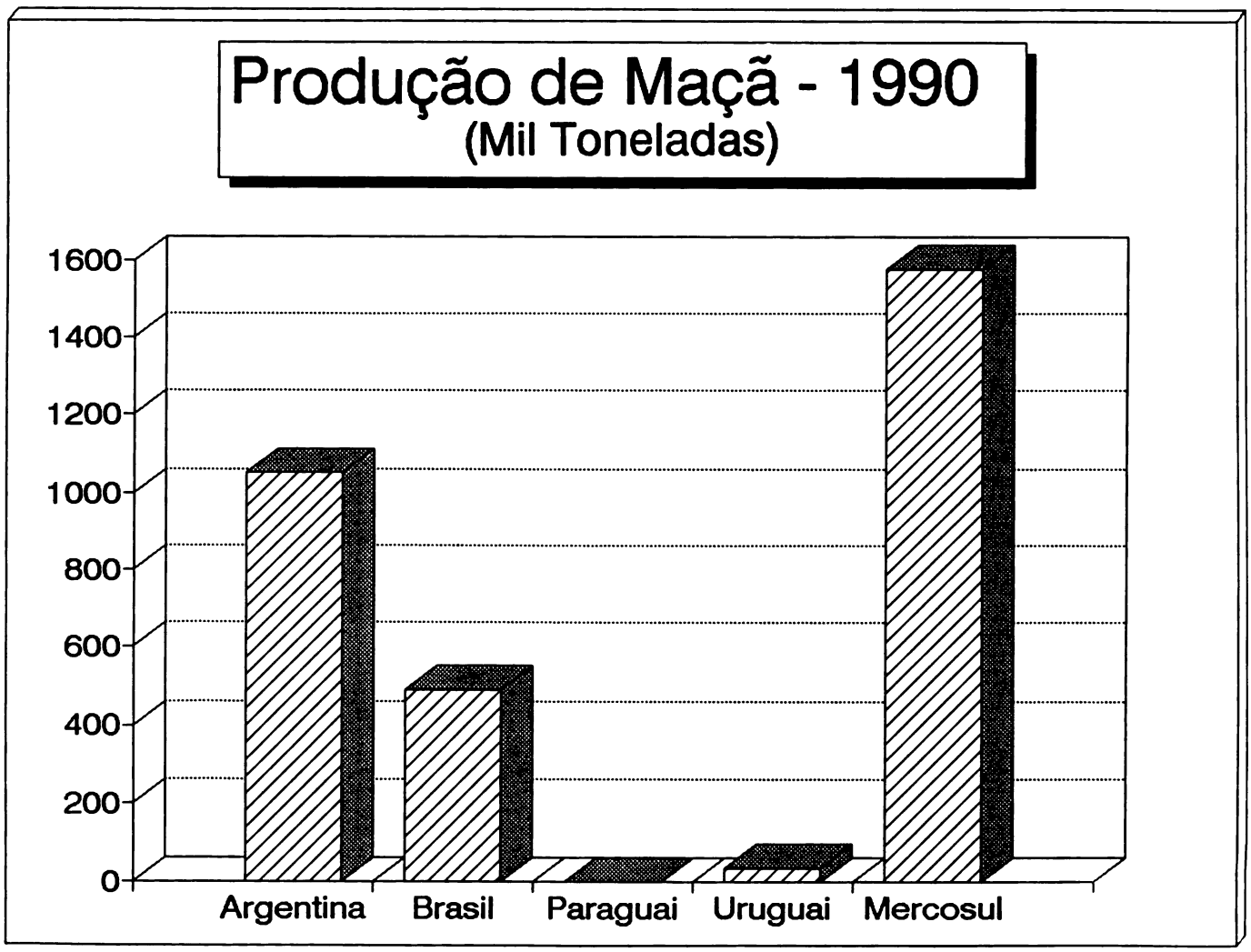
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE MAÇA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	925	964	1.050
Brasil	439	478	492
Paraguai	s.d.	s.d.	s.d.
Uruguai	32	35	35
Mercosul	1.396	1.477	1.577

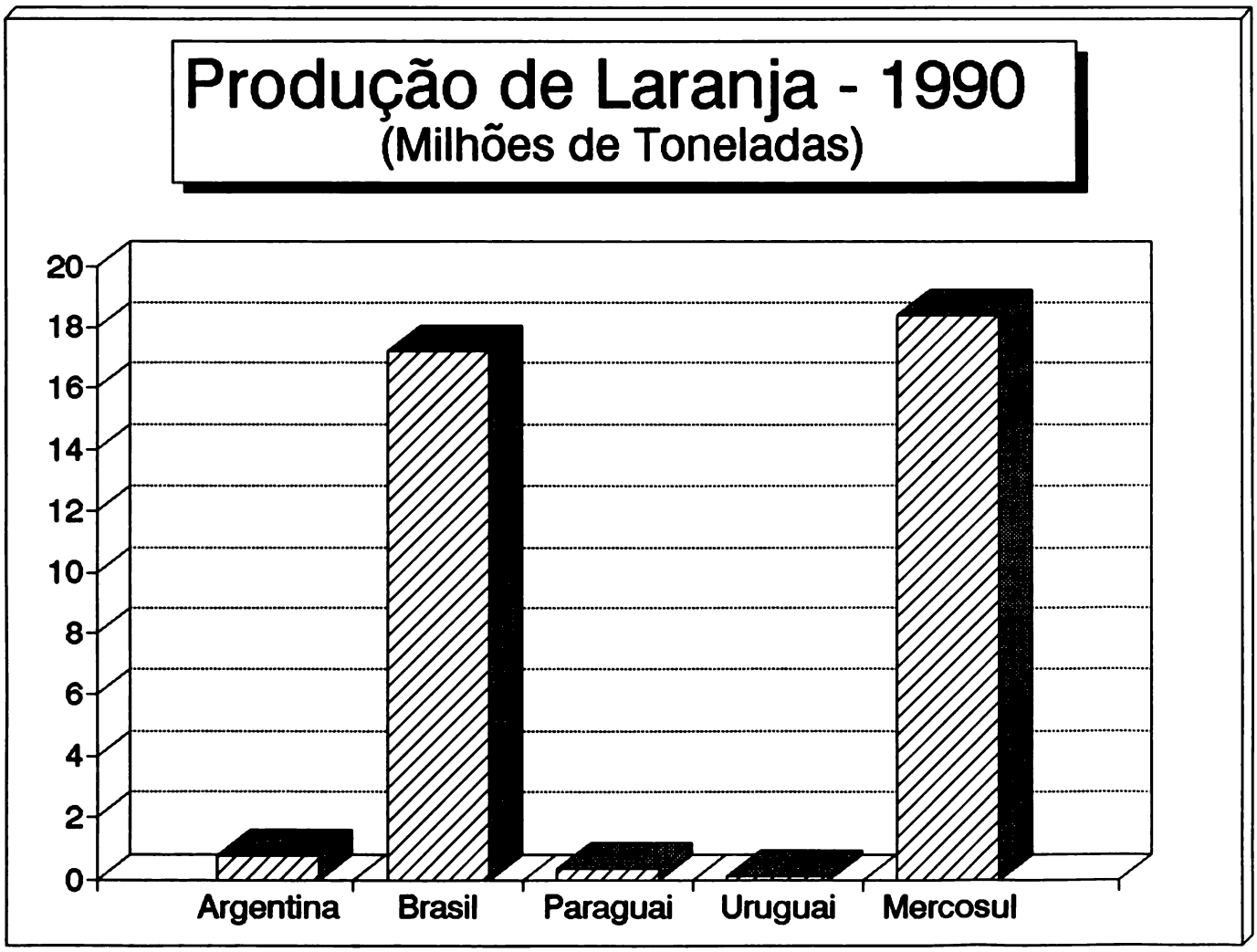
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE LARANJA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	650	580	750
Brasil	15.110	17.774	17.211
Paraguai	364	364	366
Uruguai	93	97	95
Mercosul	16.217	18.815	18.422

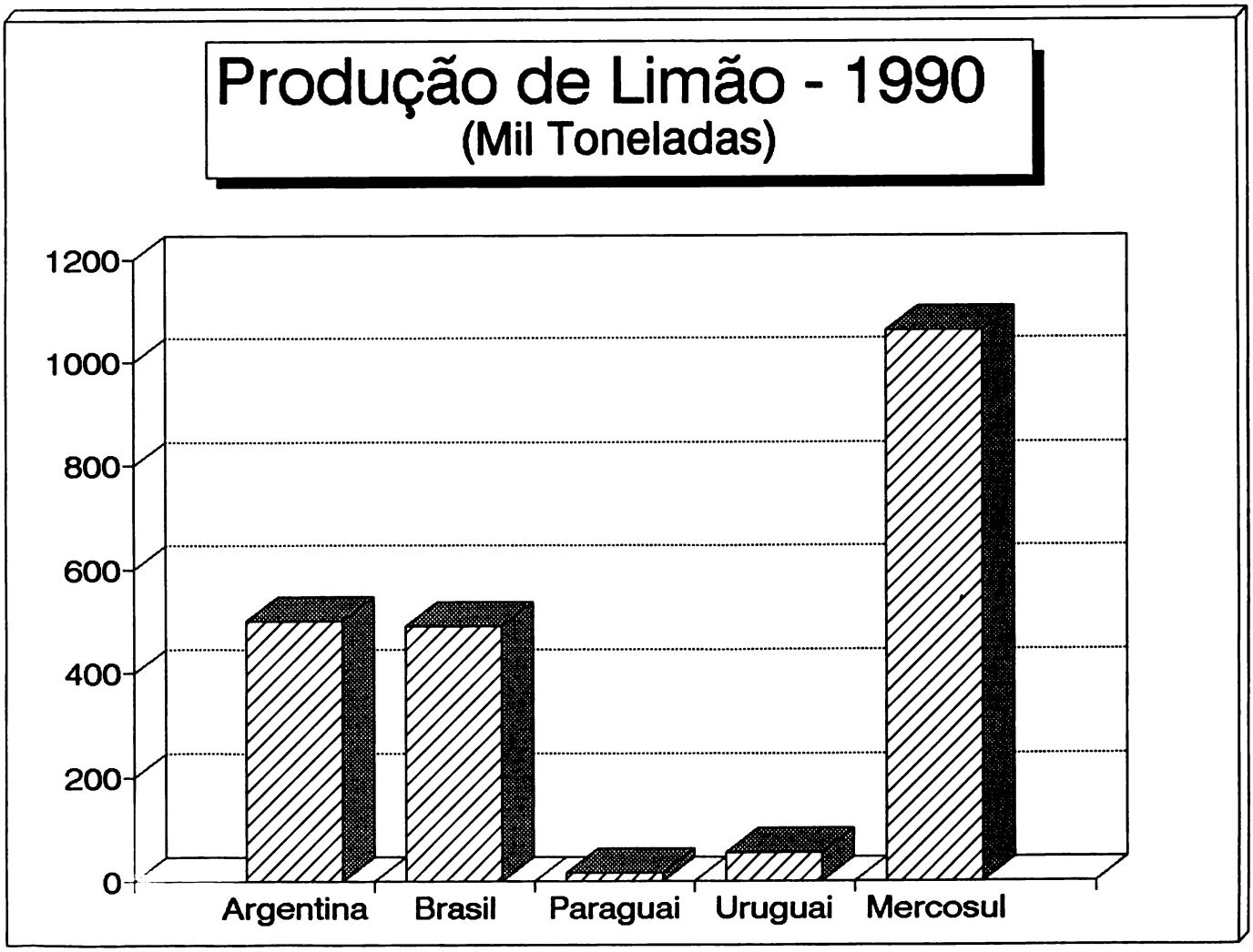
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE LIMÃO
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	517	350	500
Brasil	442	470	490
Paraguai	15	16	17
Uruguai	47	50	55
Mercosul	1.021	886	1.062

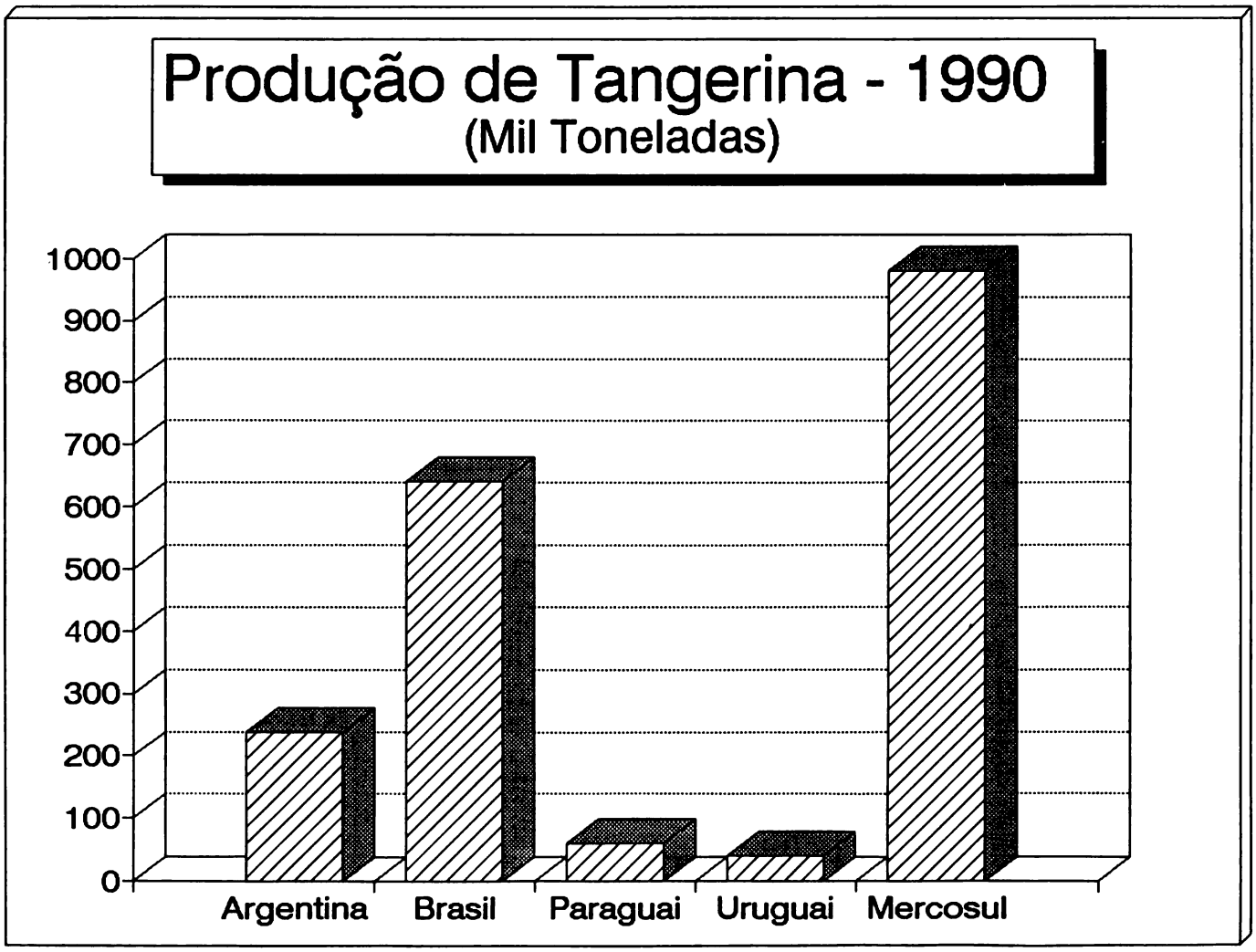
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE TANGERINA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	286	290	240
Brasil	640	650	640
Paraguai	63	60	60
Uruguai	37	37	40
Mercosul	1.026	1.037	980

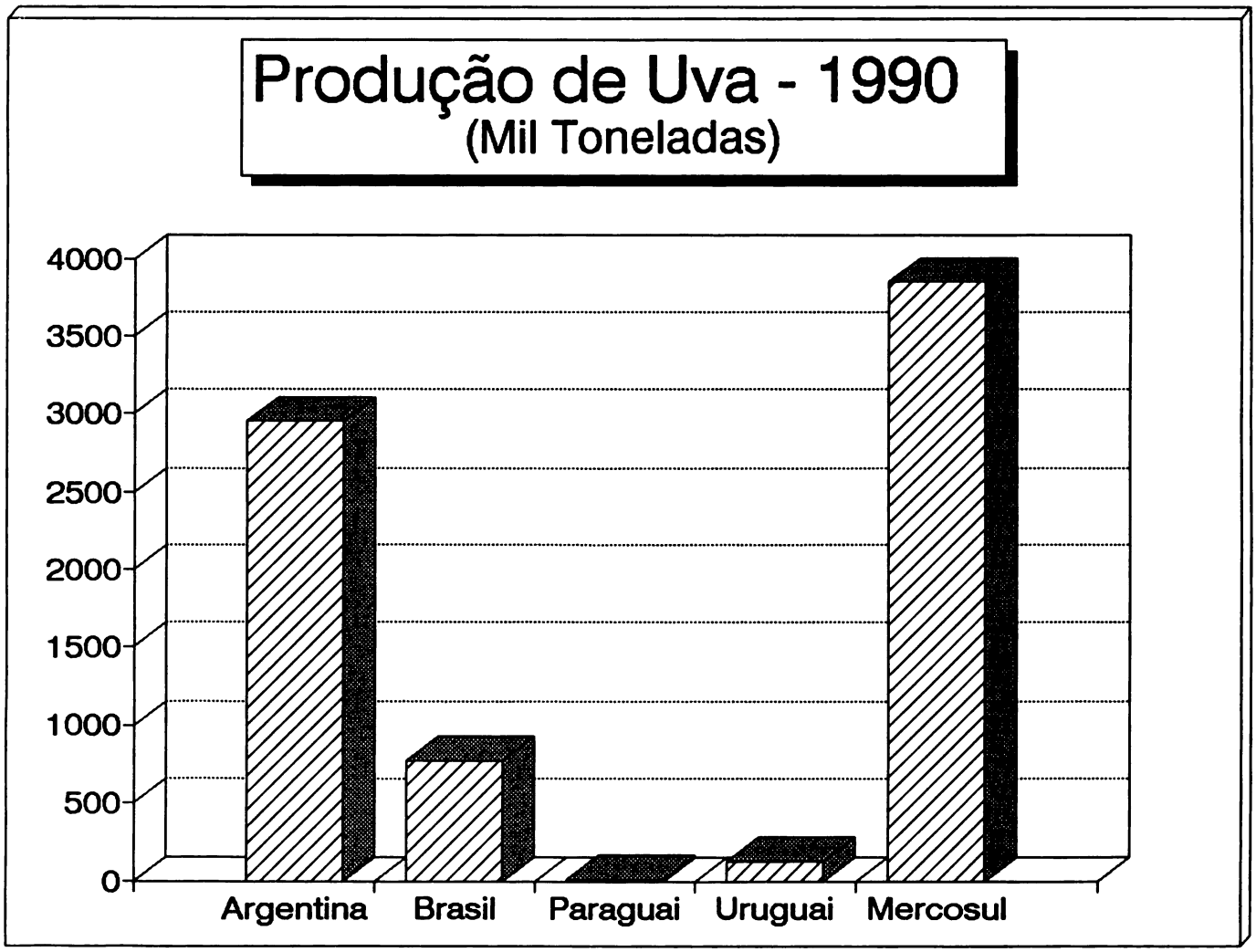
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE UVA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	3.192	2.971	2.950
Brasil	772	697	768
Paraguai	11	11	11
Uruguai	122	122	124
Mercosul	4.097	3.801	3.853

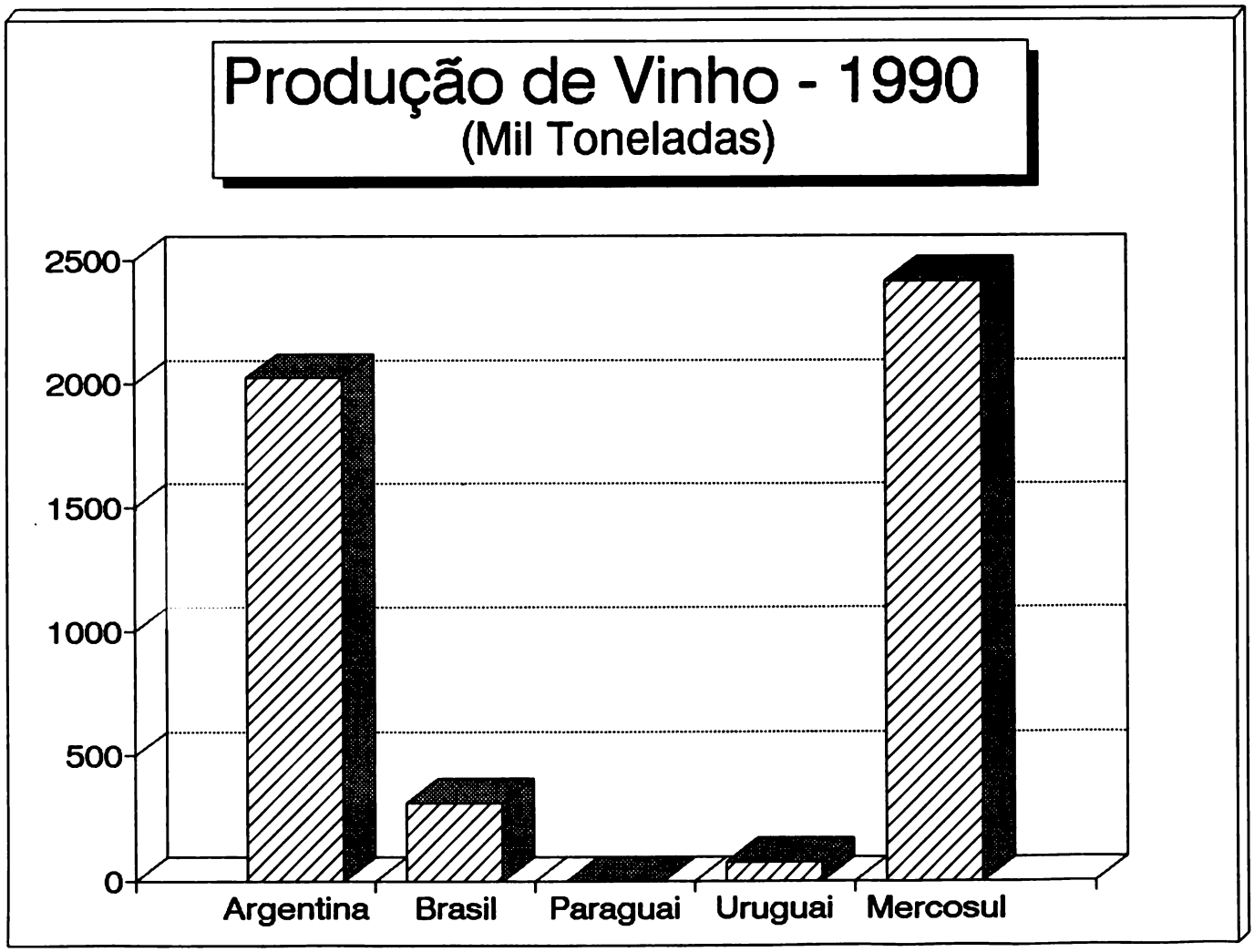
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE VINHO
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	2.063	2.032	2.025
Brasil	349	274	311
Paraguai	s.d.	s.d.	s.d.
Uruguai	74	74	74
Mercosul	2.486	2.380	2.410

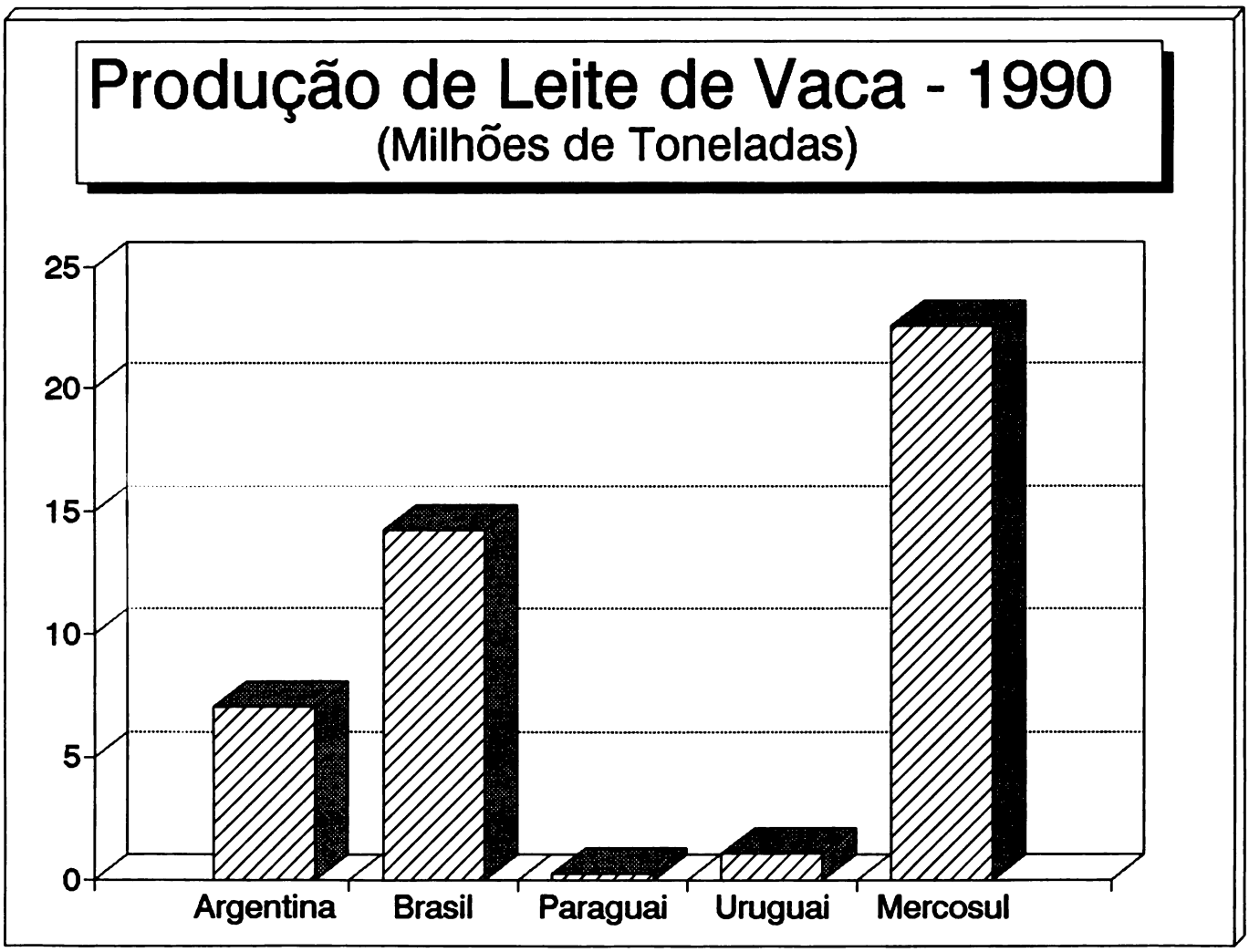
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	6.168	6.725	7.050
Brasil	13.928	13.815	14.228
Paraguai	200	205	210
Uruguai	990	1.005	1.050
Mercosul	21.286	21.750	22.538

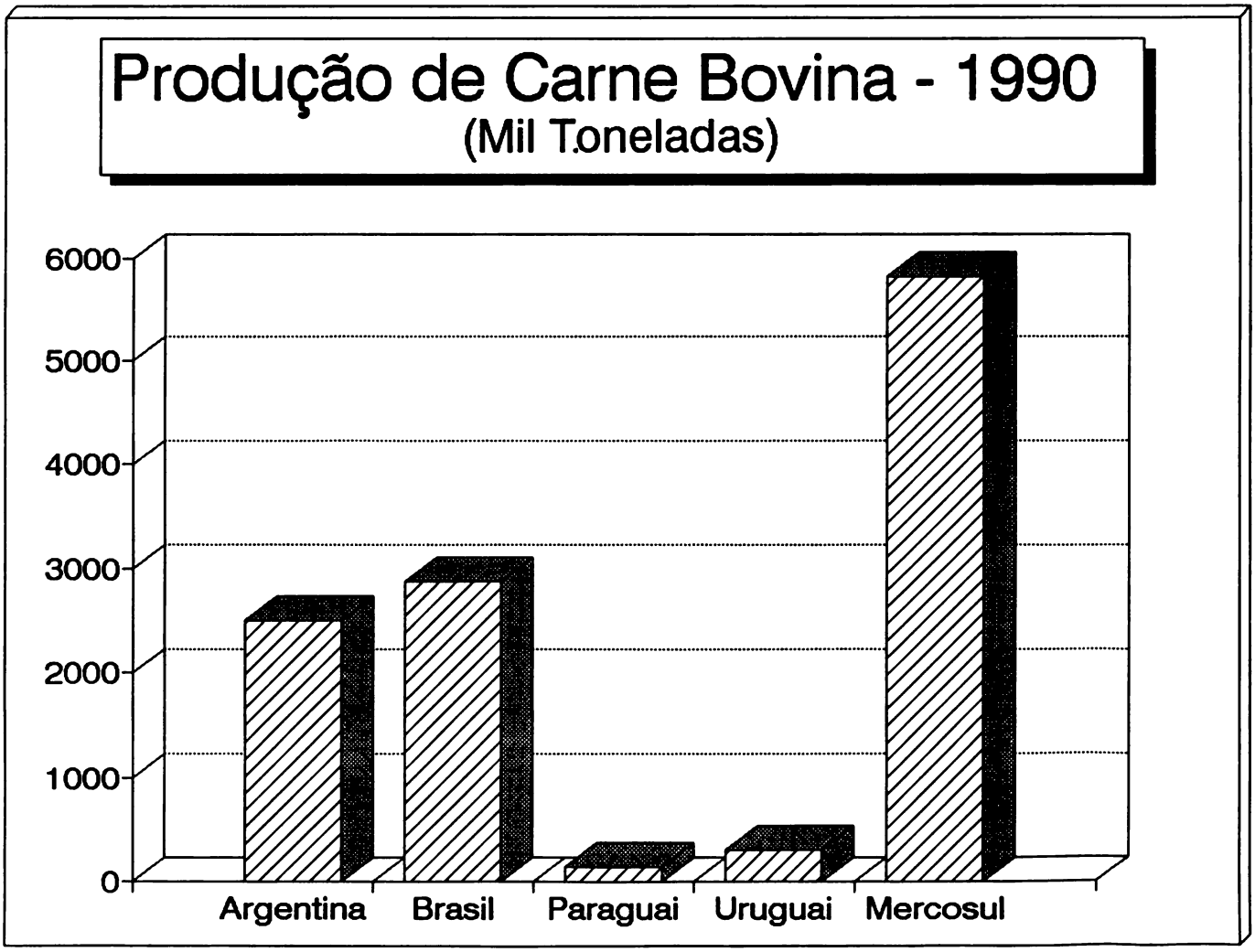
Fonte: FAO.



PRODUÇAO DE CARNE BOVINA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	2.650	2.600	2.500
Brasil	2.581	2.748	2.882
Paraguai	131	135	139
Uruguai	313	346	302
Mercosul	5.675	5.829	5.823

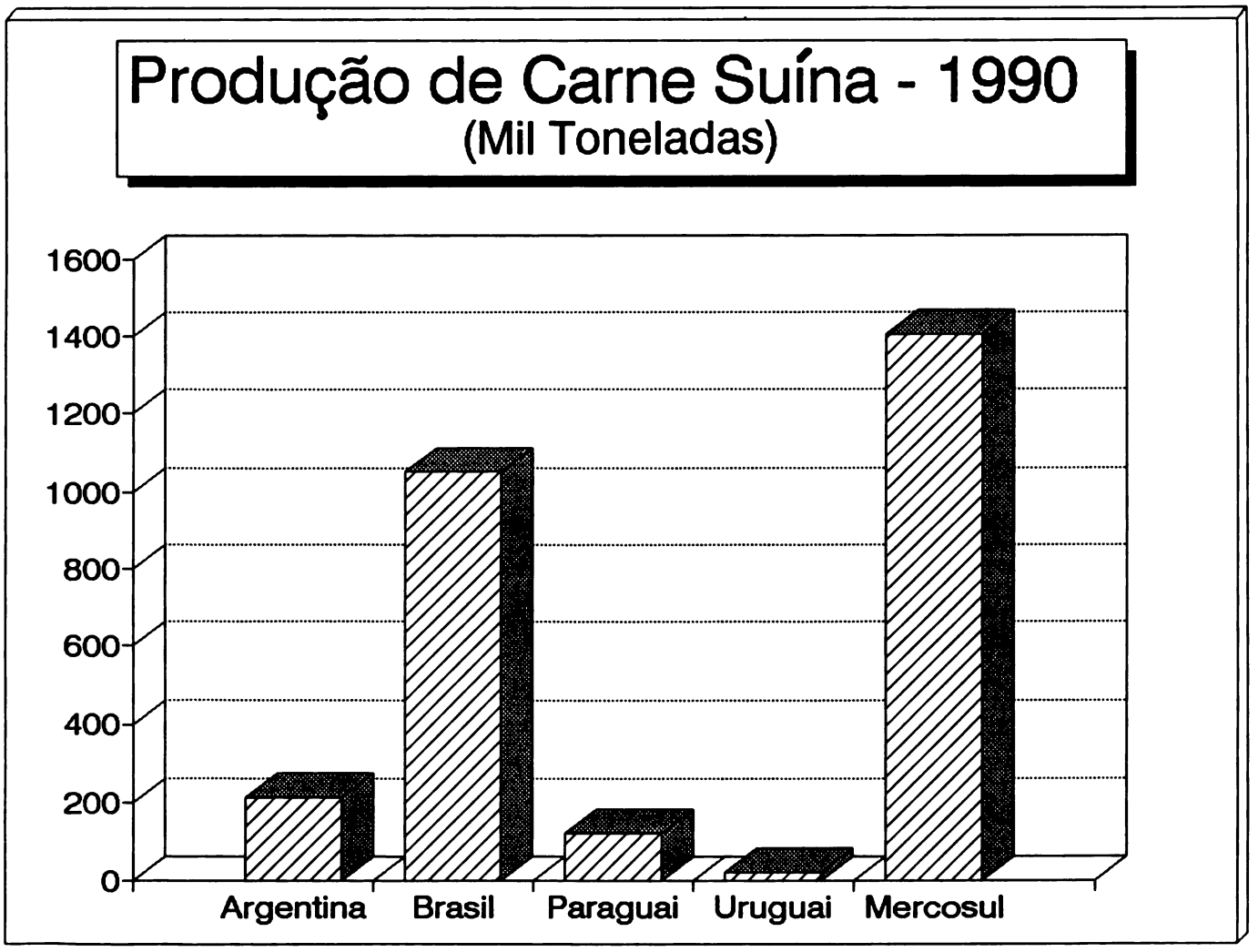
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE CARNE SUINA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	200	200	215
Brasil	1.100	1.000	1.050
Paraguai	119	120	121
Uruguai	20	21	21
Mercosul	1.439	1.341	1.407

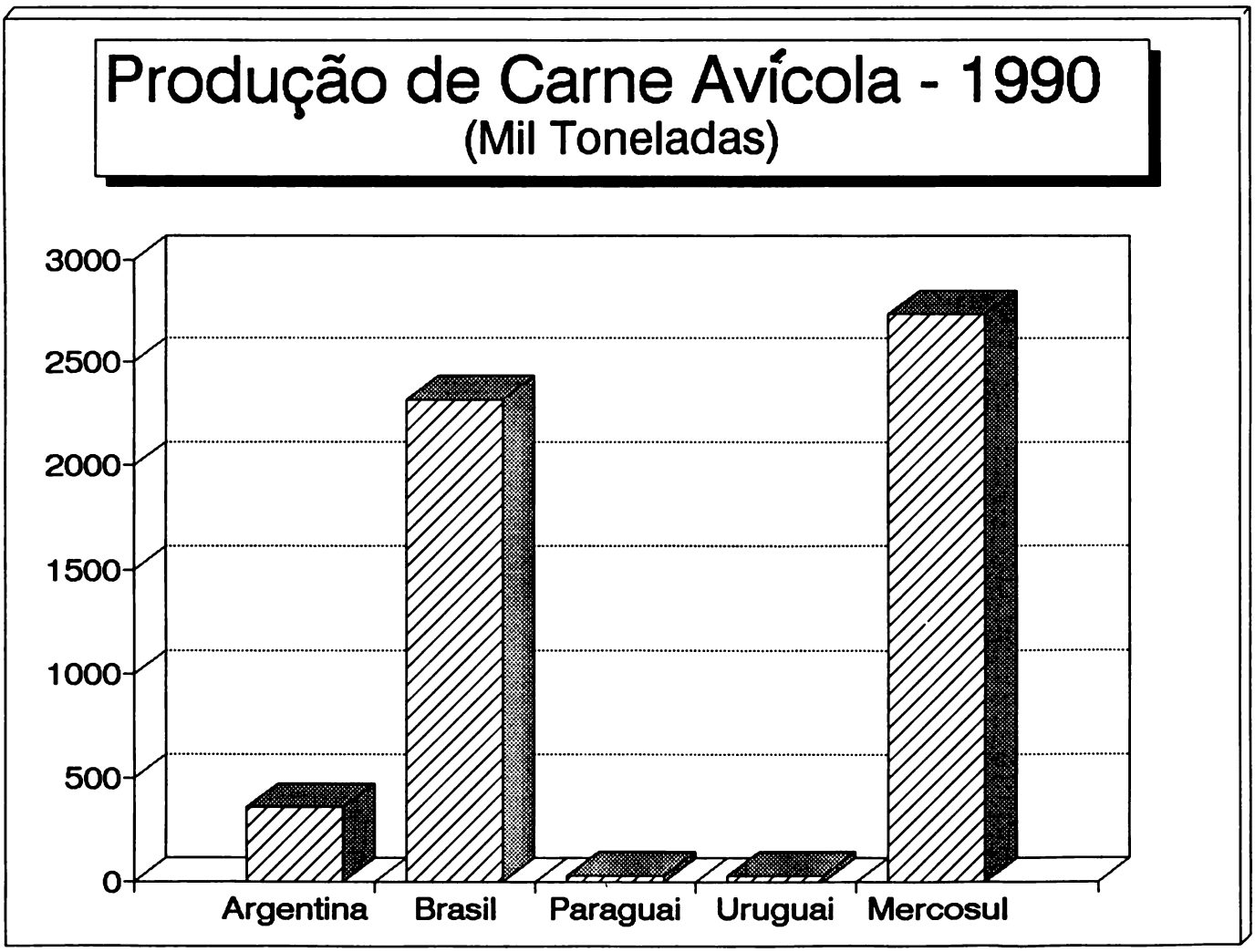
Fonte: FAO.



PRODUÇÃO DE CARNE AVÍCOLA
(Mil Toneladas)

PAÍS	1988	1989	1990
Argentina	392	345	358
Brasil	2.001	2.137	2.321
Paraguai	24	26	28
Uruguai	24	24	26
Mercosul	2.441	2.532	2.733

Fonte: FAO.



CAPÍTULO V

CUSTOS DE PRODUÇÃO

COMENTÁRIOS

CUSTOS DE PRODUÇÃO

GRÃOS

As condições favoráveis que a Argentina reúne para a produção de grãos (trigo, milho e soja) fazem com que seus custos de produção sejam os mais baixos dentre os quatro países.

ALGODÃO

O Paraguai, que possui expressiva produção de algodão, participa do mercado com a exportação do algodão em pluma. As vantagens obtidas nos custos de produção advêm, principalmente, do menor uso de insumos em razão da fertilidade das terras e do cultivo de novas áreas com menor necessidade de agrotóxicos.

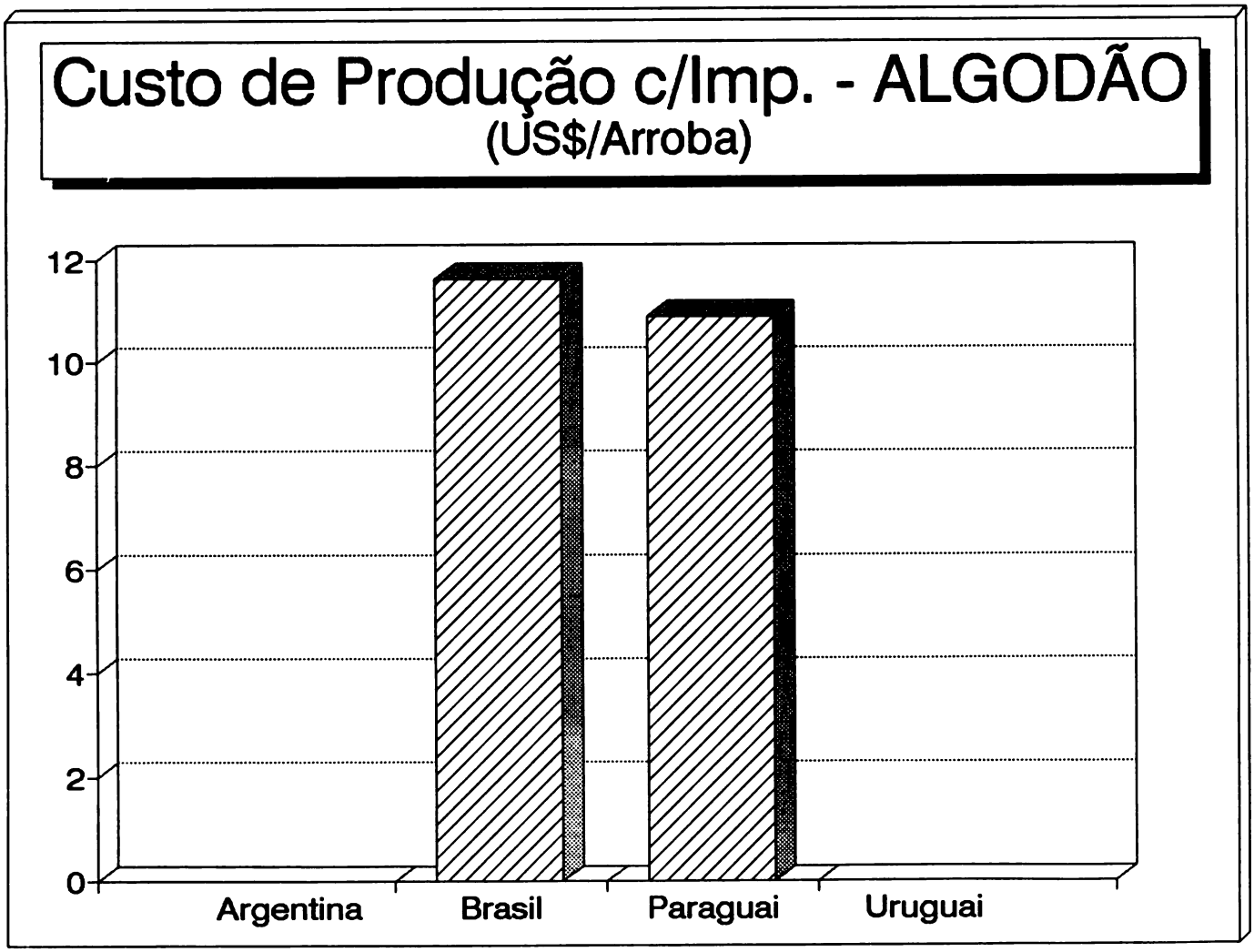
CEBOLA E ALHO

Nota-se que o peso dos impostos sobre o custo de produção da cebola na Argentina é bem inferior ao dos outros países do MERCOSUL. Com relação ao alho, o Paraguai é o país que apresenta o menor custo de produção, enquanto o Brasil representa o outro extremo.

CUSTO DE PRODUÇÃO - ALGODÃO
(US$/Arroba)

PAÍS	c/impostos	s/impostos	% impostos
Argentina	s.d.	s.d.	s.d.
Brasil	11,61	9,94	14,38
Paraguai	10,88	9,84	9,56
Uruguai	s.d.	s.d.	s.d.

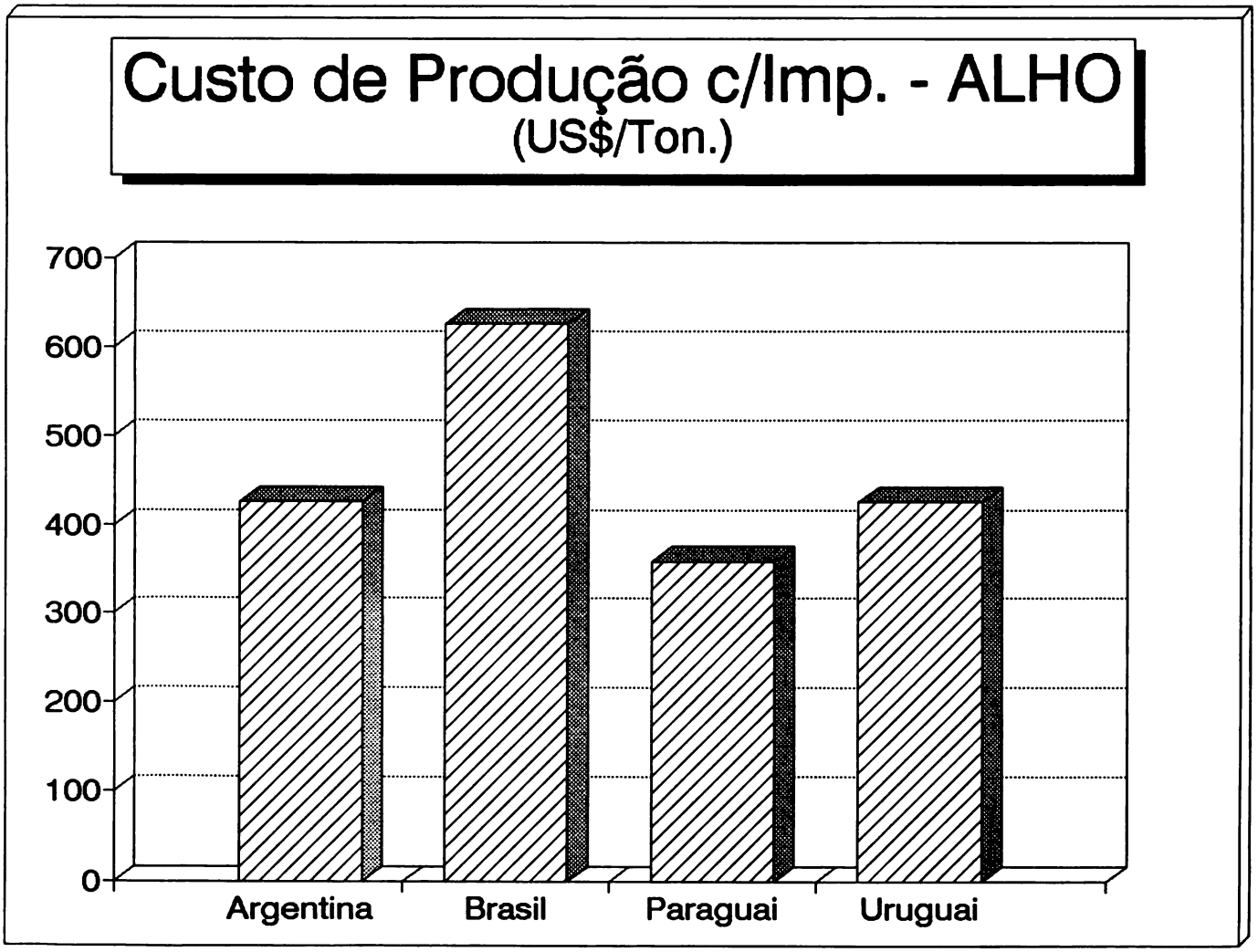
Fonte: SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - MERCOSUL.



CUSTO DE PRODUÇÃO - ALHO
(US$/Tonelada)

PAÍS	c/impostos	s/impostos	% impostos
Argentina	425,18	352,95	16,99
Brasil	625,80	526,98	15,67
Paraguai	359,15	283,94	20,94
Uruguai	425,12	366,72	13,74

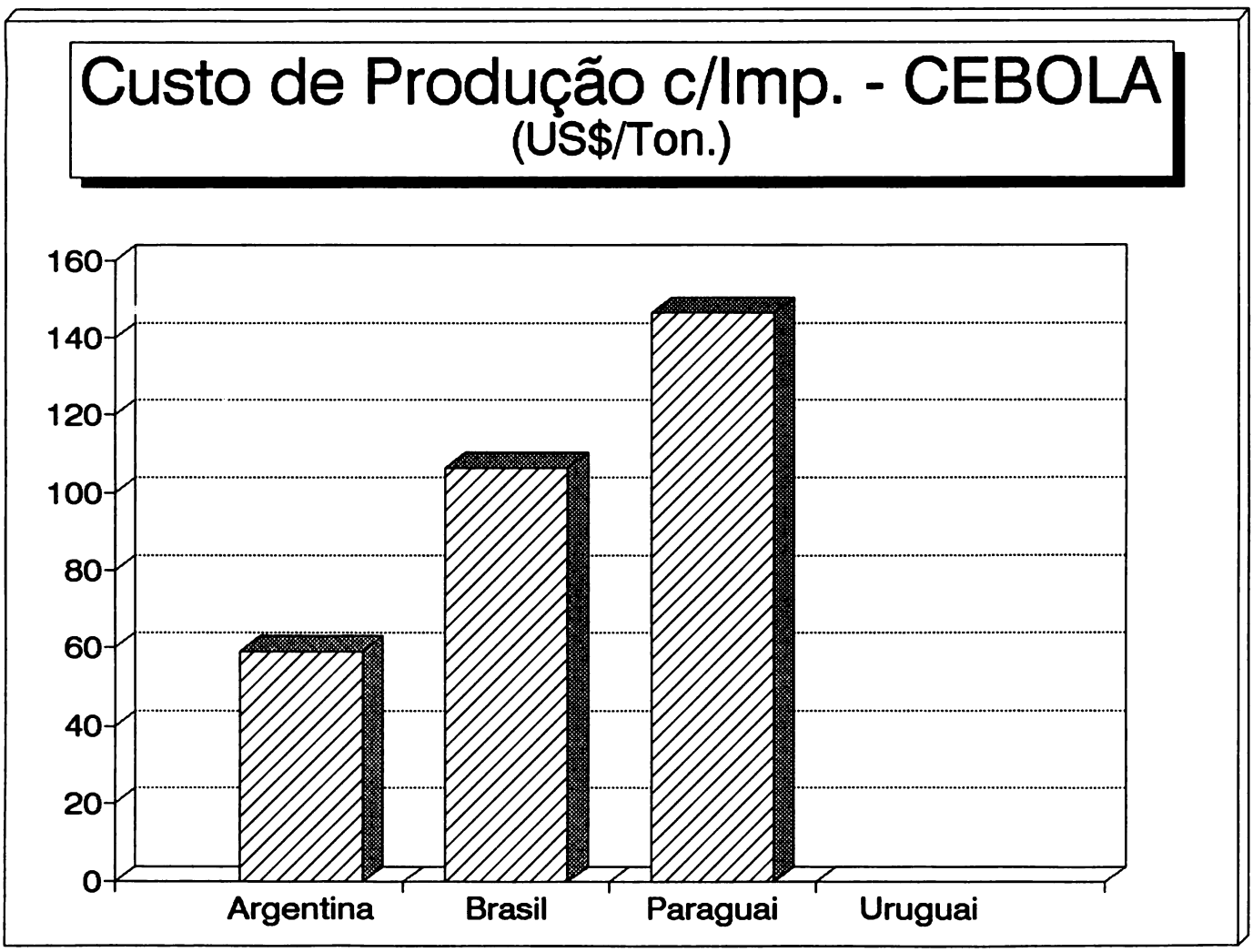
Fonte: SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - MERCOSUL.



CUSTO DE PRODUÇÃO - CEBOLA
(US$/Tonelada)

PAÍS	c/impostos	s/impostos	% impostos
Argentina	59,02	54,47	7,71
Brasil	106,46	85,72	19,58
Paraguai	146,59	118,88	18,90
Uruguai	s.d.	s.d.	s.d.

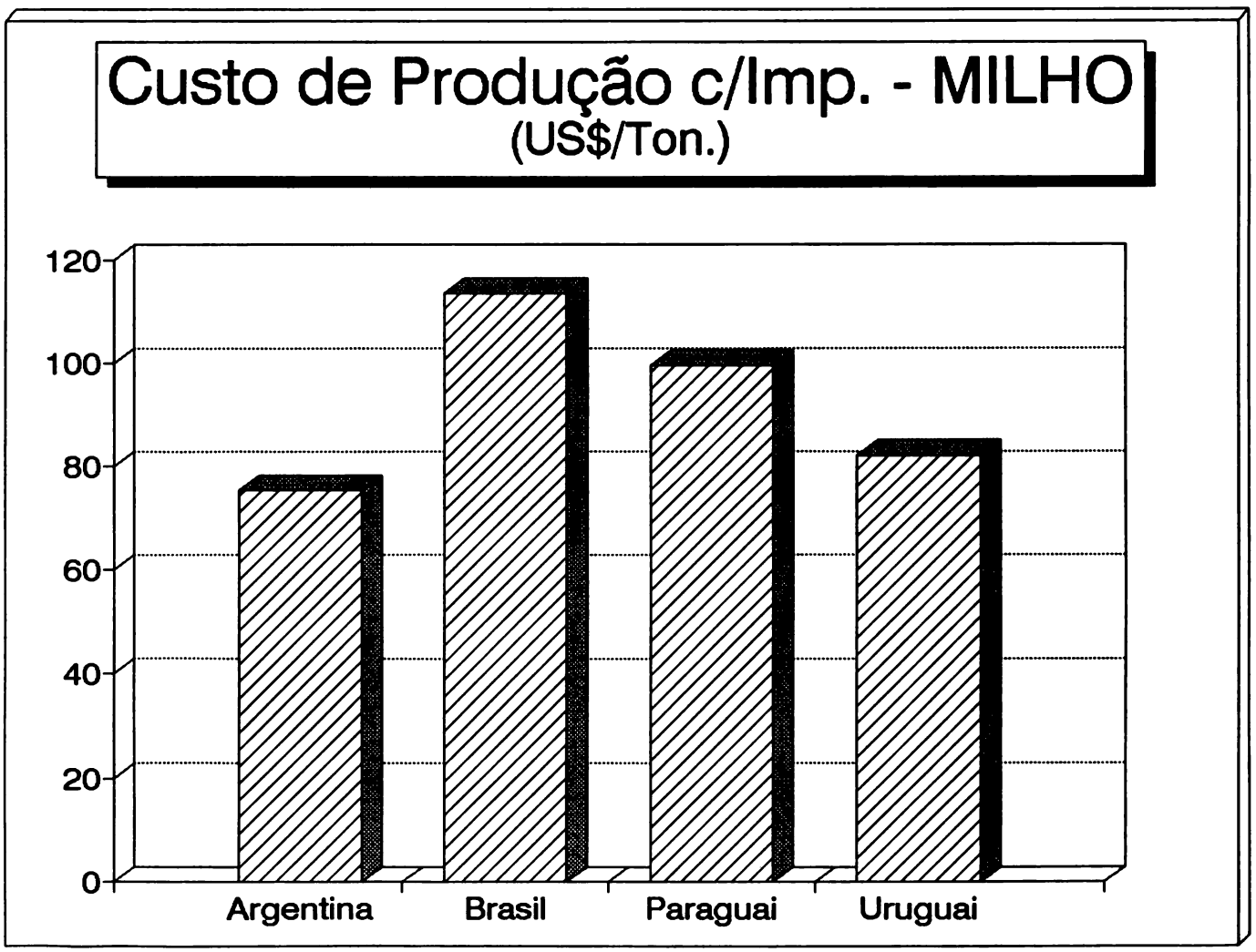
Fonte: SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - MERCOSUL.



CUSTO DE PRODUÇAO - MILHO
(US$/Tonelada)

PAÍS	c/impostos	s/impostos	% impostos
Argentina	75,47	59,01	21,81
Brasil	113,56	101,00	11,06
Paraguai	99,57	93,66	5,94
Uruguai	82,12	70,30	14,46

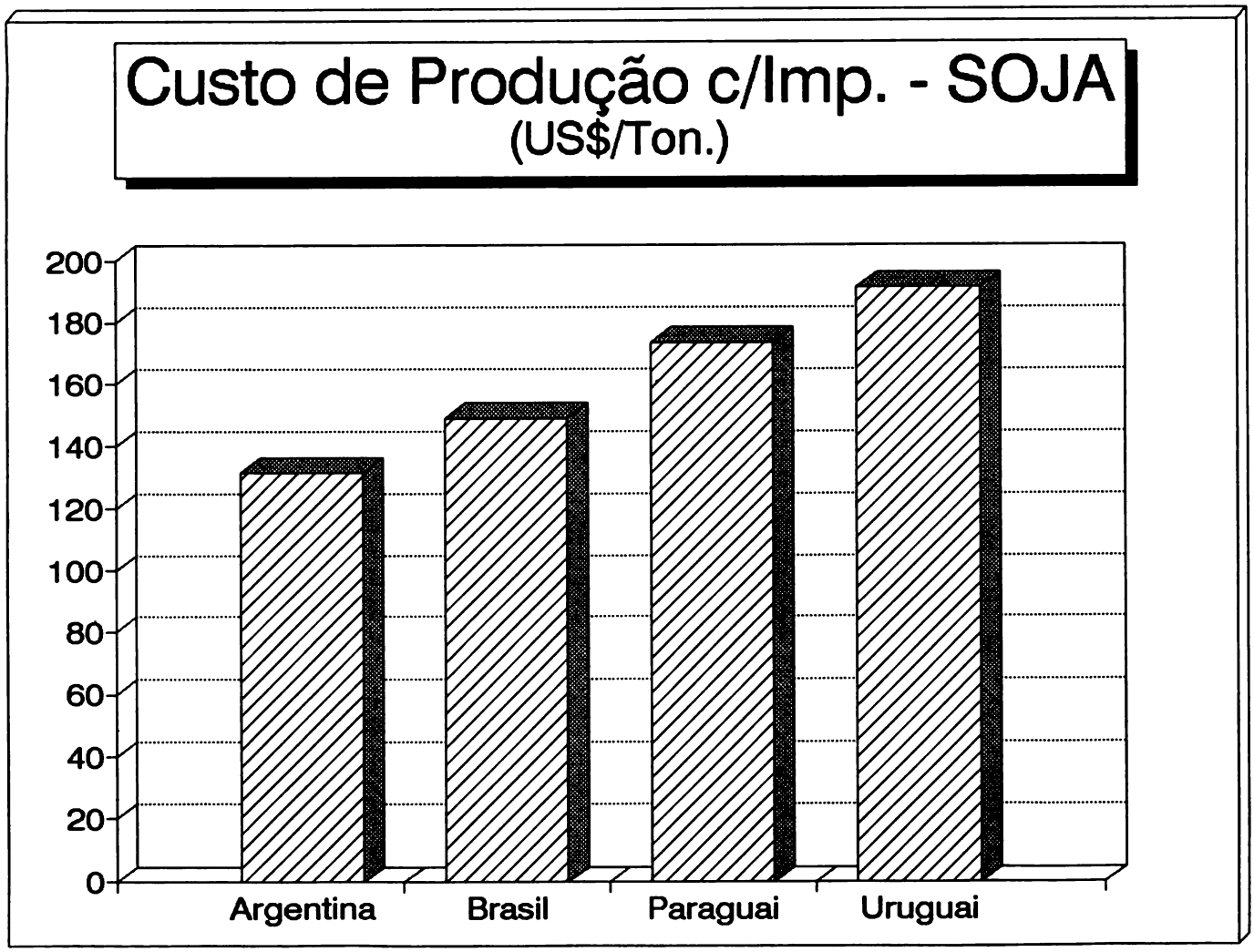
Fonte: SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - MERCOSUL.



CUSTO DE PRODUÇÃO - SOJA
(US$/Tonelada)

PAÍS	c/impostos	s/impostos	% impostos
Argentina	131,35	103,63	21,10
Brasil	149,07	132,14	11,36
Paraguai	173,49	166,98	3,75
Uruguai	191,26	168,51	11,89

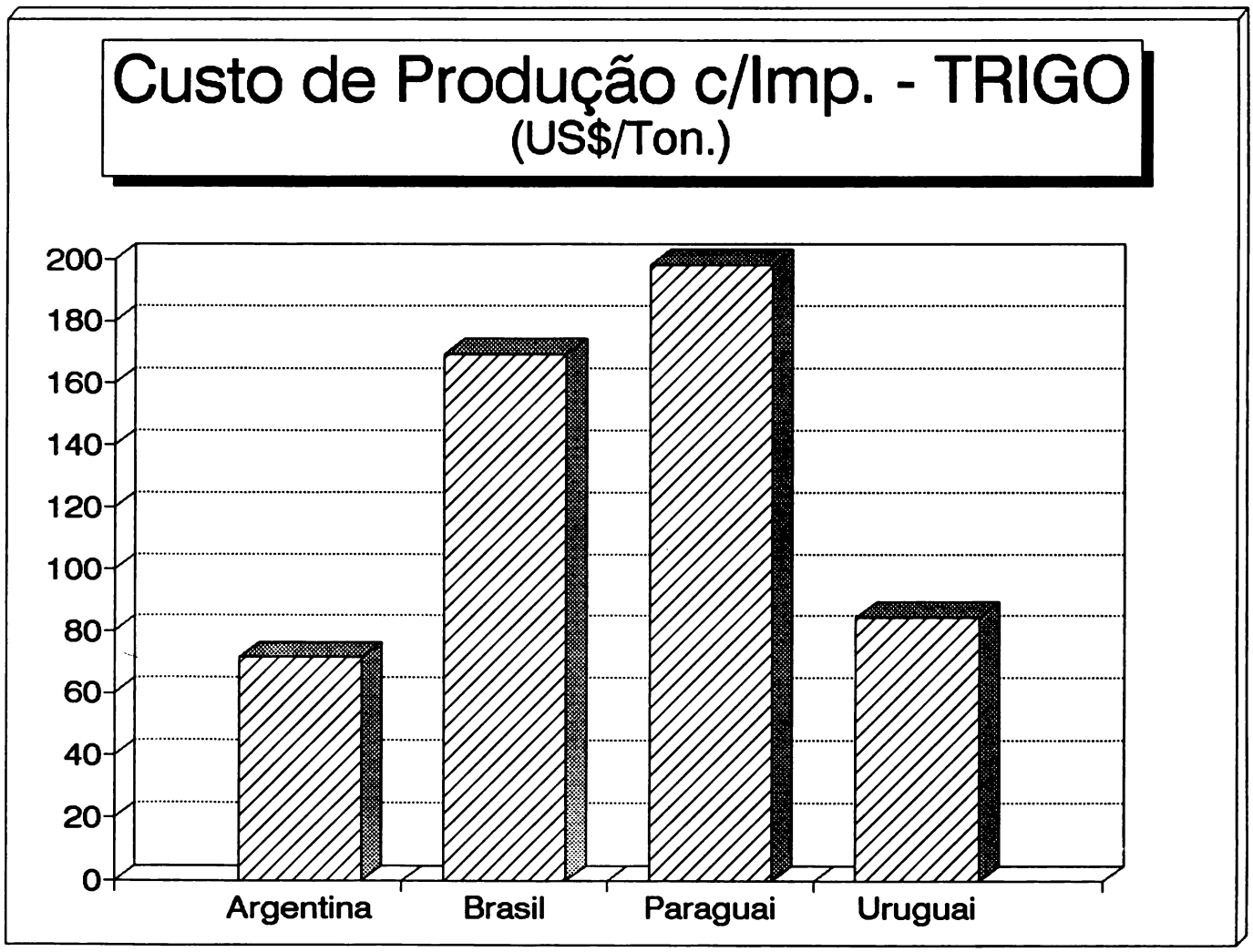
Fonte: SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - MERCOSUL.



CUSTO DE PRODUÇÃO - TRIGO
(US$/Tonelada)

PAÍS	c/impostos	s/impostos	% impostos
Argentina	71,40	52,96	25,83
Brasil	169,43	156,39	7,70
Paraguai	198,25	192,26	3,02
Uruguai	84,40	70,18	16,85

Fonte: SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - MERCOSUL.



CAPÍTULO VI

IMPOSTOS

COMENTÁRIOS

IMPOSTOS

Em termos de carga tributária, pode-se concluir, com relação aos países que compõem o MERCOSUL, que o maior percentual de arrecadação de impostos provém da tributação indireta ao consumo. O Paraguai com 43% e o Uruguai com 67% são os extremos, enquanto a Argentina e o Brasil, apresentam o mesmo índice, ou seja, 63%.

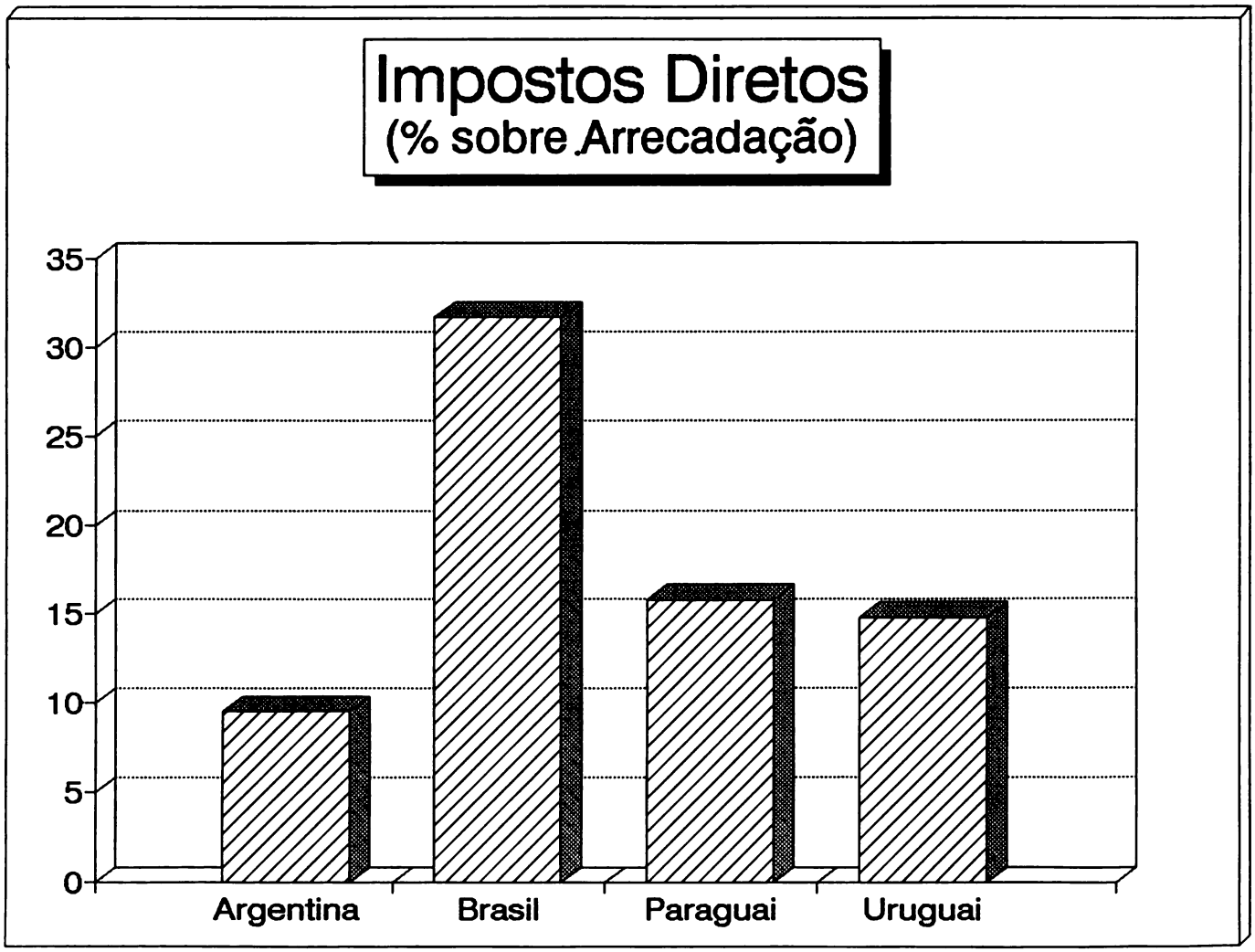
No tocante aos impostos diretos, o Brasil, com 31,7%, registra o maior percentual sobre a arrecadação total, enquanto a Argentina tem a menor incidência, 9,5%, e o Paraguai e o Uruguai apresentam percentuais quase idênticos, 15,8% e 14,8%, respectivamente.

De acordo com a estrutura tributária da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, os itens que se destacam com maior representatividade são os impostos internos sobre o consumo e a tributação sobre os salários, que representam em média 42,9% e 26,3%, respectivamente, da arrecadação total do MERCOSUL.

IMPOSTOS DIRETOS

PAÍS	(% do PIB)	(% da Arrecadação)
Argentina	1,8	9,5
Brasil	5,2	31,7
Paraguai	1,3	15,8
Uruguai	2,4	14,8

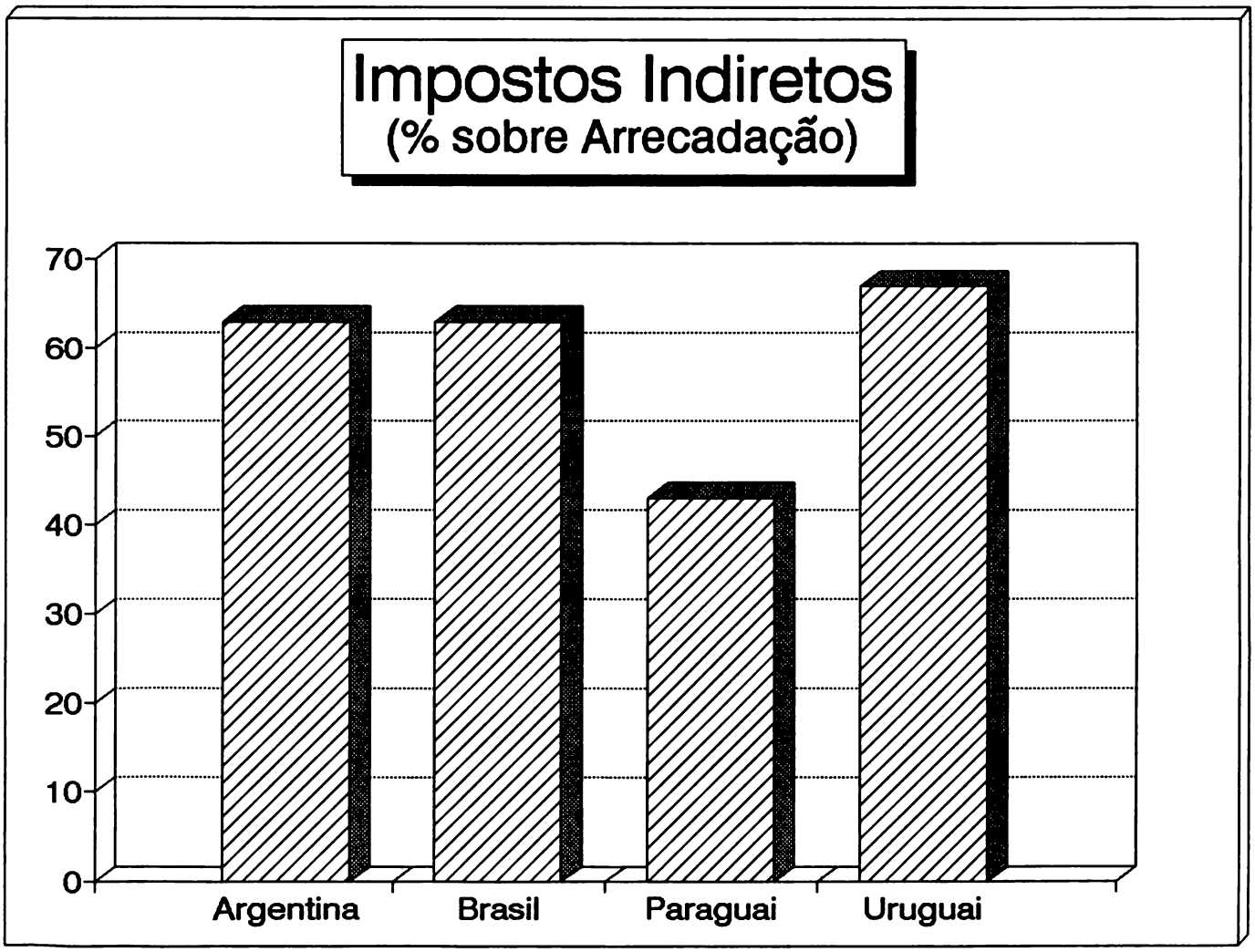
Fonte: IPEA.



IMPOSTOS INDIRETOS

PAÍS	(% do PIB)	(% da Arrecadação)
Argentina	11,4	63,0
Brasil	10,4	63,0
Paraguai	3,7	43,0
Uruguai	10,7	67,0

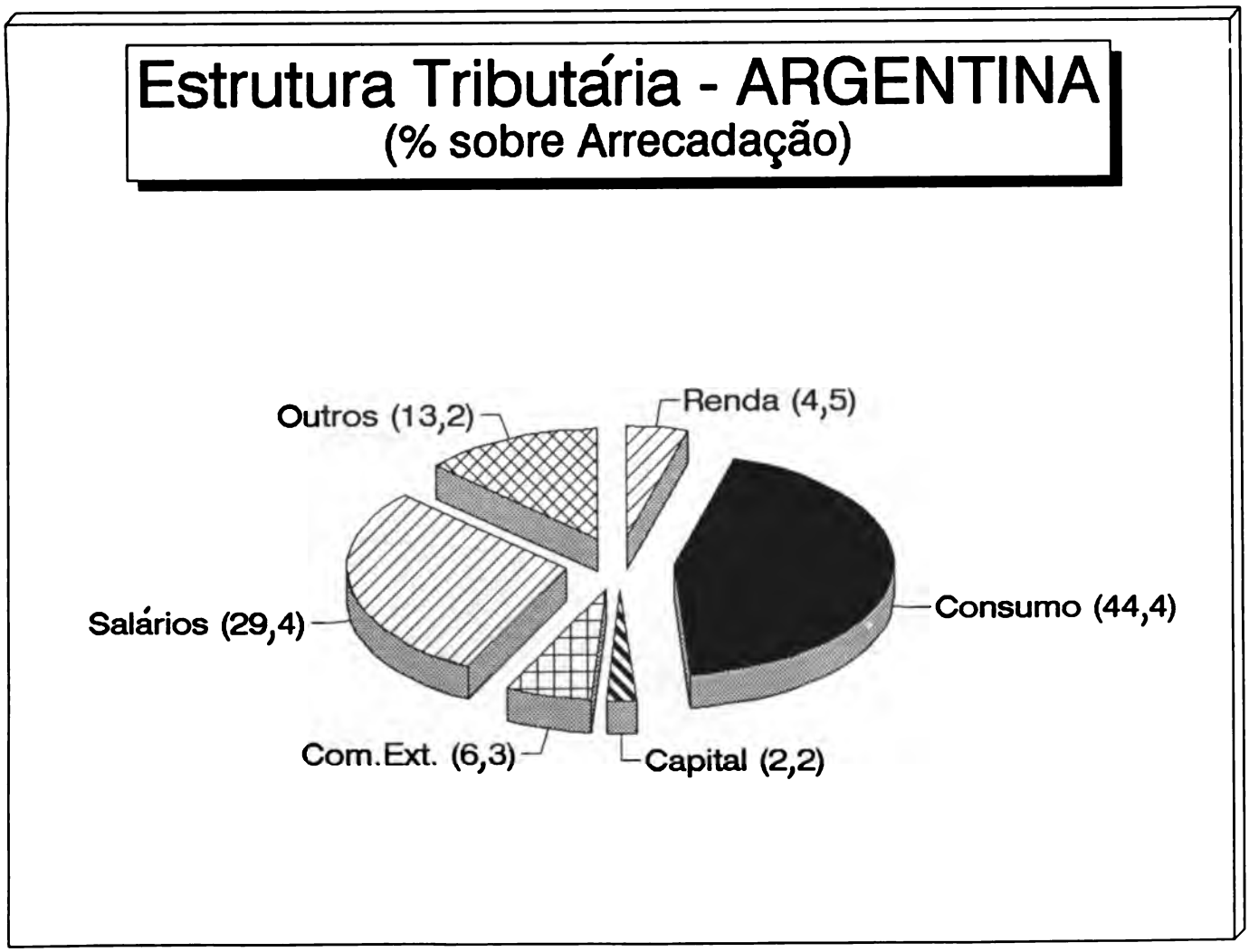
Fonte: IPEA.



ESTRUTURA TRIBUTARIA
(% sobre Arrecadação Total)

INCIDÊNCIA	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Renda	4,5	21,7	10,5	4,5
Capital	2,2	0,7	3,3	5,3
Consumo	44,4	44,8	38,2	44,4
Com. Ext.	6,3	2,2	18,4	9,5
Salários	29,4	29,4	12,4	33,7
Outros	13,2	1,2	17,2	2,6

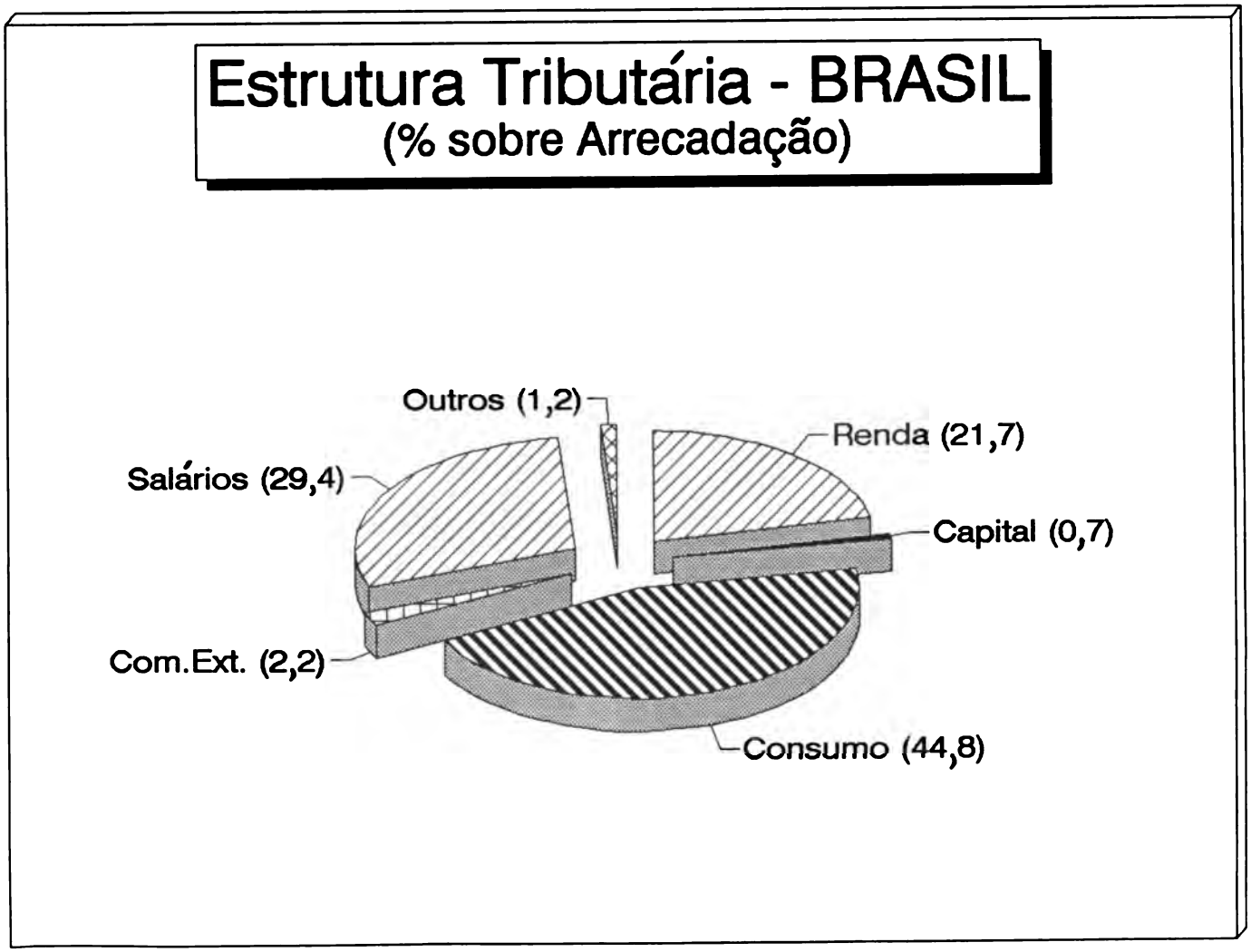
Fonte: IPEA.



ESTRUTURA TRIBUTÁRIA
(% sobre Arrecadação Total)

INCIDÊNCIA	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Renda	4,5	21,7	10,5	4,5
Capital	2,2	0,7	3,3	5,3
Consumo	44,4	44,8	38,2	44,4
Com. Ext.	6,3	2,2	18,4	9,5
Salários	29,4	29,4	12,4	33,7
Outros	13,2	1,2	17,2	2,6

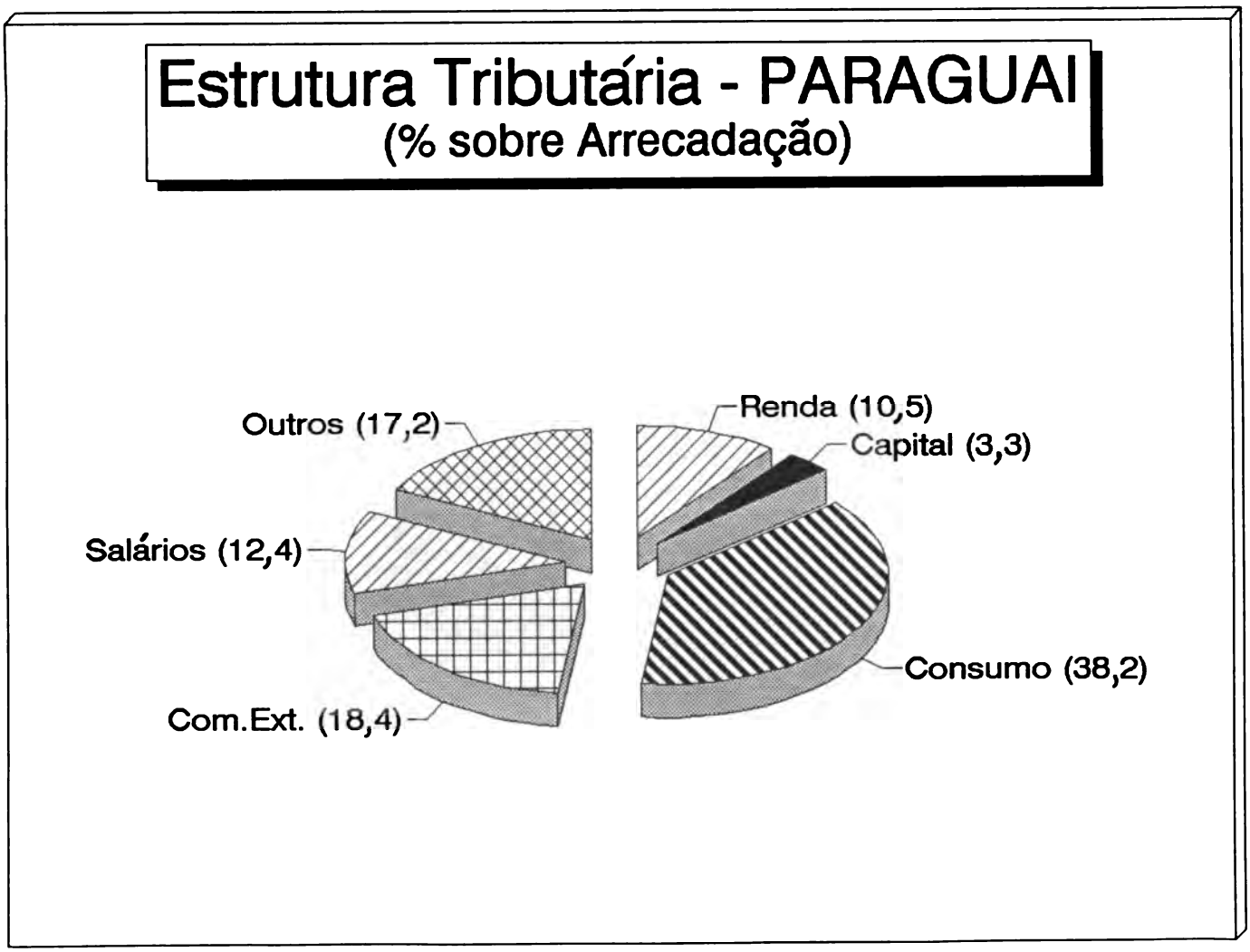
Fonte: IPEA.



ESTRUTURA TRIBUTÁRIA
(% sobre Arrecadação Total)

INCIDÊNCIA	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Renda	4,5	21,7	10,5	4,5
Capital	2,2	0,7	3,3 .	5,3
Consumo	44,4	44,8	38,2	44,4
Com. Ext.	6,3	2,2	18,4	9,5
Salários	29,4	29,4	12,4	33,7
Outros	13,2	1,2	17,2	2,6

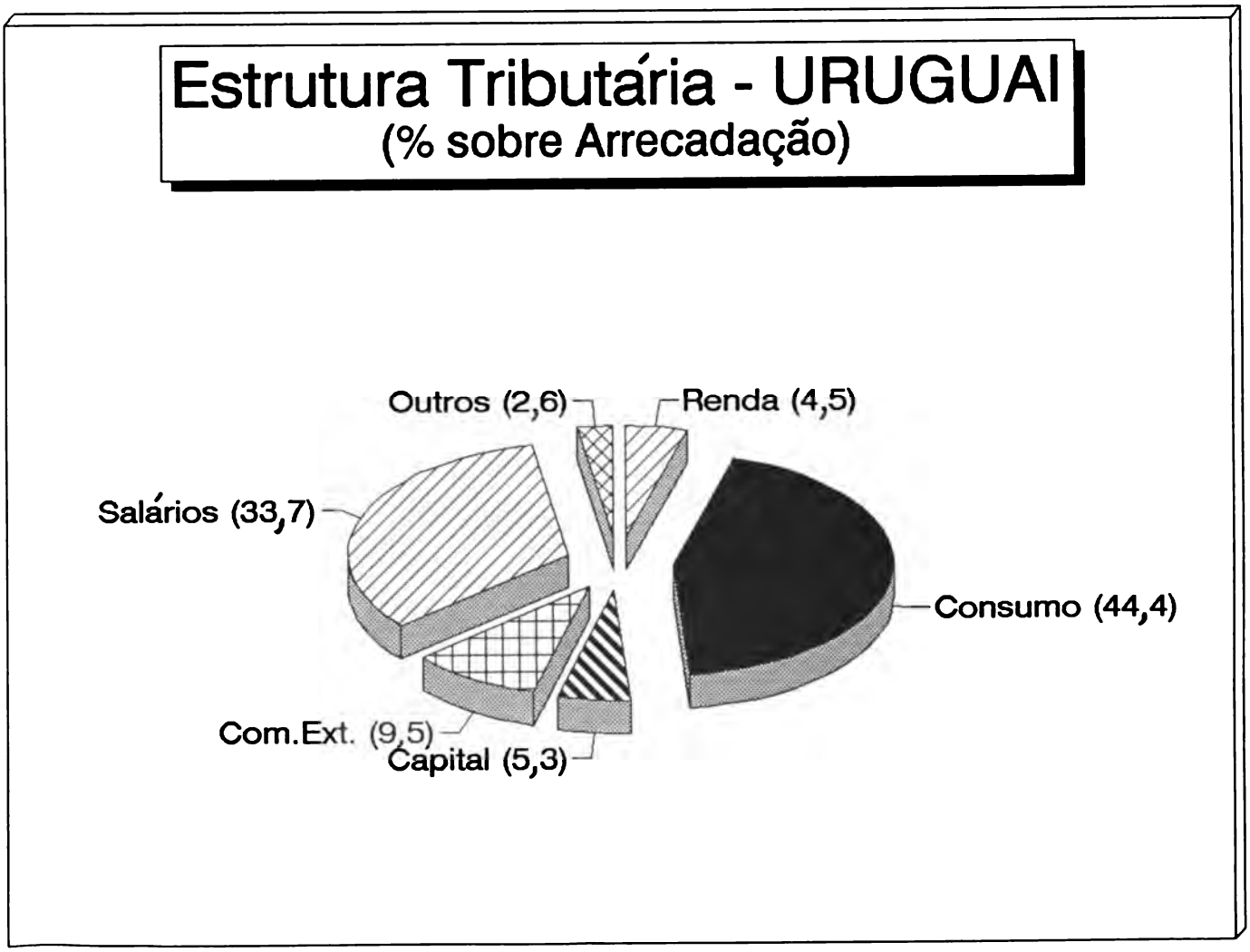
Fonte: IPEA.



ESTRUTURA TRIBUTÁRIA
(% sobre Arrecadação Total)

INCIDÊNCIA	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Renda	4,5	21,7	10,5	4,5
Capital	2,2	0,7	3,3	5,3
Consumo	44,4	44,8	38,2	44,4
Com. Ext.	6,3	2,2	18,4	9,5
Salários	29.4	29,4	12,4	33,7
Outros	13,2	1,2	17,2	2,6

Fonte: IPEA.



CAPÍTULO VII

POLÍTICAS SETORIAIS

INTRODUÇÃO

O processo de conformação do MERCOSUL iniciou-se em um contexto econômico bastante difícil para os dois principais países envolvidos - Brasil e Argentina-, cujas estruturas produtivas complexas, têm exigido reformas orientadas para a melhoria dos padrões de competitividade, dado o quadro de crise, instabilidade econômica e esgotamento dos elementos indutores do crescimento desses países.

O aprimoramento do Processo de Integração dependerá muito da capacidade dos países de superar seu desequilíbrio interno a curto prazo e de retomar o crescimento, uma vez que a capacidade de investimento é elemento essencial para pôr em prática a orientação e os acordos de reconversão competitiva necessários em vários setores e segmentos produtivos, especialmente com relação à competitividade em terceiros mercados.

Diante desse quadro, é feita a seguir uma breve avaliação do que vem acontecendo em termos de política econômica e agropecuária, nos países integrantes do MERCOSUL.

ARGENTINA

POLÍTICA ECONÔMICA

Apesar do insucesso na consolidação do equilíbrio fiscal e na redução da inflação, o Governo argentino conseguiu concretizar em 1990 privatizações e reformas importantes na Administração Nacional. As reformas do Banco Central e do sistema financeiro, entretanto, foram adiadas. Além disso, a maioria das províncias não acompanhou o esforço envidado no nível nacional para melhorar as finanças públicas.

Foram privatizadas áreas hidrocarboníferas secundárias e empresas estratégicas para o desenvolvimento do país (a empresa telefônica ENTEL, o uso de estradas e os transportes terrestre e aéreo), ações que geraram uma receita de aproximadamente US$ 600 milhões em dinheiro e uma redução de US$ 7 bilhões da dívida externa contraída junto aos bancos comerciais (18% do respectivo total). Devido a essas privatizações, mais de 60.000 funcionários públicos foram transferidos para o setor privado. Em outubro de 1990 o Governo anunciou o prosseguimento do ambicioso programa de privatizações através da capitalização da dívida externa, colocando à venda importantes empresas públicas, tais como Líneas Marítimas Argentinas, Subterráneos de Buenos Aires, Servicios Eléctricos del Gran Buenos Aires, Gas del Estado e Empresa Nacional de Correos y Telégrafos. Ao mesmo tempo, até fins de 1990 o quadro de funcionários públicos da Administração Nacional reduzira-se em aproximadamente 50.000 servidores, como parte de um programa de redução mais amplo (120.000 pessoas, ou 36% do pessoal do setor), a ser completado em dezembro de 1991. Foi diminuído em 17.000 o número de cargos nas empresas públicas (exceto Aerolíneas Argentinas e ENTEL), com uma redução de 7,4% em relação ao nível de 1989. Por outro lado, a desregulamentação do petróleo, em vigor desde 1º de janeiro de 1991, constitui importante passo rumo ao desenvolvimento do setor. Além disso, o Governo liberou completamente todos os regulamentos pertinentes a investimentos estrangeiros.

O processo de liberalização da economia prosseguiu em 1990. Os impostos sobre as exportações agrícolas, principalmente de trigo, foram reduzidos, e no fim do ano passou a ser aplicada uma tarifa única de importação de 22%, exceto para alguns produtos, como papel de imprensa e agroquímicos, cuja importação está isenta do ônus tarifário. Posteriormente, a equipe econômica que começou a trabalhar em janeiro de 1991 deu novo impulso à liberalização do comércio exterior, anunciando a eliminação de praticamente todos os direitos (impostos de exportação) sobre as exportações de produtos agropecuários e reformando a estrutura tarifária.

A nova estrutura, vigente a partir de abril de 1991, estabeleceu uma tarifa de 22% para bens de consumo e outra de 11% para produtos semi-industrializados e eliminou a tarifa que incidia sobre matérias-primas e insumos importados. Foram também eliminados direitos específicos e restrições quantitativas à importação e revogado o regime de admissão temporária. Contudo, ainda subsistem alguns regimes especiais de importação, como o que prevalece no setor automobilístico. Por outro lado, o processo de integração com o Brasil adquiriu novo impulso em 1990, em face da decisão de adiantar o cronograma de desoneração total do comércio bilateral, de 1999 para fins de 1994. Além disso, o Tratado de Assunção, assinado em março de 1991, deu origem ao MERCOSUL, constituindo-se assim um acordo quadripartite de integração formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Com relação à política monetária, é importante destacar que no fim de dezembro de 1989, em face da nova aceleração da inflação e das pressões sobre o mercado de divisas, em meio a fortes rumores de que seria adotado o sistema de livre conversibilidade do austral, as autoridades argentinas, buscando evitar uma corrida generalizada contra a moeda, optaram por uma solução dramática denominada Plano Bonex. Com esse plano, a dívida pública interna a curto prazo, formada em alta proporção por encaixes remunerados pelo Banco Central, e a maioria dos depósitos a prazo fixo em austrais no sistema bancário foram substituídas por títulos públicos - os Bonex - da dívida externa a médio prazo. Com essa medida o Governo conseguiu eliminar o componente de juros internos do déficit do Banco Central, mas não alcançou o êxito esperado em seus esforços para desacelerar a inflação e evitar uma forte desvalorização do austral no primeiro trimestre de 1990.

Somente com a adoção de medidas de ajustamento fiscal, em março de 1990 (Decreto 435), modificaram-se as expectativas em sentido favorável, sustando o segundo processo hiperinflacionário. É importante mencionar, entre essas medidas, a redução do número de funcionários públicos mediante aposentadoria antecipada, a eliminação das horas extras de trabalho, o fechamento de sucursais dos bancos de desenvolvimento e hipotecários e a redução de seu pessoal, a suspensão parcial dos subsídios a indústrias regionais e a indexação dos pagamentos de impostos atrasados.

No tocante à política de câmbio, não foi possível às autoridades monetárias evitar uma valorização real do austral em 1990, dado que o superávit primário (excluídos os juros sobre a dívida) do setor público consolidado geralmente não foi suficiente para absorver o superávit do comércio com o resto do mundo, o que gerou excesso de divisas no mercado de câmbio. Com isso o Banco Central enfrentou durante o ano o dilema de intervir mediante a compra de divisas financiadas com emissão monetária ou não intervir, agravando de uma ou de outra forma o processo de valorização (real) do austral.

PERSPECTIVAS

No começo de 1991 a Argentina ingressou em novo período de aceleração inflacionária, atingindo em fevereiro uma taxa mensal superior a 40% (de acordo com o índice de preços por atacado). Nesse mês a nova equipe econômica anunciou medidas adicionais para reduzir o desequilíbrio fiscal, incluindo, entre outros elementos, um aumento do imposto sobre o valor agregado, que subiu de 15,6% para 16%, um novo incremento das tarifas públicas e um controle mais rigoroso da sonegação.

Essas medidas, juntamente com as elevadas reservas internacionais, inclusive ouro em poder do Banco Central (US$ 6,2 bilhões no fim de dezembro), estabilizaram a taxa de câmbio, evitando um novo processo hiperinflacionário. Desta vez a equipe econômica pôde dar ímpeto ao ajustamento fiscal através de um aumento da receita, já que não se afigurava possível uma redução significativa dos gastos do Estado, sobretudo no nível nacional, sem afetar ainda mais o seu próprio funcionamento.

A estabilidade cambial obtida graças às medidas adotadas consolidou-se com a implantação por lei, a partir de 1º de abril de 1991, da conversibilidade do austral em dólares dos Estados Unidos, à paridade de 10.000 australs por dólar, com suspensão de todos os mecanismos de correção monetária. A conversibilidade fortaleceria a confiança do público no novo plano, dado o malogro de tentativas anteriores, uma vez que impôs severas restrições à política econômica. A lei exige que a base monetária seja apoiada por um lastro de 100% em moedas livremente disponíveis, inclusive títulos públicos nacionais ou estrangeiros pagáveis em ouro, dólares dos Estados Unidos ou outras moedas fortes.

O êxito desse plano fundamenta-se num forte ajustamento fiscal, devido à impossibilidade da emissão de australs sem lastro, o que garante a manutenção da disciplina fiscal e semifiscal. Essa medida foi tomada no sentido de fazer com que a moeda nacional voltasse a desempenhar o papel de unidade de conta, reserva de valor e denominador comum das transações, funções que vinham sendo exercidas pelo dólar.

A curto prazo, como impacto inicial desse plano, a Argentina ingressaria num período de relativa estabilidade e certa reativação econômica. A expectativa de estabilidade do câmbio, e conseqüentemente dos preços, permitiria uma drástica redução das taxas de juros e um aumento do poder aquisitivo dos salários, o que incentivaria a demanda agregada, principalmente o consumo privado. Simultaneamente, a remonetização da economia (aumento da demanda de australs) contribuiria para o aumento do crédito em moeda nacional para o

setor privado, essencial para financiar o processo de recuperação.

As contas fiscais melhorariam a curto prazo como resultado de significativo aumento da receita tributária, devido ao incremento da atividade econômica. Não obstante, a consolidação da estabilização e da reativação econômica dependem de uma rápida convergência das inflações interna e internacional e da implantação das reformas estruturais no setor público.

Um alto nível de reservas internacionais e um superávit fiscal não são garantias suficientes para manter a conversibilidade do austral, se os preços internos, principalmente dos serviços, e os salários continuarem excessivamente sobrevalorizados em relação ao dólar.

Dentro do novo esquema, dado o fato de que o austral não pode ser desvalorizado em termos nominais, a taxa de câmbio real efetiva poderá melhorar pelo uso de outros instrumentos, como, por exemplo, crédito aos exportadores, reembolsos, redução dos impostos sobre exportação e/ou aumento da produtividade. Contudo, se houver outra valorização (real) do austral, com a conseqüente perda de competitividade dos produtos argentinos no mercado externo, a recuperação inicial terá curta duração.

Dentro de um quadro de preços relativos altamente distorcidos, e portanto de expectativas desfavoráveis à permanência da conversibilidade, não seria viável esperar a necessária expansão dos investimentos privados para consolidar tal reativação, aumentando assim a probabilidade de novo ciclo de valorizações, aceleração da inflação e recessão econômica.

BRASIL

POLÍTICA ECONÔMICA

O Governo que tomou posse em 15 de março de 1990 defrontou com um ambiente muito difícil para a implementação da política econômica. Além da estagnação do processo de crescimento, a confiança do público fora profundamente abalada pelos repetidos malogros de governos anteriores em seus esforços para corrigir os problemas conexos de uma inflação desenfreada e de um déficit fiscal incontrolável. Diante dessas circunstâncias, o novo presidente da República divulgou um programa de estabilização e ajustamento que, sem dúvida, era o mais ambicioso da história do Brasil. Embora tivesse como objetivo imediato reduzir a liquidez como requisito prévio para baixar a inflação, o chamado Plano Collor também previa um ataque frontal às causas subjacentes do desequilíbrio fiscal. Este último componente do plano incluía medidas de elevação de impostos, redução da sonegação de tributos e diminuição do tamanho do setor público. Às reformas deste setor foram vinculados objetivos de prazo mais longo, tais como a gradual abertura da economia à concorrência externa mediante desregulamentação, redução dos direitos de importação e mudanças na política cambial.

O Governo adotou medidas gerais compatíveis com esses grandes objetivos. Em primeiro lugar, para estabilizar os preços com redução simultânea dos juros (e da correção monetária) incidentes sobre a crescente dívida interna, as autoridades congelaram por 18 meses cerca de 80% dos ativos financeiros do país. A justificação desse congelamento baseou-se na necessidade de reduzir o estoque de liquidez - grande parte do qual na forma de obrigações do Governo a curto prazo que faziam as vezes de dinheiro indexado - como medida preliminar ao restabelecimento da efetividade da política monetária. Paralelamente à reinstituição do cruzeiro como moeda nacional, foi decretado um congelamento de preços pelo prazo de 45 dias.

No setor público, a meta consistia em reduzir o déficit fiscal "operacional" em 10 pontos percentuais do PIB ou, em outras palavras, dos 8% do PIB projetados no começo do ano para um superávit de 2% do PIB no fim de 1990. Esse superávit seria alcançado mediante privatização e alienação de patrimônio público, aumento de impostos, medidas enérgicas de arrecadação, reformas administrativas e eliminação de subsídios. Finalmente, para abrir à concorrência uma economia altamente fechada e reverter a longa tradição intervencionista do Estado, o programa de estabilização adotou um regime de câmbio determinado pelo mercado e deu início a drásticas reformas no sentido de eliminar os controles de importação e reduzir as tarifas médias.

Como já foi mencionado, a redução do déficit "nominal" e "operacional" registrou considerável progresso em 1990. Contudo, numerosos problemas ficaram por resolver. Por exemplo, grande parte do crescimento da arrecadação tributária em 1990 proveio do aumento aplicado a tributos específicos (como o imposto único sobre as transações financeiras); a natureza temporária desses fatores dá uma idéia da necessidade urgente da adoção de novas medidas para melhorar a arrecadação e de reformas tributárias fundamentais. Ao mesmo tempo, grande parte da queda dos juros foi possibilitada pelo artifício de manter a correção monetária em nível inferior ao da inflação; essa tática, embora tenha levado a uma redução já bastante defasada do volume da dívida interna, poderá dificultar os esforços futuros para mobilizar a poupança interna, diante do temor da decretação de novo congelamento de ativos. Ademais, o progresso de certas áreas prioritárias tem-se mostrado mais difícil do que o previsto. Até agora, por exemplo, o programa de privatização deu resultados extremamente limitados, devido principalmente a complexos problemas legais e de avaliação de ativos, assim como às perspectivas de recessão, ao pesado endividamento da maioria das empresas a serem privatizadas e ao alto custo do crédito. A redução de despesas tem sido limitada também pelo fato de que ainda não foram inteiramente implementados os anunciados cortes de empregos no setor público, devido em parte a restrições feitas pela própria Constituição do Brasil.

Uma das mais graves ameaças aos renovados esforços de ajustamento fiscal do Brasil, entretanto, é a deterioração das finanças estaduais e municipais resultante do incremento dos gastos deficitários, sobretudo durante a campanha eleitoral de fins de 1990. A dívida adicional decorrente desses aumentos de despesas não pôde ser financiada pelos bancos comerciais e de desenvolvimento dos estados, muitos dos quais insolventes ou próximos da falência, razão por que teve de ser absorvida pelo Governo Federal, a fim de evitar uma crise de grandes proporções no sistema financeiro.

PERSPECTIVAS

Para enfrentar essa renovada deterioração e a constante escalada dos preços, medidas financeiras corretivas foram anunciadas em 31 de janeiro de 1991. Apresentada como complemento das reformas constantes do programa de março de 1990, a cobertura do novo programa era abrangente. É importante ressaltar que foram abolidas todas as formas de indexação de valores e de correção monetária, passando todos os ativos financeiros, a partir de março, a ser remunerados de acordo com uma taxa de juros de referência (TR). A TR foi instituída para operar como a taxa LIBOR ou a taxa de juros primários, determinando-se o seu nível pela taxa média aplicada a certificados de depósito e refletindo assim a inflação futura, e não a passada.

Acompanhando as reformas dos juros, o mercado de "overnight" no qual era negociada a maioria dos valores indexados do Brasil foi abolido em fins de fevereiro, juntamente com uma série de fundos do mercado monetário. Em 1º de março de 1991 foi estabelecido para substituí-los um fundo único de investimentos financeiros; administrado por bancos privados, o novo fundo tem de investir 43% dos recursos disponíveis em obrigações federais e estaduais, canalizando outros 8% para a aquisição de obrigações de desenvolvimento econômico e social instituídas pelo Governo.

Outros detalhes do chamado "Plano Collor 2" aproximaram-se mais dos programas anteriores. Foram instituídas novas medidas fiscais para prevenir defasagens em relação aos resultados de 1990, tais como a intensificação dos esforços para limitar as despesas à disponibilidade de receita no orçamento federal e a adoção de novos cortes das despesas de capital das empresas estatais. Ao mesmo tempo, diversos preços e tarifas do setor público foram substancialmente aumentados antes da decretação de novo congelamento de preços e salários. Finalmente, foi acelerado o atual processo de reformas tarifárias, com a meta revisada de reduzir o imposto médio sobre as importações de 32,2% em 1990 para 14,2% em 1994.

No começo de fevereiro de 1991 havia indícios de que as perspectivas a curto prazo do Brasil seriam fortemente influenciadas pelo êxito na execução do "Plano Collor 2". Todavia, a reação do público ao Plano tornou-se crescentemente negativa, e em 10 de maio a titular do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e toda a sua equipe econômica pediram exoneração. Numerosos fatores haviam contribuído para a reação do público. Um dos mais importantes foi a percepção de que os programas de estabilização estavam dando resultados cada vez menores. O congelamento de preços e salários (o quinto em seis anos) era considerado com particular ceticismo; embora tivesse logrado reduzir a inflação para cerca de 8% em março e abril, os problemas gerados pela escassez e as distorções dos preços relativos voltavam a assumir maiores proporções.

Por essa razão, passou-se também a temer um novo surto inflacionário após a suspensão final do congelamento, especialmente em função do aprofundamento da incerteza quanto ao rumo futuro da política econômica. Previa-se que tais pressões se intensificariam depois de setembro, quando os ativos monetários bloqueados restantes começassem a ser liberados em 12 prestações mensais. Apesar desses problemas, algumas das medidas do "Plano Collor 2" (se mantidas pela atual equipe econômica) parecem encerrar importante potencial de controle mais eficiente da inflação a longo prazo, especialmente as reformas dos mercados de capital e dos juros, assim como - particularmente - a abolição da correção monetária, que terá efeito crítico no rompimento do nexo entre a inflação passada e futura.

O novo programa incluiu também importantes medidas para reversão da deterioração das finanças estaduais e municipais observada em 1990, sobretudo pela vinculação da sua capacidade de emissão de novas dívidas com a adoção de substanciais ajustamentos fiscais.

Em suma, a prioridade mais urgente do Governo continua a ser a estabilização dos preços e a demonstração ao País de que a inflação entrou numa trajetória sistematicamente descendente. De fato, está patente que essa batalha tem de ser vencida antes que o crescimento econômico sustentado seja uma possibilidade. Também em apoio a esse objetivo, em março de 1991 o Governo lançou o Projeto de Reconstrução Nacional, que detalha uma ampla agenda de propostas para uma estratégia de crescimento a médio e longo prazo a ser largamente debatida pela Nação. Ainda que uma iniciativa dessa natureza não chegue a aliviar os problemas de curto prazo, tudo indica que é essencial para suscitar o consenso e o apoio geral necessários à execução de reformas estruturais fundamentais.

As perspectivas a curto prazo do balanço de pagamentos do Brasil são difíceis de aferir. Por exemplo: o quadro das exportações depende em parte do grau de correção a que seja submetida a taxa de câmbio, bem como do fim da recessão que afeta alguns dos maiores parceiros comerciais do país. A prazo mais longo, as perspectivas de exportação poderão ser favorecidas pela assinatura, em março de 1991, do Tratado de Assunção que estabelece um mercado comum potencialmente importante no Cone Sul.

Outro significativo elemento imponderável refere-se às relações do Brasil com seus credores externos; embora tenha sido ultimado em março de 1991 um acordo para solucionar o problema do pagamento de juros em mora até o fim de 1990, as perspectivas de negociação rápida de um acordo geral de reescalonamento da dívida continuam incertas. Um acordo desse tipo muito contribuiria para normalizar as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional.

PARAGUAI

POLÍTICA ECONÔMICA

Em meados de 1990 as autoridades econômicas aprovaram as diretrizes básicas de um programa de reativação econômica e estabilização monetária destinado a promover o crescimento ordenado da economia. O documento ratifica as diretrizes de política econômica formuladas pelo Governo desde que assumiu o poder, com vistas à implantação de uma economia de concorrência, apoiada por uma política monetária e financeira orientada para a estabilidade interna e o equilíbrio externo.

Entre as medidas de política monetária, foram estabelecidas limitações à expansão dos ativos líquidos do Banco Central, a vigência do mercado livre de câmbio foi ratificada e foi dada ênfase ao equilíbrio orçamentário, base fundamental para a obtenção de estabilidade monetária. Entre as reformas do sistema financeiro, destaca-se a liberalização das taxas de juros ativas e passivas, as quais são determinadas pelas condições do mercado. Isso se traduz numa utilização melhor do crédito e no aumento do volume da poupança, graças ao aumento dos rendimentos para os poupadores.

O Banco Central do Paraguai aumentou a taxa de redesconto para 22,75% e em outubro para 30%. Também foram determinadas a emissão de Letras de Regularização Monetária e a criação de uma Mesa de Dinheiro, com o propósito de se exercer maior controle sobre a liquidez interna e de aumentar a eficiência das operações do setor financeiro. Paralelamente, a emissão e circulação de títulos lançados pelo Banco Central do Paraguai, os lucros provenientes da sua colocação e venda e os juros e rendimentos gerados por esses instrumentos foram isentados de impostos. Também estão isentos do imposto sobre a renda os lucros provenientes da colocação e venda de certificados de depósito de poupança.

Objetivando aumentar a liquidez dos bancos, a taxa de recolhimento compulsório de depósitos em moeda nacional foi unificada e reduzida em 37%, aplicando-se para os certificados de depósito de poupança uma taxa de 15%. Foi fixado em 20% o recolhimento de depósitos em moeda estrangeira.

Para complementar o financiamento bancário aos setores produtivos, os bancos do sistema foram autorizados a realizar operações de compra e venda de divisas a termo, podendo os bancos ajustar com seus clientes as condições das operações. Foi também autorizada a concessão de créditos em moeda

estrangeira, podendo-se efetuar o seu reembolso em moeda nacional ao câmbio corrente no mercado livre no dia do vencimento.

Para incentivar a captação de recursos de médio e longo prazo, encontram-se em estudo novos mecanismos, tais como a emissão de bônus em dólares e a reinstalação da Bolsa de Valores para a negociação de títulos de oferta pública. Com o objetivo de modernizar o sistema financeiro, o instituto emissor está elaborando uma nova lei geral de bancos e fortalecendo as atividades de supervisão e controle da Superintendência de Bancos.

Para incentivar a produção e exportação de bens não-tradicionais, implantou-se um regime de promoção de exportações que libera de toda restrição administrativa, cambial ou de qualquer outra natureza as exportações não-tradicionais e as isenta do pagamento de impostos.

Para promover o investimento privado, foi promulgada uma lei denominada Regime de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico, que inclui medidas de isenção fiscal para todo tipo de atividade econômica, com capital nacional ou estrangeiro. Essas medidas consistem na liberalização total dos gravames e restrições de toda ordem que afetam a incorporação de bens de capital, financiamento e tecnologia.

Em 1990 o Governo paraguaio iniciou negociações para aderir ao processo de integração regional iniciado pelos países do Cone Sul, as quais culminaram em março de 1991 na assinatura do Tratado de Assunção que criou o MERCOSUL. Quando esse processo estiver concluído em 31 de dezembro de 1994, implicará (a) a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países, (b) o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros Estados, e (c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados participantes.

PERSPECTIVAS

Em outubro de 1990 o Governo Paraguaio assinou uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional, objetivando obter um acordo para renegociar a dívida externa. Nesse documento o Governo manifestava a decisão de adotar reformas estruturais para corrigir os desequilíbrios macroeconômicos a fim de diminuir a inflação, fortalecer e diversificar a produção, particularmente a destinada aos mercados externos, e melhorar a situação do emprego e a distribuição da renda.

No contexto desse programa, pretendia-se reduzir a taxa de inflação para cerca de 15% em 1991; manter uma política fiscal e salarial cautelosa, bem como uma dotação prudente de crédito à economia, em apoio a uma taxa de crescimento de pelo menos 3%; sustentar a flexibilidade cambial para assegurar um nível adequado de competitividade externa, e normalizar a situação dos pagamentos externos mediante acordos assinados com os países credores pertencentes ao Clube de Paris e com os bancos comerciais.

A programação dos compromissos tanto com os credores agrupados no Clube de Paris como com os bancos privados permitirá ao país estender no tempo a pesada carga financeira vencida e por vencer no período de afirmação do processo democrático iniciado em fevereiro de 1989. Essas medidas serão complementadas pela reforma do sistema financeiro, aplicação da reforma tributária e racionalização das operações das empresas públicas.

A médio e longo prazo, o sucesso da economia dependerá da capacidade de reconversão e diversificação dos setores produtivos a fim de enfrentar a concorrência externa, particularmente do MERCOSUL. Para tanto, será necessário aumentar o crédito a médio e longo prazo para apoiar a expansão industrial e a absorção de tecnologia nos setores em que o país possa competir, bem como manter a linha atual de política econômica, que garante a estabilidade macroeconômica e as regras do jogo para os investidores. Também será necessário resolver os problemas sociais e melhorar a distribuição da renda, de modo especial a diferença existente entre a população urbana e rural.

URUGUAI

POLÍTICA ECONÔMICA

O elemento fundamental do programa econômico aplicado em março de 1990 foi a adoção da "Ley de Ajuste Fiscal Tributario y Aportación al Banco de Previsión Social", que previa medidas destinadas à correção da situação fiscal mediante o incremento da receita e a redução da despesa. Foram aumentadas as alíquotas do imposto sobre o valor agregado (de 21% para 22%), do imposto sobre o rendimento pessoal, do imposto específico interno (cosméticos, bebidas alcóolicas, fumo e veículos automotores), da contribuição do empregador ao Banco de Previsión Social (de 13% para 16,5%), do tributo sobre a renda industrial, comercial e agrícola (em 10 pontos percentuais). Também foram incrementadas as tarifas de importação (em cinco pontos percentuais), mantendo-se o máximo de 40%, com o simultâneo reforço do controle da sonegação de impostos.

Dispôs-se também uma redução de 15% nos gastos de administração pública; eliminaram-se os subsídios aos exportadores (devolução de impostos indiretos); outorgaram-se incentivos para a aposentadoria voluntária de funcionários públicos e adotaram-se medidas tendentes a aumentar a eficiência das compras do Estado e promover maior controle dos gastos (racionalização do sistema de licitações e treinamento de pessoal). Tais medidas foram complementadas pelo incremento das tarifas reais das empresas públicas.

Com as modificações estruturais a médio e longo prazo o programa econômico visa à reforma do setor público para que o setor privado possa assumir um papel mais ativo na economia. Essa reforma abrange estes três aspectos principais: (a) reestruturação e privatização das empresas públicas; (b) modernização da administração pública; e (c) solvência do sistema de seguro social. Para tanto, o Governo enviou ao Parlamento diversos projetos destinados a eliminar o monopólio estatal do álcool, dos serviços portuários, das telecomunicações e dos seguros. Além disso, a reestruturação das empresas públicas visa a privatizar algumas delas e a permitir a participação do setor privado na prestação de certos serviços básicos, como os de navegação aérea, telecomunicações e portos.

A reforma da administração pública pretende simplificar e desregulamentar suas atividades, imprimindo-lhes maior eficiência. Para tanto, foi criado o Programa Nacional de Desburocratización (PRONADE), em cujo âmbito foram adotadas medidas no sentido de reduzir o número de funcionários do Governo. Pretende-se também modernizar as funções do setor público, especialmente no

tocante às instituições encarregadas da tributação e do controle aduaneiro, por serem estas as principais fontes de arrecadação do Governo Central.

Outro projeto remetido ao Congresso prevê a melhoria da solvência financeira do sistema de seguro social, dada a enorme carga que significam os recursos que lhe são transferidos pelo Governo Central.

Na reforma do setor financeiro, os objetivos consistem em reforçar o controle monetário pelo Banco Central, tornar mais estritas as funções de regulamentação e supervisão bancária, promovendo também a melhoria da eficiência do sistema bancário público para operar em harmonia com as decisões da autoridade monetária e dentro do regime a que estão sujeitos os bancos comerciais. Para facilitar essa reforma, foi solicitada a assistência técnica e financeira de organismos multilaterais.

Por outro lado, celebraram-se no mês de setembro de 1990 alguns acordos com os sindicatos e os empresários, mediante os quais o Governo estabeleceu pautas para a correção salarial dos contratos com vigência mínima de um ano, de modo que os salários sejam reajustados sempre que a inflação for superior a 75% da registrada nos quatro meses anteriores ao mais recente aumento salarial.

O programa econômico posto em prática e os bons resultados em matéria fiscal serviram de base para um acordo de crédito contingente (stand-by) com o Fundo Monetário Internacional, no montante de US$ 135 milhões, assinado em novembro de 1990 e vigente até março de 1992. O acordo também previa uma estratégia a médio prazo com o propósito de consolidar a estabilização macroeconômica, regularizar o serviço da dívida externa e lograr um crescimento econômico baseado no aumento dos investimentos e das exportações.

O acordo com o FMI facilitou a reestruturação da dívida externa com os bancos comerciais credores, no montante de US$ 1,61 bilhão. O Governo apresentou aos credores as três opções seguintes: (a) recompra da dívida a 56% do seu valor nominal; (b) prorrogação por 30 anos do prazo de pagamento da dívida, substituindo-a por novos valores ao par (obrigações) com garantia sobre o capital e juros fixos de 6,75%, com garantia de pagamento em 18 meses; e (c) refinanciamento em 16 anos, com sete anos de carência e um aporte de novos fundos equivalente a 20% do montante refinanciado.

Como resultado dessas gestões, renegociou-se 39% da dívida de acordo com a opção (a), 33% com a opção (b) e 28% com a última opção. Isso permite ao país reduzir a sua dívida em aproximadamente US$ 630 milhões, ou seja, obter uma poupança anual de aproximadamente US$ 40 milhões em pagamento de juros (equivalente a 10% do montante atual) e um alívio importante nos

pagamentos futuros, contribuindo todos esses fatores para fortalecer o balanço de pagamentos.

Por outro lado, o Governo adotou uma das decisões mais importantes da história do país ao se incorporar, juntamente com a Argentina, o Brasil e o Paraguai, ao MERCOSUL, em cujo âmbito se prevê uma redução gradual dos gravames e demais restrições aplicadas ao comércio entre os países signatários, até chegar à sua total eliminação em dezembro de 1994. Para alcançar os propósitos do MERCOSUL, o Governo decidiu promover uma reconversão industrial das empresas, que as colocaria em melhor nível de competitividade.

PERSPECTIVAS

O Governo Uruguaio continuará a aplicar seu programa econômico, dando ênfase à preservação dos resultados fiscais obtidos, à luta contra a inflação e à aprovação das reformas estruturais.

A curto prazo, prevê-se que o PIB mantenha um ritmo modesto de crescimento, próximo de 1%, o que se explica pela persistência dos problemas subjacentes da economia, pelas dificuldades de manutenção dos níveis de exportação em decorrência da situação por que passam os países desenvolvidos, especialmente os do continente, e pelo fato de que os incrementos no nível do investimento e os que forem obtidos ao amparo da reconversão industrial e/ou da ajuda externa exercerão efeitos mínimos a curto prazo.

O acordo assinado com o FMI estabeleceu um conjunto de metas para 1991, entre as quais a redução do déficit fiscal para 2,5% do PIB e uma inflação de até 75%. Nesse particular, o Governo está revendo essas metas de acordo com o estipulado na carta de intenção. Para atingir um nível de inflação mais baixo que o de 1990 conjugam-se medidas fiscais, redução das pressões da demanda externa regional e melhor manejo da política de crédito do Banco de la República Oriental del Uruguay, além da cessação das hostilidades no Golfo Pérsico, que resultaria em baixa do preço do petróleo.

Segundo se estima, a balança comercial continuará a registrar saldos favoráveis, na medida em que, de acordo com a política de liberalização do comércio, as tarifas máximas sejam reduzidas de 40% para 30%.

A implementação do Tratado de Assunção, assinado em 1991, representará um desafio para a economia uruguaia, que deverá efetuar uma série de reformas no sentido de modernizar-se e tornar-se mais competitiva, a fim de

tirar proveito das vantagens de um mercado ampliado e das economias de escala na produção.

A integração reforçará a posição uruguaia de fornecedor de serviços financeiros e comerciais, de manufaturas leves e de produtos agropecuários, mas também requererá do país maior eficiência na prestação de serviços portuários e de telecomunicações. O Uruguai goza de vantagens comparativas no setores de carne, couro e leite, mas deverá iniciar um processo de reconversão industrial em outros setores para poder enfrentar o desafio da integração.

POLÍTICA AGROPECUÁRIA

ARGENTINA[1]

No momento, o país defronta uma nova conjuntura determinada em parte pelas mudanças internacionais, de um lado, e pelas importantes alterações introduzidas na política macroeconômica, do outro. Por sua vez, os setores agropecuário e agroindustrial revestem condições muito favoráveis para responder ao desafio do novo modelo, já se havendo, dentro desse contexto, promovido algumas mudanças importantes, como, por exemplo, as mencionadas a seguir:

> Foram extintos o Mercado de Concentración Pesquera de Mar del Plata, o Instituto Nacional de la Actividad Hípica, o Instituto Forestal Nacional, o Mercado de Hacienda de Liniers, a Corporación Argentina de Productores de Carnes, a Comisión Reguladora de la Yerba Mate e do Mercado Consignatario Nacional de Yerba Mate, a Dirección Nacional del Azúcar, o Instituto Nacional de Vitivinicultura, a Junta Nacional de Carnes e a Junta Nacional de Granos.

A política agropecuária já não poderá proceder à regulamentação dos preços ou da produção e tampouco determinar a orientação do crédito. Estas aparentes restrições, entretanto, não anulam as possibilidades da política agropecuária, apesar de exigirem mudanças nos seus objetivos e principalmente nos instrumentos que lhe permitirão alcançá-los.

Basicamente, a atuação da política agropecuária - assim como da política global - se faz presente onde há atividades de interesse social de iniciativa não privada essenciais ao crescimento econômico e, conseqüentemente, à estabilidade social e política.

No atual contexto macroeconômico de abertura e integração, o objetivo principal é o aumento e diversificação das exportações agropecuárias e agroindustriais, na tentativa de captação de novos mercados com crescentes exigências de qualidade, sanidade e processamento. É importante, porém, ressaltar que a política de abertura de mercado tem o reverso da moeda: a queda não só de barreiras alfandegárias como do protecionismo em favor dos produtos nacionais pode provocar desequilíbrios e causar dificuldades, principalmente no âmbito dos pequenos produtores rurais (aproximadamente 200 mil), que sem contar com a proteção ou os subsídios do Governo correm o risco de ser alijados do mercado. Vale ressaltar ainda que a

---

[1] Edith S. de Obschatko, Consultora do Escritório do IICA na Argentina. "Argentina: Agricultura, Irrigación y Crecimiento", 1992. P. 84-94.

Argentina vem sofrendo um estancamento de suas exportações, devido fundamentalmente aos problemas de variação da taxa de câmbio, conseqüentes da política adotada, o que resulta na discriminação da competitividade da produção agropecuária nacional.

A seguir são assinalados os objetivos específicos, derivados do objetivo geral acima referido. A definição desses alvos específicos não só elucida a política agropecuária do Estado e permite a orientação das ações do setor privado, como assinala as ações conjuntas entre este setor e o o setor público.

Aumento do Valor das Exportações

Este é o objetivo-chave da estratégia de integração à economia mundial. Para alcançá-lo, é mister a consecução de melhores preços e maiores volumes, mediante ações desenvolvidas no seguinte sentido:

1. A luta contra o protecionismo agrícola e a defesa da liberalização dos mercados internacionais. Isto permitirá, independente da escassez relativa dos países, não só destacar as suas vantagens comparativas, como elevar, no curto e médio prazo, o preço dos produtos primários e de seus derivados industriais.

2. O aumento da competitividade dos produtos agropecuários e agroindustriais. É um objetivo muito amplo, uma vez que implica o aumento da eficiência nas etapas de produção e comercialização, o desenvolvimento de novos produtos e mercados e a melhoria da qualidade geral. Para alcançá-lo, são propostos estes objetivos específicos:

   - a geração e transferência de tecnologia nas etapas de produção, colheita, pós-colheita, armazenamento e embalagem;

   - a melhoria dos serviços de padronização e controle tanto da qualidade dos produtos como das condições de sanidade animal e vegetal (resíduos químicos, hormônios, etc), com a adoção de normas internacionalmente aceitas;

   - a ampliação dos serviços de informação e avaliação da oferta e situação dos mercados e dos preços nacionais e internacionais;

   - o combate às pragas e doenças que afetam os animais e vegetais restringem o ingresso dos produtos nos mercados internacionais, tendo presentes os objetivos de preservação ambiental;

   - o desenvolvimento e promoção de produtos e mercados;

- a reorganização e o aumento da eficiência das atividades de transporte, armazenamento e embarque (infra-estrutura e coordenação dos serviços);

- a melhoria da organização comercial orientada para a exportação; a coordenação da oferta nacional.

3. O aumento da produção de produtos primários.

Este objetivo fundamenta-se na existência de condições de rentabilidade que se procura concretizar mediante a consecução destes objetivos específicos:

- a transmissão dos benefícios dos preços internacionais dos produtos (via eliminação de entraves e impostos de exportação) e a disponibilidade de insumos a preços internacionais;

- o aumento da transparência dos mercados internos mediante o aperfeiçoamento dos sistemas de informação e o desenvolvimento de bolsas de "commodities" e mercados à vista e a termo;

- o desenvolvimento tecnológico que proponha alternativas cada vez mais rentáveis e permita a conservação dos recursos.

4. O aumento da participação de produtos agroindustriais no total das exportações. A essência do modelo proposto busca fortalecer a tendência já iniciada de aumento da importância relativa das exportações de produtos de origem agropecuária. Este objetivo implica a participação em mercados altamente competitivos, nos quais pesam as empresas multinacionais dotadas de alto grau de eficiência e de sólidas estruturas de comercialização. Em conseqüência, requer a consecução destas importantes metas:

- o fortalecimento da vinculação tecnológica entre as empresas agroindustriais e o setor público de ciência e tecnologia;

- o desenvolvimento de novos produtos e de tecnologia nas agroindústrias;

- a promoção e o desenvolvimento de novos mercados externos para produtos agroindustriais;

- a formação de recursos humanos especializados nas áreas de produção e comercialização;

o aumento da articulação entre os setores primário e industrial, a fim de adequar as exigências de uma oferta primária não só oportuna como apta a atender aos requisitos de qualidade e continuidade.

Diversificação das exportações

Foi dito antes que um modelo cuja estratégia tem como principal base a exportação de produtos naturais possui um alto grau de vulnerabilidade, caso se concentre em poucos itens. A diversificação da produção exportável permite reduzir os riscos decorrentes dos fenômenos climáticos ou das oscilações dos mercados internacionais. Além disso, incorpora o objetivo do aumento do valor das exportações, com a possibilidade de novos produtos e mercados. A meta da diversificação desdobra-se nos objetivos específicos enunciados a seguir, alguns dos quais coincidem com os assinalados para o aumento da competitividade e do valor das exportações:

1. A pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos, naturais e elaborados.

2. A conversão das atividades produtivas que não forem competitivas nas novas condições de desregulamentação e integração sub-regional.

3. O desenvolvimento da comercialização: mediante estudos de mercado; a organização orientada para a exportação (promoção dos mercados externos, organização dos pequenos e médios produtores para fins de comercialização, coordenação da oferta nacional); a incorporação de novas modalidades de comércio ("joint-ventures", intercâmbio compensado, remessas em consignação, consórcios de exportação).

4. O desenvolvimento da produção e comercialização dos produtos denominados "naturais", ou da "agricultura orgânica", sem aditivos químicos (resíduos de defensivos, hormônios, etc.).

Conservação dos Recursos

A estratégia de desenvolvimento agroindustrial tem por base a exploração dos recursos naturais renováveis. Nos últimos anos cresceu a compreensão a respeito não só do impacto de alguns sistemas produtivos sobre as condições do solo e sobre o meio ambiente, como da necessidade de preservar esses recursos para o futuro. Menos difundida, entretanto, é a importância da conservação dos recursos genéticos.

Este é, inegavelmente, um dos objetivos mais difíceis de abordar, dada a

necessidade de se conciliarem as metas de curto e longo prazo, ou seja, o aumento da produção e da produtividade conjugado à preservação dos recursos para o futuro.

A dimensão temporal e social da conservação dos recursos, que não está inculcada naturalmente na concepção do empresariado, exige uma consideração expressa na hora de se formularem as políticas para os demais objetivos. O sucesso na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente está intimamente associado aos avanços substantivos em matéria de ciência e tecnologia que ofereçam novas formas de exploração e conservação.

Uma política de crescimento sustentado deve contemplar estes objetivos específicos:

1. Conservação do solo:

   . desenvolvimento e adoção de tecnologia adequada;

   . desenvolvimento de novas formas de gestão empresarial que harmonizem rentabilidade com conservação;

   . conscientização e formação de técnicos e produtores.

2. Conservação dos recursos genéticos animais e vegetais:

   . bancos de germoplasma vegetal e animal;

   . parques nacionais, áreas protegidas e jardins botânicos.

3. Redução da poluição do meio ambiente e dos produtos agropecuários:

   . diminuição do uso de insumos químicos mediante o manejo integrado de pragas e inseticidas biológicos;

   . desenvolvimento da biotecnologia dirigida para a incorporação genética tanto de resistência a pragas como de capacidade de fertilização.

Integração Nacional e Regional

a) Integração nacional

A concentração da atividade econômica na região dos pampas é explicada, historicamente, por razões ecológicas, econômicas e políticas. Embora nas últimas décadas tenham sido executadas políticas para promover o desenvolvimento de outras

regiões, com resultados positivos, essas diretrizes não foram suficientes para concretizar o equilíbrio econômico regional. Por outro lado, as condições atuais de desregulamentação, eliminação de subsídios e integração sub-regional latino-americana criam, paralelamente, novas restrições e novas oportunidades para o desenvolvimento das regiões não-pampianas. Assim, o objetivo da integração nacional está estreitamente relacionado com a consecução de eqüidade, já que nas regiões não-pampianas se concentra a grande maioria dos pequenos produtores. Estes, além das limitações conseqüentes do próprio tamanho, sofrem os efeitos da problemática global dessas regiões.

No que concerne à atividade agropecuária, a efetivação da integração nacional guarda estreita relação com estes objetivos específicos:

1. O desenvolvimento agroindustrial, que possibilita a elaboração regional, sob condições de eficiência produtiva, de produtos primários aptos a se incorporarem às novas rotas comerciais decorrentes da integração latino-americana. Para esse efeito, é necessário cumprir os objetivos e ações mencionados nos itens concernentes a desenvolvimento agroindustrial e integração regional.

2. A integração dos pequenos produtores através da sua participação em atividades rentáveis, articuladas com a agroindústria, o que implica o desenvolvimento de estratégias específicas, em torno destas linhas mestras:

   . a capacitação e organização dos pequenos produtores em atividades de produção, elaboração e comercialização vinculadas às novas tendências dos mercados;

   . o desenvolvimento tecnológico adequado às peculiaridades dos seus recursos produtivos;

   . a execução de projetos de reconversão e diversificação das atividades produtivas dos pequenos produtores;

   . o desenvolvimento da agroindústria rural;

   . a geração de emprego rural não-agropecuário.

   Neste caso, como no do objetivo da conservação dos recursos naturais, a integração dos pequenos produtores também deve ser uma consideração intrínseca das políticas e programas voltados para a consecução dos diferentes objetivos. Para tanto, serão feitas as adaptações necessárias à sua participação no processo produtivo, com as peculiaridades sociais e as formas de produção que lhes são próprias.

3. O desenvolvimento de instâncias de negociação entre o Governo Federal e os governos estaduais relativamente à política agropecuária. Uma integração maior requer a unificação da desregulamentação destinada a favorecer a circulação dos bens e serviços, assim como novas normas que melhorem as condições de qualidade e sanidade dos produtos, além de ações no sentido da conservação dos recursos.

b) Integração regional

A integração econômica dos países do Cone Sul foi definida politicamente com a assinatura do Tratado de Assunção, para chegar-se ao Mercado Comum em 1995. A redução das tarifas está prevista de maneira automática. Já a integração no nível da atividade agropecuária e agroindustrial requer que se trabalhe com afinco nestes objetivos específicos:

- a harmonização da política agropecuária nos seus diferentes níveis: mecanismos de preços, impostos, controles e requisitos de qualidade e sanidade vegetal e animal;

- a adoção de estratégias comerciais conjuntas com relação a terceiros países;

- a eliminação das barreiras não-tarifárias (proibições, cotas, etc.) ao comércio de produtos e insumos agropecuários e agroindustriais;

- a análise do impacto da integração nas diferentes atividades produtivas regionais e a formulação de estratégias de reconversão;

- a integração das atividades de pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária e agroindustrial;

- a identificação conjunta das necessidades de infra-estrutura e investimentos;

- a definição de uma política comum de manejo e conservação dos recursos naturais.

POLÍTICA AGROPECUÁRIA

BRASIL

Em comparação com os demais setores produtivos, o setor agrícola brasileiro demonstrou maior capacidade de ajustamento às dificuldades econômicas dos últimos anos. Entre 1981 e 1989 a agricultura apresentou um crescimento médio anual de aproximadamente 3,2%, índice não muito distante da sua taxa histórica (cerca de 4,0%) no pós-guerra. Esse resultado decorreu tanto da expansão da área plantada, que acabou por consolidar o processo de incorporação da região Centro-Oeste na fronteira agrícola, como do aumento da produtividade registrado por algumas culturas.

Não obstante esse desempenho relativamente satisfatório, persistem alguns sérios obstáculos, destacando-se a carência de infra-estrutura adequada (transportes, armazenamento e eletrificação), além da precariedade do sistema de comercialização e da estrutura portuária.

O baixo nível de investimentos e em alguns casos a sua má orientação, principalmente no que concerne a irrigação, mecanização agrícola, correção e conservação dos solos, dificultam a incorporação de métodos modernos de produção e contribuem para a persistência de disparidades tecnológicas entre regiões, culturas e produtores.

Outro grande obstáculo é representado pela localização espacial das culturas de menor valor específico, produzidas em escala expressiva em regiões distantes dos principais centros consumidores, processadores e exportadores.

O processo de modernização do setor agrícola, com ênfase no aumento da produtividade e da eficiência, apoiar-se-á primordialmente nos mecanismos de mercado. As regras de intervenção do Governo na comercialização devem restringir-se a alguns poucos produtos básicos, isentando-se os demais de qualquer interferência governamental. Também deve ser estimulada a participação gradativamente maior do setor privado na comercialização de alimentos, cabendo ao Governo tão-somente a formação de estoques estratégicos, colocados no mercado exclusivamente em conjunturas de escassez.

A implantação do mercado flutuante de câmbio é outro ponto importante do processo de modernização agrícola a ser impulsionado nos próximos anos, já que o alinhamento adequado do valor da moeda tenderá a estimular os segmentos mais competitivos. Por outro lado, estanca-se o processo de transferência intersetorial de renda que, ao desfavorecer relativamente a agropecuária, inibe os investimentos e, por conseguinte, o aumento da produção e da produtividade setorial.

Além disso, a liberalização das importações, com a eliminação de controles administrativos e a redução de tarifas para matérias-primas essenciais à produção agrícola, contribuirá para diminuir os custos e aumentar a produtividade de produtos exportáveis e de consumo interno. À medida que os produtores nacionais forem mais expostos à competição, serão levados a operar com estruturas de custos compatíveis com os preços vigentes no mercado internacional, tendo que buscar persistentemente o aumento da produtividade.

Com o objetivo de dar sustentação aos estímulos advindos do mercado, o Governo Federal dará prioridade aos serviços essenciais à atividade agropecuária que, por sua natureza, não são supridos em nível adequado pela iniciativa privada. Citam-se, como exemplo, o fornecimento de crédito e outras modalidades de apoio a produtores desassistidos, as pesquisas necessárias às inovações tecnológicas na área biológica, a defesa e a vigilância sanitária vegetal e animal.

Destaca-se também o atendimento às camadas menos favorecidas da população, constituídas por agricultores de baixa renda e consumidores de baixo poder aquisitivo, mediante a execução de projetos de reforma agrária e colonização, assim como a adoção de medidas para diminuir os custos de produção e promover a distribuição de alimentos básicos. Busca-se, com essas ações, reduzir as disparidades na distribuição da renda entre regiões e pessoas e promover maior justiça social.

O Governo pretende ainda compatibilizar o incremento da produção com medidas que evitem a crescente deterioração do meio ambiente, hoje constatada tanto em áreas rurais já consolidadas como em regiões de fronteira agropecuária.

Com base nessas prioridades, os recursos governamentais a serem aplicados no período 1991-95 contemplam dois conjuntos de programas. O primeiro envolve gastos típicos do orçamento fiscal com pesquisa e experimentação agropecuária, defesa sanitária, reforma agrária, irrigação, armazenamento e abastecimento, assim como com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). O segundo incorpora atividades de fomento integrantes das chamadas Operações Oficiais de Crédito, tais como o crédito rural, a garantia de preços e os estoques reguladores.

As ações assinaladas serão desenvolvidas no âmbito geral do Plano Plurianual. Isto significa que estarão sujeitas às restrições financeiras das contas públicas e deverão articular-se com as demais ações programadas pelo Governo.

Num plano mais imediato, é importante assinalar a participação da Secretaria Nacional de Política Agrícola na formulação e no acompanhamento de uma série de medidas que possibilitaram a consecução de uma safra de aproximadamente 70 milhões de toneladas no ano agrícola 1991-92, dentre as quais se destacam as seguintes:

- a oferta de crédito rural adequada e oportuna;

- o estabelecimento dos Valores Básicos de Custeio - VBC - com base no orçamento efetivo das lavouras;

- a atualização mensal dos preços mínimos pela Taxa Referencial de Juros - TR, compatibilizada com os empréstimos concedidos;

- a normatização da Equivalência em Produtos, assegurada aos pequenos produtores pelo decreto que regulamentou o artigo 4º da Lei 8.174;

- a integração das operações de custeio e comercialização;

- o estabelecimento de normas para a comercialização da produção, com ênfase na garantia de EGF/COV aos pequenos produtores e na normatização do EGF Especial;

- o estabelecimento de regras estáveis para a liberação dos estoques públicos.

As medidas adotadas na safra 1991-92 visaram a recuperar a produção agrícola e a colocá-la em nível compatível com o abastecimento interno e o volume histórico exportado. Após duas safras frustradas e uma queda do volume de grãos da ordem de 13 milhões de toneladas em relação à safra 1988-89, que atingiu o índice recorde de 72 milhões de toneladas, as medidas assinaladas contribuíram decisivamente para o retorno ao patamar dos 70 milhões de toneladas de grãos na última safra.

Assim, não só o abastecimento e as exportações do ano estão garantidos, como ambos contribuíram inclusive para a não-aceleração do processo inflacionário. A renda agrícola líquida também deu mostras de recuperação, indicando crescimento do PIB setorial. É de se supor que os efeitos da safra sobre a alimentação das camadas mais pobres da população serão positivos, já que os preços desses produtos se mantiveram em níveis razoáveis.

No Plano da Safra 1992-93, cujos objetivos são o aumento dos índices de produtividade das lavouras e a consecução de um volume de produção em torno de 71 milhões de toneladas, o Governo dará continuidade a algumas das medidas implantadas na safra anterior, bem como reformulará ou lançará as medidas apontadas a seguir:

- a vinculação do plantio ao zoneamento macroagroecológico elaborado pela EMBRAPA, que identificou 92 zonas agroecológicas para o país e definiu as aptidões produtivas das terras nestas quatro classes: preservação, extrativismo, pecuária e lavoura;

- o estabelecimento de sistemas de produção em três categorias: atual, melhorado e potencial;

- a atualização mensal dos VBC pela UREF - Unidade de Referência Rural e Agroindustrial, índice recentemente instituído pelo Banco Central para essa finalidade;

- a reformulação da classificação dos produtores (em mini, pequenos e demais produtores), para os efeitos de concessão de crédito rural, com base nas rendas médias históricas anuais por eles auferidas, expressas em UREF; a concessão de tratamento especial a produtores de leite, aves, suínos e hortaliças, mediante uma dedução média de 50% da renda bruta auferida pelos demais produtores;

- o estabelecimento de um esquema de desembolso em UREF, para o crédito rural e agroindustrial;

- a fixação dos encargos financeiros sobre as operações de crédito rural em TRD + juros de 6% a.a. para os miniprodutores; TRD + 9% a.a. para os pequenos produtores e TRD + 12,5% a.a. para os demais produtores;

- a prorrogação do EGF no caso do milho e do algodão para exportação, com a ampliação do prazo de vencimento para 240 dias;

- a concessão de crédito rotativo a irrigantes.

Com relação à safra 1992-93, as medidas recentemente propostas procuram consolidar e ampliar as adotadas na safra anterior. Seu objetivo principal visa, em suma, à estabilização da safra de grãos no nível de 70 milhões de toneladas, com um forte componente destinado à melhoria da qualidade dos produtos e ao aumento da produtividade das culturas. A política agrícola procurará consolidar a diretriz básica no sentido de que o setor se oriente para uma economia de mercado aberto, sem controles de preços e sem restrições à importação e exportação.

Em conseqüência, estão sendo fortalecidos alguns mecanismos, como os mercados físicos e de futuro, a privatização da classificação, a atualização da lei de armazenagem a fim de permitir maior participação da iniciativa privada, o prêmio de liquidação com vistas a estimular a formação de estoques no âmbito da iniciativa privada e os programas de incentivo à exportação. Além disso, estão sendo feitas gestões junto ao CONFAZ para a redução do ICMS sobre a comercialização de produtos agrícolas, bem como junto ao Congresso Nacional, para a modernização dos portos.

PARAGUAI

O Paraguai defronta um conjunto de necessidades e problemas de grande complexidade. Não há dúvida de que essa difícil conjuntura decorre de uma multiplicidade de fatores que têm origem nos problemas estruturais que afetam o país desde épocas remotas. Hoje, deve-se somar a esses determinantes de natureza interna a incidência de um contexto internacional em permanente mudança, o qual impôs novas dificuldades e limitações ao avanço no sentido da consecução de maior nível de desenvolvimento. Diante dessa realidade, o Governo tomou a firme decisão política de promover e efetivar a adequada transformação da sua estrutura econômica e social.

Em tais circunstâncias, a problemática agrícola constitui uma das áreas mais complexas e difíceis no horizonte da realidade nacional.

No contexto dessa realidade, é feita a seguir uma enumeração sucinta dos aspectos mais significativos dos problemas agrícolas:

a) Embora os pequenos produtores tenham, tanto quanto o empresariado agrícola, uma grande participação no volume das exportações agropecuárias, a retenção de excedentes do setor rural ainda é insignificante.

b) Aproximadamente 250 mil famílias rurais, cuja contribuição para a exportação, o abastecimento de alimentos, a formação de estoques agrícolas e o fornecimento de mão-de-obra às empresas agrícolas e não-agrícolas é importante, registram uma produção de volume e valor insuficiente para a capitalização e o conseqüente desenvolvimento das unidades produtivas.

c) É evidente que a posse da terra no Paraguai continua muito concentrada. Este fato, juntamente com a escassa oferta de emprego não-agrícola, dá plena vigência à demanda dos agricultores sem terra no sentido de lhes ser dado acesso a esse recurso fundamental.

d) A economia paraguaia é altamente vulnerável, devido ao tamanho limitado de seu mercado interno e à sua grande dependência destes dois itens agrícolas: a soja e o algodão.

e) A atuação dos serviços do Estado, principalmente nas áreas de crédito e assistência técnica, é relativamente pequena. Assim sendo, grande

parte das unidades rurais depende do crédito informal, o que enfraquece a sua capacidade de negociação, sobretudo na comercialização dos produtos.

f) Em conseqüência do sistema de governo anteriormente prevalecente, a população rural não tem conseguido organizar-se em associações dotadas de suficiente respaldo e capacidade para atender aos seus interesses.

g) É preocupante a progressiva deterioração dos recursos naturais que o país vem sofrendo e que se reflete principalmente na degradação do solo, na sedimentação e poluição dos cursos de água e no acelerado desmatamento, bem como na diminuição da diversidade genética da fauna e da flora.

Nessas circunstâncias, considera-se que a ação firme do Governo constituirá um dos esteios fundamentais para a superação da problemática nacional. Para tanto, o orçamento público deverá atender, com maior ênfase, às necessidades financeiras das instituições orientadas para o desenvolvimento rural.

Citam-se, a seguir, algumas áreas nas quais o Governo paraguaio pretende atuar, a fim de superar as barreiras que se antepõem ao desenvolvimento do setor agropecuário do país.

Reforma Agrária

No âmbito da reforma agrária, serão imediatamente tomadas as seguintes iniciativas:

a) A obtenção de áreas de terra em quantidade suficiente para que até 1993 nelas sejam assentadas aproximadamente 40.000 famílias rurais sem terra. Este programa será traçado e implementado pelas instituições pertinentes segundo os objetivos e a metodologia de ação propostos pelas diretrizes da política agrícola nacional.

b) A revisão do Estatuto Agrícola. Serão consideradas as iniciativas de reforma que estão sendo discutidas no Congresso Nacional e redefinidos os aspectos-chave da legislação agrícola no tocante aos beneficiários da terra e aos procedimentos de desapropriação acordes com o direito constitucional que consagra o respeito à propriedade privada. Também será feito um estudo preliminar para a elaboração de um Projeto de Regulamento do Estatuto Agrícola.

c) A implementação de um programa de saneamento da posse e titularidade da terra. O Instituto de Bem-Estar Rural (IBR), dentro de no máximo seis meses, divulgará as bases desse programa. Delas constarão as metas até 1993, a forma de sua implementação e os mecanismos para a participação não só das famílias rurais afetadas pelo programa, como, principalmente, de suas organizações.

d) O prosseguimento das ações do plano de emergência para os novos assentamentos, sob a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Rural.

Subsetor Agrícola

A política de produção agrícola estará voltada para a consecução dos seguintes objetivos:

a) A garantia da segurança alimentar nacional.

b) A diversificação da produção no sentido da exportação.

c) A potencialização da capacidade e eficiência das unidades produtivas rurais.

d) A promoção de uma inter-relação dinâmica da agricultura com os demais setores da economia nacional, especialmente com a agroindústria.

Subsetor Pecuário

De acordo com a política setorial traçada pelo Ministério da Agricultura, o subsetor Pecuário orientará suas linhas de ação neste sentido:

a) O fomento da produção agropecuária. Neste âmbito de atuação, a subsecretaria pertinente orientará e apoiará os programas específicos que estão sendo executados pelo Serviço de Extensão Agropecuário (SEAG).

b) No nível da política dirigida para a média e grande pecuária:

1. A pesquisa e a difusão de tecnologias destinadas a aumentar a produtividade dos estabelecimentos pecuários.

2. O fortalecimento e ampliação dos controles sanitários existentes, de maneira a continuar a garantir a adequação dos produtos pecuários às exigências dos mercados nacionais e internacionais.

Comercialização

As ações neste campo abrangerão o seguinte:

a) A organização e adequação da sua estrutura institucional para permitir-lhe assumir as funções definidas tanto pela política global como pela política setorial a ser implementada.

b) O fornecimento de informações e de assistência técnica às empresas, cooperativas agrícolas e organizações rurais;

c) A estruturação de uma instância técnica que se incumba imediatamente de estudar as alternativas que os mercados internacionais oferecem aos produtos agropecuários e agroindustriais do país. Nesta tarefa, será estabelecida uma cooperação estreita com as seções pertinentes dos ministérios da Indústria e do Comércio e das Relações Exteriores, bem como com instituições privadas dedicadas à promoção de tais produtos.

d) A proposição de alternativas para uma nova administração ou, se for o caso, a privatização dos silos pertencentes ao Ministério da Agricultura.

URUGUAI

As várias entidades públicas e privadas responsáveis pela formulação e execução das políticas agropecuárias no Uruguai estão pautando seu trabalho pela orientação geral da política setorial, que visa a desenvolver alguns aspectos do contexto de abertura econômica, mercado e desregulamentação, mediante objetivos específicos, como os mencionados abaixo:

- A redução (praticamente eliminação) da intervenção estatal nos preços e na comercialização, que devem atuar de acordo com os mecanismos do mercado.

- A concentração de esforços na melhoria dos aspectos sanitários, na promoção de atividades não-tradicionais e na diversificação da produção agrícola.

- A modernização institucional, com a transfência de funções para o setor privado, sempre que possível.

A seguir são apresentadas as principais políticas adotadas na promoção do desenvolvimento do setor agropecuário no Uruguai.

Preços e Comercialização

As políticas de preços e comercialização implementadas pelo Governo uruguaio não têm admitido intervenções diretas, seja nos mercados agropecuários, seja nos agroindustriais, a não ser no caso dos subsetores leiteiro e vitivinícola e no de algumas medidas de política de comércio exterior.

Não obstante a pouca intervenção direta do Governo nos preços e na comercialização agropecuária, há alguns produtos (açúcar e milho) cujos preços no mercado interno são significativamente superiores aos respectivos preços de paridade, denotando a existência de um alto nível de proteção dos produtores domésticos. Por sua vez, outras culturas, como as do arroz e do girassol, e os produtos pecuários têm sido discriminados.

Os sistemas de comercialização de produtos agropecuários e agroindustriais do país estão diretamente vinculados à atividade exportadora, a qual condiciona a organização e a estrutura desses sistemas. As funções de comercialização de vários produtos agropecuários são desempenhadas por cooperativas. De um modo geral, não existem mecanismos adequados de integração da produção agropecuária com a comercialização, exceto no caso dos subsetores leiteiro e arrozeiro e - em menor

extensão - da pecuária de corte. Por esse motivo, persistem os problemas de comercialização associados à sazonalidade da produção.

Crédito

No Uruguai, o crédito desempenha um papel de fundamental importância na atividade agropecuária, especialmente na promoção da agricultura de cereais, nas atividades leiteiras, no armazenamento e na comercialização dos produtos. O Banco da República Oriental do Uruguai (BROU) é a principal entidade creditícia do país. Historicamente, o BROU tem contribuído com cerca de 50% dos recursos canalizados para o setor. Os bancos privados, de um modo geral, têm desempenhado um papel secundário, limitando-se a sua ação no financiamento agropecuário principalmente à compra e venda de gado em feiras. No momento, alguns bancos privados demonstram interesse em participar da intermediação dos recursos de um novo empréstimo do Banco Mundial.

As operações de crédito rural compreendem o seguinte: linhas tradicionais de crédito para o financiamento de culturas cerealíferas, hortícolas e frutícolas, bem como da pecuária. O Plano Agropecuário é um programa especial de empréstimos que utiliza financiamento do Banco Mundial, tendo sido no passado a principal fonte de crédito para os investimentos agropecuários. No seu início, o Plano concentrou os empréstimos na melhoria da produção pecuária; posteriormente, incorporou a atividade agrícola. Ultimamente, os projetos financiados têm incluído linhas de crédito de longo prazo (até sete anos com três de carência) para o financiamento de investimentos em pecuária, laticínios, desenvolvimento de atividades granjeiras para fins de exportação e investimentos em reflorestamento. Nos últimos anos, o Programa Global de Crédito Agropecuário, financiado pelo BID, possibilitou investimentos a longo prazo, com empréstimos vencíveis em até doze anos. Estes empréstimos têm sido bastante utilizados pelo setor, principalmente na compra de tratores.

A análise do sistema nacional de financiamento agropecuário aponta uma série de fatores que limitam o seu desempenho, entre os quais os seguintes: (i) os procedimentos burocráticos pouco eficientes no processamento, aprovação e desembolso dos créditos; (ii) o predomínio dos enfoques tradicionais de concessão de crédito baseados em garantias físicas, os quais afetam principalmente os pequenos e médios produtores; (iii) a concentração do financiamento do BROU na pecuária de corte e de leite e na esfera dos produtores mais capitalizados.

Tributação

A política fiscal aplicada ao setor agropecuário uruguaio prevê a cobrança de impostos nacionais e municipais. Os impostos nacionais têm a seguinte incidência:

(i) IVA - sobre a produção, o consumo e determinadas transações (imposto sobre o valor agregado); IMESI, sobre bens específicos ou imposto seletivo, e IVEME, sobre a venda de moeda estrangeira;

(ii) IMAGRO e IRA, sobre a renda agropecuária; IMEBA e o adicional do IMEBA, sobre a alienação de bens agropecuários;

(iii) IP, sobre o patrimônio;

(iv) sobre o comércio exterior (imposto de exportação e tarifas aduaneiras);

(v) sobre o segmento patronal, cuja contribuição à previdência social funciona como um imposto sobre a terra.

Os impostos municipais incidem sobre a propriedade imobiliária rural, o licenciamento de veículos e a venda de gado. A contribuição imobiliária rural baseia-se no valor da terra, que é fixado anualmente de acordo com o índice de produtividade de cada padrão cadastral.

Uma destinação melhor dos recursos no setor agropecuário acha-se na dependência cada vez maior de uma reforma tributária que corrija as imperfeições do sistema vigente. Dentre essas imperfeições se destacam as seguintes:

(i) a coexistência de três impostos (IMAGRO, IRA e IMEBA) para gravar o mesmo item tributável;

(ii) a isenção do imposto sobre a renda (IMAGRO) concedida aos produtores com menos de 200 hectares, independente da rentabilidade de suas atividades agropecuárias específicas;

(iii) a existência de um limite de 1.500 hectares sobre o qual é cobrado o imposto sobre a renda;

(iv) a tendência à criação de uma série de pequenos tributos com fins específicos;

(v) a isenção do pagamento do IVA concedida a um grupo importante de produtos agropecuários;

(vi) a desatualização dos valores que servem de base para o cálculo da contribuição imobiliária rural;

(vii) a inexistência de mecanismos fixos e objetivos para a definição periódica de parâmetros tributários, o que diminui a transparência do processo e suscita disputas setoriais e pressões políticas e de grupos de interesse;

(viii) as mudanças freqüentes nas normas tributárias, as quais provocam instabilidade nos montantes arrecadados.

AGROINDÚSTRIA

Em linhas gerais, as políticas agroindustriais adotadas nos últimos anos não promoveram efetivamente o aumento da produtividade do setor, devido aos baixos níveis de investimento e às mudanças técnicas ocorridas na prática.

Com relação à política governamental, é visível a atitude do Governo no sentido de incentivar e reformular as atividades granjeiras do país, a fim de aumentar a competitividade de seus produtos e melhorar o perfil econômico dos produtores do setor. Para tanto, fortaleceram-se algumas áreas institucionais do Governo com a instalação da Junta Nacional de la Granja. Este órgão está concentrando toda a atividade governamental referente à produção granjeira, com a participação de produtores e industriais.

É nítida a tendência no Uruguai de modernização da agropecuária, graças à expansão de culturas com maior conteúdo tecnológico, como as do arroz e da cevada. A pecuária extensiva continua, entretanto, a ser a principal atividade do setor, passando também por alguma modernização.

Nesse contexto, o processo de especialização agrícola e agroindustrial em curso, com a valorização das vantagens produtivas do país, e as possibilidades que se abrem de desenvolvimento de segmentos de complementação industrial com os outros países dão ao Uruguai uma perspectiva promissora no tocante à conformação do MERCOSUL.

CAPÍTULO VIII

COMÉRCIO EXTERIOR

COMENTÁRIOS

COMÉRCIO EXTERIOR

O MERCOSUL é a expressão de uma estratégia comum de abertura para o exterior dos quatro países participantes, que contrasta com a histórica abordagem de integração econômica da América Latina, tradicionalmente baseada no incremento das dimensões do mercado, meramente para fazer prosseguir o antigo processo de substituição de importações. A nova forma de integração aberta concebida pelo MERCOSUL encara a sub-região como plataforma para alcançar posição mais favorável na economia mundial. Portanto, seu objetivo principal consistiria em oferecer às firmas mais eficientes do MERCOSUL uma base local mais ampla para chegar aos mercados mundiais, com uma estrutura de produção caracterizada por um grau cada vez mais alto de especialização.

Internamente, a integração do MERCOSUL busca o livre comércio entre os quatro países dele participantes, facilitando o trânsito de produtos, bens e serviços entre eles.

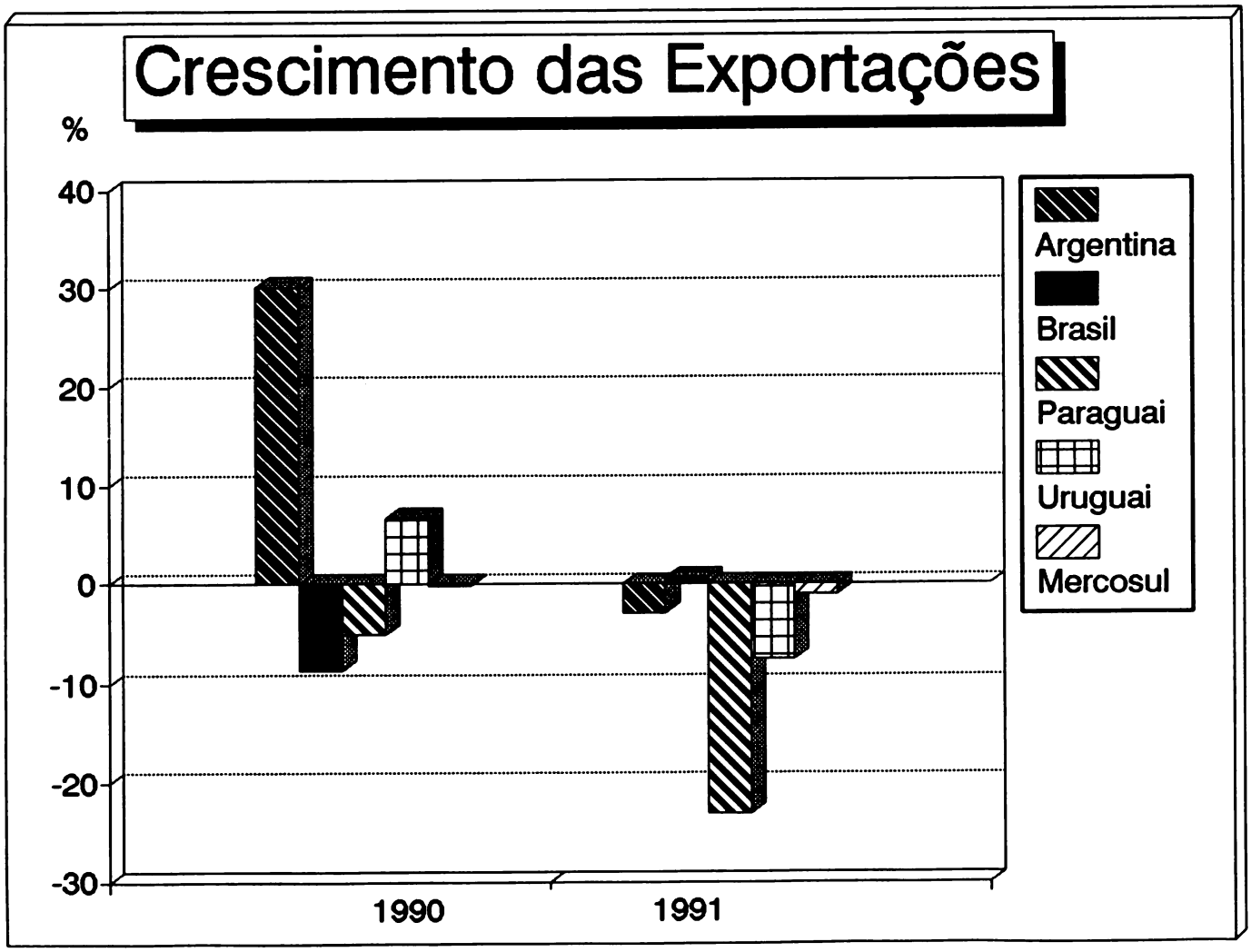
As exportações do MERCOSUL apresentaram um crescimento negativo de -1,03% no ano de 1991, enquanto as importações cresceram 15,40%. O saldo comercial do MERCOSUL (soma dos quatro países) apresentou um crescimento de -35,91% no período 1989-91.

O total de exportações do MERCOSUL em 1991 foi de US$ 45,9 bilhões. Deste montante, corresponderam ao MERCONORTE (Estados Unidos, Canadá e México) US$ 9,24 bilhões, o que representa 20,13%, enquanto para a Comunidade Econômica Européia foi exportado pelo MERCOSUL o equivalente a US$ 14,3 bilhões, ou 31,15% do total. Em contrapartida, o MERCOSUL importou US$ 8,0 bilhões do MERCONORTE e US$ 7,23 bilhões da Comunidade Econômica Européia, o que representa 25,20% e 22,79%, respectivamente, do total importado (US$ 31.759,2 bilhões).

CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇOES (%)

PAÍS	1990	1991
Argentina	30,16	- 2,86
Brasil	- 8,69	0,71
Paraguai	- 5,03	- 23,11
Uruguai	6,67	- 7,54
Mercosul	- 0,16	- 1,03

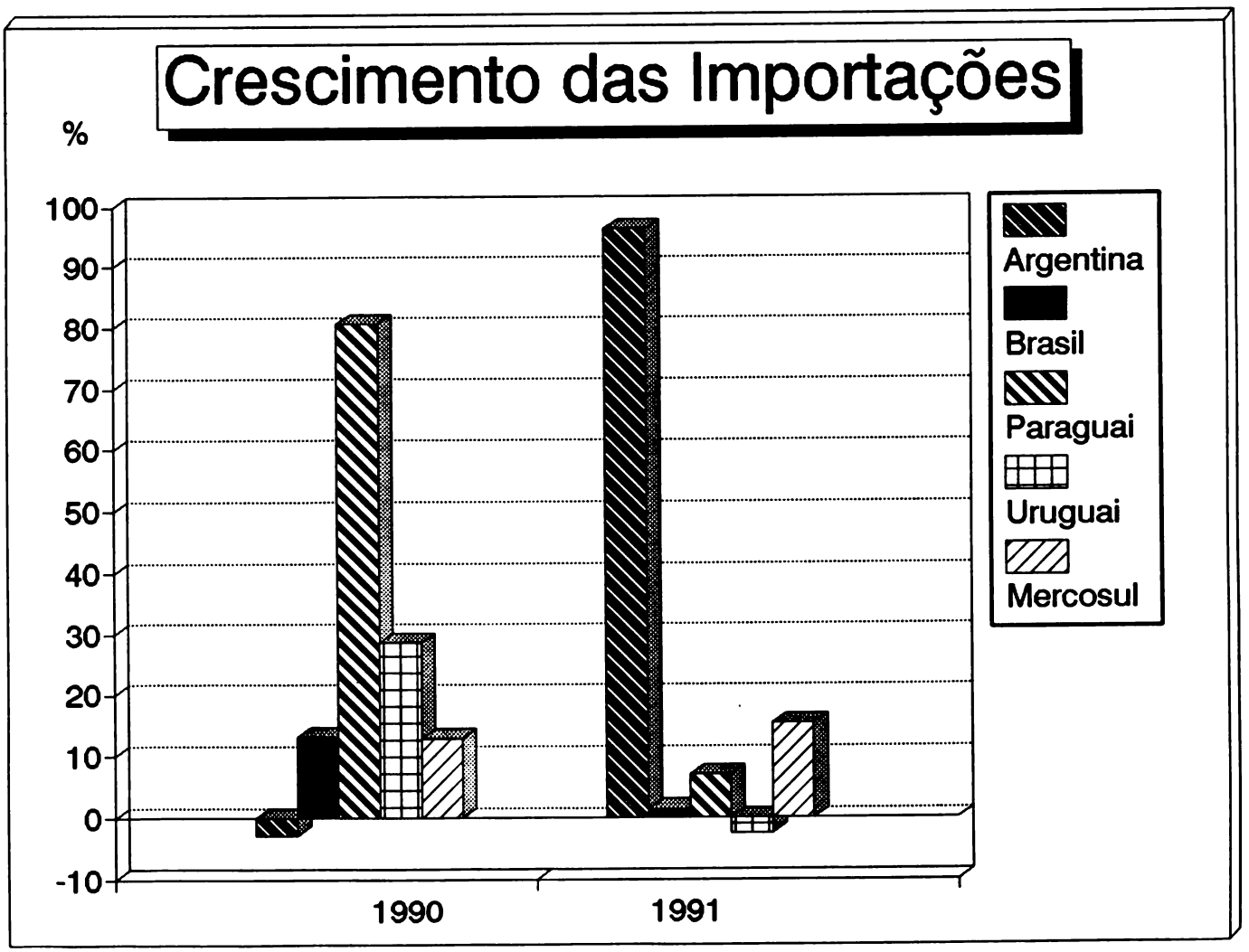
Fonte: IICA, com dados do DECEX - CTIC.



CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES (%)

PAÍS	1990	1991
Argentina	- 2,94	96,23
Brasil	13,13	1,32
Paraguai	80,60	6,87
Uruguai	28,40	- 2,60
Mercosul	12,96	15,40

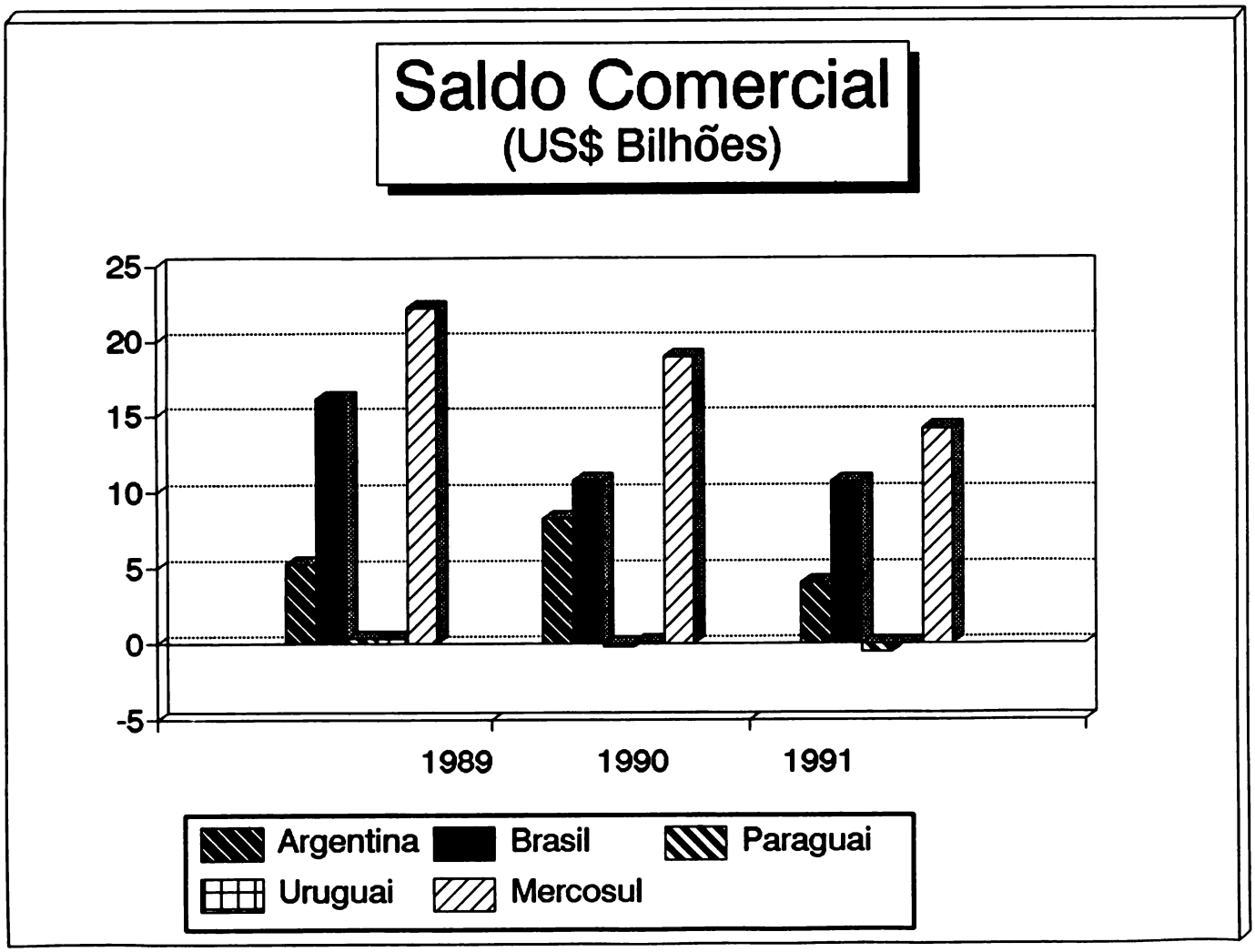
Fonte: IICA, com dados do DECEX - CTIC.



SALDO COMERCIAL
(Milhões de Dólares)

PAÍS	1989	1990	1991
Argentina	5.290,2	8.275,9	4.000,0
Brasil	16.142,4	10.752,4	10.701,3
Paraguai	348,7	- 234,9	- 538,3
Uruguai	357,7	112,3	25,3
Mercosul	22.139,0	18.905,7	14.188,3

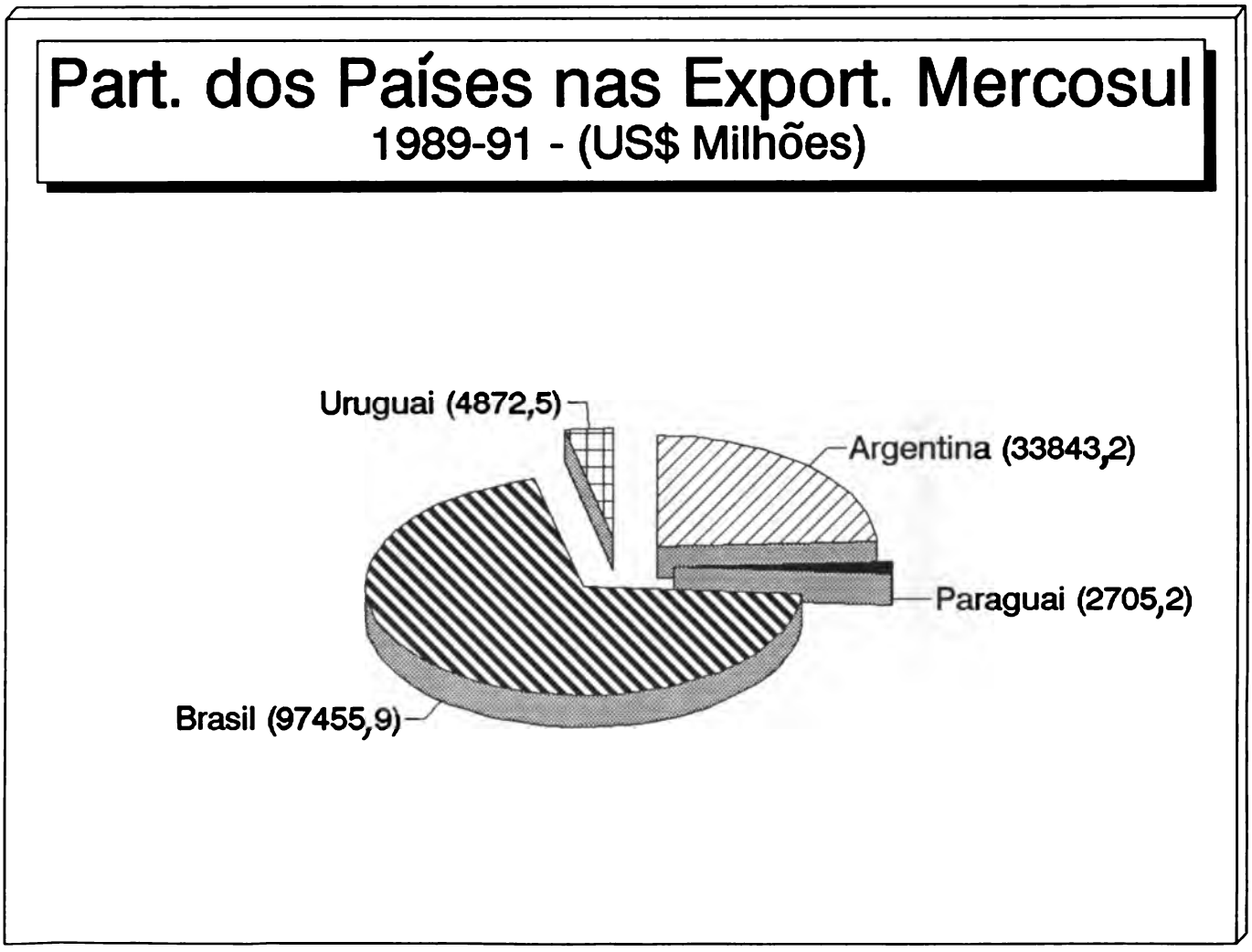
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
DECEX - CTIC.
BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.
BANCO CENTRAL DA REP. ORIENTAL DO URUGUAI.



PARTICIPAÇÃO DOS PAISES NAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL
1989-91

PAIS	US$ Milhões FOB	% sobre o total
Argentina	33.843,2	24,37
Brasil	97.455,9	70,17
Paraguai	2.705,2	1,95
Uruguai	4.872,5	3,51
Mercosul	138.876,8	100,00

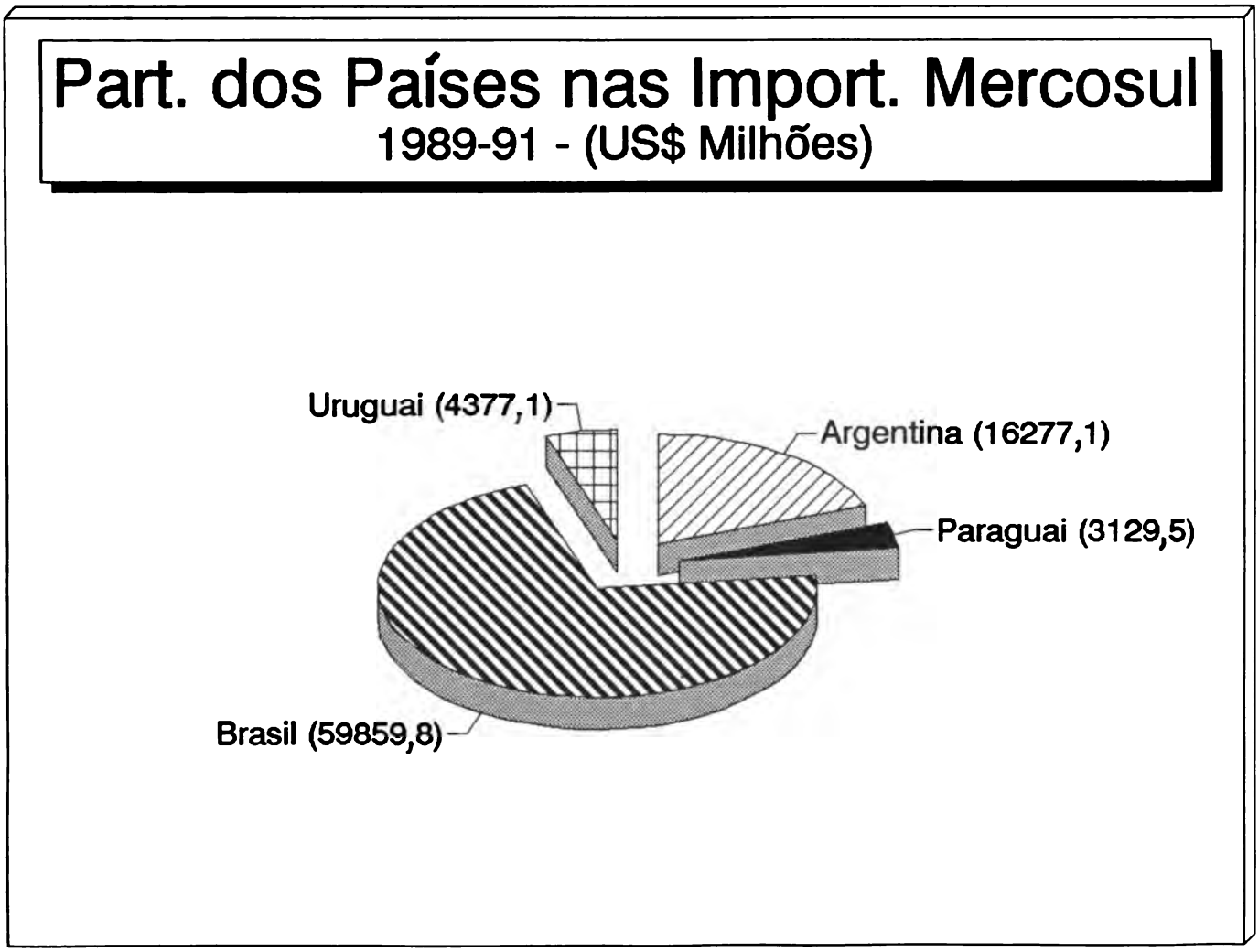
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
DECEX - CTIC.
BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.
BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.



PARTICIPAÇÃO DOS PAISES NAS IMPORTAÇOES DO MERCOSUL
1989-91

PAIS	US$ Milhões FOB	% sobre o total
Argentina	16.277,1	19,46
Brasil	59.859,8	71,56
Paraguai	3.129,5	3,74
Uruguai	4.377,1	5,24
Mercosul	83.643,5	100,00

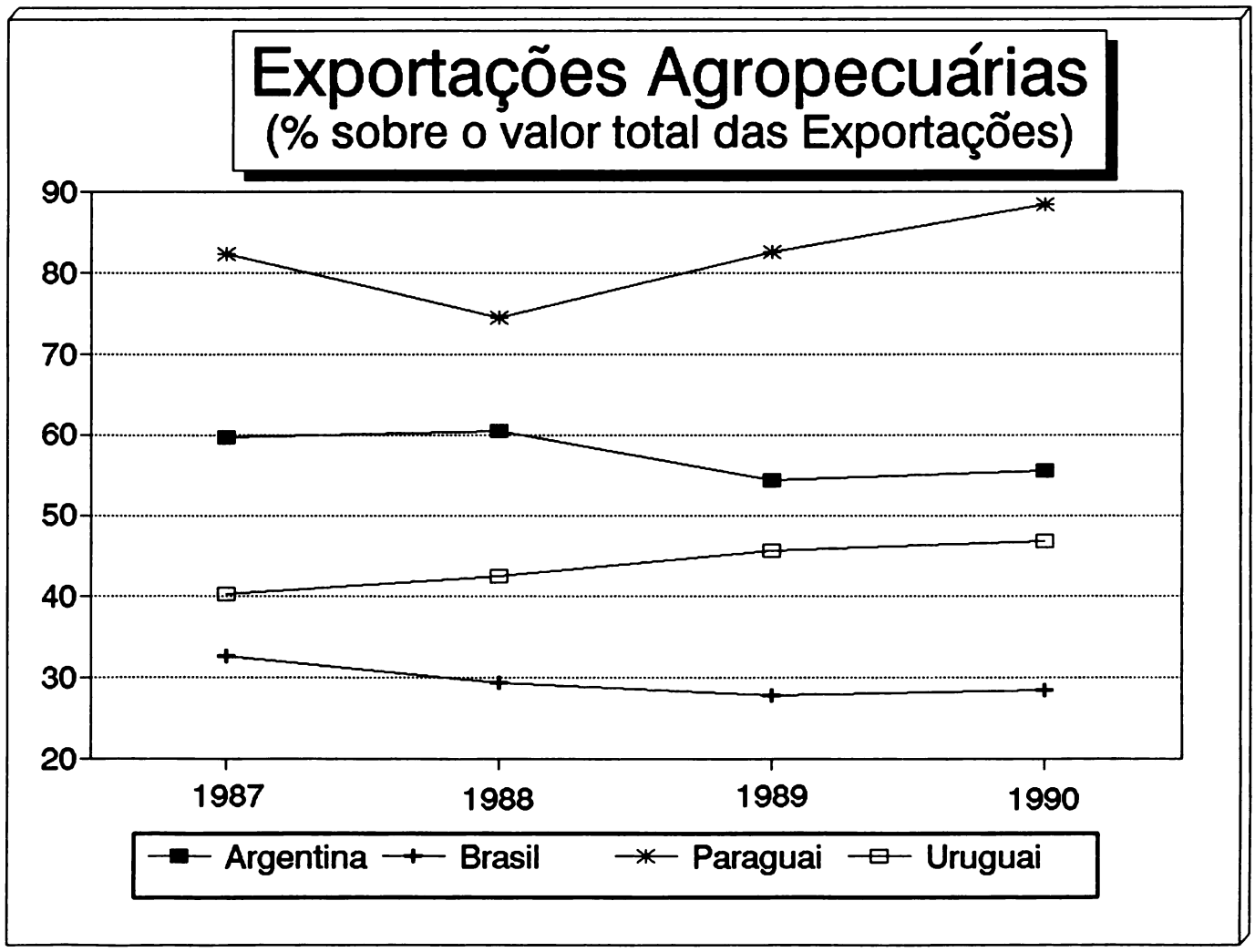
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
DECEX - CTIC.
BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.
BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.



EXPORTAÇOES AGROPECUARIAS
(% sobre o valor FOB das Exportações Totais de Bens)

PAÍS	1987	1988	1989	1990
Argentina	59,6	60,4	54,3	55,4
Brasil	32,6	29,3	27,7	28,3
Paraguai	82,2	74,0	82,6	88,3
Uruguai	40,2	42,4	45,6	46,8

Fonte: CEPAL.

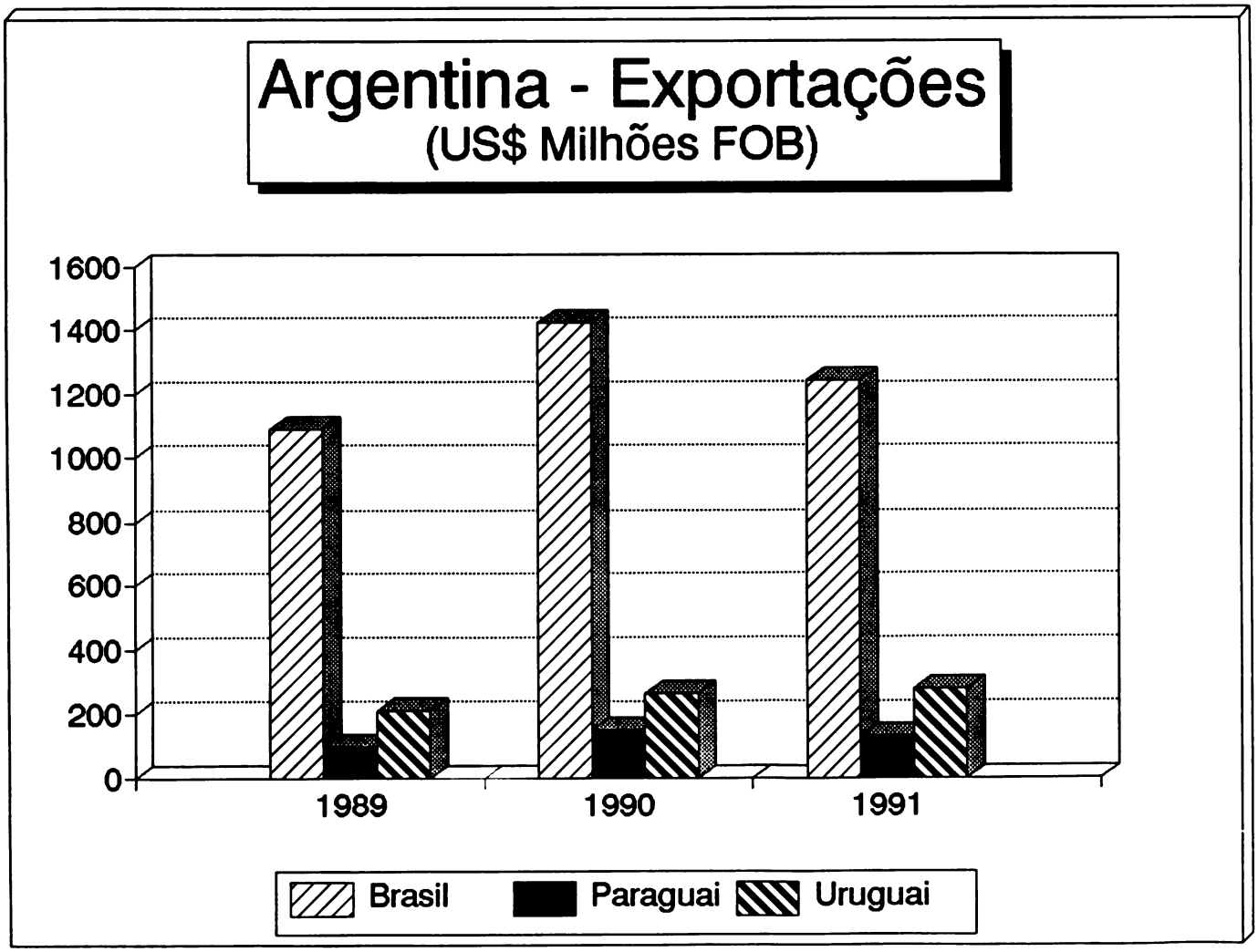


COMÉRCIO INTRA-REGIONAL

ARGENTINA - EXPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/DESTINO	1989	1990	1991 (*)
Brasil	1.089,8	1.422,7	1.242,6
Paraguai	95,4	147,4	130,3
Uruguai	206,4	262,6	276,4

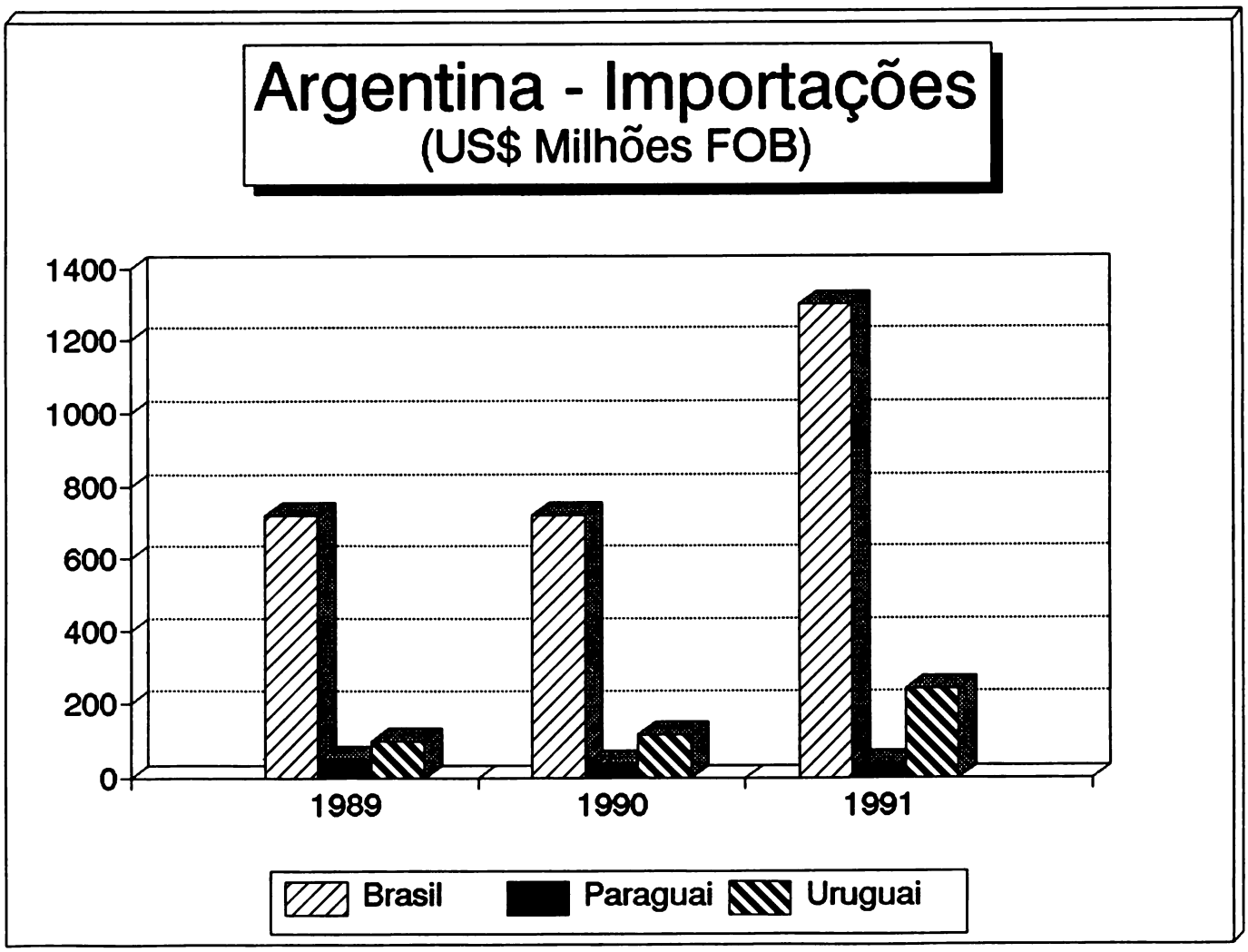
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
(*) Estimado



ARGENTINA - IMPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/DESTINO	1989	1990	1991 (*)
Brasil	719,9	717,9	1.301,2
Paraguai	48,8	41,3	41,1
Uruguai	98,9	116,1	241,7

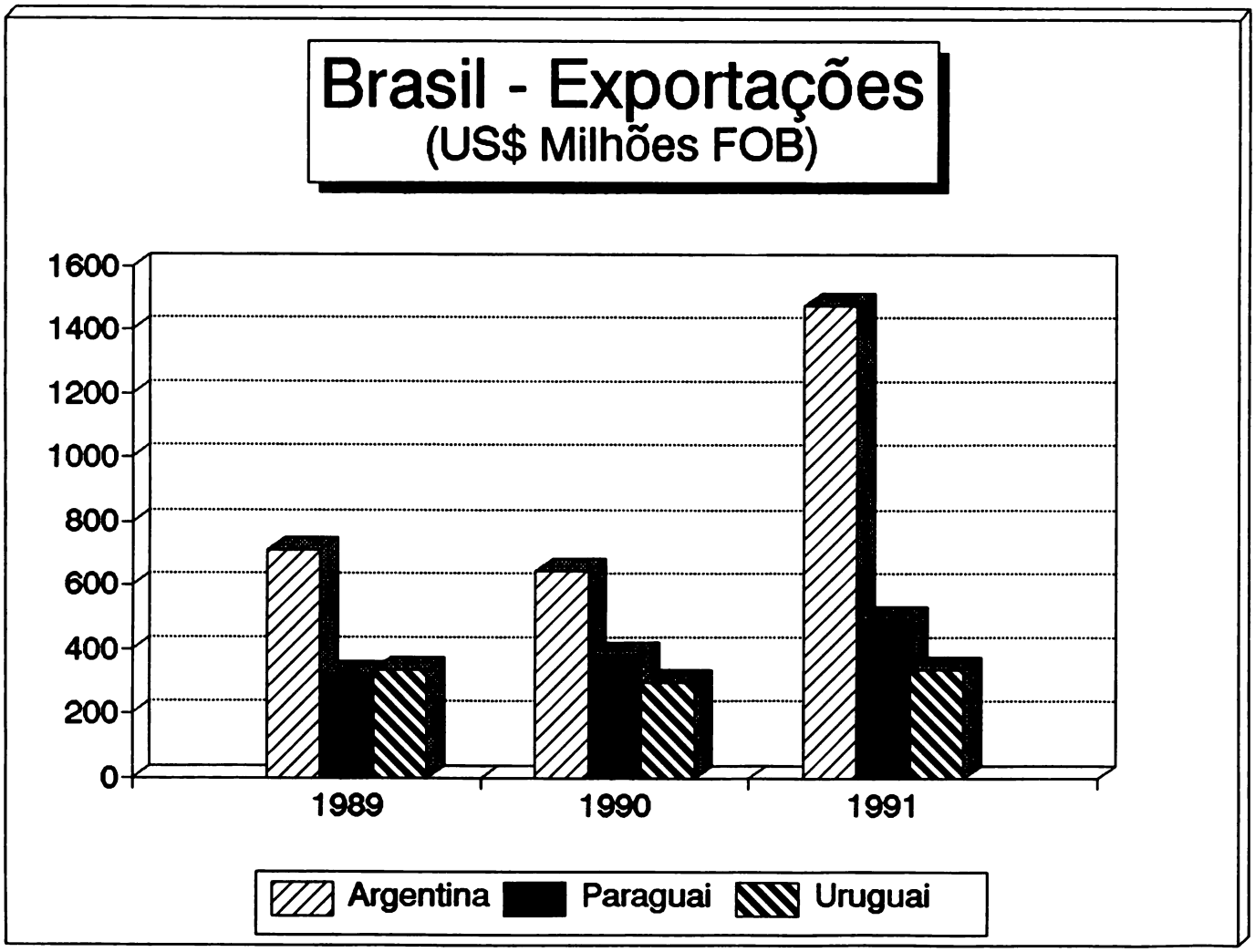
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
(*) Estimado



BRASIL - EXPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/DESTINO	1989	1990	1991
Argentina	710,3	645,1	1.475,6
Paraguai	322,9	380,4	491,2
Uruguai	333,6	294,6	336,4

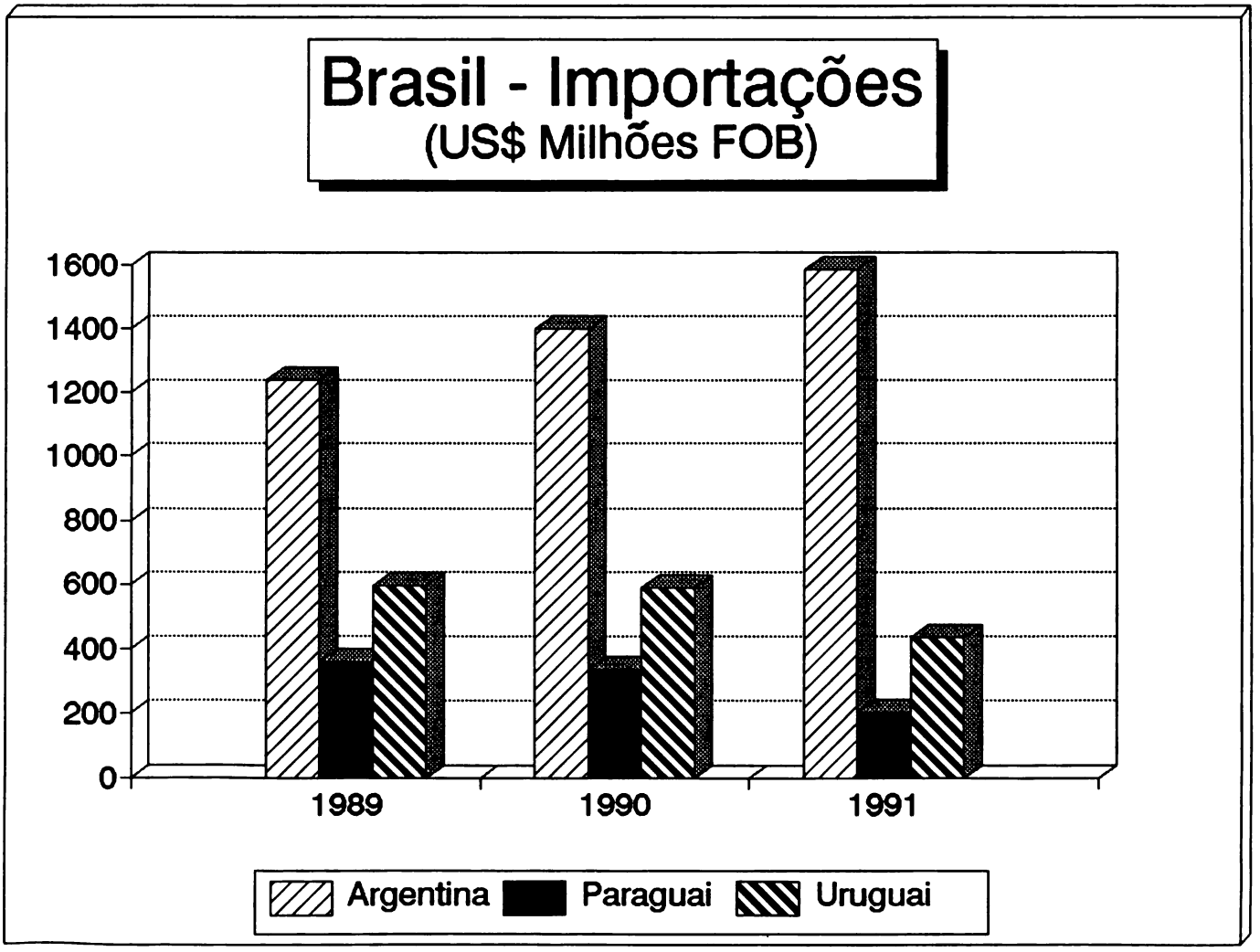
Fonte: DECEX - CTIC.



BRASIL - IMPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/ORIGEM	1989	1990	1991
Argentina	1.238,9	1.399,6	1.584,6
Paraguai	358,8	332,7	202,9
Uruguai	596,8	587,0	434,3

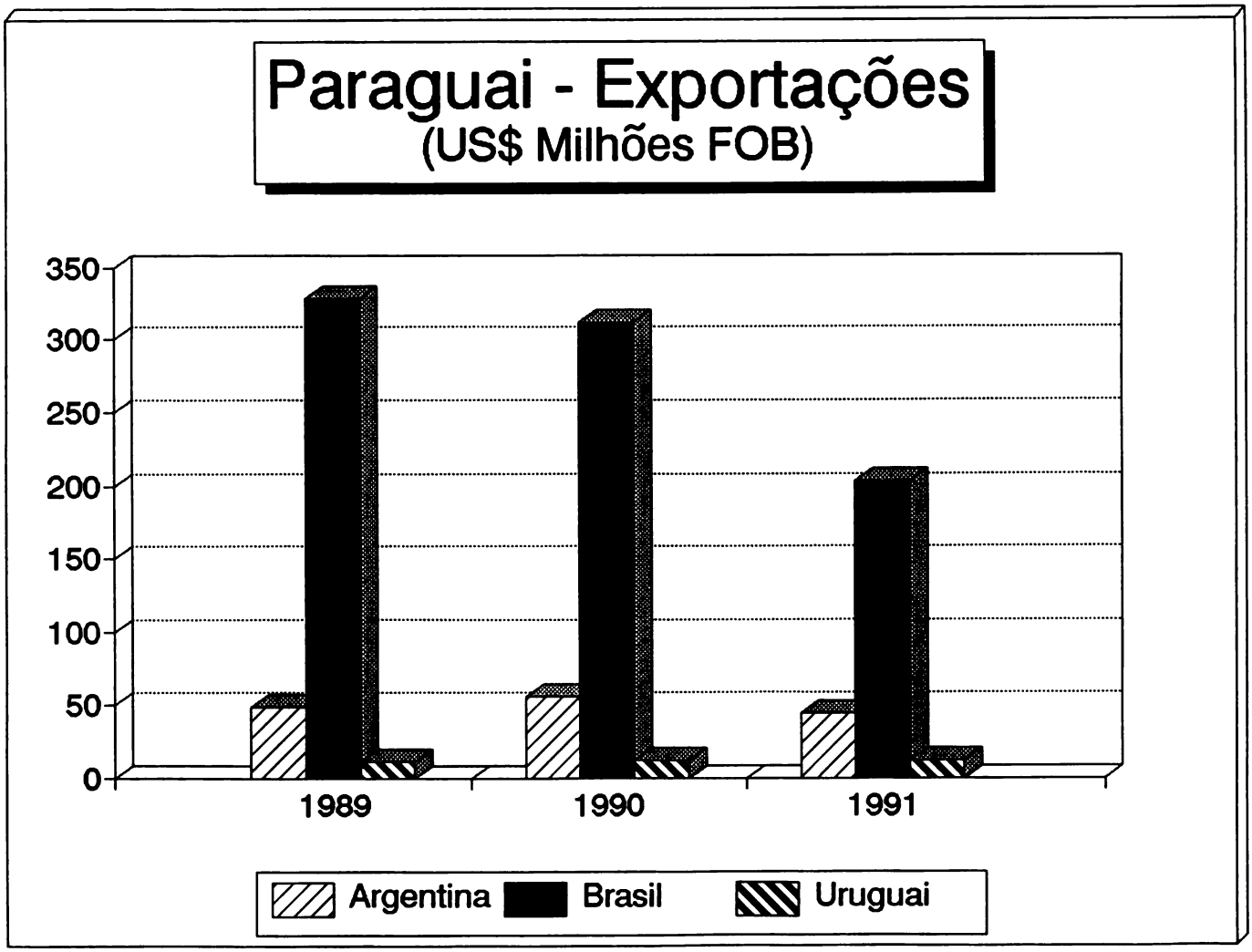
Fonte: DECEX - CTIC.



PARAGUAI - EXPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/DESTINO	1989	1990	1991
Argentina	48,9	55,4	45,0
Brasil	328,4	312,3	203,1
Uruguai	10,6	11,5	11,3

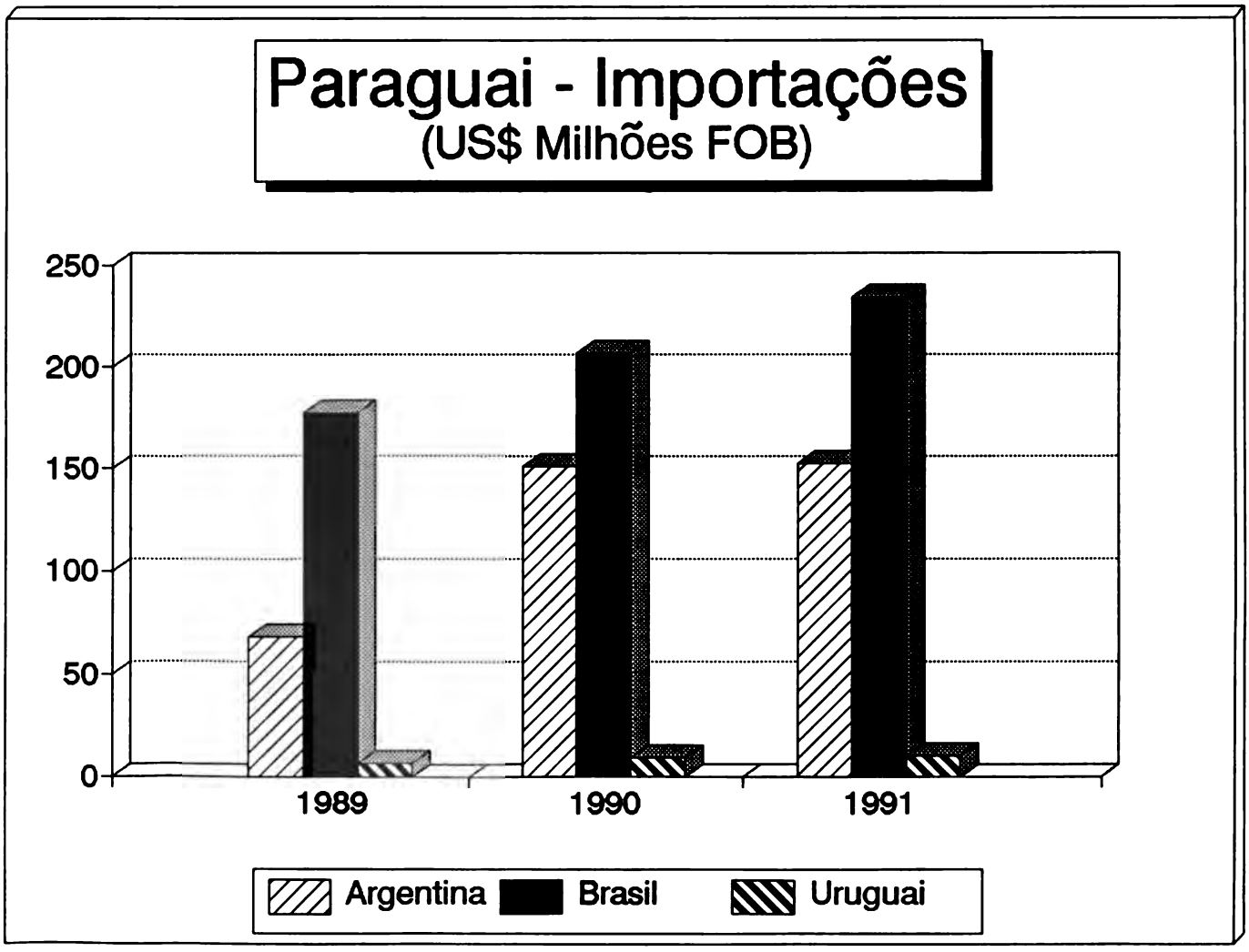
Fonte: BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.



PARAGUAI - IMPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/ORIGEM	1989	1990	1991
Argentina	67,7	151,1	152,3
Brasil	177,1	207,2	234,2
Uruguai	6,2	8,8	10,3

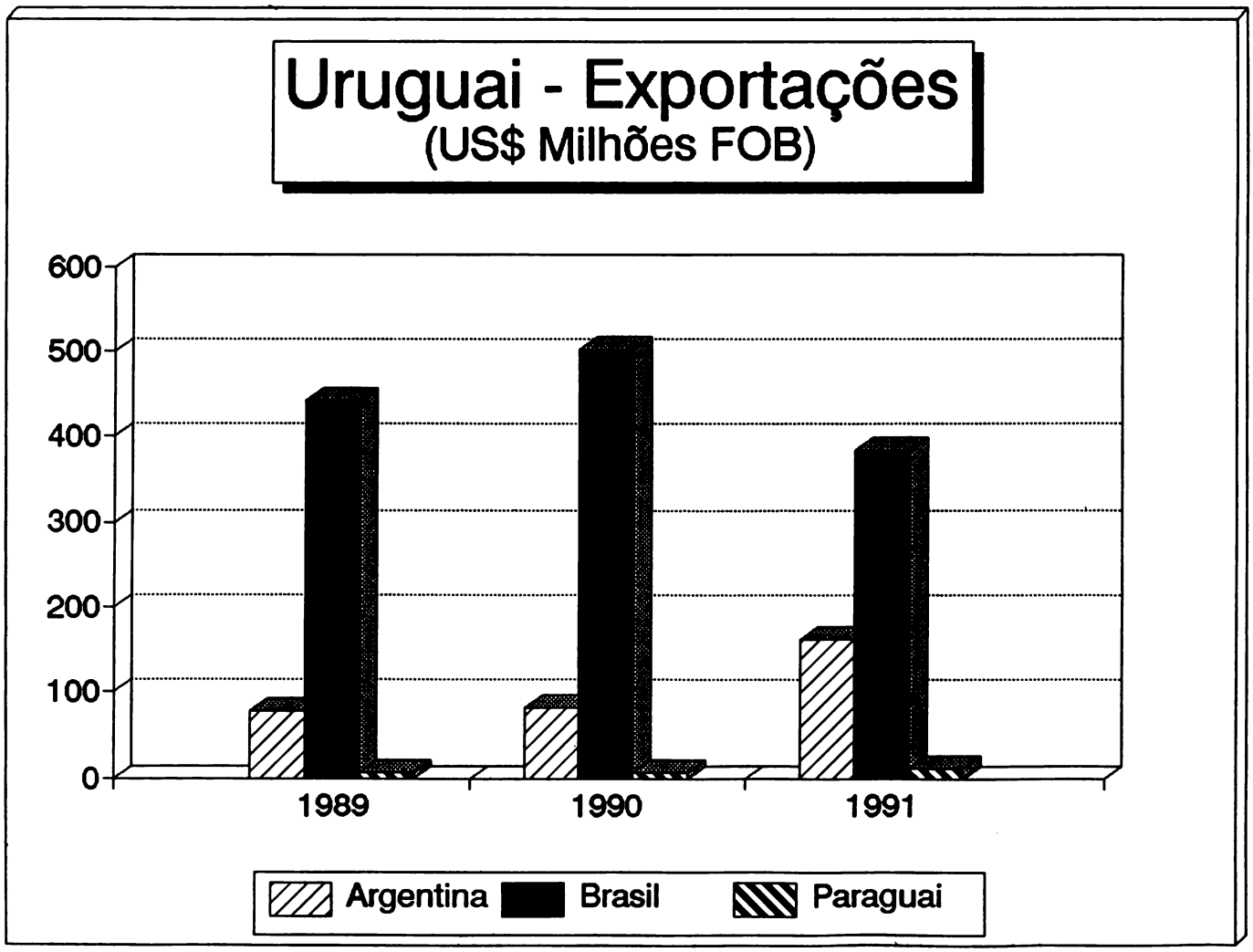
Fonte: BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.



URUGUAI - EXPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/DESTINO	1989	1990	1991
Argentina	77,7	82,0	163,1
Brasil	441,3	502,0	384,1
Paraguai	6,6	6,5	10,4

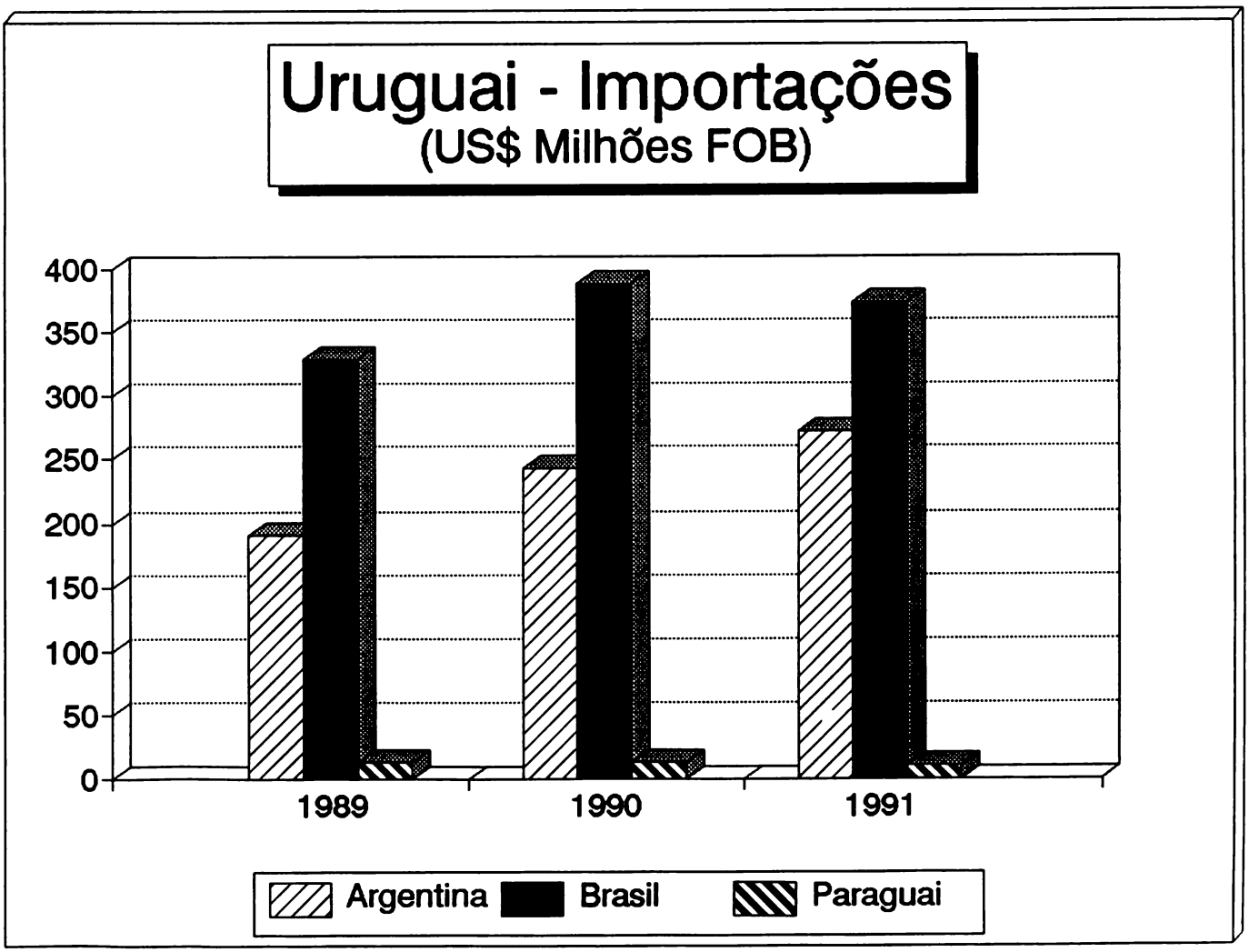
Fonte: BANCO CENTRAL DA REP. ORIENTAL DO URUGUAI.



URUGUAI - IMPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

PAÍS/ORIGEM	1989	1990	1991
Argentina	190,4	243,5	271,3
Brasil	328,4	387,4	372,6
Paraguai	12,8	12,7	10,6

Fonte: BANCO CENTRAL DA REP. ORIENTAL DO URUGUAI.

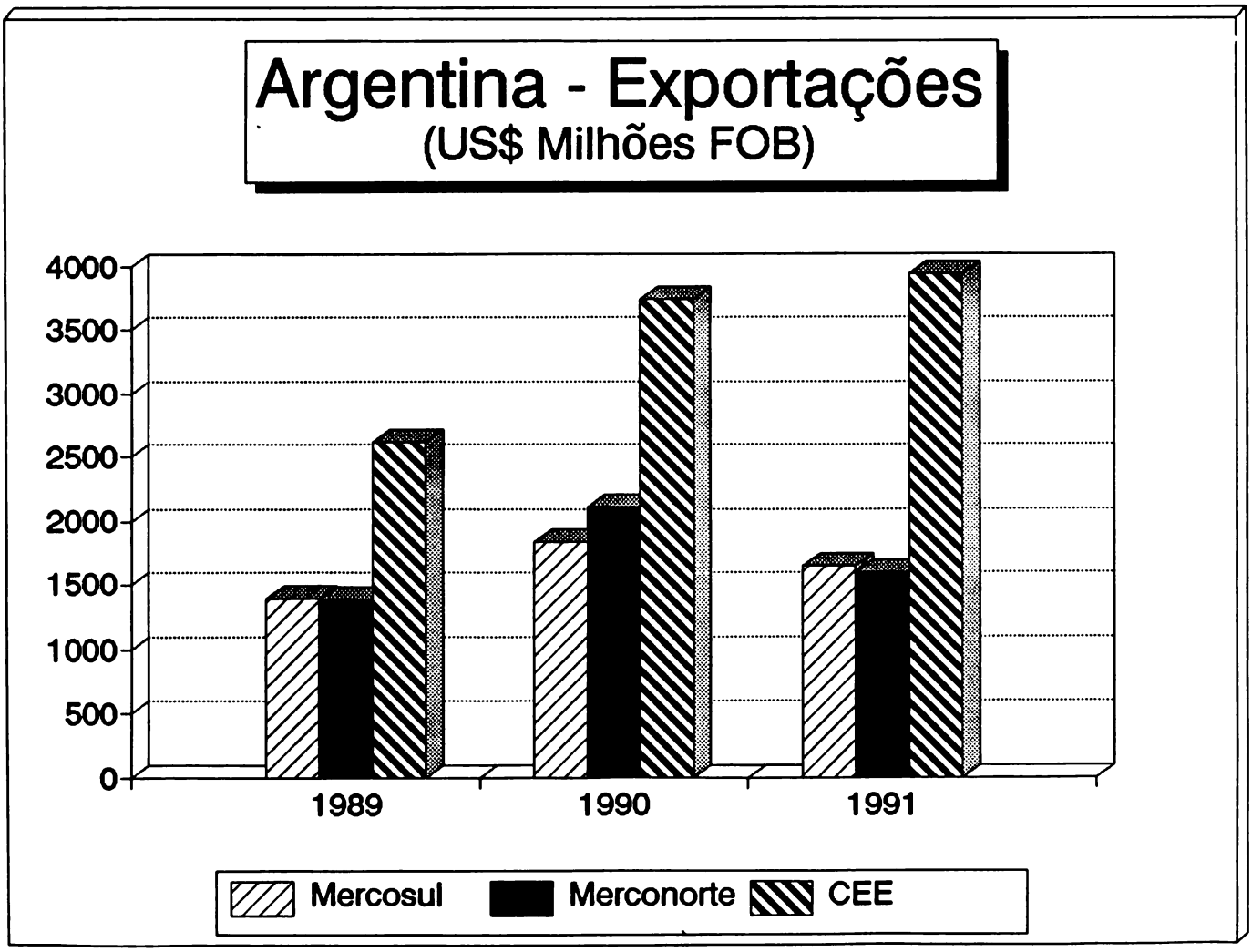


COMÉRCIO EXTRA-REGIONAL

ARGENTINA - EXPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

DESTINO	1989	1990	1991 (*)
Mercosul	1.391,6	1.832,7	1.649,4
Merconorte	1.377,4	2.101,5	1.597,2
CEE	2.615,4	3.740,1	3.938,5
TOTAL	5.384,4	7.674,3	7.185,1

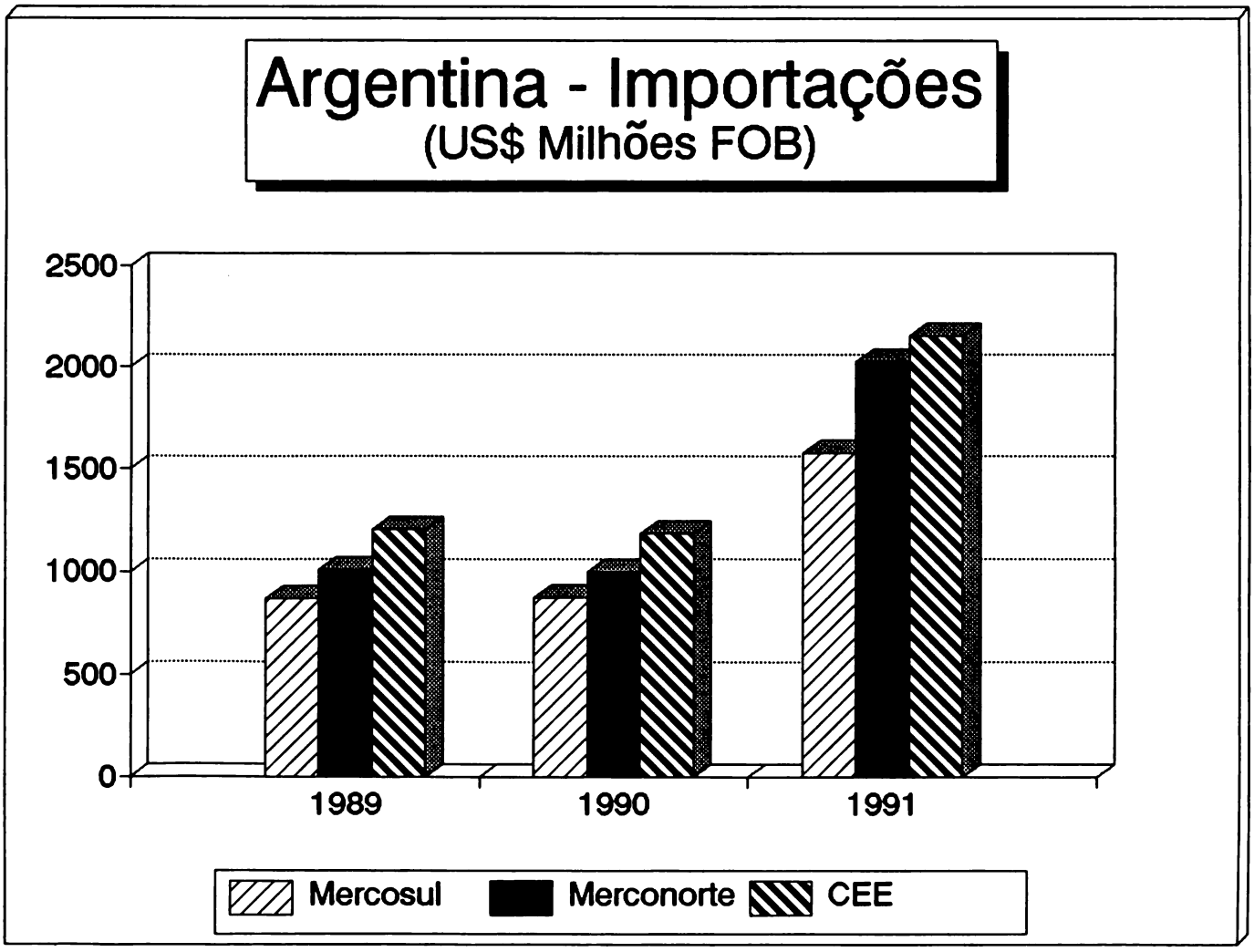
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
(*) Estimado



ARGENTINA - IMPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

ORIGEM	1989	1990	1991 (*)
Mercosul	867,6	875,3	1.584,1
Merconorte	1.004,8	1.001,1	2.029,6
CEE	1.204,7	1.187,0	2.159,1
TOTAL	3.077,1	3.063,4	5 772,8

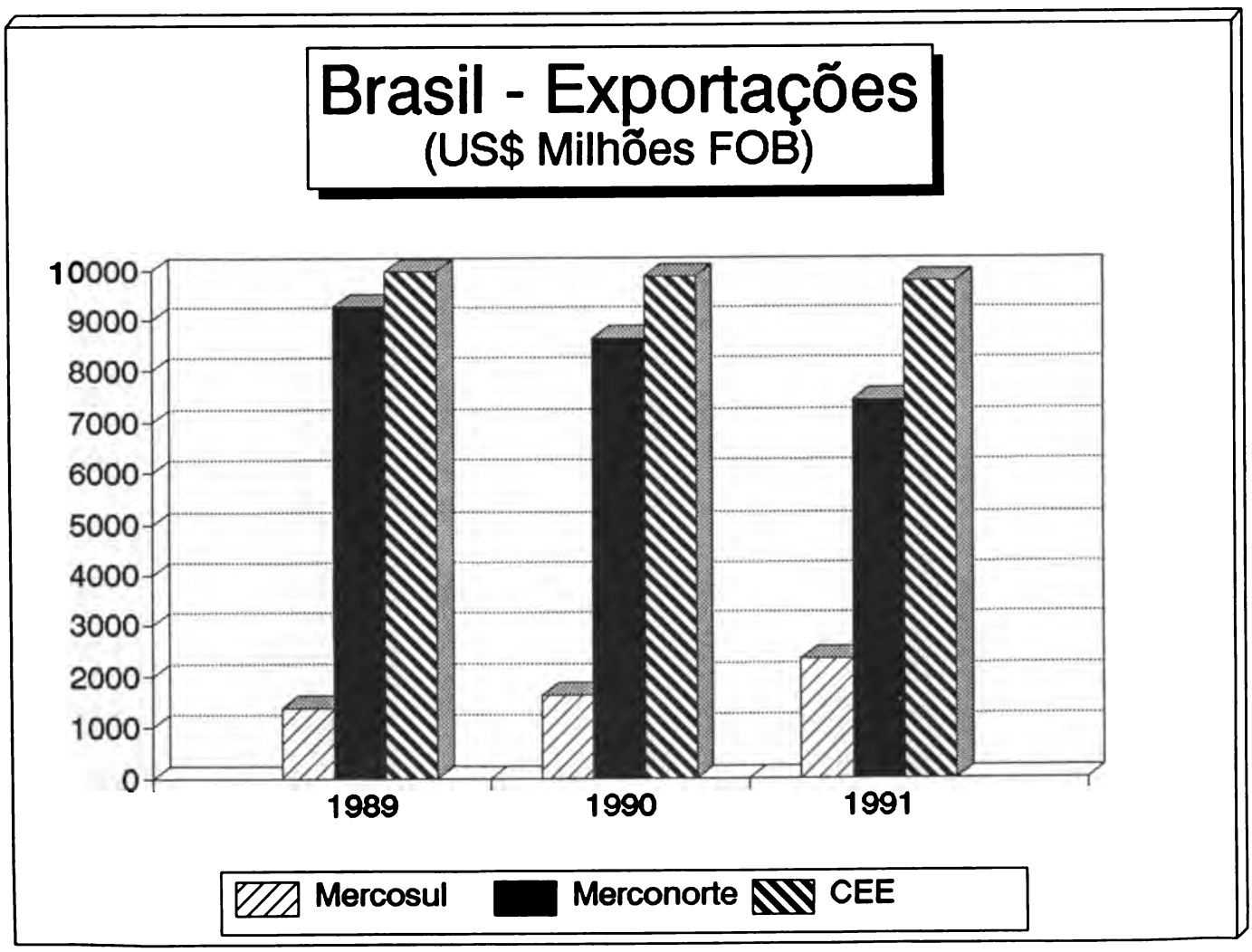
Fonte: BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA.
(*) Estimado



BRASIL - EXPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

DESTINO	1989	1990	1991
Mercosul	1.366,9	1.614,8	2.303,3
Merconorte	9.281,6	8.621,1	7.408,0
CEE	9.953,6	9.870,0	9.773,2
TOTAL	20.602,1	20.105.9	19.484,5

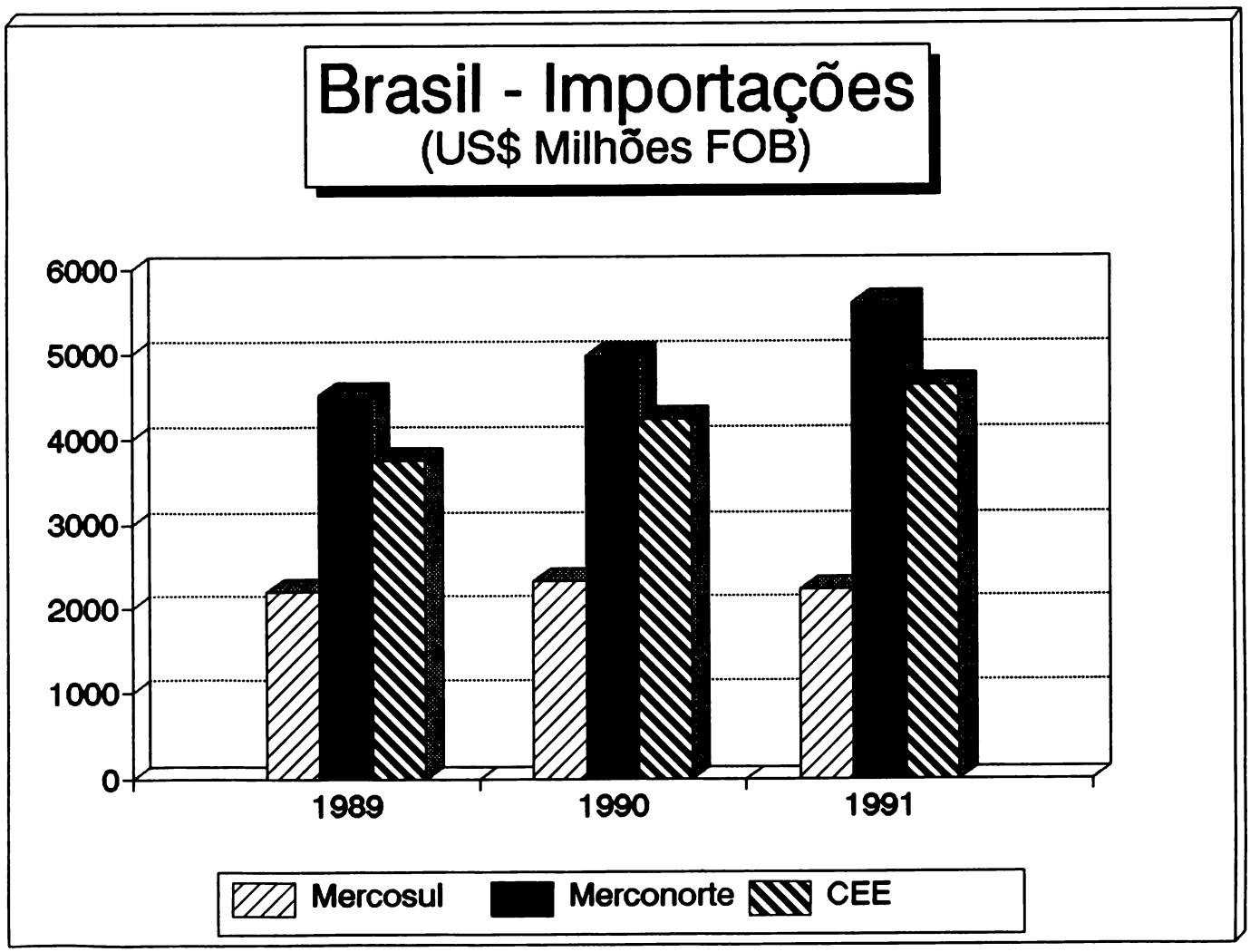
Fonte: DECEX - CTIC.



BRASIL - IMPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

ORIGEM	1989	1990	1991
Mercosul	2.194,6	2.319,5	2.221,9
Merconorte	4.519,7	4.989,9	5.585,9
CEE	3.744,7	4.234,9	4.630,5
TOTAL	10.459,0	11.544,3	12.438,3

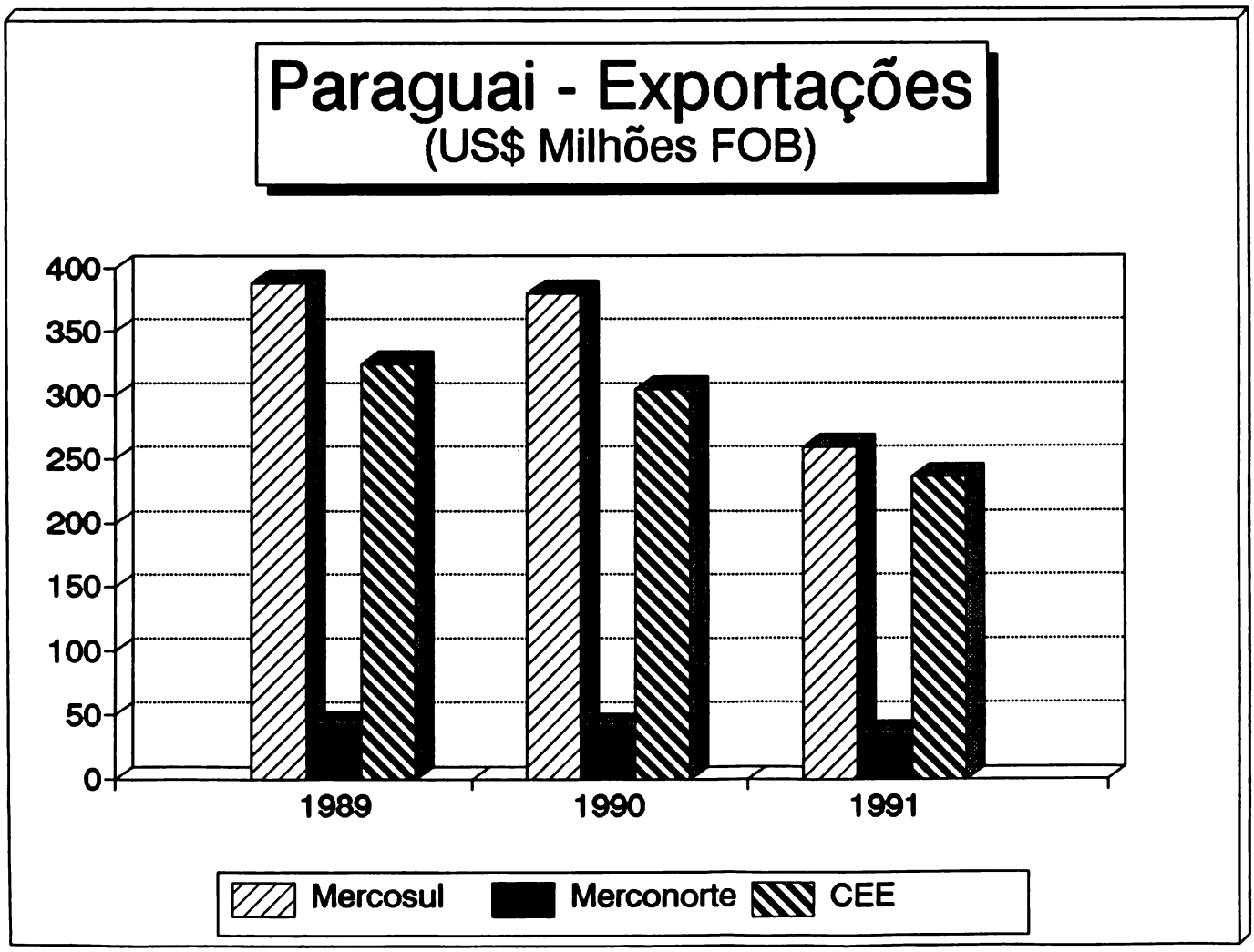
Fonte: DECEX - CTIC.



PARAGUAI - EXPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

DESTINO	1989	1990	1991
Mercosul	388,0	379,3	259,4
Merconorte	41,6	41,4	35,3
CEE	324,6	304,2	235,8
TOTAL	754,2	724,9	530,5

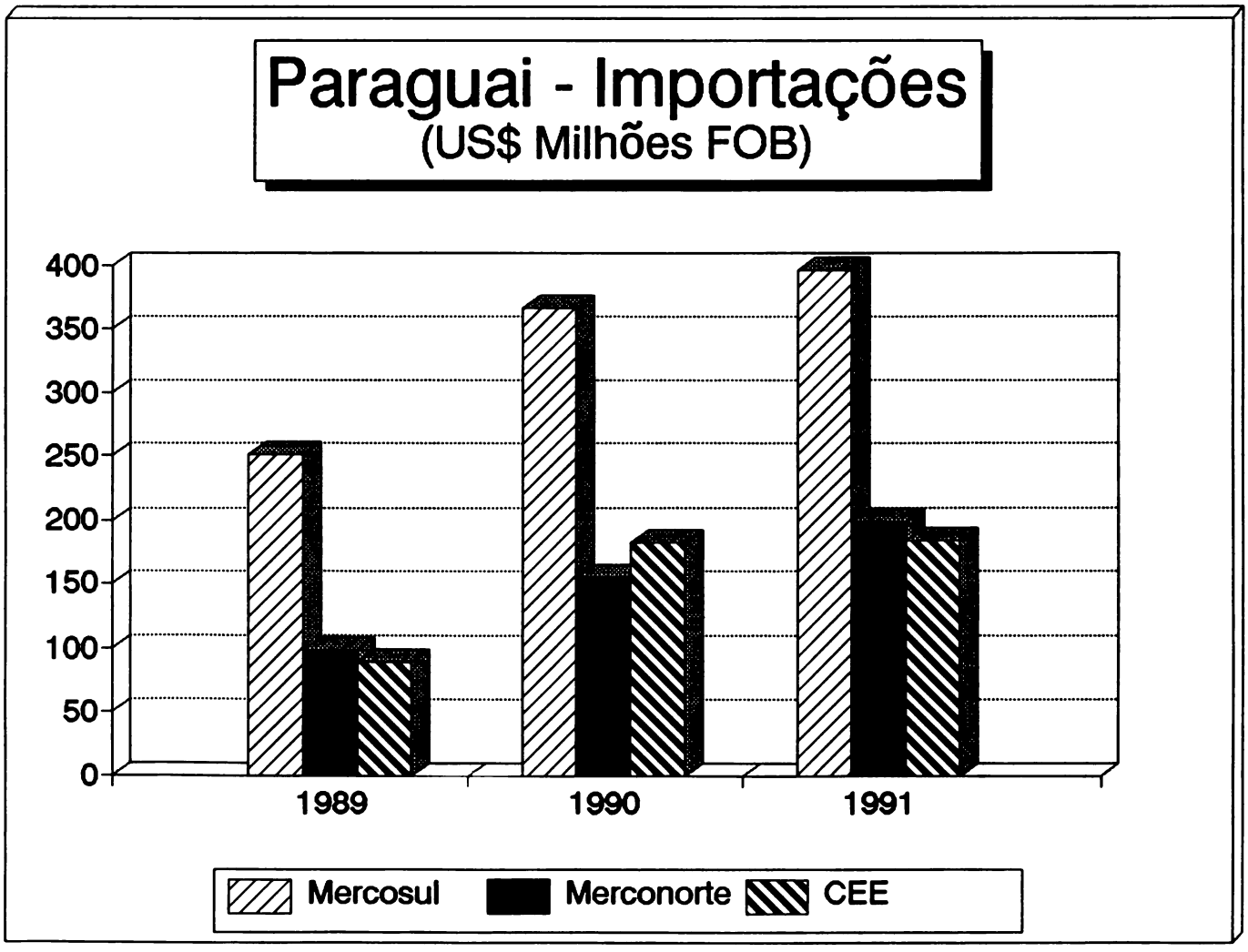
Fonte: BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.



PARAGUAI - IMPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

ORIGEM	1989	1990	1991
Mercosul	251,1	367,3	396,8
Merconorte	97,4	155,4	199,0
CEE	88,7	181,9	183,8
TOTAL	437,2	704,6	779,6

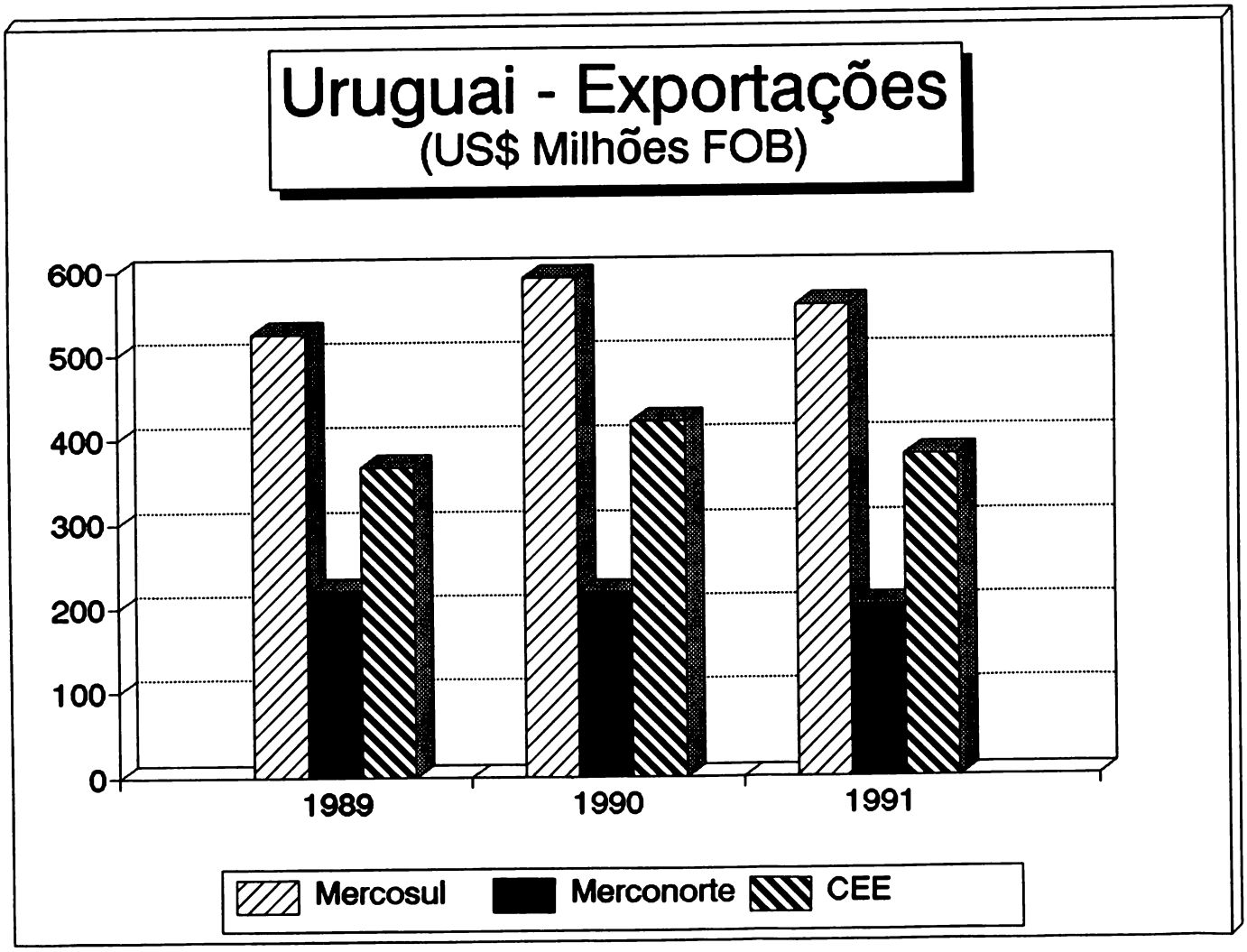
Fonte: BANCO CENTRAL DO PARAGUAI.



URUGUAI - EXPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

DESTINO	1989	1990	1991
Mercosul	531,6	643,6	654,6
Merconorte	210,1	220,4	190,5
CEE	240,9	313,3	264,6
TOTAL	982,6	1.177,3	1.109,7

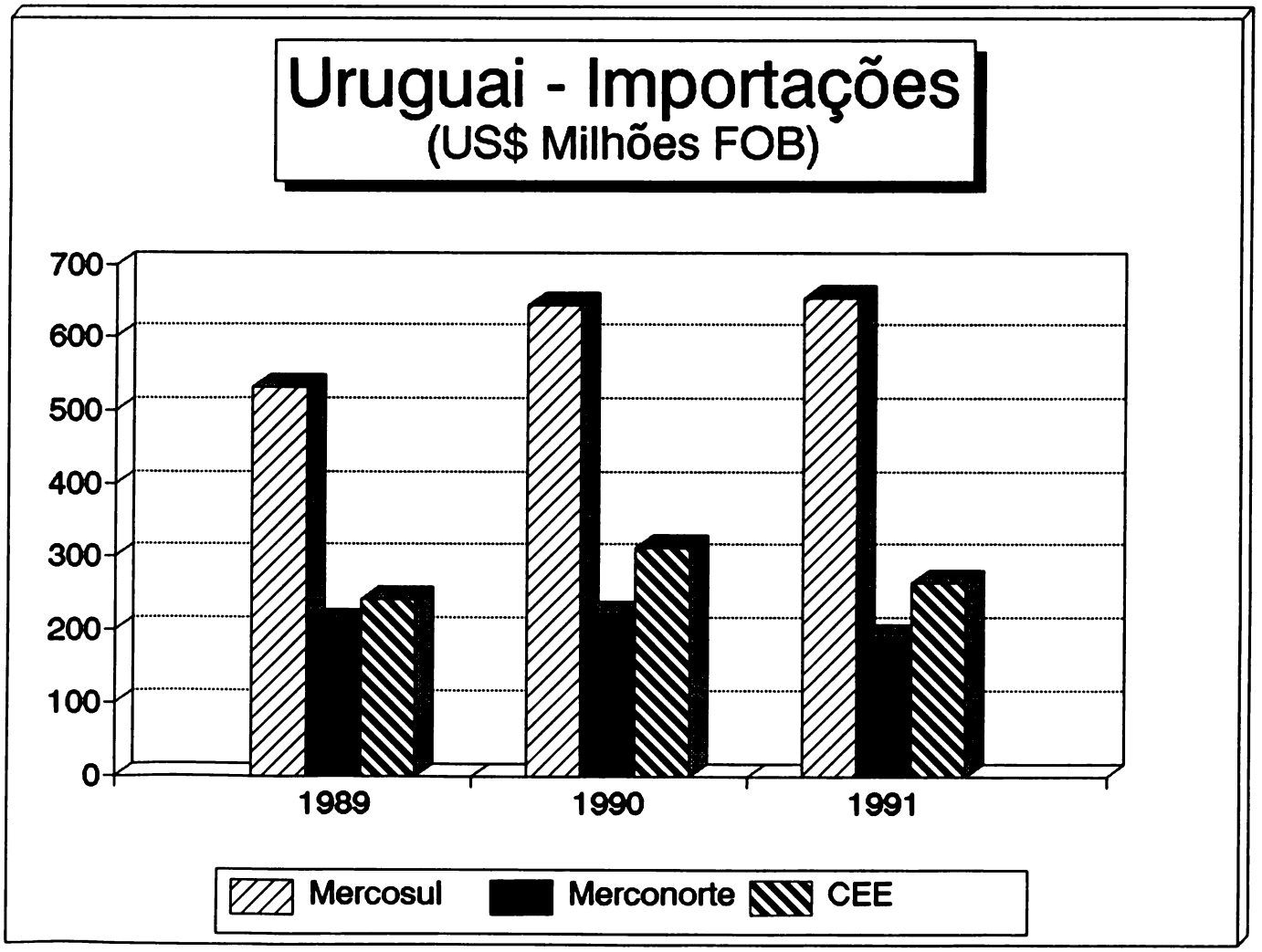
Fonte: BANCO CENTRAL DA REP. ORIENTAL DO URUGUAI.



URUGUAI - IMPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

ORIGEM	1989	1990	1991
Mercosul	525,7	590,5	557,5
Merconorte	219,5	217,2	201,6
CEE	365,8	420,2	379,3
TOTAL	1.111,0	1.227,9	1.138,4

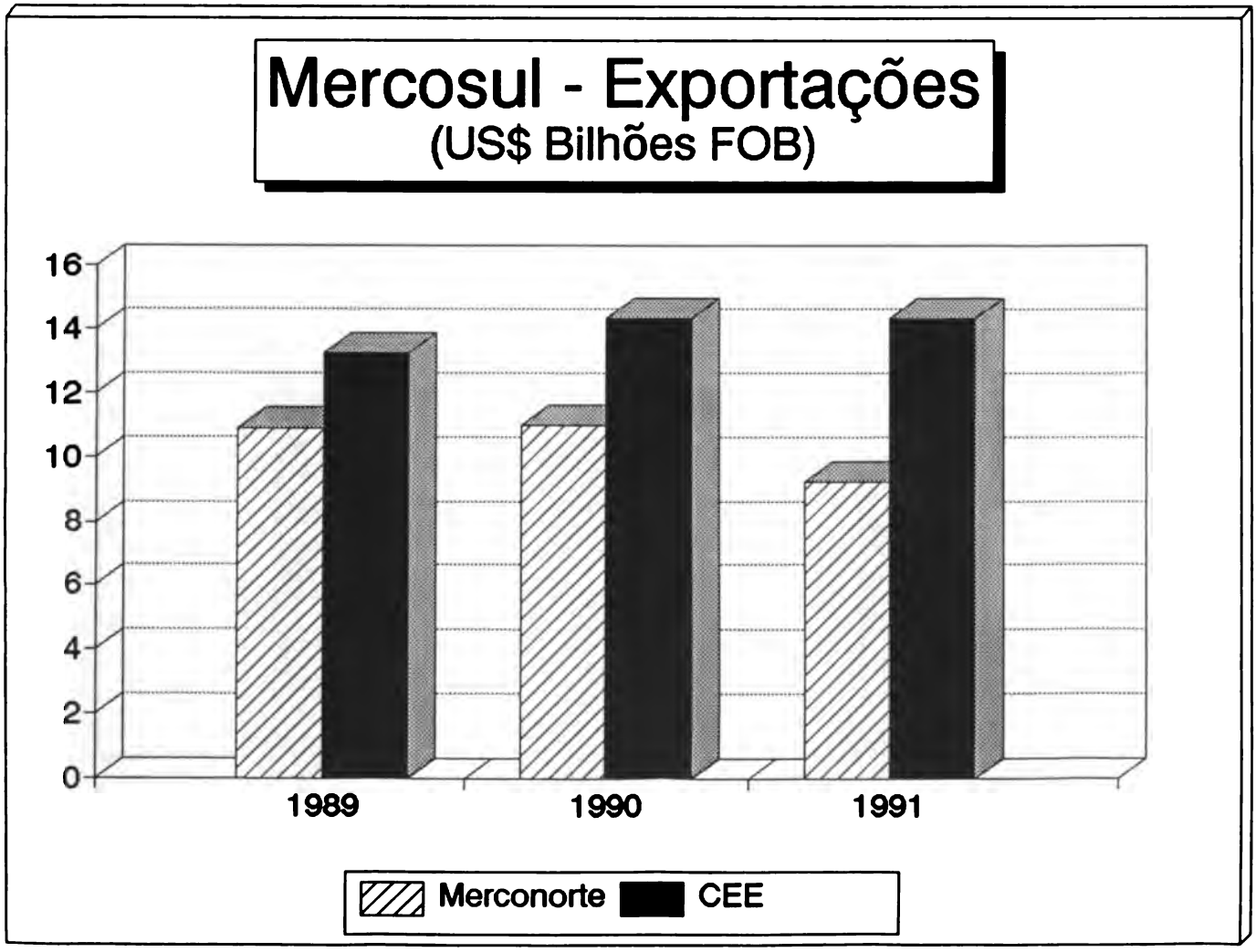
Fonte: BANCO CENTRAL DA REP. ORIENTAL DO URUGUAI.



MERCOSUL - EXPORTAÇOES
(Milhões de Dólares)

DESTINO	1989	1990	1991
Merconorte	10.920,2	10.981,3	9.242,2
CEE	13.259,5	14.334,5	14.326,9
TOTAL GERAL	46.501,8	46.427,5	45.947,5

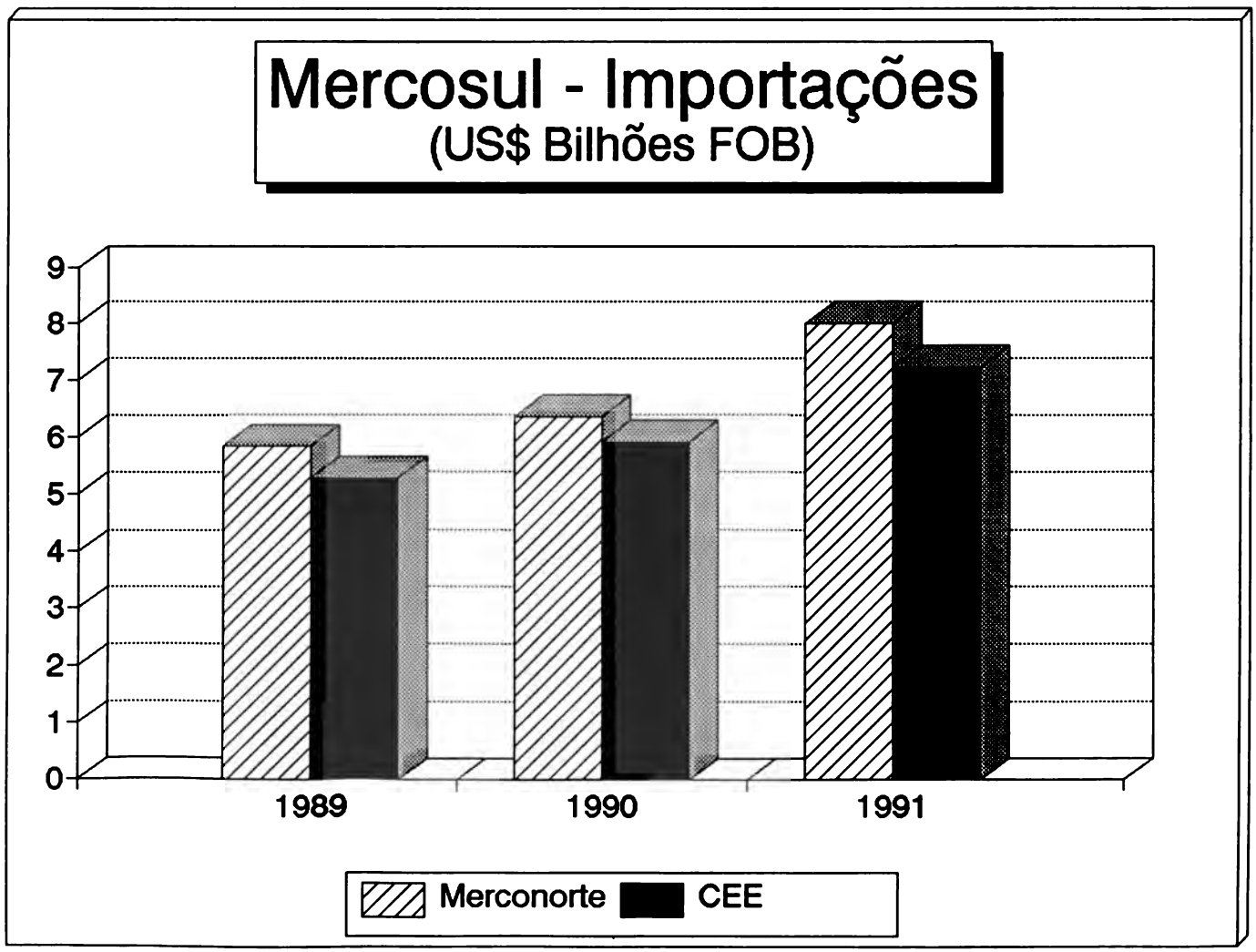
Fonte: IICA, com base nos dados do DECEX - CTIC.



MERCOSUL - IMPORTAÇÕES
(Milhões de Dólares)

DESTINO	1989	1990	1991
Merconorte	5.832,1	6.366,8	8.005,0
CEE	5.279,2	5.917,1	7.238,2
TOTAL GERAL	24.362,8	27.521,6	31.759,2

Fonte: IICA, com base nos dados do DECEX - CTIC.



CAPÍTULO IX

ENTIDADES PARTICIPANTES DO MERCOSUL

ENTIDADES PARTICIPANTES DO MERCOSUL

AÇÚCAR E ÁLCOOL

ARGENTINA

JORGE ZORREGUIETA
Centro Azucarero Argentino
Reconquista 336 - 12
Capital
Tel: 322-9358

MARTIN BLAQUIER
Centro Azucarero Regional del Norte Argentino
Reconquista 336
Capital
Tel: 322-9358

BERNARDO LAPORTE
Ingenios Corona, Trinidad, Santa Rosa
Corrientes 550 - 7º
Capital
Tel: 755-8188
Fax: 752-6098

MANUEL ALBERTO MARTINEZ ZUCCARDI
Comisión Economía Legislatura Tucumán
Cooperativa de Productos Agrarios de Tucumán
Unión Cañeros Independientes de Tucumán
Tucumán
Tel: (081) 310730/685 - 212639 - 252792
Fax: 310100 - 310915

JOSE ANTONIO NADEF
Unión Cañeros Independientes de Tucumán (UCIT)
Rivadavia 150
Tucumán
Tel: (081) 222928/310915/217799/311534/228898
Fax: (081) 212159

FERNANDO A FOGLIATA
Legislatura de la Provincia de Tucumán
Avda. Sarmiento 655 - 1° piso
Tucumán

ROBERTO IGNACIO LIX KLETT
Legislatura Provincia Tucumán
Comisión de Relaciones Internacionales y Regionales
Av. Sarmiento 655 - 1° piso
Tucumán

JULIO JOSE COLOMBRES
Centro Azucarero Argentino
24 de Setiembre 1034 - San Miguel
Tucumán
Tel: 311.782
Fax: 311-680

BRASIL

JOSE SALLES NETTO
ICC - International Commerce Corp.
Av. 9 de Julho 5345 - cj. 22 - São Paulo, SP - 01407
Tel: (55-11) 883-0120
Fax: (55-11) 280-1996

EDGARD CORONA
AIAA
R. Boa Vista 280 - 5° andar - São Paulo, SP
Tel: 229-0611
Fax: 365-659

PARAGUAI

MARIA ELSA de DEL MONICO
Centro Azucarero Paraguayo
Independencia Nacional
Tel: 44-7044
Fax: 49-5085

JUAN MANUEL YAMBAY
Petroleos Paraguayos (Planta Troche)
Mauricio José Troche
Tel: 0541-2006
Fax: 0541-2126

RAUL JOAQUIM HOECKLE
Centro Azucarero Paraguayo
Independencia Nacional
Tel: 213-778
Fax: 213-150

URUGUAI

CARLOS SOSA
CALNU
Rio Negro 1394/9
Tel: 90-1304

MARIO FERREIRA
CALNU
Rio Negro 1394/9
Tel: 90-1304

ALVARO CORREA
CALNU
Rio Negro 1394/9
Tel: 90-1304

RAUL CANCELO
Azucarera del Litoral S.A.
(Azucarlito)
Pbro. Horacio Meriggi y Liberta, Paysandú
Tel: (0722) 5561
Fax: (0722) 3263

ARGENTINA

JORGE TERRILE
Asociación Formoseña de Arroceros
Hipólito Irigoyen Nº 756
CP 3600 - Formosa
Tel: 0717-27389
Fax: 0718-21547

MIGUEL ANGEL SILVA
Asociación de Arroceros Provincia de Formosa (ARROZUR)
12 de Octubre Nº 1115
Clorinda - Formosa
Tel: 0718-21547
Fax: 0718-21547

ROBERTO EDUARDO BERMUDEZ
Federación Cooperativas Arroceras Argentinas
Alem Nº 822 - Piso 11
Buenos Aires
Tel: 312-0368
Fax: 312-8017

JOSÉ A. ALVAREZ DANERI
Bolsa de Cerales de Entre Rios
Urquiza Nº 645
CP 3100 - Entre Ríos
Tel: 220-242
Fax: 043-221192

HERMINIO Ma. BELLATTI
Bolsa de Cereales de Entre Rios
Urquiza Nº 645
CP 3100 - Entre Ríos
Tel: 220-242
Fax: 043-221192

JOSÉ SAMUEL SACCO
Cámara Industriales de Arroceros del Litoral Argentino
Florida Nº 253 - 3º Piso E
Buenos Aires
Tel: 326-1379
Fax: 325-9482

BRASIL

JORGE ALBERTO CASTELLINI MOREIRA
Cooperativa Agroindustrial Alegrete
Federação das Coop. Arroz do Rio Grande do Sul
Venancio Aires Nº 112 - CEP 97540
Tel: 055-4222212
Fax: 055-4222560

GASTAUD RENATO SOARES
Suprarroz S.A.
Rua Professor Dr. Araújo Nº 1653
Pelotas, RS
Tel: 0532-259522
Fax: 0532-225374

EVELY GISCHKOW RUCATTI
IRGA - Instituto Rio Grandense de Arroz
Missões Nº 342
Porto Alegre, RS
Tel: 0512-61646

MOACIR MICHELETTO
Federação da Agricultura Paraná
Avda. Munhoz da Rocha Nº 1247 - Curitiba, PR
Tel: 041-253-0533

ELOI FLORES
IRGA - Instituto Rio Grandense de Arroz
Missões Nº 342 - Porto Alegre, RS
Tel: 0512-61646

ANGELO ANTONIO BRITTO
Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda.
Praça 20 de Setembro Nº 747 - Pelotas, RS
Tel: 0532-2555000
Fax: 0532-250837

RUY CARLOS TOMASSONI
Sindicato Indústria R. G. Sul
Sete de Setembro Nº 1324
Uruguaiana, RS
Tel: 055-4124144 - 055-4124941

PARAGUAI

FERNANDO DITTEL ORTIZ
Ingenio de Arroz San Ignacio
O'Leary Nº 409 c/ Estrella
Tel: 492-577
Fax: 4-98944

BOSILIO KOVALCHOK
Asociación de Arroceros de Itapua
Carmen del Paraná
Tel: 059

PEDRO SZKUTNIK
Asociación de Arroceros de Itapua
Carmen del Paraná
Tel: 65

PEDRO PARZAJUK
Asociación de Arroceros de Itapua
Pueblo Fram
Tel: 503-433

GERMAN A. GNEITTING D.
Asociación de Arroceros de Itapua
Fundación German y Elsa Wilcke
Carmen del Paraná
Tel: 6
Perú 443 - Tel: 202-287 - Asunción

JUAN CIRO SPEZINI
Asesor Técnico de Programa de Arroz
De los Llanos Nº 1545 (Sajonia)
Tel: 500-377 - 022-2526

JORGE E. RODAS G.
Campo Experimental de Arroz (MAG)
Ciudad de Eusebio Ayala
Asunción
Tel: 447304

UBALDO GONZALEZ FRANCO
Técnico em Programa de Arroz (MAG)
Km 48,5 - Ruta 11 (IAN)
Tel: 0511-255

URUGUAI

JOSE CARLOS REY
Comisión Sectorial del Arroz
Andes Nº 1409 - Montevideo
Tel: 5982-902491
Fax: 5982-901824

ALICIA MARTINS
Comisión Sectorial del MERCOSUR
Paysandú Nº 919
Tel: 915-556/981-025
Fax: 92-3655

CARLOS RODRIGUEZ FOLLE
Asociación Cultivadores de Arroz
Andes Nº 1409 - Piso 4 - Montevideo
Tel: 901-824 / 917-241
Fax: 901-824

JUAN PEREZ FERREIRA
Asociación Cultivadores de Arroz del Uruguay
Andes Nº 1409 - Piso 4
Tel: 917-0241
Fax: 901-824

PEDRO MEHARU
Coopar S.A.
Buenos Aires Nº 275
Montevideo
Tel: 960-565
Fax: 960-665

RICARDO FERRES
Gremial de Molinos Arroceros
Baltasar Brun 2772
Tel: 281-421 / 237-007

JAIME CARDOSO
Gremial Molinos Arroceros
Santos Nº 4900 - Montevideo
Tel: 398-745
Fax: 352-145

ARGENTINA

DIEGO GARCIA DE AMORRORFO
Cámara Argentina de Alimidón y Glucosa
Maipu Nº 459 - Piso 5 (1006)
Buenos Aires
Tel: 392-3331

ANIBAL ALVAREZ
Cámara Argentina de Alimidón y Glucosa
Maipu Nº 459 - Piso 5 (1006)
Buenos Aires
Tel: 392-3331

JORGE CERIANI
CAFAGDA
Tucumán Nº 151 - CF
Tel: 312-2061/9
Fax: 311-4144

HERMINIO BELLATI
Bolsa de Cereales de Entre Ríos
Urquiza Nº 645 - Paraná - Entre Rios
Tel: 220-292
Fax: 043-221192

JOSE ALVAREZ DANERI
Bolsa de Cereales de Entre Ríos
Urquiza Nº 645 - Paraná - Entre Rios
Tel: 043-220292
Fax: 043-221192

ROBERTO CESAR MADRID
Sociedad Rural de Tucumán
Avda. Roca Nº 2955 (4000) - San M. de Tucumán
Tel: 081-330-545
Fax: 081-330-500

GUILLERMO FALABALLINI
ARCOR S.A.I.C.
Ruta 191 Km 4 1/2 - San Pedro - Argentina
Tel: (0329) 26011/269983/84/85
Fax: (0329) 23057

LEMBO NESTOR NORBERTO
COOP. AGRIC. GANADERA LTDA. DE SAN JUAN
Rivadavia Nº 117 (2741) Salto - Buenos Aires
Tel: 0474-22629/22148
Fax: 0474-22424

BRASIL

MOACYR SARAIVA FERNANDES
ABC-ABIA
Avda. Faria Lima Nº 2003 - São Paulo, SP
Tel: 011-8145733
Fax: 011-8146688

FRANCISCO JOSE MITIDIERI
ABRASEM
Avda. Vieira de Carvalho Nº 440 - São Paulo, SP
CEP 01210
Tel: (011) 2228522

MOACIR MICHELETTO
Federação Agricultura Paraná
Avda. Munhoz da Rocha Nº 1247
Tel: 041-2530533

JOSE MARIANO DOS SANTOS VALENTE
ABIA
P. da República Nº 468 - 4º andar
Tel: (011) 220-6982

DARLY ROZATTO
ABIA
Rua República Nº 468 - 9º andar
Tel: (011) 2228792
Fax: (011) 2234200

CADORNO SABATINO AUGELLI
ABIA
Praça da República Nº 468 - 9º andar
Tel: (011) 2229011
Fax: (011) 223-6472

SERGIO AGUILAR GUTIERREZ
Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários Nº 1559
Curitiba, PR
Tel: (041) 222-1732

MILTON GAIDIES
SADIA CONCORDIA S.A.
Alameda Tocantins Nº 525
São Paulo, SP
Tel: 011-4204484
Fax: 011-420-4211

PARAGUAI

RICARDO MALVETTI
Emperador S.C.
Ruta 1 esq. Tte. Benítez - San Lorenzo
Tel: 022-2380
Fax: 022-4149

ALEJANDRO GODON
INDEGA
Eusebio Ayala y Amancio González
Tel.: 552-125

ANTONIO PASTORE
Centro Paraguayo de Cooperativistas
Edf. Lider V - Piso 2 - Oficina 32
Colón c/ Oliva
Tel: 498-602

ANASTACIO INVERNIZZI FRANCO
Alimentos Balanceados "AGROSEM"
Sgto. Silva Nº 1250 - San Lorenzo
Tel: 022-4309

ROGELIO URIZAR ESCAURIZA
Alimentos Balanceados "AGROSEM"
Sgto. Silva Nº 1250 - San Lorenzo
Tel: 022-4309

ANDRES TRACIUK
SUPERMIX - Alimentos Balanceados
Colonia Fram - Paraguay
Tel: 071-3062
Fax: 071-3062 - 493039
Azara Nº 551 Piso 10 (Asunción)

URUGUAI

LUIS FABIMI
Molino Puritas
Vidal y Fuentes Nº 3092
Montevideo
Tel: (598-2) 628569
Fax: (598-2) 628583

ARGENTINA

DANIEL MIRO
CIARA
Reconquista 609
Buenos Aires
Tel: 311-4389
Fax: 311-3613

ALBERTO RODRIGUEZ
CIARA
Pasaje España 1365
Tel: 051-690586
Córdoba

BRASIL

RAUL PAULO COSTA
ABIOVE
SCS Q 1 - Ed. Baracat - Conj. 804
Brasília, DF
Tel: 061-321-0800
Fax: 061-321-0171

ARTURO JOSE FURLONG
ABIOVE
SCS Q 1 - Bloco G - Nº 30
Ed. Baracat - Conjunto 804
Brasília, DF
Tel: 061-3210800
Fax: 061-321-0171

PARAGUAI

FERNANDO VILLALBA
Asociación de Productores de Aceites Vegetales
F.R. Moreno 509 - Piso 6
Tel: 496-401 / 490-057
Fax: 595-21 / 441290
Asunción

URUGUAI

HORACIO CASH
Central de Granos
Juncal 1305 - Piso 13
Montevideo
Tel: 96-2026

JUAN CHILIBROSTE
Central de Granos
Juncal 1305 - Of. 1302
Montevideo
Tel: 96-2026

ROMUALDO GARI
Cámara Gremial de Aceitero
Rondeau 1908
Montevideo

ARGENTINA

FEDERICO ROUSSILLON
Arcor
Esmeralda Nº 126
Buenos Aires

NICOLAS KOBRAK
CIPA
L.N. Alem Nº 1067 - Piso 12
Tel: 312-1929/3508

HERMINIO MARIA BELLATI
Bolsa de Cereales de Entre Rios
Urquiza Nº 645 - P. 17 - CP 3100
Paraná - Entre Ríos
Tel: 043-220-292 / 221192
Fax: 043-221192

HORACIO LUIS GOYENECHE
Federación Argentina de la Industria Molinera
Bovehard Nº 454 - Piso 6
Buenos Aires
Tel: 311-0898 / 312-8717
Fax: 313-4185

ALVAREZ DANERI JOSE
Bolsa de Cereales de Entre Ríos
Urquiza Nº 645
Paraná - Entre Ríos
CP 3100
Tel: 220-292
Fax: 043-221192

BRASIL

JOSE APARECIDO FERNANDES
Organização das Cooperativas Brasileiras
Avda. da Saudade s/nº
Cândido Motta - SP
Tel: (0183) 411-044
Fax: (0183) 411-395

MILTON JOSE ANDREOTTI
Organização das Cooperativas Brasileiras
Avda. da Saudade s/nº
Cândido Motta - SP
Tel: (0183) 411-044
Fax: (0183) 411-395

REINO PECALA RAE
ABITRIGO
SCS - Ed. SP - Bloco C - Nº 99 - sala 517
Brasília, DF
Tel: 5585-2444153
Fax: 5585-2444111

DANTE GALLIAN NETO
ABIA
Avda. Faria Lima Nº 2003
São Paulo, SP
Tel: 011-8145733

MOACIR MICHELETTO
Federação da Agricultura do Paraná
Avda. Munhoz da Rocha Nº 1247
Curitiba, PR
Tel: 041-2540533
Fax: 252-4828

SERGIO AGUILAR GUTIERREZ
Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
Rua Silva Jardim Nº 775
Curitiba, PR
Tel: 222-1732
Fax: 252-8711

PARAGUAI

MILCIADES ARTECONA
Asociación de Productores de Oleaginosas y Cereales
14 de Mayo Nº 878
Tel: 497-381
Fax: 497-381

GERARDO DOLL
Unión Industrial Paraguaya
Cámara Paraguaya de Molineros
Nuestra Señora de la Asunción Nº 670
Tel: 491-998
Fax: 448-192

ANDRES TROCIAK
Cámara Paraguaya de Molineros
Nuestra Señora de la Asunción Nº 670
Tel: 491-998
Fax: 448-192

ROBERTO JORDAN
Importadora de Alimentos
Aviadores del Chaco Nº 3301
Asunción
Tel: 607-909
Fax: 663-587

FRANCISCO GONZALEZ
Centro de Panaderos y Fideeros
Piribebuy c/ Chile
Asunción
Tel: 202-315

JUAN LISANDRO ROJAS
Centro de Propietarios de Fideerias
Piribebuy c/ Chile y Nuestra Señora de la Asunción
Asunción
Tel: 500-597
Fax: 505-750

FEDERICO ROUSILLON
ARCOPAR
Avda. Gral. Santos Nº 1988
Asunción
Tel: 231-236

URUGUAI

LUIS GIGLI
Gremial de Molinos
Solís y 25 de Agosto - Carmelo
Tel: 542-2077
Fax: 522-2772

ROMUALDO GARD
Gremial de Molinos
Avda. Gral. Rondeau Nº 1908
Tel: 940-644
Fax: 940-673

ANEXO

TAXA DE CÂMBIO REAL E BALANÇA COMERCIAL

COMENTÁRIOS

Taxa de câmbio real e balança comercial são duas variáveis que apresentam uma relação inversa entre si, pois uma queda na taxa de câmbio, teoricamente, faz com que a balança comercial seja incrementada, o que parte é explicado pelo aumento das exportações.

Dentre os quatro países que compõem o MERCOSUL, apenas a Argentina acompanhou durante todo o período em estudo a relação inversa existente entre as duas variáveis anteriormente citadas, no Uruguai, por exemplo, houve uma variação muito irregular na balança comercial, enquanto a taxa de câmbio real mostrou-se estável ao longo de todo o período.

Observa-se nos gráficos e tabelas que se seguem que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, atingiram o ponto máximo no crescimento de suas respectivas balanças comerciais no ano de 1988, mas apresentaram vertiginosa queda nos anos de 1989 e 1990.

Vale ressaltar ainda que somente a Argentina conseguiu recuperar-se no ano de 1990, mostrando um pequeno crescimento da balança comercial, de aproximadamente dez pontos percentuais.

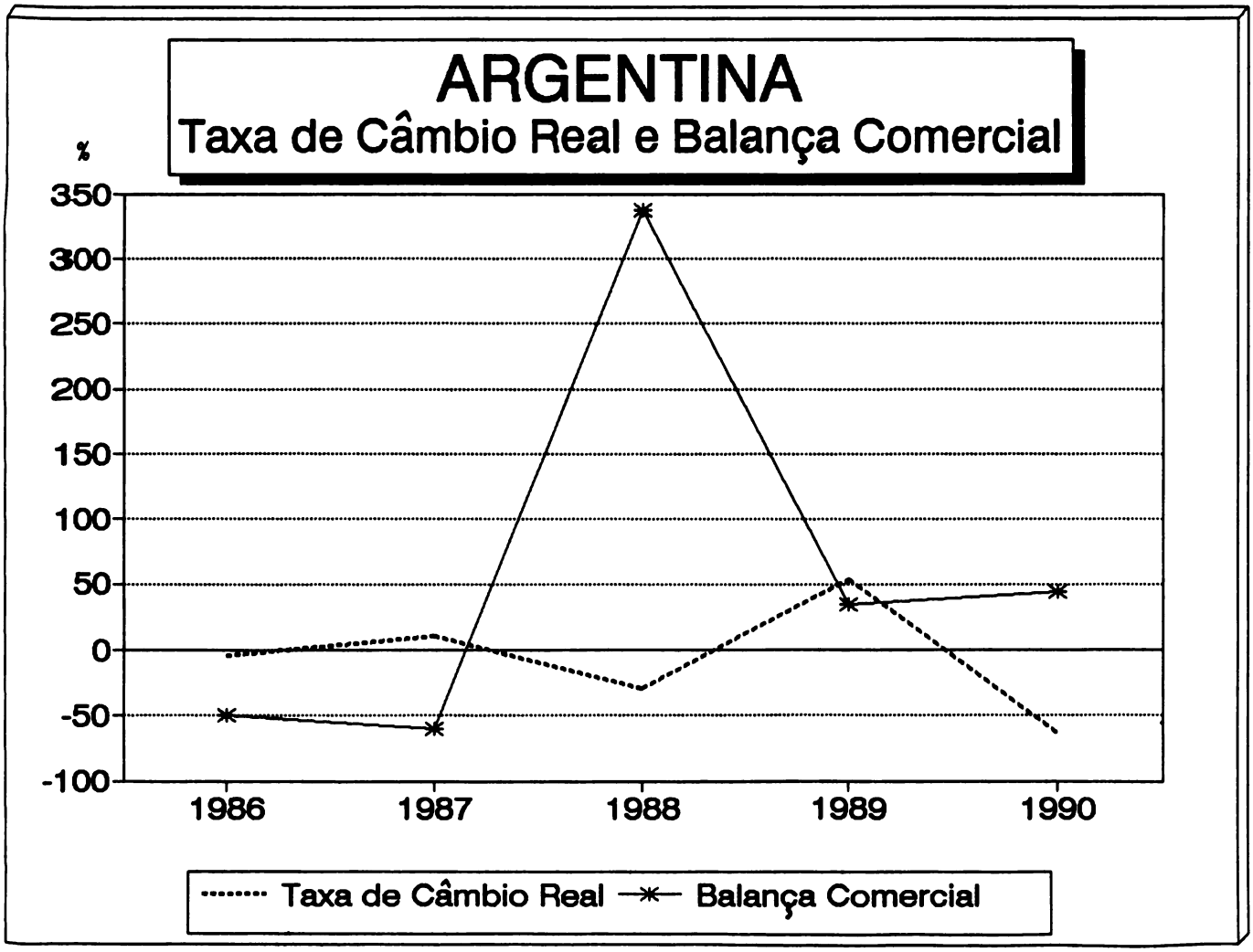
ARGENTINA

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	- 4,5	- 49,8
1987	10,7	- 60,4
1988	- 29,4	337,3
1989	53,6	34,8
1990	- 63,7	44,0

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



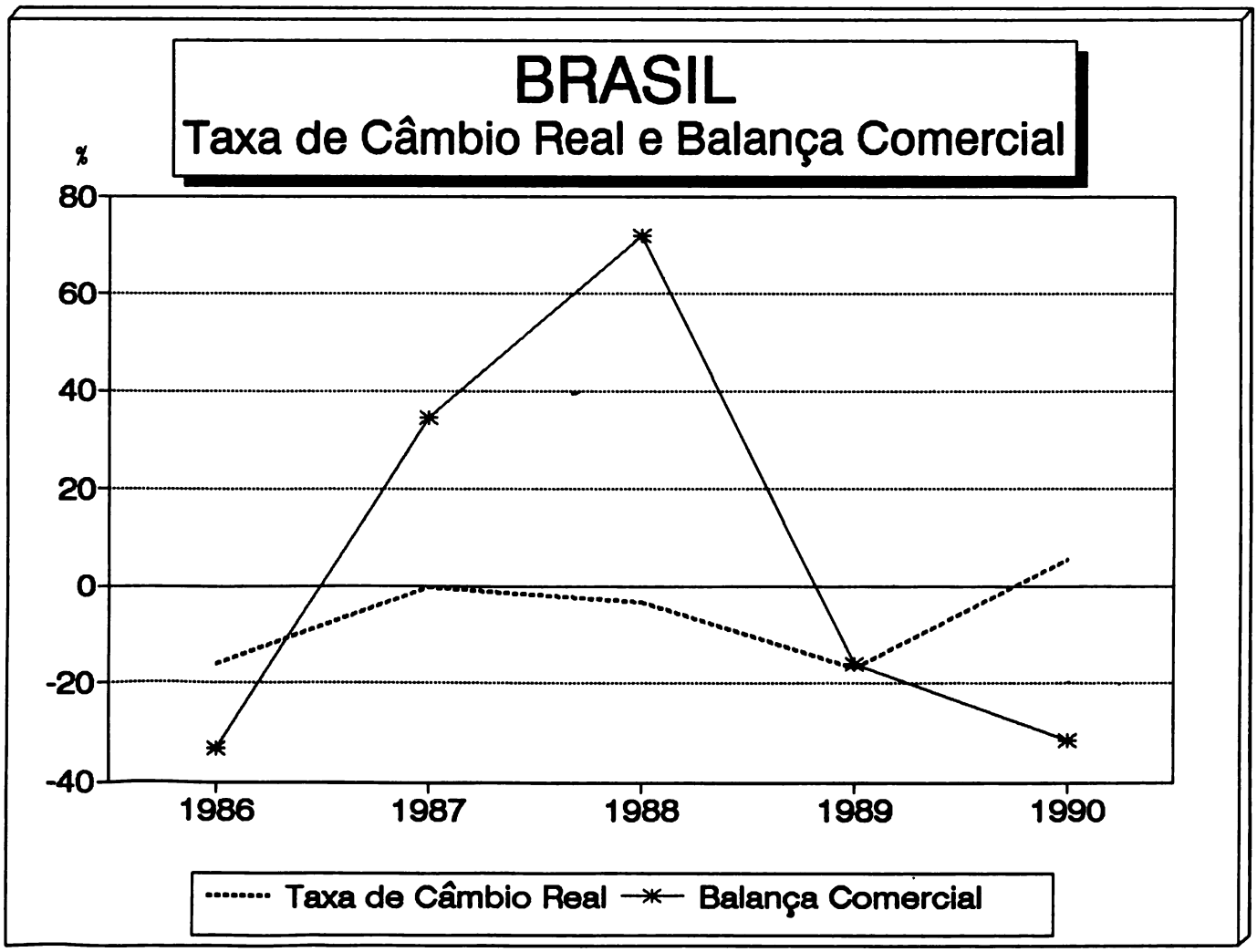
BRASIL

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	- 15,9	- 33,4
1987	- 0,2	34,4
1988	- 3,4	71,8
1989	- 16,8	- 15,9
1990	5,6	- 31,6

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



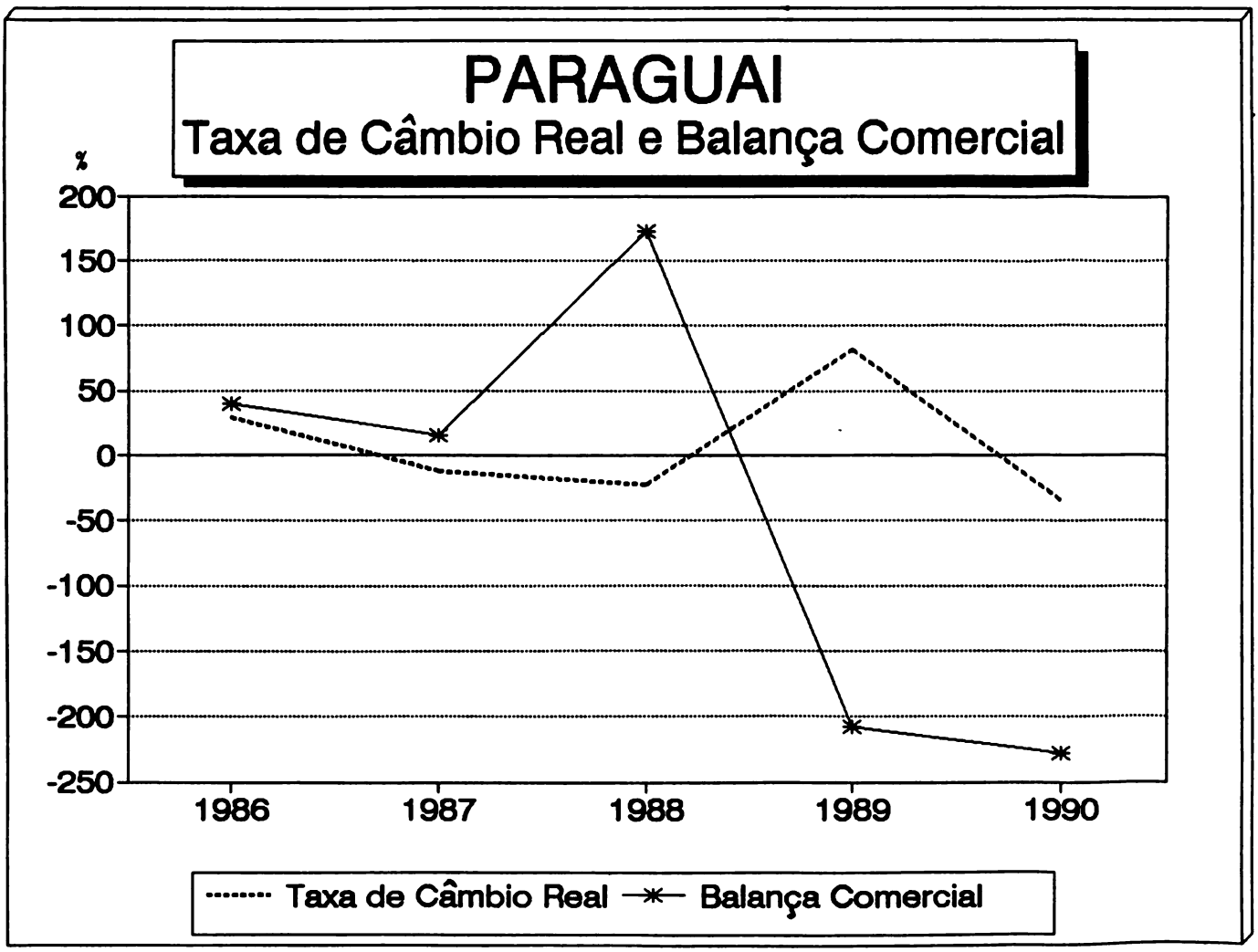
PARAGUAI

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	29,0	40,2
1987	- 12,8	15,5
1988	- 21,6	172,0
1989	81,9	- 207,3
1990	- 35,1	- 228,3

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



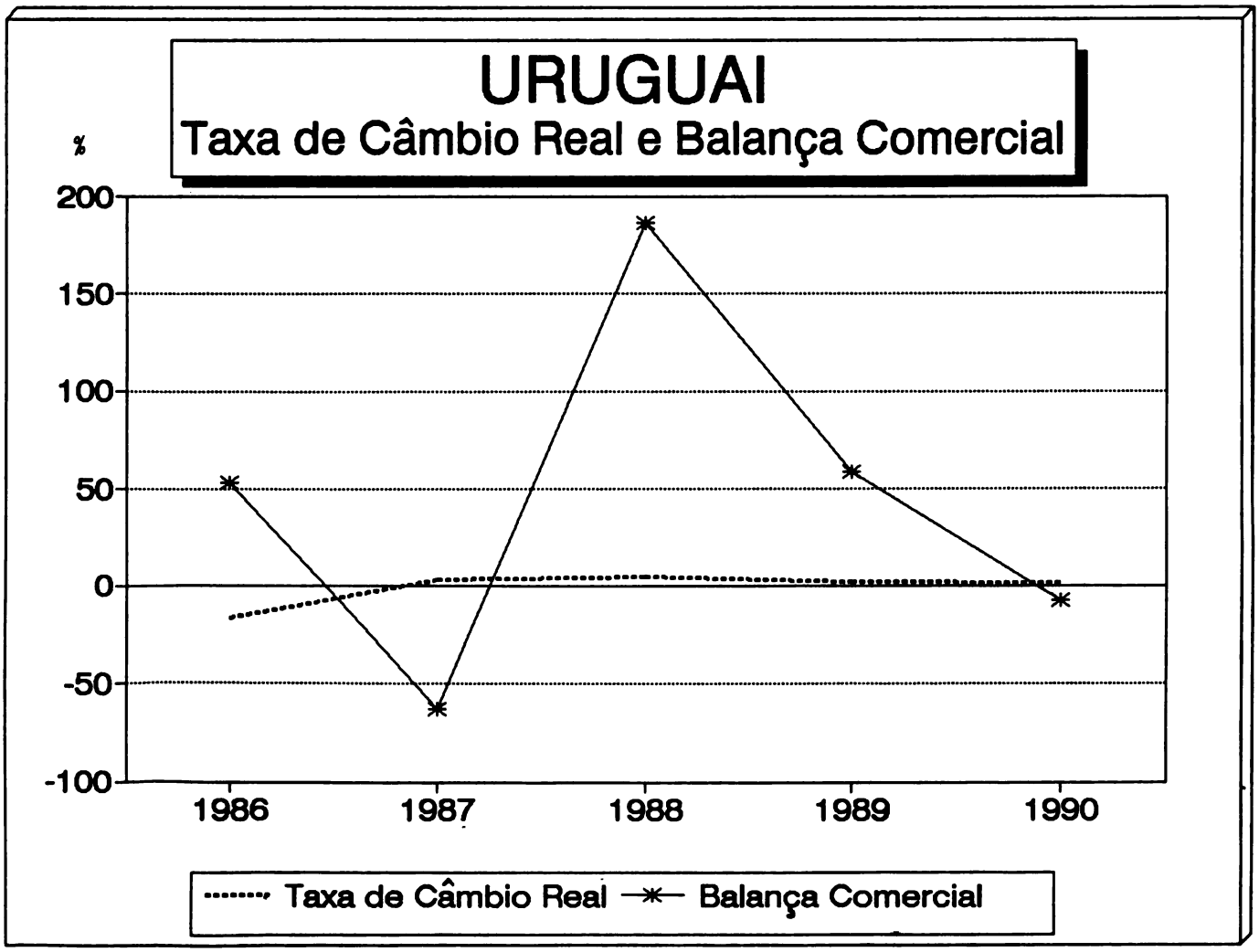
URUGUAI

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	- 16,5	53,4
1987	3,1	- 62,6
1988	4,8	186,3
1989	2,3	58,6
1990	1,3	- 7,9

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. 1991. Progresso Sócio-Econômico na América Latina. Washington, D.C., EUA. 328 p.

BRASIL. SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 DO MERCOSUL. 1990-1991. Diagnósticos Preliminares. Brasília, Brasil. s.p.

CEPAL. 1991. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile. 774 p.

CEPAL. 1990. Estudio Económico de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile. V.2, 590 p.

FAO. 1991. Boletín Trimestral de Estadísticas de FAO. Roma, Italia. V.4, 101 p.

IICA. 1991. El Cono Sur en Gráficos. Buenos Aires, Argentina. 103 p.

PARAGUAI: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. 1990-1991. Estimación de la Producción Agropecuaria. Asunción, Paraguay. 95 p.

FEDERICO ROUSILLON
ARCOPAR
Avda. Gral. Santos Nº 1988
Asunción
Tel: 231-236

URUGUAI

LUIS GIGLI
Gremial de Molinos
Solís y 25 de Agosto - Carmelo
Tel: 542-2077
Fax: 522-2772

ROMUALDO GARD
Gremial de Molinos
Avda. Gral. Rondeau Nº 1908
Tel: 940-644
Fax: 940-673

ANEXO

TAXA DE CÂMBIO REAL E BALANÇA COMERCIAL

COMENTÁRIOS

Taxa de câmbio real e balança comercial são duas variáveis que apresentam uma relação inversa entre si, pois uma queda na taxa de câmbio, teoricamente, faz com que a balança comercial seja incrementada, o que parte é explicado pelo aumento das exportações.

Dentre os quatro países que compõem o MERCOSUL, apenas a Argentina acompanhou durante todo o período em estudo a relação inversa existente entre as duas variáveis anteriormente citadas, no Uruguai, por exemplo, houve uma variação muito irregular na balança comercial, enquanto a taxa de câmbio real mostrou-se estável ao longo de todo o período.

Observa-se nos gráficos e tabelas que se seguem que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, atingiram o ponto máximo no crescimento de suas respectivas balanças comerciais no ano de 1988, mas apresentaram vertiginosa queda nos anos de 1989 e 1990.

Vale ressaltar ainda que somente a Argentina conseguiu recuperar-se no ano de 1990, mostrando um pequeno crescimento da balança comercial, de aproximadamente dez pontos percentuais.

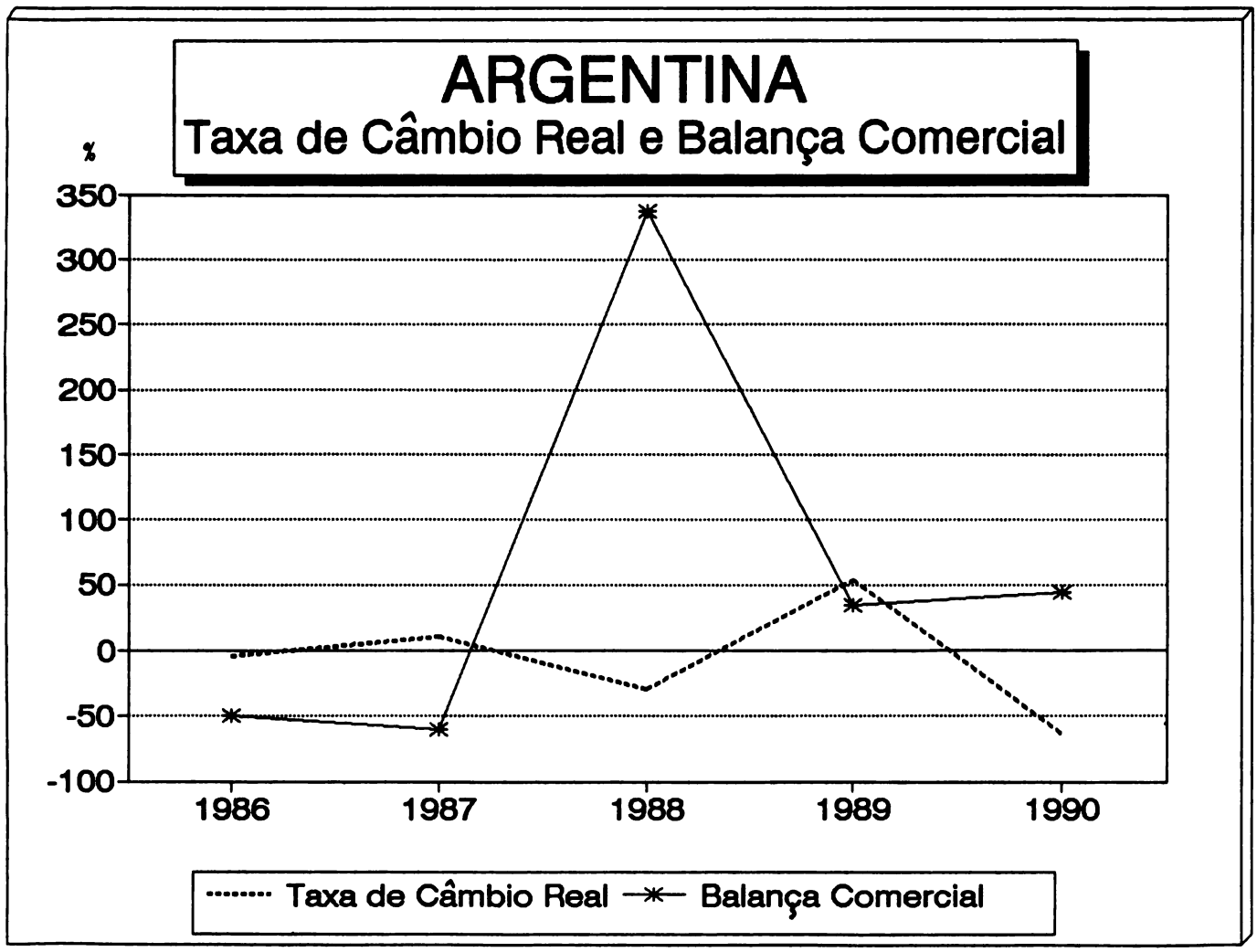
ARGENTINA

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	- 4,5	- 49,8
1987	10,7	- 60,4
1988	- 29,4	337,3
1989	53,6	34,8
1990	- 63,7	44,0

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



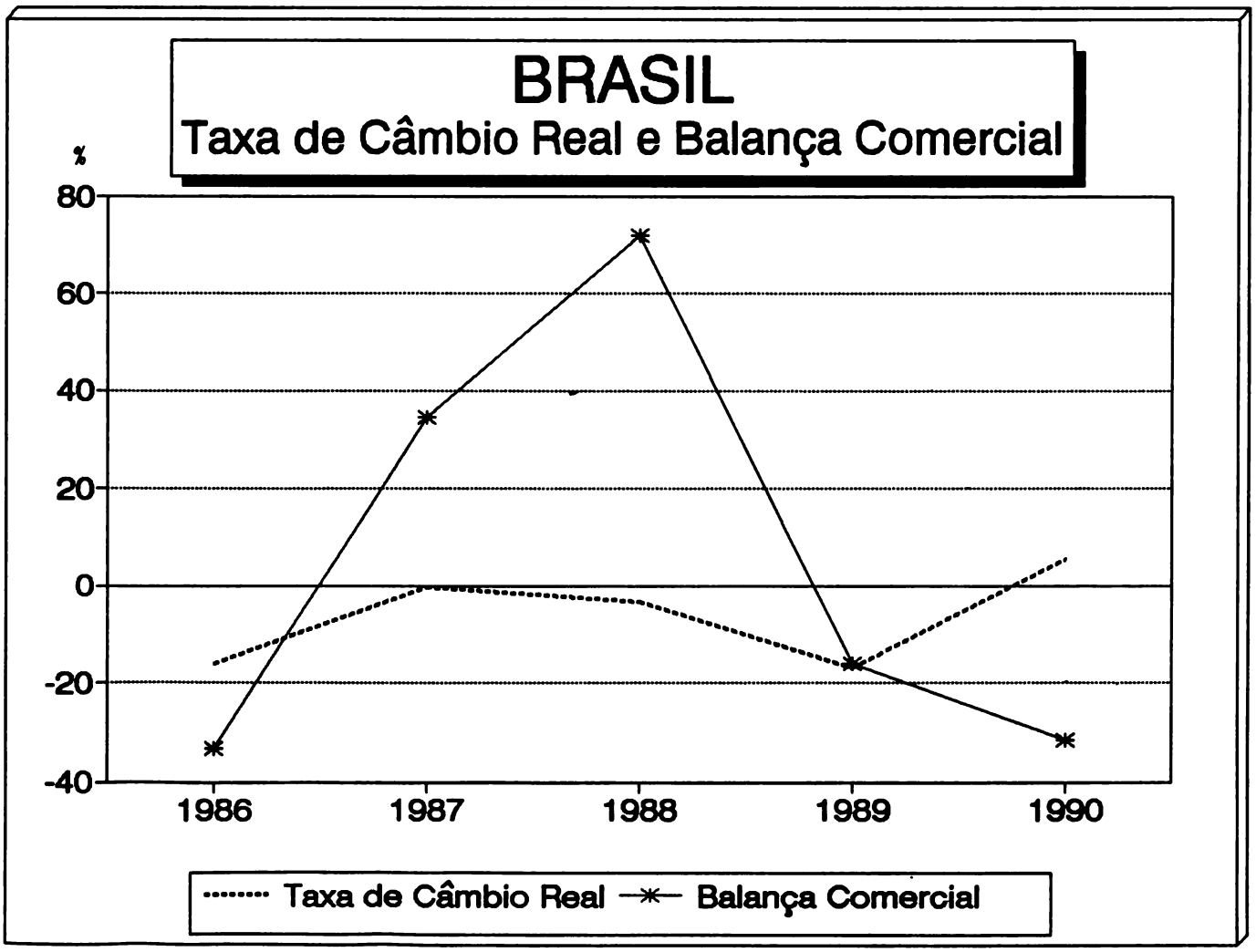
BRASIL

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	- 15,9	- 33,4
1987	- 0,2	34,4
1988	- 3,4	71,8
1989	- 16,8	- 15,9
1990	5,6	- 31,6

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



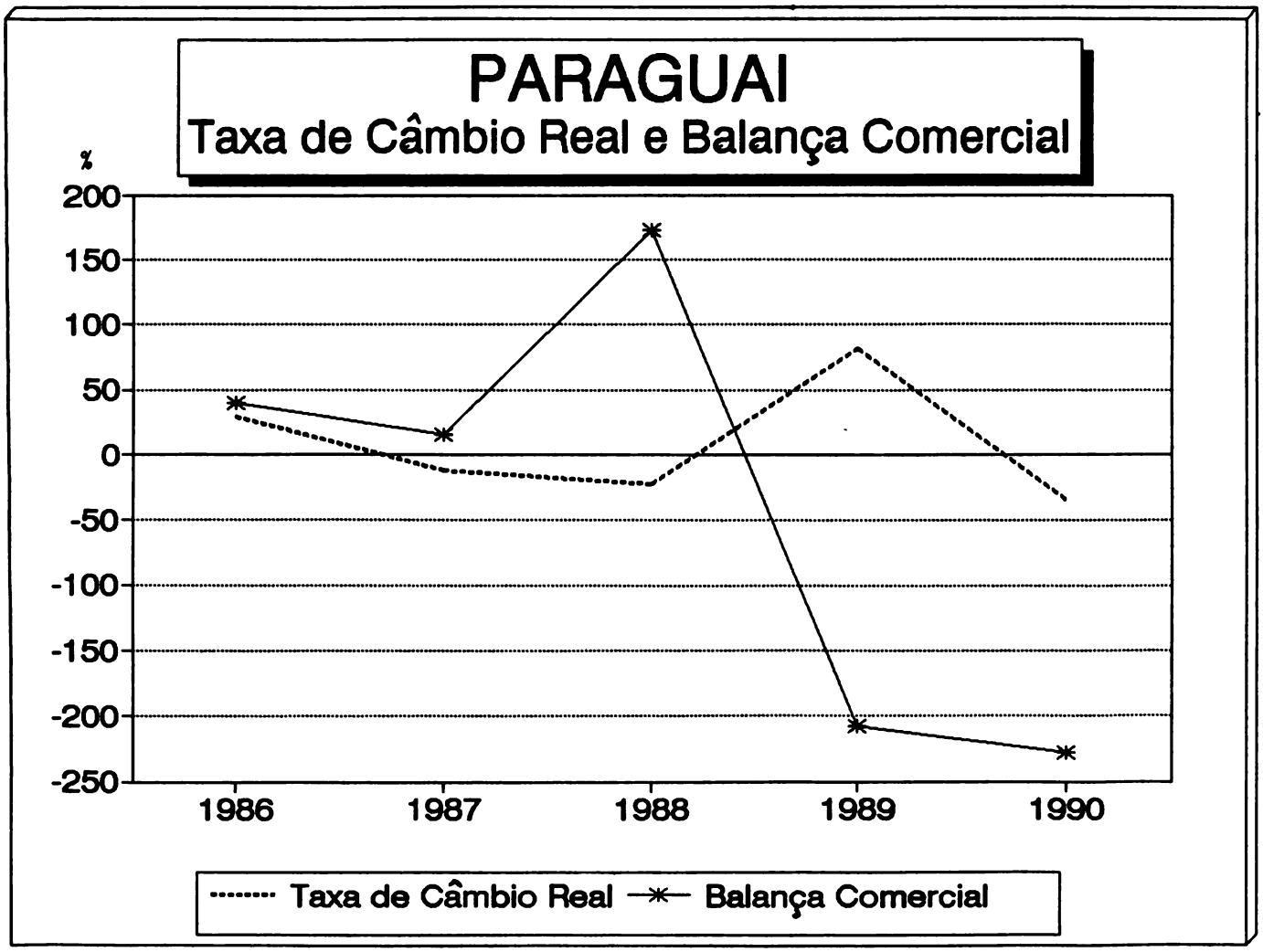
PARAGUAI

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	29,0	40,2
1987	- 12,8	15,5
1988	- 21,6	172,0
1989	81,9	- 207,3
1990	- 35,1	- 228,3

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



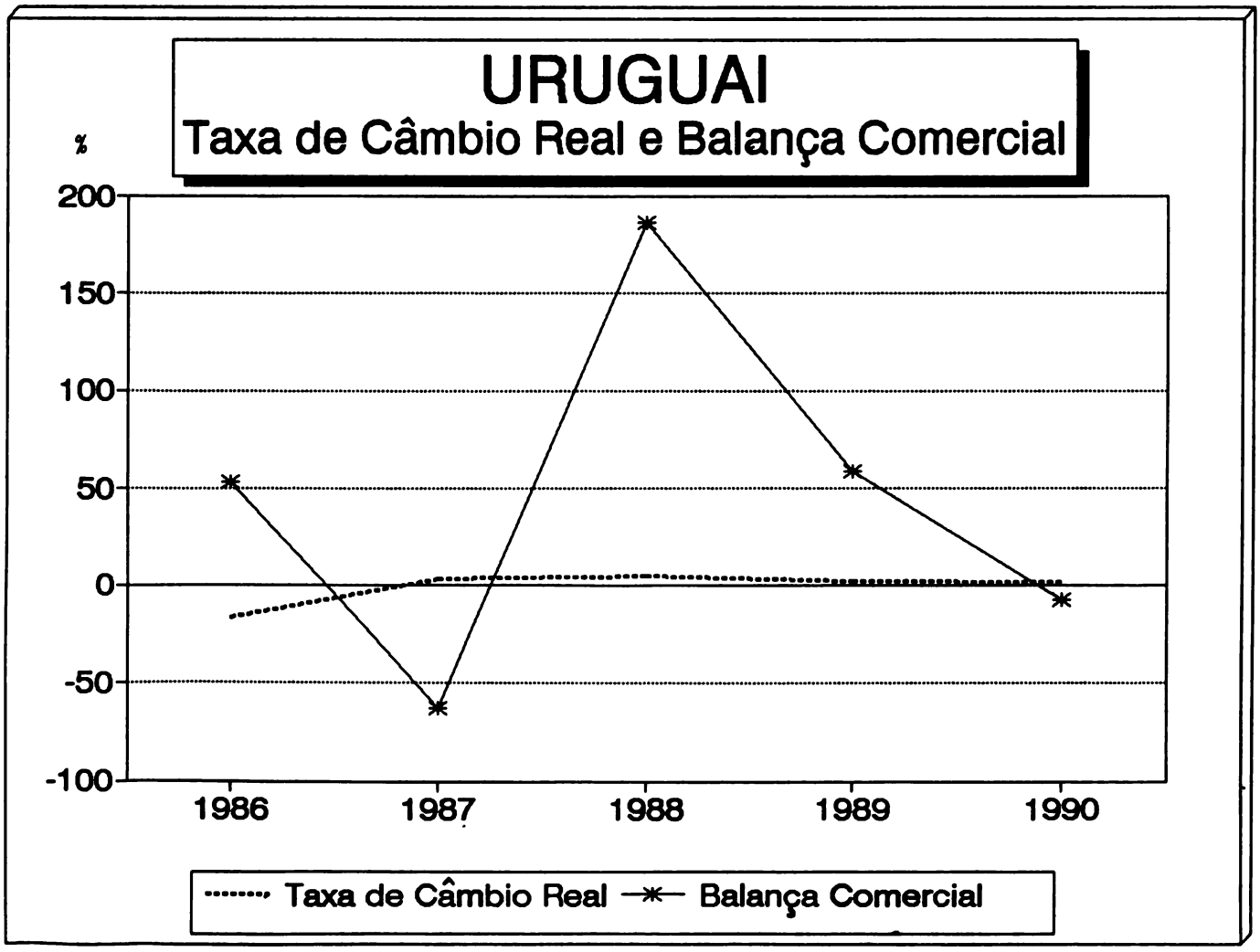
URUGUAI

Evolução da Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial

(variação %)

Período	Taxa de Câmbio Real	Balança Comercial
1986	- 16,5	53,4
1987	3,1	- 62,6
1988	4,8	186,3
1989	2,3	58,6
1990	1,3	- 7,9

FONTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. 1991. Progresso Sócio-Econômico na América Latina. Washington, D.C., EUA. 328 p.

BRASIL. SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 DO MERCOSUL. 1990-1991. Diagnósticos Preliminares. Brasília, Brasil. s.p.

CEPAL. 1991. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile. 774 p.

CEPAL. 1990. Estudio Económico de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile. V.2, 590 p.

FAO. 1991. Boletín Trimestral de Estadísticas de FAO. Roma, Italia. V.4, 101 p.

IICA. 1991. El Cono Sur en Gráficos. Buenos Aires, Argentina. 103 p.

PARAGUAI: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. 1990-1991. Estimación de la Producción Agropecuaria. Asunción, Paraguay. 95 p.

FECHA DE DEVOLUCION			

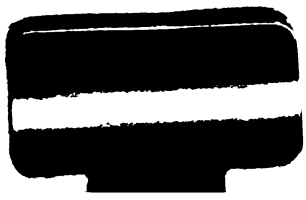
IICA
PM-A4/BR-92-003

Autor

Título Indicadores socio-econômicos e polfticas setoriais do MERCOSUL

Fecha Devolución	Nombre del solicitante

Fax: 223-6371 - 70610-400 - Brasília - Distrito Federal



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
CAIXA POSTAL 02995 - CEP 71609-970 - BRASÍLIA-DF - BRASIL - TEL.: (061) 248-5477
SHIS QI 05 - CONJ. 9 - BLOCO "D" - COMERCIAL - CEP 71615-090 - TELEX: 611959 INAG-BR - FAX: (061) 248-5807